

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

ALINE CARVALHO PORTO

O BRASIL VISTO A PARTIR DO SUL:
A PERSPECTIVA NACIONALISTA DE JOÃO SIMÕES LOPES NETO (1865-1916)

Porto Alegre
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

ALINE CARVALHO PORTO

O BRASIL VISTO A PARTIR DO SUL:
A PERSPECTIVA NACIONALISTA DE JOÃO SIMÕES LOPES NETO

Porto Alegre

2019

ALINE CARVALHO PORTO

O BRASIL VISTO A PARTIR DO SUL:
A PERSPECTIVA NACIONALISTA DE JOÃO SIMÕES LOPES NETO

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em História,
pelo Programa de Pós-Graduação em
História da Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof. Dra. Maria Helena
Camara Bastos

Porto Alegre

2019

ALINE CARVALHO PORTO

**O BRASIL VISTO A PARTIR DO SUL:
A PERSPECTIVA NACIONALISTA DE JOÃO SIMÕES LOPES NETO**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em História,
pelo Programa de Pós-Graduação em
História da Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Maria Helena Camara Bastos (orientadora)

Professora Doutora Ruth Maria Chittó Gauer - PUCRS

Professor Doutor Mozart Linhares da Silva – UNISC

Professor Doutor Carlos Henrique Armani – UFSM

Professor Doutor Luís Augusto Fischer – UFRGS

Porto Alegre

2019

Ficha Catalográfica

P853b Porto, Aline Carvalho

O Brasil visto a partir do Sul : A perspectiva nacionalista de
João Simões Lopes Neto / Aline Carvalho Porto . – 2019.
252.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História,
PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Camara Bastos.

1. João Simões Lopes Neto. 2. projeto cívico e pedagógico. 3.
intelectuais. 4. nação. 5. região. I. Bastos, Maria Helena Camara.
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

Para minha família, com amor.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sem esse investimento seria impossível realizar essa pesquisa. Igualmente importante foi a orientação sempre atenta e perspicaz das professoras doutoras Ruth Maria Chittó Gauer, no primeiro momento e, Maria Helena Camara Bastos, no segundo.

Agradeço também a minha família que sempre me incentivou nos estudos e me apoiou de forma incondicional nesta etapa tão solitária da minha formação, “eu sou porque nós somos”! Essa tese é para vocês!

À Guilherme Ceron, meu companheiro nessa jornada e na vida, muito obrigada por não me deixar desistir, por tentar me motivar sempre e por acreditar na minha capacidade quando eu mesma não acreditei, essa tese também é para ti. Obrigada por encher minha vida de felicidade e música!

Aos colegas de PPGH que dividiram esses anos, as angústias e alegrias. À secretária Henrieta Sinohara pela atenção e paciência.

Sou muito grata aos amigos por partilharem o tempo deles comigo, em especial, à Mariana Gonçalves e Rodrigo Dal Forno que desde a graduação estão sempre comigo, nas boas e nas más horas. Obrigada por tudo, ter vocês por perto me enche de alegria! Ao grande amigo que essa casa me deu, Eduardo Hass, obrigada por me fazer rir muito, por ser essa pessoa maravilhosa, pelos almoços de terça, enfim, por estar por perto, mesmo longe. Aos “master-amigos” que fizeram das terças à noite um respiro da semana, um ponto de encontro e carinho, um momento de renovar energias! Aos compadres Gustavo e Rayssa que sempre me acolhiam com novo fôlego em cada reencontro. Enfim, à todos os amigos que de uma forma ou de outra se fizeram presentes nessa jornada e, “ninguém solta a mão de ninguém”!

Agradeço também, à João Simões Lopes Neto por ter criado suas obras, por ter se dedicado à educação e a literatura e, além de ter sido meu objeto de estudo, por ter me despertado a vocação para a docência com seus conselhos aos mestres e suas ideias de uma educação mais amável, respeitosa e inclusiva.

A DESCOBERTA

Anos de estudo

e pesquisa:

Era no amanhecer

Que as formigas escolhiam seus vestidos.

(Manoel de Barros)

RESUMO

João Simões Lopes Neto foi um escritor pelotense que viveu entre os anos de 1865 e 1916. Reconhecido postumamente, por suas obras *Contos Gauchescos* (1912) e *Lendas do Sul* (1913), o autor atingiu status de cânone da literatura gauchesca brasileira. Nos anos de 1904 e 1906 elaborou e proferiu suas Conferências Cívicas que, juntamente com suas criações, *Artinha de Leitura* (cartilha de alfabetização) e *Terra Gaúcha: Histórias da Infância* (Livro para o treino da Leitura), representam o cerne do chamamos de projeto cívico e pedagógico. A análise desse projeto traz à tona a preocupação do autor para com a instrução pública de seu país, bem como com a falta de um sentimento nacional imbuído nela. Portanto, essa pesquisa tem por objetivo refletir o autor por um outro viés, que não é propriamente o da literatura, analisando-o enquanto um intelectual engajado em seu tempo, lendo e estabelecendo “conexões” com outros intelectuais. Apontando criticamente os problemas da instrução pública ao mesmo tempo que criava um projeto bastante ousado afim de saná-los, principalmente ao que se referia ao ensino primário e a falta de um sentimento nacional. Dessa forma, constatamos que o autor criou uma interessante forma discursiva que visava apresentar à criança à sua terra, neste caso, a terra gaúcha, contando sua história, suas tradições e como que tudo isso se misturava com a história da nação, ou seja, partia do Sul para contemplar o Brasil. Ao mesmo tempo, a pesquisa desse corpus aponta para a hipótese de uma espécie de “reaproveitamento” desse projeto em suas obras literárias de maior expressão.

PALAVRAS-CHAVE: João Simões Lopes Neto, projeto cívico e pedagógico, intelectuais, nação, região.

ABSTRACT

João Simões Lopes Neto was a writer from Pelotas, Brazil, who lived between 1865 and 1916. He has been posthumously recognized for *Contos Gauchescos* (1912) and *Lendas do Sul* (1913). For these works, the author was considered a canon of gauchesco literature, the part of Brazilian literature that deals with the gaucho lifestyle. In 1904 and 1906 performed his *Conferências Cívicas* (Civic Conferences). These conferences together with the works *Artinha de Leitura* (a spelling-book) and *Terra Gaúcha: Histórias da Infância* (a book for practice reading) represent the core of what we call his civic and pedagogical project. By analyzing this project it is possible to notice the author's concern with the public education in his country, as well as the lack of nationalism inserted in it. Therefore, the purpose of this research is to think about the author from another point of view other than only literature, by analyzing him as an intellectual committed with his time. This engagement led him to read the works of other intellectuals and to establish new connections with them. In addition, he critically pointed out the problems of public education while creating a bold project to solve them, especially regarding primary education and the lack of a sense of nationality. Thus, it is possible to notice that the author created an interesting discursive form that aimed to present the homeland to the children. In this case, the land of Rio Grande do Sul, telling its history, its traditions and how it all fit the history of the nation as a whole. The main idea was to understand Brazil from a southern point of view. At the same time, that research corpus points to the possibility of a kind of reuse of this project in his literary works of a greater expression.

KEYWORDS: João Simões Lopes Neto, civic and educational project, intellectuals, nation, country.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Le Petit Simões 188?.....	37
Figura 2: Foto do Matrimônio de João Simões Lopes Neto e Francisca de Paula Meirelles	58
Figura 3: Publicidade dos Cigarros Marca Diabo	81
Figura 5 Publicidade da Marca Diabo	82

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
CAPÍTULO 1	24
1.1 JOÃO SIMÕES LOPES NETO – UM HOMEM URBANO.....	32
1.2 A EXPERIÊNCIA NOS JORNAIS – UM HOMEM DAS PALAVRAS.....	51
1.3 “[...] <i>A INDÚSTRIA É A VIDA DOS POVOS.</i> ” – JOÃO SIMÕES UM HOMEM DE NEGÓCIOS.....	69
1.4 O PENSAMENTO POSITIVISTA E SUA INFLUÊNCIA NO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE.....	86
1.5 A GAUCHESCA COMO EXPERIÊNCIA.....	97
CAPÍTULO II	109
2. JOÃO SIMÕES LOPES NETO: UM INTELLECTUAL E SEUS INTERLOCUTORES	109
2.1 CONEXÕES E REDES INTELLECTUAIS/TEXTUAIS.....	117
2.2.1 O PENSAMENTO INOVADOR DA “GERAÇÃO” DE 1870 E SEU IMPACTO	122
2.2.2 “TAL É, SRS, O MEU PARALELO: HUMILDE ARBUSTO ENTRE ÁRVORES FRONDOSAS [...]”.....	131
2.3 A TRAMA DAS IDEIAS.....	148
CAPÍTULO III	163
3.1A EDUCAÇÃO SERIA O CAMINHO PARA A “REGENERAÇÃO” DO POVO BRASILEIRO?.....	163
3.1.1 A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: PRIMEIROS PASSOS.....	164
3.1.2 A PRIMEIRA REPÚBLICA E A GUINADA EM DIREÇÃO À FORMAÇÃO DA PÁTRIA E DO CIDADÃO.....	171
3.2O PROJETO CÍVICO E PEDAGÓGICO MANIFESTADO EM SEU ÂMAGO..	178
3.2.1 AS CONFERÊNCIAS <i>EDUCAÇÃO CÍVICA</i> (1904-1906) – APRESENTAÇÃO DE UM LIVRO OU UM MEIO DE DIVULGAR IDEIAS.....	180
3.2.2 A ARTINHA DE LEITURA.....	199
2.2.3 <i>TERRA GAÚCHA</i> OU A “CRIAÇÃO” DA REGIÃO/NAÇÃO.....	210
CONSIDERAÇÕES FINAIS	234
REFERÊNCIAS	245

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

João Simões Lopes Neto foi fascinante e sua trajetória de vida foi marcada pelo trânsito entre os mais diversificados meios onde exerceu as mais diversas funções. Da infância na estância do avô, à juventude na corte e sua posterior maturidade na cidade de Pelotas (1865 e 1916¹), Simões Lopes Neto foi jornalista, despachante, “empresário”, professor, entre outras atividades. Dedicou-se, também, de forma assídua a realizar conferências e discursos, era um homem das palavras, do discurso à escrita. No entanto, a atividade de escritor permeou toda a sua trajetória, seja como colaborador e redator de alguns jornais de sua cidade natal – Pelotas – seja como escritor de literatura e teatro. Talvez esse seja o maior motivo para que o autor seja tratado, na maioria das pesquisas em que o envolvem, como escritor e, sobretudo, por causa de suas obras máximas *Contos Gauchescos* (1912) e *Lendas do Sul* (1913), como escritor regionalista.

Contudo, refletir acerca de João Simões Lopes Neto como um intelectual de seu tempo, percebendo as demandas do mesmo e refletindo sobre a problemática da nação, se constitui em uma abordagem nova na bibliografia que trata do autor e de sua obra. Dessa maneira, buscando essa outra face do autor, a presente pesquisa o leva em conta como um intelectual engajado e preocupado com a questão da nação e, segundo ele, com a falta de uma educação voltada para o civismo. Diferente da maioria das pesquisas, aqui o autor será analisado não somente como um escritor de literatura regionalista – embora esse também seja um assunto de interesse para essa investigação –.

Cabe salientar que a “documentação oficial” sobre o autor e sua obra não é muito extensa, além de desconstruída². Por exemplo, não temos muitas informações sobre as leituras que realizou, os autores que o inspiraram, entre outras informações de importância ímpar. Em sua maioria, essa documentação, encontra-se em acervos

¹ João Simões Lopes Neto viveu durante quase toda a sua vida em sua cidade natal Pelotas no interior do estado do Rio Grande do Sul. Exceção é o período curto que passou no Rio de Janeiro afim de concluir seus estudos. As informações sobre esse período são bastante incertas, estima-se que ele tenha permanecido na Capital do Império de 1877 a 1884. Contudo, tanto as datas quanto ao que o autor se dedicou nesse período, que tipos de estudos estava realizando, por exemplo, são imprecisas. Para mais sobre a vida de João Simões Lopes Neto ver: DINIZ, Carlos Francisco Sica. **João Simões Lopes Neto, uma biografia**. Porto Alegre, RS: AGE/UCPEL, 2003.

² Digo desconstruída pois não há um único acervo que reúna a totalidade da obra do autor e, muito menos, documentação sobre sua vida. Dessa maneira, há vários “acervos” com diferentes documentações em diferentes lugares. Sem falar nos “acervos” particulares, em sua maioria aberto apenas para um público bem restrito. Constantemente, encontram-se nesse tipo de acervo, documentos inéditos. Infelizmente, apenas alguns vêm à público.

particulares, que muitas vezes privam o acesso aos pesquisadores. Sabemos que João Simões Lopes Neto foi inspirado por alguns autores porque ele mesmo refere em suas conferências, discursos e outras comunicações, no entanto, não temos registro acerca de sua biblioteca pessoal, ou outras leituras que tenha feito, a não ser as que deixou registrada nos poucos documentos que estão disponíveis para pesquisa. Fausto Domingues (2016, p.15-16), que comprou um acervo do autor que estava sob posse do falecido Mozart Victor Russomano, constata que a biblioteca pessoal de João Simões Lopes Neto se perdeu. Segundo Domingues os livros que pertenceram à biblioteca do autor se perderam

[...] repartidos entre familiares, distribuídos por acervos alheios, vendidos como sobras e restos, escondidos no fundo escuro de prateleiras empoeiradas, carcomidos por fungos e traças, deixaram tênues indícios de sua efêmera existência. Deles, de sua organização, dos critérios de seleção, do seu número e abrangência, pouco ou nada sabemos. Temos plena ciência, entretanto, que foi através deles, consumindo o combustível de opaco candeeiros, em leituras diuturnas, em ansiosas buscas de saber, que o escritor, quase autodidata, moldou seu pensamento e sua tessitura intelectual. Nos últimos anos, com a instabilidade de sua vida, sempre de mala pronta, impelido a mudar de domicílio, indo morrer em casa acanhada e emprestada, sua biblioteca não escaparia à amarga e devastadora tempestade das dispersões. (2016, p.15)

Contudo, suas publicações em jornais, seus discursos e conferências nos trazem indícios valiosos que, somando as suas biografias nos ajudam na tarefa de revelar o seu *espaço de experiência*, e a partir dele poderemos constatar, baseado em vivências do autor³, o que pensava, baseado em quê, porque acreditava nisso ou naquilo, e, tão logo, constatar o que estava no seu *horizonte de expectativa*.

Sua inquietude intelectual o levou à vários caminhos, entre eles, o que nos interessa de forma substancial para essa pesquisa: sua dedicação à uma espécie de “campanha nacionalista” que tinha por objetivo além, obviamente, de tratar de temas nacionalistas, propor seu projeto de educação cívica e pedagógica. Dessa maneira, Simões Lopes Neto estava atento as demandas do final do século XIX e início do XX no Brasil. Nesse período, o país ainda era uma nação muito jovem e em formação, que carregava o jugo de ter sido por muito tempo colônia de Portugal, Reino Unido e Império, saindo da condição de uma monarquia apenas com a Proclamação da República em 1889. A partir

³ Ao contrário da “documentação oficial”, que não é ampla, existem uma série de obras de cunho biográfico sobre o autor, assim como um vasto corpus de pesquisas publicadas acerca do autor e de sua obra, em sua maioria sobre a perspectiva do mesmo enquanto escritor regionalista. Essas obras, sejam elas de cunho biográfico ou pesquisas específicas serão analisadas enquanto corpus documental para essa pesquisa. Some-se a esse corpus as obras publicadas do autor.

desse momento, intelectuais de todo o país se dedicaram de forma mais profícua para a construção da nacionalidade brasileira⁴.

Podemos dizer, que Simões Lopes Neto foi um desses intelectuais, que buscava por meio de conferências atingir um grande público. No final do século XIX e início do XX era comum que intelectuais, escritores e outros proferissem conferências sobre diversos assuntos, pois era uma maneira de expressar e propagar ideias, além de gerar debates. A partir de conferências, alcançava-se um grande público e as posteriores publicações das mesmas eram populares. Além disso, grande parte da população não era letrada ou com baixo grau de escolaridade⁵, assim as conferências se tornavam um meio popular de comunicar e educar as massas e, nesse sentido, os escritores tinham papel fundamental. Contudo, levando em conta que tais conferências aconteceram em clubes sociais e bibliotecas municipais, podemos supor que, a maioria do público dessas conferências eram pessoas letradas de segmentos médios ou abastadas da sociedade.

Cabe aludir que o autor foi membro e entusiasta do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), o mesmo chegou ao poder com a Proclamação da República em 1889. A base social desse grupo, segundo Kühn (2011, p.103), era formada por indivíduos provenientes de latifundiários pecuaristas, coligados com os setores médios urbanos. Ainda, segundo Kühn (2011, p.103), o PRR tinha por ideologia o Positivismo, mas de maneira não ortodoxa; a “adaptação” do Positivismo para o contexto gaúcho permitiu a implantação de um projeto capitalista, com a realização da modernização econômica, principalmente no setor de transportes e com a alianças realizadas com os “segmentos médios” e os grupos das regiões de colonização que ampliaram a base política do governo. Outro importante passo a caminho da modernidade que o PRR adicionou ao seu plano de governo, foi a questão da implementação da escola pública, destinada a expansão do

⁴ Também é objeto dessa pesquisa compreender o pensamento desses intelectuais contemporâneos à Simões Lopes Neto e, captar como as ideias entre eles se aproximam ou se distanciam. Cabe lembrar também, que outros já haviam se dedicado a pensar sobre a nação brasileira anteriormente, como alguns Egressos de Coimbra que fizeram parte da Assembleia Constituinte de 1823. Esta Constituinte tinha por objetivo formar a primeira Constituição do Brasil (Para saber mais ver: GAUER, Ruth Maria Chittó. **A Construção do Estado-Nação no Brasil. A contribuição dos egressos de Coimbra.** - Curitiba: Juruá, 2001.). No entanto, é no início do século XX que há uma movimentação mais ativa e “panfletaria” no sentido de pensar e criar uma nacionalidade brasileira.

⁵ De acordo com Moacyr Flores (1993, p.136) por volta de 1893, o governo estadual exercia uma “ditadura científica” para manter a ordem e obter o progresso, 74% da população não sabia ler nem escrever. O jovem que conseguisse se formar no ginásio, o que equivale ao ensino básico hoje, estava apto para trabalhar na função e no comércio.

ensino. Inspirados pelas ideias de Comte, os membros do PRR, fizeram com que o Positivismo estivesse no cerne das ideias a serem propagadas à toda população.

Franklin Baumer (1990) analisa o Positivismo como parte de um movimento maior do século XIX que ele denomina: Neo-Iluminismo. Faziam parte desse grupo, de acordo com Baumer (1990, p.59), “radicais ingleses, a que Mil se refere, os positivistas franceses, os jovens hegelianos da Alemanha e determinadas categorias de ‘realistas’, cientistas, liberais e socialistas de toda a Europa”. De acordo com Baumer (1990, p.61), esse grupo possuía traços gerais do Antigo-Iluminismo como:

[...] a mesma aversão pelo sobrenatural e pela metafísica; a mesma ênfase na ciência e no ‘livre pensamento’ (no sentido da crítica da tradição religiosa); a mesma preocupação com os problemas sociais e o ativismo social; o mesmo otimismo quanto à natureza humana e à história. O Neo-Iluminismo, tal como o Antigo, era, na sua essência, mais realístico do que Romântico, apesar do que retirou do Movimento Romântico. [...]

Outra característica desse movimento é que ele possuía um sentido de mudança muito mais profundo, segundo Baumer (1990, p.61-62), isso se deu porque tal movimento surgiu depois da Revolução Francesa e concomitante à Revolução Industrial. A maioria dos seus oradores pensavam em termos de uma realidade em contínuo desenvolvimento e uma ordem social em transformação.

Dessa forma, podemos constatar que o contexto histórico, ideológico, político e social, no início da República no Rio Grande do Sul, trazia os ideais de modernidade, de um mundo em constante mudança, de uma sociedade racional buscando o progresso físico e intelectual e, para isso necessitava de uma população que fosse preparada para esse processo por meio da educação.

O Rio Grande do Sul precisava acertar o passo com o centro do país, enriquecido pela acumulação de capitais gerado pela indústria cafeeira, ou melhor dizendo, a internacionalização do capital a partir dos anos de 1870 gerou um mercado nacional competitivo e, nesse contexto o Estado do Sul revelou-se com baixa capacidade de acumulação de capital. Além do mais, tanto o Partido Liberal, quanto o Partido Conservador não representavam os interesses dos novos setores que surgiram com o novo sistema econômico em marcha. Com a queda do regime e a Proclamação da República, surge no Rio Grande do Sul o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), aliado aos militares, fortificando a tradição militarista do Estado. Nesse contexto

[...] tratava-se antes de implantar-se o capitalismo, para o que se apresentavam uma série de entraves. Ante mais problemas que se antepunham, o PRR propunha-se a realizar a modernização econômica exigida. A ideologia importada [Positivismo], posta a serviço das condições histórico-objetivas locais, fornecia os elementos básicos que norteariam as ações do grupo no poder: desenvolver as forças produtivas do Estado, favorecer a acumulação privada de capital e propiciar o progresso harmônico de todas as atividades econômicas. (PESAVENTO, 1980, p.46)

Inserido neste contexto, João Simões Lopes Neto proferiu as suas Conferências intituladas: *Educação Cívica*, em Pelotas e outras cidades do Rio Grande do Sul nos anos de 1904 e 1906, as quais tinham por finalidade alertar para os perigos do que ele chamava de “falta de uma educação cívica” e ainda propôs um livro de sua autoria que auxiliaria nessa tarefa “pátria”. Contudo, em suas Conferências, o autor não deixa claro o que entendia por nação, nacionalismo, patriotismo e civismo, apenas para citar algumas categorias que ele mesmo utilizou, todavia, a partir de suas ideias, podemos refletir sobre o que acreditamos que ele entendia por esses termos⁶. No entanto, é preciso lembrar, como exaltou Graig Calhoun (2007, p.25), que não há um primeiro nacionalista e tampouco um momento único em que as pessoas começaram a pensar e ter aspirações políticas e ideológicas em termos nacionalistas. O que houve foram várias mudanças históricas que convergiram para a produção de um nacionalismo moderno.

Anthony Smith (2000, p.185) argumenta que a história do nacionalismo é tanto a história de seus interlocutores, quanto da ideologia e do movimento em si. Para o autor, o nacionalismo emergiu em um período da história europeia e se manifesta somente em situações específicas. Além disso, os historiadores aparecem com destaque entre seus criadores e devotos e, também lideram as tentativas de compreendê-lo e avalia-lo⁷. O período ao qual o autor se refere é do surgimento da sociedade de massas, que “alterou não só o contexto de nossa vida individual como também o sistema político em que nossa sociedade está organizada. ” (BARRACLOUGH, 1973, p.119). A partir de novos processos industriais, nas décadas finais do século XIX, surgiu também uma nova organização industrial, concentrando um número expressivo de pessoas ao redor das

⁶ Reflexão mais apurada sobre os termos serão feitas em capítulo que analisará as conferências cívicas em sua totalidade.

⁷ Os historiadores colaboraram em larga escala com os primórdios do nacionalismo europeu e na historiografia da época do Romantismo. Depois da II Guerra Mundial os historiadores também figuravam entre os críticos e os opositores do nacionalismo, atribuindo à este conotações negativas, associando as ações nacionalistas à ações nocivas, de polícias sociais e culturais absurdas até o terror totalitário (SMITH, 200, p.185).

fábricas, foi nesses aglomerados urbanos que a sociedade de massas nasceu mudando assim toda a estrutura social. Segundo Barraclough (1973, p.120) a cena estava “montada para desalojar os então predominantes sistemas social e político burgueses, bem como a filosofia liberal que os sustentavam, substituindo-os por novas formas de organização política e social. ”.

Todavia, são muitas as correntes historiográficas, ideológicas e filosóficas que tratam da Nação e do Nacionalismo, algumas se aproximam, outras se distanciam, por exemplo: Fichte (2009) acreditava que as nações se construía por diversos pontos culturais como a língua e a religião, para ele a Nação formava o Estado. Já Renan (2011), acreditava que o Estado formava a Nação e essa se constitui em um *plebiscito diário*, ou seja, é construída, pensada e repensada sempre e, se modifica de acordo com os diferentes lugares, sociedades, tempos e etc. Essa ideia de mudança diária reforça o pensamento de que a nação não é algo estático, dado e imune às mudanças, além disso, Renan destacava que a nação também é feita das coisas que em comum lembramos e, que em comum, decidimos esquecer. Outra ideia de Nação, é a de Benedict Anderson (2008), para ele a nação é uma *comunidade política imaginada*. Segundo a perspectiva de Anderson, a nação ao ser imaginada é modelada, adaptada e transformada e os nacionalismos são produtos culturais específicos. A diferença entre as nações está nas formas pelas quais elas são imaginadas. Desse modo, “[...] a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz um sistema de representação cultural [...]” (HALL, 2006, p.49). A nação é uma comunidade simbólica e esse simbolismo é o que produz as ideias de lealdade e identidade nacionais. Estes são apenas alguns exemplos sintéticos acerca de autores e suas ideias sobre a nação, no entanto, é importante lembrar que existem ainda muitas outras diferentes vertentes historiográficas e ideológicas, com autores como: Elie Kedourie (1988), Hans Kohn (1962), Ernest Gellner (1993), Eric Hobsbawm (1990) e outros.

Contudo, importante definição de Nação para essa pesquisa é de Marcel Mauss (2017). Para ele (2017, p.70) a nação é “uma sociedade material e moralmente integrada, com poder central estável, permanente, fronteiras definidas, relativa unidade moral, mental e cultural dos habitantes, as quais aderem conscientemente ao Estado e as suas leis. ”. Ou seja, para que haja uma nação é preciso que toda a sociedade esteja integrada e tenha abolido toda e qualquer segmentação (clãs, tribos, reinos, entre outros). Pensando

no caso dessa pesquisa, constatamos que João Simões Lopes Neto buscava com sua construção discursiva, seja nas conferências cívicas, seja nos seus livros didáticos, essa integração nacional, prejudicada, segundo ele, pelo isolamento das regiões em um país de grandes dimensões geográficas como o Brasil. Apesar de ele exaltar a região, o que pode parecer um paradoxo à primeira vista, ele acreditava que cada região construindo a sua forma discursiva cultural poderia se conhecer melhor e conhecer as demais por meio da educação cívica, aprender assim, sobre todos os cantinhos desse imenso país, criando, dessa forma, um sentimento de unidade nacional, ou como sugeriu Mauss, de integração.

Para Mauss a nação é uma unidade política, ou seja,

[...] militar, administrativa e jurídica, de um lado econômica, de outro, e sobretudo essa vontade geral, consciente, constante de criá-la e transmiti-la a todos só se tornaram possíveis graças a uma série de fenômenos significativos que, posterior, paralela ou previamente, unificaram os demais fenômenos sociais. Uma nação digna desse nome possui sua civilização estética, moral e material e, quase sempre, sua língua. Possui sua mentalidade, sua moralidade, sua vontade, sua forma de progresso, e todos os cidadãos que a compõem participam, em suma, da Ideia que dirige. (MAUSS, 2017, p.77)

Dessa forma, essa unidade se expressa, por um lado pela pátria e, por outro, pelo cidadão. Para Mauss (2017, p.79) a noção de pátria exprime a totalidade dos deveres que os cidadãos têm perante o seu solo. Já a noção de cidadão exprime a totalidade dos direitos (políticos e civis) que possuem esses cidadãos em contrapartida dos deveres que devem cumprir. Para João Simões Lopes Neto, a questão dos deveres do cidadão em relação à pátria é bem clara, devendo amá-la acima de qualquer coisa. Através de uma educação cívica, pública e de qualidade o indivíduo adquiria para si a cidadania, ou melhor dizendo, ao receber uma educação cívica de qualidade o indivíduo desde pequeno receberia as noções de cidadania, ou seja, seus direitos e deveres em relação à Pátria. Segundo Ruth Gauer (2014, p.21-22) a ideia de cidadania está ligada ao pertencimento a uma entidade política territorial, já o conceito de cidadão se vincula à ideia de um indivíduo politicamente situado face ao estado. Dessa maneira, após as revoluções americana e francesa a ideia de súdito de um reino foi substituída pela ideia de cidadão de uma nação. Portanto, “[...] A invenção do sujeito moderno com base na igualdade, assim como os direitos individuais e as garantias constitucionais, passaram a ser incluídos no conceito de cidadania, o qual foi vinculado ao de nacionalidade.” (GAUER, 2014, p.22).

Dessa maneira, a ideia de cidadania ficou vinculada a ideia de cidadão de uma nação. Os direitos e deveres do indivíduo são os direitos e deveres de sua pátria. Nesse sentido, pertencer a uma nação garante certos direitos, assim como certos deveres. De acordo com Sobral (2007, p.140), ao tratar do caso de Portugal, o crescimento da educação pública elementar nos finais do século XIX foi um importante passo em direção à cidadania. Citamos essa passagem de Sobral, porque mesmo não se tratando do caso brasileiro, acreditamos que João Simões Lopes Neto acreditava que a educação cívica e pública era um importante passo para a formação da cidadania e, logo da nacionalidade brasileira. Acreditamos que, assim, como demonstraram os teóricos citados acima, João Simões Lopes Neto via a ideia de cidadania ligada à ideia de nacionalidade. Pensava em um cidadão mais consciente de seus direitos e deveres e logo de sua nacionalidade e, portanto, via na educação um importante caminho para essa consciência.

Carlota Botto (1996, p.16) em seu estudo que analisa desde o Iluminismo enciclopedista até a Revolução Francesa, constata que a atmosfera mental do século XVIII francês teve incalculável repercussão no discurso republicano brasileiro, seja no final do Império, seja em toda a Primeira República. Esse período citado pela autora, é o período em João Simões Lopes Neto viveu, pensou e elaborou seu projeto cívico e pedagógico, portanto, podemos dizer que estava imbuído dessas ideias. Segundo Carlota Botto (1996, p.16)

Do Iluminismo até a Revolução, vislumbra-se o surgimento de um espírito público no qual a pedagogia passa a ser a pedra de toque. Havia, sem dúvida, um Estado-nação a ser esculpido: o sentimento de pátria e a unificação linguística eram dispositivos imprescindíveis para tal empreendimento. A modernidade elegia a cidadania como referência e álibi para a sustentação de uma sociedade que não equacionava as distâncias e as desigualdades sociais. A cidadania, no entanto, exigia emancipação pelas luzes, pela erradicação do suposto obscurantismo. Reivindicar uma escola única, laica e gratuita, universalizada para todas as crianças de ambos os sexos, significava conferir legitimidade ao prospecto de regeneração e de emancipação inscrito naquele período que presenciava o acelerar da história. [...] A escola – como instituição do Estado – deveria gerir e proteger a República.

Isto posto, podemos constatar que o autor, de certa forma, era um herdeiro dessas ideias que tanto abalaram o final do Império e a Primeira República brasileira. A República representava um novo tempo, onde deveria ser exaltado tudo o que mais fosse nosso, genuíno, brasileiro para a formação dessa nacionalidade ainda tão embrionária. Cabe destacar ainda, de acordo com Calhoun (2007, p.44-45) que

[...] Es imposible definir aquello que las diversas formas de nacionalismo tienen en común a partir de una sola variable, como la construcción del Estado-nación, la industrialización, el desarrollo económico desigual o el resentimiento. Lo que es general es el discurso del nacionalismo.

[...]mi sugerencia de que tratemos el nacionalismo, ante todo, como una formación discursiva.

E pensando no caso de João Simões Lopes Neto, podemos dizer que o autor criou uma interessante forma discursiva de pensar a nação, a partir da história, geografia, tradições e costumes do Rio Grande do Sul e, logo, do Brasil. Além disso, podemos pontuar alguns aspectos para compreendermos melhor o que o autor desejava expressar quando fazia alusão à nação, pátria, nacionalismo, civismo e outros. Para isso, observaremos com bastante afinco ao longo desta pesquisa o seu projeto cívico e pedagógico, o qual é composto sobretudo, de suas *Conferências Cívicas* (1904 – 1906), da *Artinha de Leitura* (2013) e de seu livro de leitura *Terra Gaúcha* (2013)⁸.

Podemos considerar as *Conferências Cívicas* um modo que o autor encontrou de se fazer ouvir por um grande público e de divulgar suas ideias sobre a falta de uma instrução pública adequada e quais medidas deveriam ser tomadas para melhorar o ensino. Uma dessas medidas, seria um livro didático adequado ao ensino brasileiro. Para isso, propõe o seu livro de leitura *Terra Gaúcha* (2013)⁹, que apresenta uma interessante abordagem que parte da região Sul para contemplar aos poucos todo o Brasil. E, quando dizemos contemplar, queremos dizer que seu livro de leitura abrange aspectos muito mais complexos que apenas historinhas para que se treinasse a leitura. Há nele uma interessante construção discursiva que trata da história, da geografia, das lendas, tipos sociais, as “coisas nacionais”, além de várias historinhas morais, pois, era preciso moldar o caráter do pequeno cidadão. Já a *Artinha de Leitura*, é uma espécie de cartilha para ensinar a ler e escrever, produzido pelo autor para facilitar a alfabetização de crianças, simplificando o método de ensino da leitura e a Língua Portuguesa com uma espécie de “reforma

⁸ Acreditamos, como veremos mais detalhadamente mais adiante, que o autor possuía um projeto cívico e pedagógico, contudo, não podemos afirmar que ele o tenha elaborado de forma sistemática e organizada. Mas, ao observarmos a documentação, podemos constatar nexos bastante grandes entre algumas obras e ações e, para esta pesquisa, elencamos, sobretudo, as três obras citadas, tendo a compreensão que outros autores incluem outras obras e ações de João Simões Lopes Neto à essa ideia de projeto.

⁹ Cabe aludir que os manuscritos da *Artinha de Leitura*, como os de *Terra Gaúcha* ficaram perdidos por muitos anos, sendo publicados apenas em 2013, por isso a data tão recente.

ortográfica”¹⁰. Mas, pode também ser percebida como um arrobo nacionalista pois, a partir de nossas pesquisas constatamos que o autor buscava uma uniformização da língua portuguesa, ao mesmo tempo que buscava diferenciá-la do português de Portugal, como expomos no terceiro capítulo desta pesquisa.

Muitas foram as questões que apareceram ao longo desta jornada, assim como muitos também foram os pontos que aos poucos foram perdendo importância e acabaram por não compor essa análise. Mas, fazer história é isso, é preciso fazer escolhas: fontes, métodos, teorias, enfim, de acordo com Certau (1982, p.81), “[...] tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira”. Assim, nos munimos das fontes e buscamos fazer questões à elas. Conforme as respostas iam surgindo, uma trama peculiar ia se formando, para que o leitor compreenda essa trama, optamos por organizar essa tese em três capítulos.

No primeiro capítulo, buscamos analisar o campo de experiência vivido por João Simões Lopes Neto, ou seja, quais experiências vividas pelo autor o ajudaram a compor o seu projeto cívico e pedagógico e, por conseguinte, a região e a nação? Para isso, elencamos cinco pontos de experiência que acreditamos, foram essenciais para a formação do pensamento de época do autor. O primeiro ponto tange a sua experiência urbana, pois, o autor foi um homem essencialmente urbano, apesar de tratar com frequência de temas do campo, muito moderno e atento as novidades de sua época. O segundo ponto, configura a experiência de João Simões Lopes Neto enquanto jornalista e, é um dos pontos mais importantes já que o autor foi jornalista a vida inteira, de forma amadora ou como editor, foi nos jornais de sua cidade que o autor desenvolveu sua escrita e constituiu redes de sociabilidade. O terceiro ponto, trata do autor como empreendedor de indústrias. Essas, representavam um enorme avanço no caminho da humanidade para o progresso, portanto, investir nelas tratava-se de um ato de empreendedorismo, mas, sobretudo, de nacionalismo, tendo em vista que visava desenvolver a indústria brasileira. O quarto ponto, versa sobre a influência do positivismo e a atuação do PRR no Estado, dessa forma, versa sobre o autor enquanto um republicano. O último, porém, não menos

¹⁰ De acordo com Garcez (2013, pp.159) no início do século XX somente Brasil e Portugal eram estados nacionais que tinham a língua portuguesa como língua oficial de fala e escrita. Nos dois estados o índice de analfabetismo era grande nesse período, no Brasil em 1920, por exemplo, cerca de 65% da população com 15 anos ou mais era analfabeta. Faltava políticas públicas nesse sentido e, por conseguinte, materiais didáticos para o ensino da leitura. Assim, constata-se que Simões Lopes Neto detectou desde muito cedo esse problema e tentou uma solução com sua *Artinha de Leitura*, visando, segundo Garcez, além de ensinar a ler, formar leitores.

importante, é a questão da Gauchesca, da tradição gauchesca, que permeia a vida do autor e se expressa em suas obras máximas, consagradas postumamente pela crítica.

Tendo o seu *campo de experiência* em mente, podemos analisar a segunda questão que se coloca: foi João Simões Lopes Neto um intelectual? O que significa ser um intelectual? Para responder tais questões buscamos uma série de definições teóricas (Sirinelli, Denis, Koselleck, Sowel, entre outros autores). Buscamos analisar igualmente o conceito de ideias força (Fouillé), bem como o impacto do pensamento inovador que tomou o Brasil nos anos de 1870 e 1880. Analisamos também as ideias de João Simões Lopes Neto e como elas “dialogavam” com outros intelectuais contemporâneos ou não. Assim está estruturado o segundo capítulo desta tese.

Por último, com o *campo de experiência* e as questões relacionadas as ideias expostos, podemos analisar no terceiro e último capítulo a questão primordial levantada pelo autor: a educação e seu projeto cívico e pedagógico. Assim, nos questionamos se a educação era notada como um meio de “regenerar” o povo, analisamos como a instrução pública se desenvolveu no Brasil naquela época e quais eram as perspectivas do autor em relação à isso. Ao analisarmos seu projeto cívico e pedagógico, especialmente, as *Conferências Cívicas*, *Artinha de Leitura* e *Terra Gaúcha* encontramos um consistente projeto que, por força do destino, não chegou a ser levado a cabo. Mas que contemplava o Brasil a partir do Sul, avivando assim, o sentimento e a identidade nacional, a esperança em um futuro que não se podia mensurar, mas que com a participação de toda a sociedade elevaria a pátria, ainda jovem, a mais alto grau de prestígio.

Assim está disposta a trama que encontramos ao realizar essa pesquisa. Temos total consciência de que fizemos um recorte histórico, elencamos teorias e métodos historiográficos, bem como fontes e, que uma história total é praticamente impossível. Mas, buscamos de forma honesta tratar desse autor tão interessante, tão inventivo, que ainda hoje, cem anos após a sua morte, sempre tem algo novo a oferecer. Tratar de João Simões Lopes Neto como um intelectual refletindo a nação não é uma abordagem corriqueira e, pretendemos com essa tese, desvelar um pouquinho mais sobre esse autor tão multifacetado.

CAPÍTULO 1

“...INTELECTUAL PELOTENSE, JORNALISTAS E TEATRÓLOGO JOÃO SIMÕES LOPES NETO, DA ILUSTRE ESTIRPE DO VISCONDE DA GRAÇA...”¹¹

Todos nós, ao longo de nossas vidas, acumulamos experiências que inseridas em nosso contexto histórico e social, nos fazem ter uma percepção de mundo diferenciada, única, pois, a maneira como cada um de nós vivencia essas experiências nos leva a caminhos bastante distintos. Dessa forma, com a finalidade de analisar as experiências vividas por João Simões Lopes Neto que o ajudaram a compor suas ideias, bem como, sua narrativa sobre região é que esse capítulo se desenha.

Dessa forma, precisamos “conhecê-lo”, precisamos analisar o contexto histórico em que está inserido, suas ações e suas criações. Portanto, João Simões Lopes Neto viveu entre os anos de 1865 e 1916. Durante esse período de 51 anos exerceu as mais diversas atividades e transitou pelos mais diversos meios sociais. O que para alguns críticos literários e biógrafos pode parecer uma inconstância de seu “espírito”, uma contradição ou, até mesmo, dispersão¹², para nós, demonstra uma tendência de época, pois, era bastante comum que intelectuais possuíssem várias ocupações e desenvolvessem vários projetos ao mesmo tempo¹³, mais um ponto de análise do autor dentro de seu contexto. Além do mais, dedicar-se a diversas atividades, bem como, estar inserido em diversos meios demonstra o quão versátil o autor pode ter sido, enriquecendo sua trajetória com experiências bastante diversas.

Segundo o historiador Reinhart Koselleck (2006, p.306), todas as histórias foram construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou sofrem. Logo,

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições,

¹¹ Palavras do historiador Mário Osório Magalhães ao se referir à João Simões Lopes Neto em seu texto: Simões Lopes Neto e Pelotas: Influência da cidade na obra regionalista de seu maior escritor. IN: **História em Revista**. Publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. vol.8, 2002. – Pelotas: Editora da UFPel, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/02/08.-Mario_Osorio_Magalhaes.pdf>. Acesso: 02/02/2018.

¹² Autores como Carlos Reverbel (1981) e Aldyr Garcia Schlee (2010) apontam as inconstâncias e “contradições” na vida do autor.

¹³ Como Olavo Bilac e Coelho Neto, por exemplo.

sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. (KOSELLECK, 2006, p.310)

Analisar as experiências de João Simões Lopes Neto colaborará para que possamos compreender mais amplamente suas ideias e suas construções discursivas que serão investigadas no decorrer dessa pesquisa. Por ora, outro ponto se mostra fundamental, estamos falando do contexto histórico e social ao qual o autor estava inserido. É este contexto que fez com que o autor pensasse e elaborasse determinadas coisas, foi inserido neste lugar que o autor viveu suas experiências. Assim, compreender o autor inserido em seu contexto é ponto chave para essa pesquisa. Cabe salientar, que o período em que o autor viveu se caracteriza por uma série de mudanças históricas e sociais que permearam o mundo e, de acontecimentos de importância ímpar para a História do Brasil e do Rio Grande do Sul. Como a Guerra do Paraguai, o apogeu e declínio das charqueadas, a Proclamação da República, a Abolição da Escravidão, a Revolução Federalista de 1893, os governos do Partido Republicano no Rio Grande do Sul com Júlio de Castilhos e, posteriormente, Borges de Medeiros, a imigração europeia (sobretudo a alemã e a italiana), apenas para elencar alguns exemplos.

Sua época foi marcada por constantes e rápidas transformações. De acordo com Barraglouh (1973), a chamada Segunda Revolução Industrial modificou para sempre a vida das populações ao redor do mundo, com maior ou menor impacto. A industrialização crescente começou a influir na condição de vida das massas, com seus novos materiais, novas fontes de energia e aplicação do conhecimento científico à indústria. O crescimento urbano sem precedentes nos arredores das fábricas formou uma massa urbana que deu origem a sociedade de massas. Foi nesse período, que a Medicina sofreu um avanço considerável, com o auxílio da energia elétrica e de novos conhecimentos aplicados, surgiu, por exemplo, os antibióticos. A agricultura, também com o auxílio das novas tecnologias aplicadas ao campo, sofreu grandes avanços e, a pasteurização do leite para o consumo geral tornou-se ordinário a partir de 1890. Obviamente, a evolução na Medicina auxiliou a sobrevivência dessas massas urbanas, que, precisavam se alimentar em grande escala, impulsionando assim os avanços na agricultura. Em linhas gerais, esse também foi o período no “neo-mercantilismo” e do imperialismo que, somados às novas tecnologias encurtou distâncias, dando mais alguns passos em direção à globalização.

Dessa maneira, quando o autor escreveu suas obras no início do século XX, o mundo já havia presenciado, há pouco tempo, por exemplo, a Guerra Franco-Prussiana, a Conferência de Berlim, a Unificação da Itália e da Alemanha. Os estados europeus estavam reivindicando a chamada Partilha da África. No Brasil, a escravidão tinha sido abolida recentemente, bem como a Proclamação da República ainda era um fato novo. Portanto, transformações bastantes significativas que provocaram a mudança de perspectiva de uma época.

No que tange o campo das ideias, o século XIX representou uma multiplicidade de pensamentos sem precedentes. Franklin Baumer (1990) em seu estudo sobre o pensamento europeu moderno, agrupou essa infinidade de pensamentos em 4 “mundos” distintos: o *Mundo Romântico* (onde todas as questões foram reexaminadas à luz da razão e da imaginação), o *Mundo do Neo-Iluminismo* (o mais otimista, trazia a ciência como esperança para a humanidade em busca de um futuro brilhante), o *Mundo Evolucionário*, ou *Darwinismo*¹⁴ (pode ser observado como uma segunda fase do *Neo-Iluminismo*, porém mais sóbrio que este), ajudou a moldar o *Fin-de-siècle*, o último “mundo” e mais difícil de ser caracterizado porque foi o menos unificado em termos de pensamento. Importante ressaltar, que estes “mundos” colidem uns com os outros e, não se estacam no século XIX. Por isso são tão importantes para essa análise, pois as correntes de pensamentos ultrapassam as temporalidades, se modificam, se moldam, e através dos intelectuais podem trazer novos sentidos para antigas questões.

Isto posto, cabe dizer que de alguma forma esses pensamentos que permearam o século XIX chegaram à João Simões Lopes Neto. É possível observar, por exemplo, em suas Conferências Cívicas aspectos do Romantismo que, de certa forma, moldou os primeiros pensamentos acerca da formação nacional na Europa¹⁵, do Evolucionismo ou Darwinismo – num sentido de melhoramento da espécie humana – e, principalmente, do Neo-iluminismo, destacando a corrente positivista de Augusto Comte.

¹⁴ A compreensão da Teoria da Darwin só foi possível após a compreensão do tempo geológico, que é diferente do tempo histórico. A teoria de Darwin acaba com a ideia de fixidez e se baseia na ideia evolução de tudo o que é vivo. A partir desse pensamento, o mundo e, por conseguinte, a humanidade está sempre em constante evolução.

¹⁵ E por que não dizermos, também no Brasil? Se pensarmos nas primeiras construções literárias sobre o Brasil e o brasileiro, como José de Alencar, por exemplo, observamos muitos aspectos do Romantismo. Para mais sobre nacionalismo e romantismo ver: BERLIN, Isaiah. A Apoteose da vontade romântica: a revolta contra o mito de um mundo ideal (p.558-584). IN: BERLIN, Isaiah. **Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios**. Companhia das Letras, 2002, 717 p.

O pensamento positivista aparece em várias ideias do autor, não obstante, o Positivismo representou uma importante matriz de pensamento no Brasil no final do século XIX e início do XX, contudo, no Rio Grande do Sul as ideias positivistas de Comte foram adotadas como ideologia política pelo governo do Partido Republicano Rio-Grandense. Assim, muitas medidas adotadas pelo governo do PRR no Rio Grande do Sul provinham do pensamento positivista, mantendo sempre a sua máxima “ordem para o progresso” (ainda hoje estampada na bandeira nacional brasileira). João Simões Lopes Neto era membro do PRR e vivenciou parte do período de governo do Partido no Estado, bem como a Revolução Federalista de 1893, embora não tenha participado desta de nenhuma forma.

Contudo, tendo em vista que o autor nasceu no ano de 1865, constatamos que ele vivenciou com mais discernimento o período do *Fin-de-siècle*, no qual o método iluminista foi especialmente reinterpretado e reforçado pelo darwinismo, representando assim, a principal corrente de pensamento do século XIX (BAUMER, 1990, p.129). Esta foi uma época frágil e,

[...] imperfeita porque, estritamente falando, este mundo representava não tanto um fim como um princípio. Isto é, continha em si sementes de uma nova espécie de modernidade científico-racionalista que viria a amadurecer durante o desenrolar do século XX. [...] Era um mundo em revolução, não só contra o Positivismo, mas contra todos os padrões dos valores e convenções burguesas, e o racionalismo e convencionalismo burguês em geral. (BAUMER, 1990, p.132)

Mesmo com a “revolta contra o Positivismo”, ou melhor, com a revolta contra o cientificismo e não contra a ciência em si, esse movimento ganhou força. O corpo principal de pensadores ainda acreditava na ciência e na razão para a obtenção do progresso. Apesar disso, essa foi, ao mesmo tempo, uma época de incertezas, de crítica às explicações puramente científicas, à exploração do inconsciente, da intuição e dos instintos do homem, ou seja, de um psicologismo crescente. E, mesmo assim, a crença no progresso se mantinha forte, mesmo com o chamado declínio, ou sentimento de decadência contemporânea causada por uma crise espiritual, ou seja, com o declínio de velhas crenças e o vazio religioso e metafísico causado pelo culto à ciência (BAUMER, 1990). Nesse contexto, cabe destacar que João Simões Lopes Neto era um crente do progresso, que seria alcançado por meio de uma educação cívica adequada, que formaria uma sociedade mais esclarecida sobre si, gerando um sentimento nacional.

Obviamente que, para a obtenção desse progresso a sociedade, além da educação, precisava se modernizar, num sentido de inovação. E foi esse também, um período de grandes inovações na Indústria, Ciência e Tecnologia, além dos avanços na Medicina, Higiene e Nutrição. Os avanços na Medicina somados com a criação, por exemplo, dos antibióticos, de vitaminas e hormônios, gerou uma nova perspectiva de vida para uma grande massa urbana que se dedicava ao trabalho nas fábricas, formando assim, a sociedade urbana industrial. Para alimentar essa grande massa, transformações tecnológicas também foram empreendidas na agricultura. Nesse sentido, também surgiram novas técnicas de refrigeração, como os navios refrigerados. Ademais as estradas de ferro e as inovações nas viagens marítimas, encurtaram as distâncias, juntamente com a tecnologia dos telégrafos. A abertura do Canal do Suez (1869), por exemplo,

[...] reduzira a distância entre Europa e o Ocidente, e o tráfico por ele admitido triplicou entre 1876 e 1890. Os produtos coloniais ultramarinos, tais como o chá da Índia e o café do Brasil, apareceram em massa nos mercados europeus, convertendo-se a Argentina em um dos principais exportadores de carne. O resultado conjunto foi pôr-se em marcha algo não longe de uma revolução nos métodos de alimentação de uma população industrializada e urbana. (BARRACLOUGH, 1973, p.49)

Estava aberta aí a porta para a integração mundial e começo de um *Novo Imperialismo*¹⁶. Dessa maneira, por mais longínqua e jovem que fosse a nação, ou a cidade, ela não ficou imune à essas grandes mudanças, pelo menos alguma coisa chegou até elas, nem que fossem em notícias. De acordo com Barraclough (1973, p.62), para os habitantes das nações industriais, e mesmo os que viviam fora delas, as condições de vida mudaram de forma fundamental. No final do século XIX, momento em que João Simões Lopes Neto já era adulto e vivenciava as experiências urbanas, ficou evidente, segundo Barraclough (1973, p.63) que a revolução iniciada na Europa era uma revolução mundial e que em nenhuma esfera, seja ela tecnológica, social ou política, esse impulso poderia ser defrontado, sustentado ou restringido.

¹⁶ Para Barraclough (1973, p.56) o Novo Imperialismo “[...] se trata de um movimento mundial, em que todas as nações industrializadas, incluindo os Estados Unidos e o Japão, se envolveram. [...] Foi de outras potências que o impulso subjacente no “novo imperialismo” partiu – de potências que calculavam ser o vastíssimo império britânico a fonte de seu poderio e pensavam as suas próprias e recentes fundadas forças industriais lhes davam o direito e criavam a necessidade de adquirirem um “lugar ao sol”. ”.

Marshall Berman (1986, p.15) caracteriza a modernidade como uma experiência vital, para ele “Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.”. Seguindo a definição de Berman, podemos afirmar que João Simões Lopes Neto foi um homem que viveu essa experiência. Que se viu em um ambiente urbano em constantes transformações materiais, sociais e de mentalidades e, que viu, igualmente, toda uma tradição rural – que sustentou financeiramente o progresso da sua cidade – aos poucos ficar para trás e, quiçá, desaparecer. Berman (1986, p.16), afirma que muitas pessoas provavelmente experimentaram a modernidade como uma ameaça radical a toda a sua história e tradições, contudo, segundo o filósofo, no curso de cinco séculos a modernidade também desenvolveu uma rica história e uma variedade de tradições próprias.

Agora pensemos, João Simões Lopes Neto, um intelectual, em meio a todas essas transformações, vivenciando de perto e atento cada momento, certamente não ficou imune ao sentimento de turbilhão da vida moderna, do qual que nos fala Berman (1986, p.16),

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes urbanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo da vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu *habitat* ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muito vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados Nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder [...].

“Imerso” nesse turbilhão, João Simões Lopes Neto externou suas preocupações, foi um entusiasta do progresso e ao mesmo tempo um zelador da tradição, buscando o equilíbrio necessário entre o moderno, o novo, e a constituição da memória regional e, por conseguinte, nacional. Para manter, de alguma forma, viva uma espécie de tradição.

Tendo em mente esse contexto histórico e social, pensando o autor como um intelectual, vivendo a experiência da modernidade, ou melhor dizendo, levando em consideração as suas experiências vividas e, com o objetivo de analisar e constatar as essas experiências é que este capítulo se desenha. Entretanto, esta não é uma tarefa fácil

pois, o autor se dedicou, como já dissemos, à muitas atividades e circulou por diversos meios sociais. Apenas para que se tenha ideia, atuou como: jornalista colaborador e posteriormente profissional e editor chefe de redação, professor na Escola de Comércio do Clube Caixeral¹⁷ de Pelotas, 2º notário da cidade¹⁸, Presidente da União Gaúcha¹⁹ (1904), Presidente da Associação Protetora dos Animais (1911), Capitão da Guarda Nacional, Membro e fundador da Academia de Letras do Rio Grande do Sul (1910, ainda sem possuir nenhum livro publicado), escritor de teatro e literatura (contos, poemas, triolets²⁰, crônicas, lendas e outros). Essa dedicação à uma infinidade de atividades certamente enriqueceu sua experiência, pois pôde transitar por diversos meios e conhecer pessoas de todas as ordens, o que lhe proporcionou uma visão mais ampla acerca de vários temas. Contudo, não podemos correr o risco e, nem temos a pretensão, pois sabemos impossível, de fazer uma História Total que abarque tudo sobre o autor, até mesmo porque não é nossa intenção escrever mais uma biografia. Por isso, elencaremos e analisaremos as experiências, que acreditamos, nos auxiliarão de forma substancial para a melhor compreensão do tema da tese.

Outro ponto importante é que o autor não possuiu uma instrução formal, ou seja, não se encontrou, até o momento, nenhuma documentação referente a sua presença em instituições de ensino²¹. Logo, nosso foco nesta pesquisa, norteado pelas fontes são as experiências vividas pelo autor que nos ajudaram a formular o raciocínio de um intelectual pensando a nação em sua época. Além disso, trabalharemos com o que Baumer

¹⁷ No jornal A Opinião Pública de 03 de dezembro 1910 o nome de João Simões Lopes Neto aparece em notícia sobre os exames finais da Academia de Comércio do Clube Caixeiral. O autor compôs a “mesa examinadora” da prova oral de Italiano. O que nos faz supor que tinha conhecimento da língua em questão.

¹⁸ No jornal A Federação de 08 de junho de 1904 lê-se: “Perante ao dr. Juiz da comarca de Pelotas, prestou compromisso para o cargo de segundo notário do município o nosso correligionário tenente João Simões Lopes Netto.” O chamam de correligionário porque era membro filiado do PRR e tenente porque foi tenente da Guarda Nacional, sendo posteriormente elevado à capitão.

¹⁹ A União Gaúcha é a entidade tradicionalista mais antiga do Rio Grande do Sul. Foi fundada em Pelotas em 1889, antes mesmo de existir o Movimento Tradicionalista Gaúcho (1966), hoje, ainda em funcionamento, chama-se União Gaúcha João Simões Lopes Neto. Ao contrário do que muitos pesquisadores reproduzem o autor não foi fundador da União Gaúcha, tornando-se membro da mesma somente em 1901. Em 1904 presidiu a entidade.

²⁰ “Triolet” é uma espécie de poema de forma fixa, originário da França (século XIII), caiu em desuso no século XVI e retornou com o parnasianismo. Em síntese, são estrofes de 8 versos, sendo o 1º, o 4º e o 7º repetidos; a 8º repetição do 2º. “A adequação das *“Balas de Estalo”* a essa forma demonstra um pouco do adestramento de Simões às técnicas poéticas em voga no seu tempo.” (CHIAPINNI, 1988, p.29). Arthur Hameister, colega de jornal de João Simões Lopes Neto em 1888, argumenta, segundo Moreira (1983, p.5), que iguais aos triolets do autor só havia os de Fontoura Xavier.

²¹ Sobre esse tema específico trataremos na sequência deste capítulo, no item *JOÃO SIMÕES LOPES NETO – UM HOMEM URBANO*.

(1990, p.23), citando o filósofo Fouillé, chamou de “ideias-força”, que são aquelas ideias que ganham força em si, se mantêm através dos tempos, se incorporando na sociedade e permanecendo, como a ideia de liberdade, por exemplo.

Como a documentação oficial referente ao autor é escassa, nos valeremos aqui de duas biografias que abarcam sua vida e sua obra, são elas: *Um Capitão da Guarda Nacional: vida e obra de J. Simões Lopes Neto* de Carlos Reverbel (1981) e *João Simões Lopes Neto: uma biografia* de Francisco Sica Diniz (2003). Além de outras obras que tratam do autor como: *No Entretanto dos Tempos: Literatura e História em João Simões Lopes Neto* de Lígia Chiappini e *Simões Lopes Neto: Regionalismo e Literatura* (1982) de Flávio Loureiro Chaves. A produção de João Simões Lopes Neto também será levada em conta aqui, não só suas obras máximas, mas suas *Conferências Cívicas*, realizadas em Pelotas e outras cidades do Rio Grande do Sul nos anos de 1904 e 1906. Somam-se a esse corpus documental, outros discursos e artigos do autor e notícias de jornais referentes a ele e/ou a suas obras. A cartilha para o ensino da leitura, *Artinha de Leitura* e o livro didático *Terra Gaúcha* também compõem esse corpus documental. Não obstante, a coletânea de textos variados, de cunho jornalístico, de João Simões Lopes Neto idealizada por Ângelo Pires Moreira – *A Outra Face de J. Simões Lopes Neto* (1983) – também consiste em importante fonte.

Para que possamos analisar com mais afinco as experiências vividas pelo autor, tomaremos como importante ferramenta a categoria histórica *espaço de experiência*, elaborada pelo historiador Reinhart Koselleck²². Segundo o historiador, essa categoria, somada com outra, também criada por ele e denominada *horizonte de expectativas*, são capazes de fundamentar a possibilidade de uma história (KOSELLECK, 2006, p.306), por meio das experiências vividas pelos indivíduos que a compõem. Além disso, como categorias históricas, experiência e expectativa, equivalem às categorias de espaço e tempo (KOSELLECK, 2006, p.307). Contudo, não devemos esquecer que não há expectativa sem experiência e, muito menos, experiência sem expectativa. Em suma, de acordo com Koselleck (2006, p.308)

[...] experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois,

²² Para mais ver: KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. – Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999. E, **Futuro Passado: a contribuição à semântica dos tempos históricos**. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.

Dessa maneira, com o auxílio dessas categorias, principalmente, neste momento, a de *espaço de experiência*, objetivamos elucidar o tempo histórico de João Simões Lopes Neto e analisar suas experiências vividas. A partir delas compreender de forma mais clara suas motivações, ideias e feitos, só assim, poderemos compreender suas expectativas com mais precisão. A partir dessa perspectiva, caminharemos na direção de observar como o autor compreendia a nação a partir do Sul, criando assim uma narrativa “regional” para elaborar um discurso nacional, questão que se constitui como eixo central dessa pesquisa.

Isto posto, o primeiro capítulo se desenvolve no sentido de mapear as experiências de João Simões Lopes Neto através de cinco pontos que acreditamos serem fundamentais para a compreensão dessa pesquisa. O primeiro ponto, refere-se à análise das experiências do autor no meio urbano, ou seja, de suas vivências na cidade de Pelotas, suas práticas enquanto homem moderno e cidadão. O segundo, trata de sua experiência enquanto jornalista e homem das palavras, pois, foi nos jornais de sua cidade que o autor se desenvolveu enquanto escritor. O terceiro ponto, abarca suas empreitadas industriais e como o autor estava conectado com os processos de desenvolvimento e modernização de sua cidade. O quarto ponto, trata da influência do pensamento positivista, adotado como ideologia política pelo Partido Republicano Rio-Grandense. E o último ponto, refere-se a sua experiência com a cultura/literatura gaúchesca, sua experiência mais bem-sucedida.

1.1 JOÃO SIMÕES LOPES NETO – UM HOMEM URBANO

Pode parecer um grande paradoxo começar a tratar do *espaço de experiência* vivido por João Simões Lopes Neto pelo meio urbano, tendo em vista que o autor é considerado o maior regionalista gaúcho e, que suas obras máximas tratam do ambiente rural em um tempo que se aproxima ao mítico. Porém, não há aqui paradoxo algum, apesar de a maioria das pessoas imaginarem que o autor era um homem do campo, na verdade, ele sempre foi um homem urbano. Empenhou-se em conhecer tudo o que havia de mais moderno a sua época e os progressos de sua cidade natal, à qual se dedicaria e viveria por toda a sua existência. Era um republicano, preocupado e atento as novidades

do mundo que cada vez ia ficando “menor” com o avanço nas novas tecnologias, dos transportes e da comunicação que aos poucos encurtava as distâncias.

Contudo, vale destacar que o autor nasceu no ano 1865 e viveu os seus primeiros oito anos na Estância da Graça²³, propriedade rural de seu avô, o Visconde da Graça, um dos intitulados Barões do Charque²⁴. Tirando esses oito anos, João Simões Lopes Neto foi um homem citadino, exceção foi o tempo curto que passou com o pai na Estância São Sebastião em Uruguaiiana, logo após retornar do Rio de Janeiro. Ou seja, além dos oito anos e outro curto período de tempo no meio rural, em Uruguaiiana, o autor sempre viveu na cidade, no meio urbano. Todavia, não excluimos o tremendo impacto que esse período no mundo rural causou ao autor, contudo, como Jorge Luís Borges²⁵ (1989), acreditamos que talvez esse impacto tenha se dado pelo choque de sua cultura urbana e letrada com esse outro universo tão rudimentar²⁶. Cabe destacar que, os hábitos gauchescos, de acordo com Magalhães (2002, *online*), não influíram, de modo geral sobre o cotidiano de Pelotas no século XIX; de acordo com o historiador, a origem de Pelotas é diversa da maioria das cidades gaúchas, formando desde cedo uma civilização caracteristicamente urbana, sendo predominantes os valores relacionados as artes, as letras e as ciências.

Mas Anjos (2000, p.45), nos fala de uma região da cidade chamada de *Tablada*, este era o local público onde se faziam a compra e a venda de gado em época de safra, afora ocorria ali o comércio de uma grande gama de outras mercadorias como lã, couro, produtos coloniais e outros. Essa era uma região onde havia a concentração de peões,

²³ O historiador Mário Osório Magalhães (2002, *online*) chama de Charqueada da Graça e explica que “[...] a Graça, fugindo à regra, não era uma charqueada-padrão, por ser mais extensa do que a maioria e ter uma lotação de mais ou menos mil reses; mas também não pode ser classificada de estância, segundo o modelo do século XIX. Era mesmo um estabelecimento fabril, especificamente dedicado à industrialização da carne, servindo-se do trabalho escravo; apenas, como outras poucas charqueadas, funcionava numa propriedade rural de dimensões médias. O gado que criava era insuficiente para suprir de matéria prima (cerva de vinte mil cabeças) todo o charque que produzia.”. Contudo, a denominação mais utilizada é Estância da Graça, a qual seguimos.

²⁴ O título de Barão era o primeiro na escala hierárquica da nobreza brasileira. Em Pelotas, dez charqueadores receberam esse título, somente no Primeiro Reinado. Um deles foi o avô de João Simões Lopes Neto, sendo consagrado posteriormente com o título de Visconde da Graça. Para mais sobre os Barões do Charque ver: MAGALHÃES, Mário Osório. Barões do Charque. IN: LONER, Beatriz. GILL, Lorena. MAGALHÃES, Mário Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010, pp.28-29.

²⁵ Jorge Luís Borges acreditava que a Gauchesca, como expressão cultural, surgiu nas grandes cidades. Foi a estranheza que se deu entre os gaúchos (homens do campo) e os homens urbanos que criou a Gauchesca nas guerras de fronteira, como a Guerra do Paraguai (1865), por exemplo. Tal evento bélico é pano de fundo para um conto de João Simões Lopes Neto: *Chasque do Imperador*.

²⁶ Sobre esse assunto em específico trataremos na sequência deste capítulo, no item *A GAUCHESCA COMO EXPERIÊNCIA*.

tropeiros, estancieiros e colonos. O viajante Herbert Smith (1922) deixou suas impressões sobre a *Tablada* em 1882:

Chama-se assim um descampado extenso e quase liso, onde de dezembro a maio se vendem as manadas que chegam. Algumas trazem quinze dias de viagem. Pode haver aqui ao mesmo tempo umas vinte datas, cada uma de centenas de cabeças; *rudes gaúchos, vestidos com habitual camisa de chita, ceroulas fofas ou bombachas e ponchos riscados, galopam em todas as direções, conservando os animais nos lugares e impedindo que se misturem as tropas*²⁷; o gado, cansado de longo caminho e espantado da cena estranha, conserva-se junto, movendo os chifres e urrando em tom de queixume. Os donos das charqueadas movem-se rapidamente aqui e ali em seus belos cavalos, examinando as várias tropas, calculando-lhe o valor com rapidez e precisão admiráveis e fechando os negócios às pressas com estancieiros e peões. O mercado é sempre ativo, porque a concorrência é muito forte entre os vinte ou trinta charqueadores; em geral as boiadas inteiras estão vendidas em pouco tempo depois da chegada.

Notamos que, apesar dos hábitos gauchescos não influenciarem no cotidiano da cidade, eles estavam presentes, como por exemplo, na *Tablada*. Deste modo, não era preciso ir muito longe para se ver os “rudes gaúchos”, como se vestiam e seus hábitos ao lidarem com o gado. Além disso, Smith (1922) nos deixa o registro de que esse era um lugar onde havia a interação direta entre os charqueadores, estancieiros e peões. É possível supor que João Simões Lopes Neto possa ter acompanhado o pai (charqueador e estancieiro), alguma vez na vida, em uma ida à *Tablada* para comprar gado. Isto posto, podemos pensar que apesar de Pelotas não ser uma cidade dita rural, bem pelo contrário, o que fomenta a modernização e a urbanidade é o meio rural, são as charqueadas e tudo mais que as envolve, como o comércio na *Tablada*. No mais, Anjos (2003, p. 45), diz que havia um comércio de produtos, além do gado, neste local. Produtos estes, a maioria coloniais, que supriam as dispensas dos casarões da cidade. Dessa forma, chegamos à conclusão que mesmo Pelotas sendo uma cidade muito urbana voltada para as artes, o elemento rural se fazia presente de várias formas e, nesse sentido, os “rudes gaúchos” também se faziam presentes e essenciais, pois eram eles que traziam a matéria prima para a charqueada e, certamente não passaram despercebidos por João Simões Lopes Neto.

De qualquer forma, João Simões Lopes Neto foi residir no meio urbano da cidade Pelotas no ano de 1874, com nove anos. Nesse momento, o autor começa sua vida escolar, o que não quer dizer que fosse analfabeto. Era comum que as famílias abastadas

²⁷ Grifo nosso.

provessem as primeiras letras aos filhos em suas próprias residências. Carlos Reverbel, um de seus biógrafos mais respeitados, diz:

Era habitual na época, entre fazendeiros abastados, ministrar-se as primeiras letras aos meninos da campanha, nas próprias estâncias. [...] Depois, a circunstância de Simões Lopes Neto manifestar, desde os cinco ou seis anos de idade, especial interesse por gravuras e livros, ‘brincando de ler e escrever’, o que levou o pai a dar-lhe uma pequena escrivinha de presente, deve ter contribuído para que se cuidasse de ministra-lhe as primeiras letras quando ainda vivia na estância. (REVERBEL, 1981, p.34)

Inicia-se então, a sua experiência urbana. Todavia, a história de Pelotas, assim como a do autor, está amplamente conectada ao “meio rural”, ou melhor dizendo, às charqueadas. Foram esses estabelecimentos primitivos de salga de carne e mão-de-obra escrava, que geraram a riqueza da cidade, proporcionando a ela um status social e cultural diferenciado das demais cidades da Província. O autor nasceu e viveu sua infância no período de apogeu desses estabelecimentos (1860-1890), porém, esse processo de enriquecimento monetário, social e cultural só se deu no momento em que uma indústria primitiva, como era uma charqueada, passou por um processo de transformação que culminou em uma indústria capitalista, transformando, dessa maneira, as relações dos charqueadores com os peões. Esses charqueadores agora enriquecidos, deslocam-se para a cidade, onde começam a desenvolver atividades políticas e a transformar o panorama cultural da mesma. Ester Gutierrez (2009, p.201) diz que existiram, pelo menos, trinta charqueadas contíguas e, trabalhando nelas, quase dois mil escravos. Portanto, as charqueadas eram o núcleo de maior concentração monetária e de acumulação de capitais da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o que proporcionou à Pelotas (elevada a cidade em 09 de julho de 1835) um amplo processo de modernização, o qual pôde-se notar, principalmente, no ambiente urbano. Soares (2001, *online*), diz que Pelotas era

[...] uma cidade de modernidade aparente e incompleta, onde o sustento e ao fausto da frondosa arquitetura dos palacetes e dos teatros era a crueldade e a desumanização da escravidão das charqueadas. Na cidade os pobres estavam segregados nas várzeas, nas baixadas e nos subúrbios. Cabeça ‘na Europa’, mãos na chibata: assim viviam os baronetes pelotenses. [...]

Foi nesse ambiente de aparentes contradições da modernidade urbana que o autor começou sua vida escolar. Os dados quanto à essa experiência são um tanto confusos. Seguimos pelas indicações de Diniz (2003), o qual apresenta extensa pesquisa e documentação em relação à vida do autor. De acordo com Diniz (2003, p.48-49), João Simões Lopes Neto ao instalar-se na cidade de Pelotas foi estudar no *Colégio Francês* de Aristides Guidony. Diniz se baseia na nota escrita por Manoelito de Ornellas, que

conheceu e foi próximo da viúva de João Simões Lopes Neto, a nota foi publicada na Revista Ilustração Brasileira do Rio de Janeiro no ano 1955, e vinha acompanhando o conto *Deve um queijo!...*, nela podemos ler:

Com o falecimento de Tereza Freitas Lopes [mãe], o menino João foi enviado para a Capital da República²⁸, sob o cuidado de seus tios Ildefonso Simões Lopes, nome eminente na política nacional e irmão de eu avô, e de João Augusto Belchior, irmão de sua mãe. *Em Pelotas frequentou o Colégio Gueldony*²⁹. No Rio, completou sua formação secundária e ingressou na Escola de Medicina, que cursou até o 3º ano. (Revista Ilustração Brasileira, ano XLVI, nº239, 1955, p. 59).

Assim, o menino com 9 anos começava sua vida escolar em Pelotas no *Colégio Francês* do educador Aristides Guidony. Pode ter sido aí que o autor adquiriu seus conhecimentos de língua francesa. Fato importante é que uma das raras fotografias que existem do autor³⁰ é da época do *Colégio Francês* e está identificada como *Le petit Simões*³¹.

²⁸ Nessa época Capital do Império, tendo em vista que a Proclamação da República só se deu em 1889, e a essa época estamos falando do ano 1874.

²⁹ Grifo nosso. A grafia correta é Guidony.

³⁰ O acervo iconográfico de João Simões Lopes Neto é bastante pequeno. Alargado um pouco pelas fotografias recentemente encontradas para a exposição *Simões Lopes Neto: Onde não chega o olhar prossegue o pensamento* do Santander Cultural (2016), no arquivo pessoal de Luiz Simões Lopes, cuja fonte está no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

³¹ Na biografia de Diniz (2003) ele identifica a foto como *Le petit Simões*, contudo, a grafia da escrita abaixo da fotografia gera dúvidas, parece estar escrito *Le petit Bemol*. Serafim Bemol foi um importante pseudônimo de João Simões Lopes Neto, o qual ficou conhecido por seus contemporâneos através dele. Entretanto, mantemos a descrição de Diniz, que parece fazer mais sentido tendo em vista que na época da foto o autor ainda não possuía pseudônimos, a menos que a foto tenha sido identificada posteriormente, tendo em vista a imprecisão da data, também exposta abaixo da fotografia. Por via das dúvidas, mantemos a identificação feita por Diniz.

Figura 1: *Le Petit Simões 188?*



Fonte: Catálogo da Exposição Simões Lopes Neto onde não chega o olhar prossegue o pensamento, 2016.

Importante para essa pesquisa é a apreciação que Diniz (2003, p.50) fez sobre a fotografia: “Revela-se ali, à primeira vista, quando já processada a ruptura com a vida campeira, *um urbaníssimo modelo que se veste no rigor da moda europeia*³² e que poderia passar por um aluno do liceu *Condorcet*, de Paris. ”. Desse modo, a vida na Estância da Graça havia ficado para trás, João Simões Lopes Neto seria, a partir desse momento, um homem urbano por toda a sua vida. As incursões pelo mundo campeiro só se dariam em

„³² Grifo nosso para destacar o caráter urbaníssimo do autor já na mocidade, ligado aos exemplos do que havia de mais moderno no “mundo europeu”.

férias ou outras excepcionais ocasiões e, posteriormente, em seu projeto cívico e pedagógico e nos contos e lendas, já no mundo da ficção.

Outra importante experiência no ambiente urbano foi o período em que o autor viveu no Rio de Janeiro, na época a Capital do Império. Após a morte de sua mãe, no inverno de 1876, foi levado ao Rio de Janeiro para concluir seus estudos. Como apontou a citação acima de Manoelito de Ornellas (1955), na *Revista Ilustração Brasileira*, o autor foi para o Rio de Janeiro sob os cuidados do tio-avô Ildefonso Simões Lopes, importante nome na política nacional, e do tio Augusto Belchior. Como já dissemos, a vida escolar de João Simões Lopes Neto é uma constante questão que ainda apresenta muitas lacunas e muitas informações desencontradas, ou não comprovadas. Sobre seu período no Rio de Janeiro não seria diferente. Para começar, não se sabe exatamente que ano ele teria ido, sabe-se que foi após o falecimento da mãe, contudo pode ter sido entre o ano do falecimento, 1876, e 1878. A partir de sua ida para a capital mais duas questões se colocam: onde teria concluído seus estudos secundários, no *Colégio Abílio* como apontam alguns estudiosos? E após esse período, teria cursado três anos na Faculdade de Medicina, como aponta Ornellas (1959, p.59)?

Carlos Reverbel, importante biógrafo e divulgador da obra de João Simões Lopes Neto, aponta em sua biografia que não se sabe ao certo que colégio o autor frequentou em Pelotas³³, contudo, “é certo que, no Rio de Janeiro, ele foi aluno do Colégio Abílio, do Barão de Macaúbas (Abílio César Borges), o famoso Aristarco, retratado com crueza no ‘Ateneu’, de Raul Pompéia.” (1981, p.35). Lígia Chiappini (1988) aponta que

Pouco se sabe sobre a sua estada no Colégio Abílio, mas é fácil imaginar um pouco suas experiências ali, se pensarmos no cotidiano da escola, descrito no romance de Pompéia. Estudos mais recentes revelam que se tratava de um colégio cuja proposta básica era modernizar o ensino, em confronto direto com o tradicional D. Pedro II, mais voltado para o ensino das humanidades, no velho estilo imperial. (CHIAPPINI, 1988, p. 21).

Entretanto, em pesquisa mais recente, Diniz (2003) aponta que não foram encontrados nos documentos referentes ao educandário, no *Arquivo Nacional* do Rio de Janeiro, nenhum registro de João Simões Lopes Neto. Não obstante, encontram-se referências de Antônio Simões Lopes e Ildefonso Simões Lopes, tios do autor, seus contemporâneos, filhos do Visconde da Graça em seu segundo matrimônio. Para Diniz

³³ Mistério praticamente resolvido por Diniz (2003) baseado em Ornellas (1955) como demonstramos no texto.

(2003, p.57) “pode-se quase afirmar que Simões Lopes Neto jamais prestou exames no Colégio Abílio. ”. Diniz diz ainda que “É difícil imaginar, contudo, que o escritor tenha passado em brancas nuvens no educandário do Barão de Macaúbas, a ponto de nunca ser lembrado por seus professores. ”. Assim, sem registros e sem evidências, ou outros indícios que nos levem a crer que o autor realmente tenha estudado em tal educandário, duas outras possibilidades se abrem nesse caminho nebuloso. A primeira, apontada por Diniz nos leva a crer que tenha estudado em sua residência com professores particulares.

A sobrinha Ivete Barcellos Massot registrou que o tio escritor lembrou-se, certa vez, de dois professores particulares que teve no Rio de Janeiro. Um rigoroso baiano, que ensinava latim, e um professor de francês, cego. Este dava lições com o auxílio de uma enorme régua, que apontava para todos os objetos da sala, como se estivesse enxergando. Na verdade, a enorme distância geográfica que separava o longínquo Rio Grande do Sul e o ambiente familiar dos Simões Lopes, de grande prestígio na capital do país seria amenizada pelos cuidados do tio-avô Ildefonso Simões Lopes, de grande prestígio na corte, e do tio João Augusto Belchior, que também residia no Rio de Janeiro. A segurança desse apoio poderia ter propiciado uma proveitosa temporada de estudos, que se anunciava longa e que veio a ser interrompida antes do tempo previsto. *Na falta de comprovação documental, fica-se com a hipótese de que os estudos preparatórios de Lopes Neto, no Rio de Janeiro, não chegaram a ser oficiais*³⁴. (DINIZ, 2003, p.57-58).

Outro caminho foi apontado por Heloísa Netto (2015) em sua dissertação de Mestrado, *Mais que João, Joões: a Trajetória de João Simões Lopes Neto (1865-1916) em seu contexto*, que devido aos sinais revelados nas obras de caráter pedagógico do autor, ele poderia ter tido contato com as ideias de Menezes Vieira, que foi um importante educador brasileiro. Foi diretor de uma escola que levava seu nome e, seria nessa escola que João Simões Lopes Neto pode ter estudado, conforme aponta Netto (2015, p.20). Não obstante, Netto indica que é apenas um indício, não estando nada claro em relação à essa informação.

Os colégios de Abílio César Borges e de Menezes Vieira eram considerados colégios modernos, com novas ideias e métodos, como já afirmado. O *Colégio Abílio*, fundado em 1871, era um internato. Abílio César Borges (1824-1891), mais tarde conhecido por Barão de Macaúbas, era médico e acreditava que a clausura separava as crianças em fase de aprendizado dos vícios do mundo fora da escola. Dessa forma, sua postura enquanto educador era, por meio da clausura, blindar as crianças dos vícios que

³⁴ Grifo nosso.

podiam desvirtuá-las do caminho correto, da moral e da sanidade³⁵. Abílio César Borges, apesar da rigidez, era contra os castigos físicos no processo de aprendizagem. Portanto, o *Colégio Abílio* foi um importante educandário, moderno, arejado de ideias, pode-se dizer progressista, embora a maioria de seus alunos fossem filhos da elite escravocrata brasileira e Abílio César Borges um antiescravagista. Seus livros didáticos eram referência no Império, inclusive utilizados nas províncias e nas cidades do interior.

[...] No Rio Grande do Sul, na capital e em cidades do interior da província – entre elas Pelotas –, os compêndios de Abílio César Borges eram utilizados lado a lado com os livros didáticos dos gaúchos Hilário Ribeiro (1847-1886) e Alfredo Clemente Pinto (1854-1938), este último o autor do sucesso *Seleta* em prosa e verso. (NETTO, 2015, p.21)

Já o *Colégio Menezes Vieira*, ficava na Freguesia de Santo Antônio, um dos melhores bairros do Rio de Janeiro na época. Funcionou de 1875 a 1887 sob direção de seu fundador Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897), também médico, especialistas em surdos e mudos. Menezes Vieira foi um importante intelectual, médico e educador. Pioneiro do método intuitivo no Brasil, igualmente do Jardim de Infância, introduzido por ele, em parceria com a esposa Carlota de Menezes Vieira em 1875. Importante mestre fazia parte do circuito internacional de educação, juntamente com outros autores brasileiros, como Benjamin Constant, que convidou Menezes Vieira para dirigir o *Pedagogium*³⁶ (1890-1897), em busca de uma escola moderna e de qualidade para toda população brasileira. Menezes Vieira ainda escrevia para os circuitos de educadores, bem como, para jornais de circulação popular, propagando ideias e notabilizando-se como um interprete competente do cenário da educação no Brasil. Sobre o seu colégio, o qual há uma possibilidade de João Simões Lopes Neto ter sido aluno, nos fala Bastos que

O colégio mantinha internato, semi-internato e externato, exclusivamente para os meninos, com idade máxima para admissão de 12 anos. Ministrava ensino maternal no Jardim de Crianças; ensino primário; ensino secundário; ensino

³⁵ Pensamento comum nessa época, inspirado em *Emílio* (1762) de Rousseau, como já dissemos anteriormente, acreditava que as crianças eram "uma página em branco" e somente aprendiam o que lhes era ensinado, dessa forma, se fossem bem instruídas, seriam bons cidadãos no futuro, do contrário, o futuro estaria perdido.

³⁶ O *Pedagogium* (1890-1919) foi uma espécie de Museu Pedagógico, que tinha por objetivo levar o que tinha de mais moderno e republicano em termos de educação, ou seja, pretendia ser o templo da modernidade educacional republicana brasileira. De acordo com Carlota Boto, na apresentação do livro sobre Menezes Vieira de Maria Helena Camara Bastos (2002, s/pg.), "O tempo em que se passa essa trama via um Brasil, ainda, a ser construído como nação republicana. ". Para mais ver: BASTOS, Maria Helena Camara. **Pro patria laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848 - 1897)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. 350 p.

profissional. Foram introduzidas muitas inovações pedagógicas – a ginástica, o museu escola, as palestras científicas e tantas outras.

O curso secundário do Colégio Menezes Vieira compreendia o curso preparatório – ciclo de estudos exigidos para a matrícula nas escolas do Governo: Colégio D. Pedro II, Escola Normal, Escola de Minas Naval, Politécnica, Direito e Medicina; [...]. (BASTOS, 2002, p.42)

Se a hipótese levantada pela pesquisadora Heloísa Netto (2015) estiver correta, então, é possível que João Simões Lopes Neto tenha realizado o curso de ensino secundário do Colégio Menezes Vieira, realizando assim, os preparatórios para ingressar na Escola de Medicina³⁷. Observando de perto as inovações do Colégio Menezes Vieira, como o ensino de ginástica e palestras científicas, igualmente o método intuitivo, por exemplo, notamos nos materiais referentes à educação de João Simões Lopes Neto que há uma certa afinidade de ideias. Além da valorização do rigor do mestre, ao contrário da aplicação de castigos físicos. Apenas para ilustrar uma aproximação das ideias de João Simões Lopes Neto com as de Menezes Vieira, destacamos que em seu livro de leitura, *Terra Gaúcha*, que pretendia ser um livro didático, há um texto intitulado *Corda, Trapézio, Barra e Etc.* que discorre sobre a importância da ginástica, uma novidade da nova escola do menino Maio. Nele podemos ler detalhadamente como se apresenta o aparelho de ginástica da escola e ainda uma reflexão do menino que diz: “[...] um exercício que dá força, dá coragem, provoca o apetite e produz belo sono. ” (LOPES NETO, 2013, p.117).

Contudo, mesmo que a hipótese de Netto esteja equivocada, podemos supor que João Simões Lopes Neto tenha se influenciado pelas ideias e inovações propostas por Menezes Vieira por meio de suas publicações, seja no circuito intelectual pedagógico, seja nos jornais da época. Se Menezes Vieira foi um importante nome para a educação no início da Primeira República é bem provável que João Simões Lopes Neto tenha atentado para suas ideias pedagógicas ao pensar e projetar o seu próprio projeto cívico e pedagógico. Vale destacar que o lema do Colégio Menezes Vieira era *Pro Patria Laboremus*, compreendendo, de acordo com Bastos (2002, p.42) como uma atuação

³⁷ Não obstante, a questão da Escola de Medicina representa outra lacuna sobre a vida de João Simões Lopes Neto. Sem registro em nenhuma escola de Medicina da Corte, mas com memórias registradas por sua sobrinha Ivete Massot (1974) sobre os professores de anatomia, bem como, registro feito pelo próprio autor na Conferência Cívica de 1906 (p.10), esta é mais uma dúvida, uma lacuna, na história do autor. Trataremos dessa questão na sequência deste texto.

voltada à Pátria e pela Pátria, sendo este, para Menezes Vieira, lema e mote de vida. Ideias semelhantes encontraremos em João Simões Lopes Neto³⁸.

Outro dado que devemos levar em conta é que Karl Von Koseritz³⁹, contemporâneo de João Simões Lopes Neto em Pelotas, emitiu sua opinião sobre a participação de Menezes Vieira na Exposição Pedagógica de 1883, dizendo que o mesmo não almejava cargos e nem reconhecimento como o Barão de Macaúbas⁴⁰. Ou seja, Koseritz conhecia a atuação de Menezes Vieira, portanto, é bem provável que João Simões Lopes Neto também a conhecesse, pois há evidências. Para darmos uma referência direta de João Simões Lopes Neto, Bastos diz que “José Veríssimo, que afirma ter iniciado *sua vida pedagógica no Rio de Janeiro, sob os auspícios afetuosos do seu ilustre fundador e primeiro e competentíssimo e dedicadíssimo diretor Menezes Vieira*⁴¹.” (2002, p.49). José Veríssimo é influência direta de João Simões Lopes Neto, citado por ele inúmeras vezes, seu livro *A Educação Nacional*⁴² é referência direta das *Conferências Cívicas* de João Simões Lopes Neto⁴³. Dessa maneira, podemos constatar que, mesmo de maneira indireta João Simões Lopes Neto teve contato com as ideias de Menezes Vieira.

Além disso, Menezes Vieira participava ativamente das Conferências Populares da Freguesia da Glória. Tais conferências ficaram conhecidas por esse nome porque aconteciam nas escolas públicas da Freguesia da Glória. Criadas pelo Conselheiro Manoel Francisco Correia, em 1873, de acordo com a pesquisadora Karoline Carula (2013, p. 292), “elas eram públicas e gratuitas, sendo necessário adquirir um cartão para a entrada, que garantia a todos os integrantes de uma mesma família.”. Em 1884 as conferências passam a obter a direção da Associação Promotora da Instrução Pública.

Embora as Conferências não possuíssem filiação partidária clara, estavam relacionadas com a burocracia do Império – modernizadora, ativa e integracionista. A elite da Corte assistia para ser informada sobre quais

³⁸ Sobre as aproximações de ideias entre João Simões Lopes Neto e Menezes Vieira, trataremos com mais afinco no capítulo destinado a trabalhar as ideias do autor e o diálogo com outros intelectuais.

³⁹ Sobre Koseritz nos fala Marcos Hallal dos Anjos (2000, p.52): “[...] Abandonando os ‘brummers’, tropa mercenária alemã contratada pelo governo para lutar contra Rosas, Koseritz radicou-se em Pelotas e iniciou sua vida praticando o jornalismo, sendo professor e inclusive editando um livro. No entanto, até conseguir tais proezas passou por grandes dificuldades, sendo inclusive internado como indigente na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.”.

⁴⁰ Ver BASTOS, 2002, p. 50.

⁴¹ Grifo da autora.

⁴² *A Educação Nacional* é um importante livro de José Veríssimo publicado no ano de 1890 e reeditado e republicado em 1906, ano da segunda conferência cívica de João Simões Lopes Neto.

⁴³ Sobre os diálogos de João Simões Lopes Neto com outros intelectuais trataremos no segundo capítulo desta pesquisa.

projetos de civilização deveria assumir nos espaços públicos e privados. (CARULA, 2013, p.292)

Dessa forma, podemos sugerir que João Simões Lopes Neto pode ter assistido alguma ou algumas dessas conferências, pois seu tio-avô, Ildefonso Simões Lopes, foi importante figura na corte e, pertencia à essa elite citada acima. Ademais, a época em que o autor estava no Rio de Janeiro (1877/78-1884) essas conferências estavam acontecendo, e a última foi registrada em 1889. Participavam dessas conferências, além da elite em si, o Imperador e sua família, intelectuais de toda a ordem e a população em geral, tais conferências eram consideradas um “espaço de sociabilidade letrada e científica, no qual ocorria a vulgarização da ciência. ” (CARULA, 2013, p.294). Os temas e os conferencistas eram os mais variados, prevalecendo os assuntos que estavam sendo debatidos na ordem do dia, como a educação, a medicina, a higienização, entre outros.

A educação, por exemplo, foi assunto presente em muitos discursos. A importância da instrução de maneira mais ampla; a educação da mulher, da criança, da família, do filho do proletário; a instrução pública; a instrução primária e superior; o ensino obrigatório; o papel da medicina na educação; o ensino religioso e o ensino médico foram tratados nas Conferências. [...] (CARULA, 2013, p.294).

Portanto, mesmo que João Simões Lopes Neto não tenha tido contato direto com Menezes Vieira, seja estudando em seu educandário, seja assistindo suas conferências e/ou assistindo seu trabalho na Exposição Pedagógica de 1883, podemos supor que ele tenha, como ator interessado que era pelo tema da educação, lido os escritos do importante teórico da Educação nos compêndios do circuito pedagógico, ou nos jornais de circulação popular no Rio de Janeiro. Também podemos constatar que Menezes Vieira foi conhecido e reconhecido nacional e internacionalmente como importante educador e intelectual, com ideias modernas e arejadas, atento ao que existia de mais moderno se tratando de educação na Europa e nos Estados Unidos (modelos para uma nação em formação, como o Brasil daquela época) e, que, de tamanho reconhecimento João Simões Lopes Neto também conhecia suas ideias. Se, mesmo assim, o autor não tivesse tido nenhum contato com Menezes Vieira e suas ideias, o que acreditamos seja uma hipótese quase nula, com certeza, através de José Veríssimo o autor encontrou Menezes Vieira.

Continuamos trilhando o caminho nebuloso da formação escolar do autor, nela há mais uma lacuna: a questão da Escola de Medicina. Conforme observamos, Manoelito de Ornellas (1952) aponta que João Simões Lopes Neto teria cursado Medicina no Rio de

Janeiro. O próprio autor da sinais disso em sua conferência intitulada *Educação Cívica* (1906, p.10): “Eu tive campos, vendi-os; frequentei uma academia, não me formei; mas, sem terras e sem diploma, continuo a ser... capitão da Guarda Nacional.”. Mesmo não sabendo a que academia exatamente o autor se refere, somamos a sua declaração, o depoimento de sua sobrinha Ivete Massot (1974, p. 142) que em seu livro de memórias relata que o tio dizia lembrar-se de dois professores: Souza Fontes e Motta Maia, de Anatomia. Diniz (2003, p.59) revela que, ao pesquisar no Arquivo Nacional, onde existe uma lista com a relação completa de professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro do ano de 1884, na mesma constam os nomes de Cláudio Velho de Motta Maia, professor de Anatomia Topográfica e Operações e, Luiz Ribeiro de Souza Fontes, de Anatomia e Fisiologia Patológicas. Contudo, não foi encontrado ainda nenhum registro referente a algum curso de Medicina que conste o nome de João Simões Lopes Neto, apesar disso, o fato de ele saber os nomes dos professores e suas especialidades deixa dúvidas quanto a tal impossibilidade de ter cursado medicina no período que estava no Rio de Janeiro. Impossibilidade essa levantada por Sílvio da Cunha Echenique⁴⁴, contemporâneo do autor, que afirma que teria sido impossível que em três ou quatro anos ele pudesse ter realizado os preparatórios e ainda cursado três anos de medicina, afirmando que isso não passa de “estória”. Reverbel (1981, p.37) ainda traz a objeção de Ângelo Pires Moreira, que também nega essa possibilidade.

De qualquer forma, João Simões Lopes Neto foi para o Rio de Janeiro em 1877 ou 78, não se sabe bem, como já dissemos, e retornou à Pelotas no final do ano de 1884. Dessa forma, permaneceu no Rio de Janeiro entre sete e seis anos, tempo suficiente para concluir seus estudos preparatórios e ingressar em uma Faculdade. A falta de documentação referente à período escolar do autor no Rio de Janeiro dificulta que se afirme qualquer coisa em relação a isso, mas também impede que neguemos qualquer hipótese. Independentemente, a estadia de João Simões Lopes Neto na corte do Império foi subitamente interrompida. Os motivos, o que não é novidade se tratando do autor, não se sabem ao certo. Ivete Massot (1974, p.107) afirma que foi acometido de uma hepatite e teve de voltar para o Sul imediatamente para se tratar. O que é um tanto estranho, estando no Rio de Janeiro, a capital do Império, onde a Medicina provavelmente tinha

⁴⁴Sílvio da Cunha Echenique é filho de Guilherme Echenique, amigo e editor de João Simões Lopes Neto. Foi Guilherme Echenique, pela Livraria Universal da Echenique e Cia. Editores de Pelotas, que publicou as primeiras edições de *Contos Gauchescos* (1912) e *Lendas do Sul* (1913).

mais e melhores condições de trata-lo do que em Pelotas, mesmo assim ele retorna para a cidade natal para realizar o tratamento. Outra hipótese, mais provável e menos “gloriosa”, é que teria sido surpreendido espiando sua tia na intimidade do quarto de banho, o que gerou um mal-estar familiar, tornando impossível a sua permanência na casa de seus parentes no Rio de Janeiro (DINIZ, 2003, p.59).

Apesar de pesares, João Simões Lopes Neto viveu no Rio de Janeiro entre os anos de 1877-78 e 1884, ou seja, pode ver e viver de perto todo o período que gestou a Abolição da Escravatura e a República. A historiadora Margarida de Souza Neves (2003, p.25), diz que

No Brasil, timidamente, as novidades do tempo estarão presentes desde a década de 1860. Antes mesmo de abolir a escravidão, que se tornara um obstáculo real para o progresso material e desmentia a reputação de progressista perseguida pelo Império e pelo segundo imperador, aqui chegaram alguns lampejos suntuários das conquistas modernas. A fotografia, o telefone e o fonógrafo causaram espanto e maravilha. A rede de estradas de ferro estendeu-se, unindo aos portos de escoamento para o mercado externo as grandes fazendas do Oeste paulista, onde o trabalho livre ganhava espaço e os proprietários pretendiam ser empresários modernos. Desde de 1862 o Brasil participava das Exposições Internacionais realizadas nos Estados Unidos, ainda que a imagem que os viajantes dessas grandes mostras que, por acaso, se fixassem no que o Estado Imperial enviava para representar o país não pudesse deixar de estar associada à sua extraordinária riqueza natural e ao exotismo: pedras e madeiras preciosas, peles de animais selvagens, produtos agrícolas e arte plumária abarrotavam o espaço destinado ao Império do Brasil nas primeiras Expedições Internacionais que contaram com a presença do país.

Portanto, desde o Império o Brasil já se pretendia moderno, contudo, as contradições ficavam cada vez mais evidentes. Neste contexto, as insatisfações com o Império e as ideias de republicanismo ganhavam cada vez maior eco. A partir de 1870 o republicanismo brasileiro se oficializou com a publicação do *Manifesto Republicano* no primeiro número do jornal *A República*, coerente com o princípio descentralizador do federalismo que se constituía na principal bandeira política dos republicanos (NEVES, 2003, p.28).

[...] o movimento republicano organizou-se desde então em partidos políticos provinciais; divulgou suas ideias em jornais da corte e das provinciais; multiplicou a existência de clubes republicanos por todo país [...]; abrigou tendências diferenciadas entre as quais os chamados *republicanos históricos* – os signatários do Manifesto de 1870 – , os positivistas, os moderados, os liberais e tantos outros; cooptou descontentes com os rumos do Estado imperial – tais como os ironicamente chamados de *republicanos 14 de maio*, fazendeiros e proprietários de escravos que abandonam o barco da monarquia após a abolição de 13 de maio de 1888, ou Rui Barbosa, que em voto em separado do Congresso do Partido Liberal de maio de 1889 anuncia sua adesão

ao ideal republicano, uma vez que a monarquia recusava a bandeira federalista [...]. Do ponto de vista da política era explosiva a combinação entre a perda de apoio político da monarquia por parte dos setores influentes, como os cafeicultores do vale do Paraíba [...] com interesses escravistas [...] consideravam insuficientes os esforços de modernização do Império; os descontentes militares; a inabilidade da política imperial para lidar com os interesses corporativos da Igreja Católica [...], a ausência de um herdeiro homem levaria ao trono a princesa Isabel, não precisamente popular entre os fazendeiros escravistas e casado com o Conde d'Eu, que conseguira angariar antipatias generalizadas [...] (NEVES, 2003, p.29).

Neste contexto de insatisfações generalizadas a República se tornou inevitável e os militares insatisfeitos, que buscavam uma posição privilegiada desde o final da Guerra do Paraguai, deram um golpe em 15 de novembro de 1889. Todavia, é comum reduzir o advento da República brasileira aos militares, já que foram eles que deram um golpe e instauraram a república. Mas, o historiador José Murilo de Carvalho (2005, p.35) explica que não é correta essa redução, apesar do fenômeno militar estar praticamente desvinculado do movimento republicano civil, isso não explica a natureza do novo regime e existiam divergências mesmo entre os militares, ou seja, não se sabia ao certo que tipo de governo republicano se queria instaurar⁴⁵. Contudo, o certo é que “O povo estava fora do roteiro da proclamação, seja este militar ou civil, fosse Deodoro, Benjamin ou Quintino Bocaiúva.” (CARVALHO, 2005, p.53).

Portanto, podemos afirmar que, mesmo não se sabendo ao certo onde João Simões Lopes Neto estudou no Rio de Janeiro, se frequentou ou não uma faculdade, se ia ou não nas Conferências da Glória, o fato é que o autor viveu na capital do Império em um período de constantes ebulições políticas e ideológicas. Pois, a década de 1870 pode ser tomada como um marco para a história das ideias no Brasil. Foi nesta década que algumas ideias como: Positivismo, evolucionismo, materialismo e outras, corporificaram-se no nosso país. Este também foi o ano de fundação do Partido Republicano, como vimos, que foi bastante influenciado pelas ideias positivistas. Com a chegada dessas ideias novas ao país era preciso um novo modelo de governo mais adequado às ideias de liberdade e também, mais atual no que se referia ao cientificismo. Porém, Gilberto Freyre (2000, p.199), ressalta que havia uma espécie de paradoxo na “revolução de 1889”, que foi um

⁴⁵ Muitas foram as ideias e propostas de modelos de República, para mais ver: CARVALHO, José Murilo de. As proclamações da república. In: CARVALHO, José Murilo de **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.35-54.

movimento de inspiração positivista, e pretendia manter a ordem política para uma reorientação do progresso. Manter a ordem para o progresso eram também características do poder monárquico. Ou seja, mesmo que a República se manifestasse como algo novo e moderno, a ideia de condicionar o progresso a ordem se apresentava de maneira bastante conservadora. Dessa forma, o novo governo que se apresentava estava bastante arraigado a formas tradicionais de governo, visando evitar confrontos, tinha por princípio manter a ordem política para alcançar o progresso.

Assim sendo, João Simões Lopes Neto certamente não saiu ileso da enorme ebulição política e ideológica que começou na década de 1870 e culminou na Lei Áurea e na Proclamação da República. Mesmo voltando para a sua cidade natal, o Rio de Janeiro continuou sendo uma importante referência para ele no que tangia a modernização e o progresso. O autor realizaria ao longo da vida várias viagens para a capital pelos mais distintos motivos. Bem como a capital do Estado, Porto Alegre.

Ao voltar ao Sul, João Simões Lopes Neto teria passado um curto período de tempo na Estância da Graça. Argumenta-se que foi por causa de sua “moléstia”, a mesma que teoricamente o trouxe de volta da capital do Império. Após esse pequeno período o autor foi para a cidade de Uruguaiana, mais precisamente para a Estância São Sebastião, propriedade de seu avô, que na época era administrada por seu pai: Catão Bonifácio Lopes⁴⁶. Contudo, este foi um curto período de tempo. Em seguida, regressou à Pelotas, onde desenvolveu as mais diversas atividades, discursou e conferenciou nos círculos sociais mais estimados, foi jornalista, professor, empresário, Capitão da Guarda Nacional, notário e outras muitas atividades.

Enfim, em meados dos anos de 1880, Pelotas era considerada a segunda cidade do Estado, perdendo apenas para Porto Alegre, à qual não ficava muito atrás. Enriquecida pelo apogeu da indústria do charque, consolidou-se uma cidade com boas escolas, bancos,

⁴⁶ Catão Bonifácio Lopes (1838-1896) é o segundo filho do matrimônio do Visconde da Graça com Eufrásia Gonçalves Vitorino. Este, como os demais filhos do Visconde da Graça, recebeu a melhor educação disponível na época, porém Catão, diferente de seus irmãos, não se dedicou nem aos negócios industriais e nem à política. Reverbel (1981, p.18) afirma que: “Da numerosa prole do Visconde, foi seguramente Catão Bonifácio o mais agraçado e o mais campeiro.”. Catão foi administrador da Estância da Graça e, de 1882 a 1894, da Estância São Sebastião situada na cidade de Uruguaiana, fronteira entre o estado do Rio Grande do Sul e a Argentina. Esta estância também era propriedade de seu pai o Visconde da Graça (REVERBEL, 1981, p.29). Vivia de estância em estância, administrando e participando ativamente das atividades como campareadas e marcações, nas quais muitas vezes seu filho ia junto e, com olhar curioso, observava cenas que não lhe saíam da memória e estariam presentes algum tempo depois, em sua obra pedagógica e literária

jornais, um efetivo comércio, algumas indústrias, uma biblioteca pública, um hospital com um considerável corpo médico e, até mesmo um teatro⁴⁷, sendo assim, a primeira cidade do Estado a possuir um.

De acordo com Paulo Roberto Soares (2001, *online*), nos anos de 1880, Pelotas era o centro de uma região produtiva inserida nos fluxos internacionais de circulação de capital. Ainda segundo Soares (2001, *online*), nessa época a cidade estava recebendo o ferrocarril, o telefone e a grande indústria, quase que concomitantemente com à expansão mundial dessas inovações, contudo, no tange as estruturas sociais locais, o autor diz que ainda viviam timidamente a transição de uma sociedade escravista rumo as relações tipicamente capitalistas.

A crescente cidade também contou com a colaboração de muitos intelectuais nesse período, como Carlos Von Koseritz, que chegou na cidade em 1851 e prestou importante papel cultural e político através da escola e da imprensa, tanto em Pelotas como no Estado. Lembremos que foi Koseritz que fez importante crítica à Exposição Pedagógica de 1883, comparando as ambições de Abílio César Borges e Menezes Viera, como tratamos anteriormente.

Em Pelotas floresceu desde cedo, uma sociedade cheia de interesse pelas coisas do espírito e pelos encantos da sociabilidade e virtude da sua própria formação econômica: a indústria do charque, ao mesmo tempo em que proporcionou a concentração de riquezas, permitiu o lazer, tendo em vista a sua curta safra, que ia apenas de novembro a abril, a metade mais quente do ano nessas planícies do Sul; com parte do tempo desocupado e o charque vendido em altos preços nos mercados, *os charqueadores puderam se dedicar, mais folgadoamente do que os habitantes do resto do Rio Grande, às diversões, aos banquetes, aos teatros; fizeram com que os seus filhos – muitos dos quais estudaram no Rio de Janeiro, em São Paulo, nos Estados Unidos, na Europa – crescessem no convívio dos livros e na ‘escola galante’ dos salões, fazendo discursos e cortejando dama*⁴⁸s que, na impressão do viajante Nicolau Dreys, ‘nada ficavam devendo às mais graciosas parisienses’. [...]. (MAGALHÃES, 2002, *online*)

Note-se que João Simões era um neto desses charqueadores, que estudou no Rio de Janeiro, além de, certamente, frequentar os salões, realizar leituras e discursos, ou seja, um típico filho da elite pelotense. Em 1885, com vinte anos, já estava estabelecido na cidade e acompanhava o progresso da mesma com interesse. No mesmo ano, a Princesa Izabel visitou à cidade de Pelotas. A filha do Imperador foi recebida na casa do avô de

⁴⁷O Teatro Sete de Abril foi fundado em 1831 e inaugurado em 02 de dezembro de 1833, o nome homenageia a data em que Dom Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho, Dom Pedro II, o primeiro brasileiro a governar o Brasil. O Teatro Sete de Abril atualmente passa por uma importante reforma, hoje é o teatro mais antigo em funcionamento no Brasil.

⁴⁸ Grifo nosso.

João Simões Lopes Neto – o Visconde da Graça -, de acordo com Diniz (2003, p.63) o autor estava presente nesta recepção e prestou homenagens à princesa. Essas homenagens podem soar de forma esquisita, tendo em vista os sentimentos republicanos que já vibravam em seus pensamentos, contudo, essas homenagens podem ser vistas como forma de expressar o imenso respeito e admiração que o autor possuía por seu avô.

Com vinte anos, ainda sem saber muito bem o que queria da vida, João Simões Lopes Neto fazia amizades e interagia nos movimentos da sociedade local. Era a época final do apogeu do charque, a riqueza que desenvolvera, por décadas, os negócios, o ócio e, por consequência, a cultura da urbaníssima Pelotas, situando-a entre os mais importantes municípios do país, por sua densidade demográfica⁴⁹ e pela solidez das fortunas familiares que acumulava. (DINIZ, 2003, p.63)

No entanto, Pelotas era ainda uma cidade bastante ambígua, ao mesmo tempo que recebia por todos os vapores “diretamente de Paris o que de mais moderno ali se fabricava, é também aquela que sente a urgência de cultivar e registrar usos e costume, lendas e tradições que, talvez mais do que outras, já adiantadas na modernização, sente morrer.” (CHIAPPINI, 1988, p.25). Dessa forma, a cidade que supre as demais cidades brasileiras com a sua produção saladeira – bastante rudimentar e muito próxima da barbárie – é a mesma que desenvolve a sua urbanização de maneira muitíssimo nova, inspirada no que havia de mais moderno na Europa e, principalmente o que vinha de Paris. É interessante constatar que João Simões Lopes Neto, assim como sua cidade natal, de certa forma, prezava pela modernização, pelo progresso⁵⁰ e, ao mesmo tempo, só chegava àquele nível de instrução e cultura graças à uma cultura campeira e rudimentar. Ou melhor dizendo, tanto Pelotas quando o autor, tinham “suas raízes” nos saladeiros, sua riqueza e posição social foi herdada pelo avô: charqueador e estancieiro. Contudo, podemos constatar também que esse local de fala do autor, enquanto homem instruído intelectualmente e moderno, pôde fazer com que o ele observasse a *gauchesca* de uma maneira muito particular, sem excluímos, obviamente, sua experiência muito próxima à ela na infância. Porém, colocando os dois mundos sobre a luz da modernidade é que se pode ver as diferenças e, ao mesmo tempo, sentir que aquele mundo está aos poucos dando lugar à outro e, por conseguinte, desaparecendo.

⁴⁹ De acordo com Diniz (2003, p.63) mais de 40.000 habitantes em 1890.

⁵⁰ Como vimos a partir de Freyre (2000) manter a ordem para alcançar o progresso, ideia e lema de inspiração positivista, era uma máxima dessa época. Não obstante, João Simões Lopes Neto não passou ileso por essa ideia que, como veremos na sequência dessa pesquisa, acreditava com veemência.

Analisando esse pequeno panorama sobre a vida do autor, buscando constatar seu espaço de experiência vivido, constatamos que João Simões Lopes Neto viveu por toda a sua vida em centros urbanos de grande prestígio, dadas as devidas proporções. Passando apenas por curtos períodos de tempo no ambiente rural. Esses momentos podem e devem ter influenciado o autor ao escrever suas obras máximas bem como seu projeto cívico e pedagógico. Contudo, veremos mais adiante que a muitas de suas ideias relacionavam-se, sobretudo, com o progresso e ao mesmo tempo com a preservação da história e da memória, e/ou ideias republicanas e positivistas, do que com regionalismo, assunto ao qual sua memória e obra ficaram relegadas. Portanto, o autor foi muito mais do que um escritor regionalista. Foi um membro da elite letrada e ao mesmo tempo um intelectual preocupado com a jovem nação brasileira, seu ensino precário e a desintegração nacional.

De acordo com Sirinelli (2003, p.242), há pelo menos

[...] duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto *o jornalista como o escritor*,⁵¹ o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou ‘mediadores’ em potencial, e ainda outras categorias de ‘receptores’ da cultura.”

Como veremos na sequência dessa pesquisa, João Simões Lopes Neto foi jornalista por sua vida inteira, além de também ter sido escritor e igualmente esteve engajado na causa da educação e do civismo, realizando conferências, discursos e criando um método próprio para a educação primária. Portanto, de acordo com a compreensão de Sirinelli o autor se insere na categoria de intelectual, a qual nos aprofundaremos a seguir.

Assim sendo, no primeiro momento, nos atentamos a demonstrar suas experiências enquanto aluno no campo do ensino, pois, acreditamos que elas se refletiram nas suas elaborações pedagógicas, sejam em modo de crítica, sejam em modo de ideal de ensino. Vimos também que, João Simões Lopes Neto sempre foi um homem urbano, cresceu e se desenvolveu na capital do Império e posteriormente viveu o apogeu de sua cidade, Pelotas. À qual se dedicaria como nenhum outro, seja em suas crônicas sobre o cotidiano da cidade, seja em seu *Almanaque do Centenário de Pelotas* e na *Semana Centenária*, também organizada por ele. Dessa forma, podemos dizer que João Simões Lopes Neto foi um homem urbano e culto que, apesar de ser considerado o maior escritor

⁵¹ Grifo nosso.

regionalista gaúcho foi muito além disso e, se compreendermos suas obras como um processo de ressignificação patriótica, ou melhor dizendo, como um inventário de cultura do Rio Grande do Sul, afim de somar aos demais inventários de cultura regionais que formariam o todo da nação, podemos refleti-lo de maneira nova, compreendendo-o como um intelectual pensando a questão da nação em meio ao período histórico e social que demandava a reflexão de tais temas.

1.2 A EXPERIÊNCIA NOS JORNAIS – UM HOMEM DAS PALAVRAS

João Simões Lopes Neto sempre foi um homem das palavras, sejam elas escritas ou simplesmente proferidas nos seus discursos e conferências públicas. Foi nas palavras que ele encontrou a sua forma mais nobre de expressão, que culminou mais tarde em uma obra sólida e de referência no contexto da literatura gauchesca brasileira e, por que não dizer espontaneamente, no contexto da literatura brasileira, visto que, João Simões Lopes pensava, de acordo com nossa hipótese, em uma narrativa que representasse determinada região para que se conhecesse as múltiplas culturas nacionais? Tema este que retomaremos com mais propriedade mais adiante nessa pesquisa. Contudo, nesse item do capítulo trataremos de suas primeiras incursões pelo mundo das palavras escritas, ou melhor dizendo: na imprensa. Porém, vale destacar que a produção jornalística do autor é bastante volumosa e diversificada, dessa forma, elencamos o que compreendemos ser as suas produções mais importantes e significativas, com destaque para a série de artigos publicada em 1913 sobre Lamarck, Darwin e Haeckel. A qual acreditamos ser de importância fundamental para compreendermos algumas ideias do autor.

Para começo de conversa, foi também na cidade de Pelotas, dois anos depois de retornar do Rio de Janeiro, em 1887, com o pseudônimo de João Felpudo, que João Simões Lopes Neto fez sua estreia na imprensa, publicando em *A Ventarola* (BORGES, KOSCHIER, 2010, p.162). No ano seguinte, publicou seu primeiro poema *Rêve*⁵², no jornal pelotense *A Pátria* no dia 14 de março, mais adiante, no dia 26 do mesmo mês, publicou neste mesmo jornal o poema *Dúvida*. Esses foram os primeiros passos de uma longa caminhada! Escrever para os jornais de sua cidade foi uma atividade exercida por João Simões Lopes Neto ao longo de sua vida. Essa atividade perpassou muitas outras e,

⁵² Publicado em 14 de março de 1888. O poema possui somente o título em francês que significa sonho.

talvez tenha sido essa, a única atividade permanente do espaço de experiência vivido pelo autor. Dessa forma, João Simões Lopes Neto seja apenas como colaborador ou como editor, dedicou-se a imprensa de sua cidade tratando dos mais diversos temas, foi essa atividade que lhe garantiu alguma dignidade no final de vida, já falido e com tantos projetos fracassados.

Cabe destacar que a imprensa só começa a se desenvolver no Brasil após a vinda da família real, em 1808⁵³. Com a criação da impressão Régia foi lançado o primeiro jornal impresso no Brasil: a *Gazeta do Rio de Janeiro* (10 de setembro de 1808). No Rio Grande do Sul, ou melhor dizendo, na Província de São Pedro a imprensa surgiu em 1827 com o *Diário de Porto Alegre*. Em 1851 foi a vez de Pelotas estreitar nesse campo com o jornal *O Pelotense*.

No entanto, o aparecimento tardio da imprensa em Pelotas, comparativamente a Porto Alegre e Rio Grande, tem certamente uma outra explicação: a consolidação posterior de Pelotas como núcleo urbano, comparativamente a Rio Grande e Porto Alegre.

Só depois de encerrado o ciclo farroupilha começa-se a cogitar em Pelotas da criação de uma *imprensa periódica*⁵⁴, porque a partir desse instante são dadas as condições para que se desenvolva uma cidade, diversa e afastada do ambiente rural das charqueadas [...].

Mas a verdade é que a imprensa pelotense conseguiu recuperar-se, com facilidade, da desvantagem cronológica. Em poucos anos multiplicou-se em número de jornais e aperfeiçoou-se em qualidade, o que lhe permitiu no mínimo equiparar-se com a imprensa da própria capital. (MAGALHÃES, 1993, p.204)

O Pelotense, do tipógrafo Cândido Augusto de Melo, apareceu em 7 de novembro de 1851. Todavia, não foi tão significativo quanto *O Noticiador*, que circulou de 1854 a 1886, somando 14 anos de circulação (REVERBEL, 1981, p. 40-41).

A historiadora Beatriz Loner (2010, p.144) constatou que a imprensa na cidade de Pelotas “[...] estava relativamente ao alcance material de indivíduos de posses médias e, assim, muito se utilizaram dela como meio de propaganda de ideias ou pessoas, também auxiliando a congregar simpatizantes de uma mesma causa ou partido.”. Teria sido esse o motivo para uma grande diversidade inicial. A historiadora afirma que

“Entre os vários tipos de imprensa, havia jornais políticos, literários, ilustrados,

⁵³ Antes da vinda da família real para o Brasil havia uma proibição de Portugal em relação ao desenvolvimento de uma imprensa brasileira. Contudo, mesmo não sendo redigido no Brasil, em junho de 1808, redigido e dirigido por Hipólito José da Costa, era lançado em Londres o *Correio Brasiliense*. Para mais ver: MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860 – 1890)**. Florianópolis, UFSC, 1993. p. 203

⁵⁴ Grifo do autor.

representativos de classes ou associações, de grupos de jovens amigos, de tipógrafos profissionais, de propaganda de firmas ou comemorativos de algum evento, saindo às vezes em números únicos. ”. (LONER, 2010, p.144-145)

Vários tipógrafos emprestavam suas máquinas para outras pessoas e causas, o que também facilitava essa diversidade de conteúdo. Somente no século XX é que os jornais vão dar início a um processo de profissionalização, com maiores investimentos em oficinas e máquinas, o que aos poucos, foi restringindo a diversidade da imprensa em Pelotas.

A partir de meados do ano 1860 é que ficou evidente a imprensa diária em Pelotas. Contudo,

*Boa parte dos jornais estava comprometida com a defesa de ideias e concepções políticas e não com informação*⁵⁵, o que acarretava que, nos primeiros periódicos, encontravam-se poucas notícias e muito mais ensaios, manifestos, projetos político-partidários ou denúncia de posições e comportamentos dos adversários, o que foi uma característica do século XIX, do jornalismo de opinião e de ataque contra os rivais. [...] *todos eles costumavam acompanhar o gosto pela literatura, e dessa forma boa parte da produção de autores locais ou nacionais*⁵⁶, e inclusive estrangeiros, especialmente poesias, intercalava-se com a programação normal dos jornais, além de haver um local especial, normalmente o quarto inferior da primeira (ou última) página nos diários, que era dedicado ao folhetim⁵⁷, que trazia em capítulo, um conto ou novela de algum romancista conhecido. (LONER, 2010, p. 146)

Importante aparte nessa questão é o fato da literatura pelotense ter se desenvolvido juntamente com os jornais que circulavam em Pelotas a partir de 1851, o desenvolvimento de um está atrelado ao do outro. Entre os colaboradores e profissionais que figuravam nesses jornais, segundo Borges e Koschier (2010, p.160), estavam alguns dos mais importantes autores regionais da época: Lobo da Costa, Bernardo Taveira Júnior⁵⁸, Múcio Teixeira, Menezes Paredes, Paulo Marques e, o autor que é tema dessa tese, João Simões

⁵⁵ Grifo nosso.

⁵⁶ Grifo nosso. Nesses espaços, muitos dos textos que compõem os Contos Gauchescos (1912) e Lendas do Sul (1913) foram publicados pela primeira vez.

⁵⁷ Grifo nosso. De 15 de outubro a 14 de dezembro de 1893 nas páginas do *Correio Mercantil*, João Simões Lopes Neto, assinando com o seu pseudônimo de Serafim Bemol, em parceria com Sátiro Clemente e D. Salústio, publicaram o folhetim *A Mandinga*. Trataremos desse folhetim na sequência desse capítulo.

⁵⁸ Bernardo Taveira Júnior, segundo Mariana Gonçalves (2012, p.37), teria sido professor de João Simões Lopes Neto. Taveira, segundo Guilhermino César (p.23), foi autor da “[...] primeira coletânea de poemas cujo fundo, como se ramado com tiras de couro de boi, recria a linguagem, os costumes, os hábitos, o estilo de vida guasca. [...] a verdade é que as *Provincianas* [1886], com toda a sua falta de ritmo, a sua aspereza melódica, assinalam a transição do arcadismo para o regionalismo de feição romântica, no Rio Grande, com uma vivacidade temática exemplar. [...]”. Portanto, podemos ver pontos denexo entre os dois autores, que serão aprofundados na sequência desta pesquisa.

Lopes Neto, entre outros. Ainda de acordo com Borges e Koschier (2010, p.160), “foram nas oficinas tipográficas das empresas jornalísticas, as quais buscavam suprir a lacuna da falta de editoras, que saíram os primeiros livros. ”. Entre esses livros, notabilizavam, literatura regional, nacional e estrangeira. Significativo é o fato de que, todo esse abundante mercado editorial, foi também o responsável pela difusão e circulação de literatura estrangeira, mesmo que estas tenham se dado em edições clandestinas e em traduções, aliás, essas edições ilegais e clandestinas muito colaboraram para o desenvolvimento cultural da cidade. A partir dessas informações, podemos constatar que João Simões Lopes Neto possuía em sua cidade, mesmo que de forma clandestina e, muitas vezes em traduções, “tudo” o que havia de literatura estrangeira ao alcance das mãos. Dessa forma, podemos supor, com bastante propriedade e tendo em vista o leitor atento que era, que teve acesso a vasta literatura estrangeira e nacional de onde encontramos muito de suas matrizes ideológicas⁵⁹.

Outro importante fato se destacar é que durante o último quartel do século XIX duas empresas dominaram o mercado editorial pelotense: A Livraria Americana⁶⁰ e a Livraria Universal⁶¹ (MAGALHÃES, 2010, p.165). A partir da fundação dessa última, o mundo intelectual da cidade de Pelotas ganhou um importante reforço. De acordo com Diniz (2003, p.64) João Simões Lopes Neto esteve na inauguração da Livraria Universal, contudo, ainda não poderia imaginar que as máquinas daquela tipografia imprimiriam as suas obras máximas. Segundo Magalhães (2010, p.165) na primeira metade do século XX ambas as livrarias passaram a ser Globo, filial da Editora Globo de Porto Alegre⁶², na época umas das maiores editoras do Brasil.

Não obstante, quando o nome de João Simões Lopes Neto começou a figurar pelos jornais pelotenses, ou melhor, quando seus pseudônimos⁶³ começaram a figurar na imprensa pelotense na cidade existiam

[...] alguns periódicos de expressão (notadamente o *Cabrion*, o *Investigador* e o *Farrapo*) e quatro diários, cujo padrão pouco ou nada ficava a dever aos de Porto Alegre: o *Onze de Junho*, o *Diário de Pelotas*, o *Correio Mercantil* e A

⁵⁹ Estas serão tratadas com mais propriedade ao longo desse capítulo, principalmente no que tange a sua série de artigos intitulada *Uma Trindade Científica*, publicada em *A Opinião Pública* no ano de 1913.

⁶⁰ Propriedade de Carlos Pinto & Cia, foi fundada em 1875.

⁶¹ Propriedade Echenique & Cia, foi fundada em 07 de dezembro de 1887.

⁶² Cabe destacar que será através de uma edição conjunta de *Contos Gauchescos* e *Lendas do Sul*, em 1949, realizada pela Editora Globo que João Simões Lopes Neto ganhará a crítica e o estudo merecido acerca dessas obras. Foi esta edição que lhe concedeu reconhecimento literário.

⁶³ João Simões Lopes Neto assinou com seu nome propriamente dito em apenas algumas circunstâncias, na maioria das vezes assinava com pseudônimos, sendo João do Sul e Serafim Bemol os mais conhecidos.

Pátria. Foi nesse órgão que Simões Lopes Neto iniciou sua longa e movimentada atividade jornalística, embora a tenha exercido, profissionalmente, apenas nos últimos anos de vida, quando já perdera o ânimo para investir contra “moinhos de vento”. (REVERBEL, 1981, p.41).

Como já dissemos, foi em *A Pátria*⁶⁴ que João Simões Lopes Neto deu seus primeiros passos na imprensa pelotense, a começar por seus poemas e continuar, em julho de 1888, com a estreia da primeira fase de sua coluna *Balas de Estalo*⁶⁵. Esta primeira fase é constituída de 20 publicações esporádicas, a começar em 2 de julho de 1888 e terminar em 1º de outubro do mesmo ano (MOREIRA, 1983, p.8). O autor, então com 23 anos, “[...] escrevia como quem se diverte, glosando, quase sempre de forma humorística, os acontecimentos do dia-a-dia e não raro, bulindo, de modo irreverente, com as pessoas neles envolvidos” (REVERBEL, 1981, p.44). A coluna se desenvolvia em forma de “trioletes” – uma forma literária bastante comum na época –, com humor leve e com temática de circunstâncias, o que nos dificulta no processo de entendimento do mesmo, pois, envelheceram com o tempo e com ele perderam o sentido para nós. De acordo com Chiappini (1988, p.29),

[...] mesmo assim é possível perceber uma certa irreverência para com as autoridades políticas e religiosas, uma liberdade de espírito, uma certa identificação com o que chamava de ‘Zé Povinho’ e seus problemas. Sátira leve aos fatos cotidianos, tipos e instituições da ‘Princesa do Sul’⁶⁶.

Bom exemplo do que estamos falando é o quarto triolet da série, assinado com o pseudônimo de João Rimole, data de 14 de julho de 1888. No mesmo, o autor ironiza o contrabando e o fisco:

O sr. D. Contrabando/Alça a cabeça e ri. /Diz: que gente, nunca vi! ... /O sr. D. Contrabando – /E todo ancho de si, / Vai a todos flauteando. /O Sr. D.

⁶⁴ O Jornal *A Pátria* era propriedade do tio avô de João Simões Lopes Neto – Ismael Simões Lopes –. Criado em 1886, ficou aos cuidados de seu fundador Albino Costa até fevereiro de 1888, quando sua circulação foi suspensa. Foi nesse período que Ismael Simões Lopes associou-se a este, formando a empresa *Costa&Simões* e, a partir de então, o jornal voltou a circular sob a responsabilidade de Ismael. Este, em outubro do mesmo ano, adquiriu a parte de Albino no diário, que ficou sob sua responsabilidade, assumindo uma nova fase, até o seu definitivo fim em 4 de junho de 1891 (REVERBEL, 1981, p.42).

⁶⁵ *Balas de Estalo* também era o nome de uma série coletiva da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, que circulou nas edições de 1883 a 1886, para a qual, escrevia Machado de Assis com o pseudônimo de Lélío. Heloísa Netto (2015, p.31) supõe que João Simões Lopes Neto era leitor habitual da *Gazeta de Notícias*. Para ela alguns colaboradores do jornal podem ter marcado certa influência nos trabalhos futuros do autor, como: Capistrano de Abreu, José do Patrocínio e o escritor português Ramalho Ortigão, que colaborou com o jornal entre anos de 1877 e 1915.

⁶⁶ Princesa do Sul é como é conhecida a cidade de Pelotas.

*Contrabando/ Alça a cabeça e ri! /Pomadas e panos quentes. /Que remédio!
É infalível! .../
– Energia? é incompatível –*

*Pomadas e panos quentes. / É bem caricato, é risível, /Mas não se faz
descontentes. / Pomadas e panos quentes:/Que remédio! É infalível!*

*Este fisco é impagável, /Por outra, pago demais.../Por entre suspiros, ais. /Este
fisco é impagável! /E por brilhanturas tais, /Este fisco lamentável, /Este fisco
impagável, /
Por outra pago demais. (LOPES NETTO), João Simões. A Pátria, Pelotas, 14
de julho de 1888).*

Cabe salientar, que o contrabando foi uma prática bastante comum no Rio Grande do Sul. A extensa fronteira com a Argentina e, principalmente com o Uruguai, fronteiras essas que não apresentavam quase nenhum obstáculo, fez que essa prática se tornasse comum em ambos os lados das fronteiras. Segundo Loner (2010, p.86), no final do Império o contrabando era amplamente praticado e, de maneira tão intensa que, os prejuízos sofridos pelos comerciantes de atacados estabelecidos nas principais cidades gaúchas, como Porto Alegre, fez com que esses solicitassem uma “tarifa especial” ao governo do Brasil para que pudessem exercer condições de competitividade frente as mercadorias contrabandeadas. Com a Proclamação da República essa tarifa foi anulada e outras medidas foram tomadas como: a criação de zonas fiscais e a maior fiscalização na região. Contudo, as alianças estabelecidas entre os contrabandistas e forças políticas locais, de certa forma, já haviam se tornado um costume e o contrabando seguiu na região. Podemos dizer, que em bem menor escala, segue até os dias atuais. Portanto, note-se, João Simões Lopes Neto escreveu seu *triolet* no ano de 1888, ou seja, nos anos finais do Império, no momento em que o contrabando prejudicava o comércio nos centros urbanos. O tema do contrabando voltará a permear a mente do autor que em 1912, em seu *Contos Gauchescos*, traz o conto *O Contrabandista*. De certa forma, o contrabando faz parte da configuração histórica do Rio Grande do Sul.

No intervalo entre a primeira e segunda fase do *Balas de Estalo*, João Simões Lopes Neto publica a sátira *Os Chapéus na Plateia*⁶⁷, nela, segundo Moreira (1983, p. 22) o autor se revela um autêntico poeta. Esta sátira também marca um momento importante do autor, quando deixa de lado os pseudônimos e assina com o nome o qual é

⁶⁷ Publicado em *A Pátria* em 28 de julho de 1888. A sátira pede as ilustres damas que não utilizem chapéus ao irem assistir os espetáculos na plateia, o que prejudicava a visão dos demais. Interessante é que o autor começa citando Victor Hugo, o que demonstra que o mesmo o leu, ou leu pelo menos alguma coisa de tão celebre autor.

reconhecido pelos seus contemporâneos: João Simões. No final de 1888 publica, também em *A Pátria*, uma série de seis crônicas intituladas *O Rio Grande a Vol d'Oiseau*, fruto das viagens feitas por ele à São José do Norte e a Rio Grande. Assinadas com o pseudônimo de Serafim Bemol⁶⁸, são estas crônicas as primeiras manifestações literárias em prosa do autor. Para Reverbel (1881, p.45), essas seis crônicas representam de fato a estreia jornalística do autor, já caracterizando o “seu colorido e personalíssimo estilo literário.”. Em 25 de abril de 1889, o autor dá início a segunda fase de *Balas de Estalo*, publicadas de forma descontínuas em *A Pátria* até o dia 20 de agosto de 1890. Diferente da primeira fase em que o autor utilizou vários pseudônimos como: João Rimole, Job Rimaduro, Job Rivotos, Job Ripasmos e outros, sempre utilizando o nome João ou Job adicionado com a maneira como ri, nesta segunda fase o autor assinou todos os *trioletes* com o pseudônimo de Serafim Bemol. Em 1890, João Simões Lopes Neto inicia outra sessão no mesmo jornal, assinando com seus muitos pseudônimos, a coluna *Tesourinha Hilariante*, a mesma “tratava-se em grande parte de historietas ouvidas, repetidas de boca em boca que o escritor fixa pela escrita. [...] apela para o recurso do exagero, bastante popular, e comparável as anedotas de Romualdo⁶⁹” (REVERBEL, 1981, p.32).

Portanto, durante o período em que escreveu para *A Pátria* (1888-1891), João Simões Lopes Neto foi apenas colaborador, de acordo com Reverbel (1981, p.45), “Não fazia, propriamente, parte da redação.”. Dessa maneira, não recebia para escrever para o jornal e, também, não possuía nenhum vínculo empregatício com o mesmo, desempenhava essa atividade como amador.

Esse [é o] período risonho e franco, em que João vive ainda sustentado pelo pai, em boa casa de Pelotas, sob as asas do avô, fazendo seus “trioletes”, é a época dos vários Joões, todos risonhos, expressos em seus pseudônimos: J. Rimuido, J. Rimaduro, J. Risempre, JobRivitos, JobRiverde, João Rimole, João Riduro, João Riforte, João Rifracco, João Ripianíssimo, João Rimudo... (CHIAPINNI, 1988, p.30)

⁶⁸ Segundo Reverbel (1981, p.32) “Serafim lembra anjo, cujos cantos divinais são harmoniosos e elevados, mas Bemol abaixa esse canto de um semitom: da ironia, do canhestro, do paródico, menos parente dos deuses que dos demônios.”.

⁶⁹ Reverbel cita um exemplo: *Conversa sobre pintores:/Na antiguidade houve um pintor que apresentou uma tela tão perfeita que até enganou os pássaros. / Um espanhol:/ Não preciso ir longe: na minha aldeia existe um que chegou a enganar a terra: pintou um pepino, plantou-o e o pepino produziu.* Este foi publicado em *A Pátria* em 05 de junho de 1890. Quanto a questão de ser “comparável as anedotas de Romualdo”, Reverbel está fazendo referência a obra do autor *Casos do Romualdo*, publicado postumamente, porém alguns casos já haviam sido publicados na imprensa.

Porém, em 04 de junho de 1891 o jornal *A Pátria* encerrou suas atividades e teve seu acervo comprado pelo *Diário Popular*⁷⁰, fundado em 27 de agosto de 1890 por Theodósio de Menezes, este era um órgão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Após o fim de *A Pátria*, João Simões Lopes Neto volta a figurar na imprensa pelotense com suas colaborações no *Diário Popular*, de forma regular, essas colaborações se estendem de 1893 a 1896. Bem como em *A Pátria*, o autor foi colaborador do *Diário Popular* e, de acordo com Reverbel:

[...] De fato, praticar jornalismo assalariado, naquela época, sobretudo em cidades do interior, significava não ter onde cair morto. Afora os proprietários, havia duas categorias na imprensa de então: a dos colaboradores (não-remunerados) e a dos profissionais ou ratos de redação (secretários, redatores, noticiaristas), pessimamente pagos. Podendo trabalhar sem remuneração, os colaboradores, como ele próprio fora durante quase toda a sua atividade jornalística, eram em geral pessoas de maiores ou menores recursos, não necessitando das humilhações salariais da imprensa da época. [...]

João Simões Lopes Neto era uma dessas pessoas que não necessitavam das humilhações salarias da imprensa da época pois, nesse mesmo período o autor trabalhava como despachante geral em um escritório próprio e podia contar com a amparo financeiro do avô, caso necessitasse. Foi nesse período, em 1892, com 27 anos que o autor deu um importante passo na sua vida adulta, casando-se com Francisca de Paula Meirelles, conhecida por Dona Velha⁷¹.

⁷⁰ O *Diário Popular* ainda encontra-se em atividade na cidade de Pelotas.

⁷¹ A viúva sobreviveu quase cinquenta anos a mais que o falecido marido (1916). Após a morte deste ela passou a viver de forma paupérrima; costumava para fora e culpava a dedicação do marido à literatura como a causa de sua pobreza. Com o passar do tempo começou a vender ou doar o acervo do marido, como forma de agradecimento aos que lhe prestavam algum auxílio.

Figura 2: Foto do Matrimônio de João Simões Lopes Neto e Francisca de Paula Meirelles



Fonte: DINIZ, Carlos Francisco Sica. João Simões Lopes, uma biografia. - Porto Alegre, RS: AGE/UCPEL, 2003. p.77.

Na época em que João Simões Lopes Neto casou-se haviam grandes turbulências políticas no Estado. A partir da proclamação da República o Partido Conservador, o Partido Liberal e o Partido Republicano disputavam pela hegemonia política no Rio Grande do Sul. No pleito realizado em maio de 1891 venceram os republicanos, contudo a legalidade de tal vitória foi posta em suspeita. Mesmo assim, aprovou-se a Constituição Estadual que “[...] seguia um modelo francamente positivista, sob predominância de uma única verdade, traduzida num só partido e numa única liderança política: Júlio de Castilhos, eleito na assembleia em 15 de julho, mas permanecendo apenas quatro meses no poder.” (DINIZ, 2003, p. 73). Castilhos havia apoiado o golpe militar de Deodoro e, quando o vice-presidente da república, Floriano Peixoto convocou os comandantes militares, obrigou Deodoro a renunciar (FLORES, 1993, p.132). A partir daí Floriano Peixoto começou a intervir nos estados que haviam apoiado Deodoro, como foi o caso do Rio Grande do Sul, por isso durou tão pouco tempo o governo de Castilhos.

Durante os três primeiros anos da República no Rio Grande do Sul, o Estado teve 18 presidentes, a maioria controlada por Castilhos. Ele acreditava que o governo para ser forte deveria eliminar a oposição. Foi um período bastante violento entre o golpe de Castilhos em 1892 e o início da Revolução Federalista de 1893. Dessa forma, no ano de 1893 o estado do Rio Grande do Sul foi palco de uma guerra civil que dividiu o estado entre os partidários de Gaspar Silveira Martins, unidos para derrubar a oligarquia que

detinha o poder, e os republicanos, cujo líder era Júlio de Castilhos. De acordo com o Flores (1993, p.138), após a realização das eleições com suspeita de fraude, o que era costumeiro, Júlio de Castilhos venceu e foi empossado em 25 de janeiro de 1893, prometendo uma série de ações para manter a segurança e o sossego da sociedade por meio de medidas repressivas. Cerca de dez mil brasileiros entre federalistas, monarquistas e republicanos dissidentes refugiaram-se na República do Uruguai, aguardando a hora de regressar ao Brasil. Segundo Diniz (2003, p.82)

João Simões Lopes não aderiu à revolução, mantendo-se fiel ao Partido Republicano. A fidelidade aos antigos ideais republicanos, como parece ter sido o caso de Simões Lopes, não significa estar em apoio às perseguições políticas que porejavam no Rio Grande, a partir da retomada do poder pelos castilhistas em junho de 1892. Já filiado ao Partido Republicano e nomeado tenente da Guarda Nacional⁷², sem, no entanto, entrar em combate contra os federalistas revolucionários, Simões Lopes manteria sempre uma postura sóbria, um tanto avessa às campanhas partidárias. [...].

Reverbel (1981, p.46) também afirma que o autor não se envolveu nos jogos políticos, ao dizer que o mesmo teria feito

[...] profissão de fé castilhista (sem o Positivismo do chefe)⁷³, atuaria na imprensa partidária, mas mantendo sempre uma atitude discreta e contida, quando não distante, que significava, no fundo, a sua absoluta falta de vocação para as refregas político-partidárias. Nem como tenente da Guarda Nacional, na revolução de 93, ele chegou a empolgar-se e perder a serenidade. Tem-se a impressão de que entrou na política por injunções mais de ordem familiar do que pessoal. E que tudo quanto fez, nesse terreno, foi sempre meio a contragosto.

A partir disso, podemos constatar que apesar de seu posicionamento político, João Simões não tomou partido durante esse triste episódio da História do Rio Grande do Sul e, mesmo escrevendo para um órgão do Partido Republicano, seus textos nada tinham a ver com posições partidárias de nenhum dos lados. A chamada Revolução acabou em 1895 com a consolidação dos republicanos no poder⁷⁴.

Em meio as turbulências políticas, ainda em 1893, enquanto mantinha suas

⁷²Em 1894 João Simões foi nomeado tenente da Guarda Nacional e, tempos depois foi elevado a capitão, mas nunca entrou em combate. (SCHLEE, 2010, p.41)

⁷³ Discutiremos a questão do Positivismo e do Partido Republicano no Rio Grande do Sul, bem como o envolvimento de João Simões Lopes Neto com ambos na próxima pauta desse capítulo.

⁷⁴A Revolução Federalista marca o início do declínio da indústria do charque, pois inviabilizou quase que totalmente o comércio de gado e, somado a isso, a superação das charqueadas pelos frigoríficos.

colaborações para o *Diário Popular*, João Simões Lopes Neto também escrevia colunas para o *Correio Mercantil*, jornal criado por Antônio Joaquim Dias. Neste ano o autor, sob o pseudônimo de Serafim Bemol, fez sua primeira incursão de fato no campo da ficção. Em parceria com outros dois companheiros, Sátiro Clemente e D. Salústio, ele escreveu o folhetim, publicado em 15 capítulos, intitulado *A Mandinga*. No *Correio Mercantil* de 15 de outubro de 1893 lê-se:

Serafim Bemol, Sátiro Clemente e D. Salústio, em comandita literária, que pretendem celebrar, nos anais da pilhéria pelotense, escrevem uma novela, romance, narrativa ou coisa que melhor nome tenha, observando-se o seguinte programa:

A obra não tem fio nem pavio, os autores são obrigados a continua-la, como entenderem, no ponto em que o associado anterior a tiver deixado.

Quando estiverem aborrecidos, ou o público começar a bocejar, matam-se os personagens todos e... assunto concluído.

A sorte designou Serafim Bemol para principiar o trabalho, dar-lhe título e encaminhá-lo como entendesse. Seguir-se-ão com a palavra Sátiro Clemente e D. Salústio.

A Mandinga é o lóbrego título do folhetim, e começa hoje.

Arranjam-se os leitores e esperem a volta de todos os domingos e quintas-feiras em que lhes servirem este pratinho, destinado a amenizar os seus dissabores.

Temos tempo de sobra para chorar.

Dessa maneira, notamos que o autor escrevia de tudo um pouco. Foram poemas, triolets, crônicas, folhetins e outros, contudo, com raras exceções a maioria de suas publicações foram satíricas, sempre com humor criticando ou apenas brincando com circunstâncias. Até mesmo a defesa de Anita e Giuseppe Garibaldi⁷⁵, face a matérias publicadas por jornais católicos, que atacavam a maçonaria e a memória desses dois vultos da Revolução Farroupilha. João Simões Lopes Neto, embora fosse maçom⁷⁶, não saiu em defesa da instituição, sugeriu que a mesma o fizesse, mas, no tange a memória de Anita e Giuseppe Garibaldi o autor abre um leque de motivos para que se respeite à memória de ambos e para que se cultue essa memória, pois, para o autor, Garibaldi e Anita faziam parte de nossa História, enquanto sul-rio-grandenses e, mais, Garibaldi, para o autor, foi um paladino da emancipação dos povos!

⁷⁵ O primeiro artigo intitula-se *Pró Garibaldi* e foi publicado no jornal *A Opinião Pública*, de Pelotas, em 28 de dezembro de 1912, o mesmo defende Garibaldi das acusações de uma revista católica de São Paulo, transcrita por um semanário local. O segundo, *Mercenário – Herói! Prostituta – Excelsa!*, também foi publicado em *A Opinião Pública*, quase um ano depois, no dia 18 de novembro de 1913. A primeira é assinada pelo pseudônimo de João do Sul, enquanto a segunda já leva a assinatura de J. Simões Lopes Neto. Ambos encontram-se publicados em: MOREIRA, Ângelo Pires. **A Outra Face de J. Simões Lopes Neto. vol. 1.** - Porto Alegre, RS: Martins Livreiro, 1983.

⁷⁶ João Simões ingressou na Maçonaria em 27 de fevereiro de 1890 com o grau 3, alcançando o grau 17. Fazia parte da Loja Rio Branco, que foi fundada em 1881 e era conhecida na cidade por Loja dos Artistas.

Em 26 de dezembro de 1906 o autor publicou no *Correio Mercantil*, a esta altura sobre posse de seu tio Augusto Simões Lopes⁷⁷, a lenda estilizada *O Negrinho do Pastoreio*, dedicada à Coelho Neto⁷⁸, que se encontrava em Pelotas para realizar uma conferência. Importante frisar que, em 1906 João Simões Lopes Neto realizou sua segunda conferência cívica, sendo a primeira de 1904. Nesse momento, o autor já havia realizado reflexões acerca da valorização da cultura nacional e, as lendas, por certo, estariam neste escopo. Em carta de agradecimento, datada de 01 de janeiro de 1907, Coelho Neto diz ao autor:

[...]. Já conversamos sobre a necessidade que, todos quantos nos interessamos pela tradição, temos de coligir as trovas e narrativas do velho tempo. Elas representam o sonho dos que passaram, são, a bem dizer, o rastro das almas. [...] Lendo-a, tive a impressão de estar ouvindo contada, em tom lento, por uma dessas velhinhas que são as conservadoras de muito primor da poesia popular, tão rica em nossa pátria e tão estimada. [...] peço-te que continue a respingar em tão rica seara, trazendo-nos tão ricos presentes como o que me ofereceu com tanta generosidade. Muito seu agradecido, Coelho Neto. (Revista Província de São Pedro, 1946, p.168)

Portanto, como sugere Coelho Neto, o autor era um desses “interessados pela tradição”, que tinha por objetivo compilar esse material para fins de que todos o conhecessem, ou melhor, que todos tivessem contato com o “primor da poesia popular, tão rica em nossa pátria e tão estimada”. Dessa maneira, já podemos notar os primeiros indícios de seu projeto cívico e pedagógico, mesmo que este ainda não estivesse claro na mente do autor, pois já pesquisava, coligia e registrava a cultura popular para que se tivesse um maior conhecimento acerca das tradições pátrias, além de publicá-las em jornal como uma forma de vulgariza-las. Em 1909, nas páginas do mesmo jornal o autor publica a lenda *A Mboitata*. Sobre ela também fala Coelho Neto, em uma carta à João Simões Lopes Neto datada de 20 de novembro de 1909

A lenda do ‘Boi-tatá’, também conhecida pelos nossos sertanejos, com variantes que muito a diferenciam da que escreveste, deve figurar no ‘folklore’ gaúcho, onde já cintila, acesa por ti, a velinha do ‘Negrinho do Pastoreio’, à cuja claridade puseste o meu nome. Prossegue, porque fazes trabalho de valor e muito me alegro por haver insistido com tua modéstia para que continuasses a colher, aqui e ali, essas flores eternas do povo, fazendo com elas o ramo que será encanto para todas as almas e glória para o teu nome. Abraça-te, teu Coelho Neto. ((Revista Província de São Pedro, 1946, p.168).

⁷⁷ Com a morte de Antônio Joaquim Dias, proprietário do *Correio Mercantil*, o mesmo foi vendido a Augusto Simões Lopes, que assim como Ismael, era tio de João Simões. Augusto ficou com a posse desse jornal por dois anos (1906-1907).

⁷⁸ Coelho Neto e João Simões Lopes Neto, pelo o que as fontes indicam, mantinham estima e amizade um pelo outro. Veremos mais sobre essa relação no próximo capítulo dessa pesquisa.

As duas lendas citadas, somadas à lenda *A Salamanca do Jarau*, compuseram a obra *Lendas do Sul*, publicada em 1913. Esta compõe, juntamente com o *Cancioneiro Guasca* (1910) e *Contos Gauchescos* (1912) o que compreendemos por inventário cultural do Rio Grande do Sul, que deveria ser uma espécie de divulgador de uma das muitas faces da cultura nacional.

Assim, o primeiro quartel do século XX trouxe o amadurecimento de João Simões Lopes Neto enquanto jornalista, acompanhando, a sua maturidade pessoal. Acreditamos que um importante motivo para levar o jornalismo mais a sério foi que, em 1912, necessitava disso para viver, transformando suas colaborações em uma atividade profissional, para poder manter a si e a sua família⁷⁹. Abandonou aos poucos Serafim Bemol e sua verve humorística e dedicou-se de maneira mais séria, como vimos acima no caso das lendas. No mesmo ano integrou profissionalmente a redação de *A Opinião Pública*.

“A Opinião Pública” passara por uma importante mudança, sob novo comando desde 1913, tornava-se um jornal combativo, contestador e, especialmente, anticlerical; ganhava também nova feição gráfica, com espaços determinados para assuntos políticos, financeiros e sociais, notícias e colunas permanentes – além de um folhetim e uma sessão semanal de “artes, ciências e letras” que divulgariam textos literários. (SCHLEE, 2010, p, 45)

Sirinelli (2003, p.248) diz que “O meio intelectual constitui, ao menos para o seu núcleo central, um ‘pequeno mundo estreito’, onde os laços se atam [...]”, a esses “pequenos mundos” ele denominou *estruturas elementares da sociabilidade*, ou seja, lugares onde os intelectuais se encontravam e construíam laços, redes de sociabilidade e troca de conhecimento. Cita como exemplo a redação de uma revista, mas podemos pensar na redação de um jornal. Pensemos na redação de *A Opinião Pública*, da qual João Simões Lopes Neto era membro, como “[...] um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade [...].” (SIRINELLI, 2003, p.249). Ou seja, na redação do jornal o autor pôde estreitar os laços com os colegas e colaboradores, conversar, debater, concordar e discordar. A redação de *A Opinião Pública*, em especial, porque buscava uma nova roupagem, mais moderna e anticlerical, pode ter lhe proporcionado debater novas ideias, conhecer novos autores e criar suas próprias estruturas de sociabilidade. Essas estruturas são marcadas por amizade e

⁷⁹ Em 1905, João Simões Lopes Neto e sua esposa adotaram uma menina chamada Firmina. Única filha, pois o casal não gerou filhos naturalmente. Sobre Firmina ver MASSOT, Ivete Simões Lopes Barcelos. *Simões Lopes Neto na intimidade*. – Porto Alegre: BELS, 1974. p. 131-132.

admiração, bem como por hostilidade, rivalidade, rupturas e outros (SIRINELLI, 2003, p.250). A partir dessas proposições podemos pensar em outras estruturas para além da redação do jornal, como sua amizade com Coelho Neto e sua admiração profunda por José Veríssimo, apenas para citar alguns exemplos. Contudo esse é um tema para o próximo capítulo, por agora sigamos nossa análise acerca de sua experiência como jornalista.

Em 1913 lança com o pseudônimo de João do Sul a série *Inquéritos em Contraste*, em *A Opinião Pública*. De acordo com Patrícia Lima (2016, p.23), os *Inquéritos em Contraste* são a produção jornalística mais bem-acabada do autor.

[...] composta por 17 crônicas, todas relativas à vida nos subterrâneos da cidade, como ele mesmo chamou. O cotidiano dos pobres, dos cortiços e das figuras desconhecidas, produzidas pela urbanização e pelo empobrecimento da cidade, está capturado ali. Nestes relatos, mais do que comentarista, foi repórter. Pelo que deixa transparecer na urdidura dos textos, buscou cenas e informações nas ruas, entrevistou gente, viveu, de algum modo, a realidade sobre a qual iria escrever. Sem uma amargura latente, mas com a verve satírica mais comedida, o jornalista/narrador percorre uma nova Pelotas, a que sobreviveu e renasceu dos escombros da aristocracia do charque – aristocracia esta que ainda existia e permanece viva no imaginário e na cultura de muitos descendentes até hoje. Mas não mais interessava ao escritor que, naqueles mesmos dias, trazia ao mundo os Contos Gauchescos e as Lendas do Sul. Em mais um paralelo de si próprio com a cidade, João Simões aceita a decadência e passa a vivê-lo em seu ofício diário, por meio das colunas. (LIMA, 2016, p.24).

Foi também nas páginas de *A Opinião Pública*, no mesmo ano de 1913 que autor lançou uma série de artigos que nos interessam de maneira especial para esta pesquisa e, que ao mesmo tempo, é pouco ou nada trabalhada pelos pesquisadores que se dedicam a estudar o autor e sua obra. Estamos falando da série intitulada *Uma Trindade Científica: Lamarck, Darwin e Haeckel*⁸⁰. Nesta série, assinada por João do Sul, o autor demonstra profundo conhecimento sobre os três cientistas e suas colaborações para a História Natural e da humanidade. Ângelo Moreira (1983, p.81) diz que o autor “[...] revela um conhecimento muito profundo sobre a ciência dominante na época, ultrapassando em muito, o nível comum da cultura geral.”.

As premissas de João do Sul, como ele mesmo assinou, estão expressas já no título: *Uma Trindade Científica*, uma espécie de sugestão ao culto dessa trindade, como ao culto da trindade cristã (pai, filho e espírito santo). Aliás, poderia ser uma sugestão de

⁸⁰ A série completa pode ser lida em MOREIRA, Ângelo Pires. **A Outra Face de J. Simões Lopes Neto**. vol. 1. - Porto Alegre, RS: Martins Livreiro, 1983. p.82-99.

troca de cultos pois, como vimos *A Opinião Pública* possuía uma conduta bastante anticlerical e, podemos constatar no decorrer da série que o autor trata da ideia de criação divina como um mito, enquanto a evolução humana estava provada e comprovada cientificamente. O culto a ciência estava na ordem do dia, bem como o culto a humanidade, são heranças do “mundo do novo-iluminismo” do século XIX, como chamou Baumer (1990, p.59), ou melhor dizendo, são premissas também do Positivismo que dominou a intelectualidade gaúcha nesse período e, cujos reflexos sentimos até hoje⁸¹. Contudo, também estão expressas, naquelas páginas, premissas do “Mundo Evolucionário”, ou “Mundo Darwiniano”, também como expressou Baumer (1990, p.97), onde o homem está no centro da discussão, como ser complexo, porém racional, a racionalidade e o poder da instrução estão no centro da discussão. No final do século, esse panorama vai mudar com Freud⁸². Afinal, vejamos o que João do Sul escreveu:

É uma trindade moderna. Os três nomes que esses homens representam deve a humanidade atual a maior gratidão possível, porque dos trabalhos dessas três mentalidades dependeram progressos que, atualmente, beneficiam a atividade humana.

Lamarck, Darwin e Haeckel os dois primeiros mortos e o terceiro ainda vivo, representam, sucessivamente, a intelectualidade das três pátrias: a França, a Inglaterra e a Alemanha. A obra de cada um desses três homens honra as respectivas pátrias, tanto mais que nos aparecem eles vítimas das perseguições as mais injustas... mas sempre aferrados à sua convicção científica, tendo em noção o amor à verdade.

Recordar a vida e a obra desses três grandes naturalistas é prestar à ciência mais uma prova do reconhecimento e a memória dos mesmos o preito da nossa gratidão.

*É o que vamos tentar fazer, de um modo simples, ao alcance de todos*⁸³[...]. (LOPES NETO, 1983, p.82)

Importante é nos atentarmos para a última frase da citação, ou seja, o autor tinha por princípio divulgar aqueles três naturalistas, bem como as suas obras, de maneira simples, que fosse compreendida por qualquer pessoa que o lesse em *A Opinião Pública*. De fato, os quatro artigos que compõem a série são de uma clareza espantosa se tratando de tão complexo tema. O autor introduz o leitor ao mundo da ciência e sobre o tema que quer dissertar, quando fala sobre o “célebre debate” entre Cuvier e Geofroy Saint-Hilaire. De acordo com o autor essa discussão “[...] foi um dos movimentos que mais interessaram

⁸¹ Especificamente sobre o Positivismo e sua ampla influência no Rio Grande do Sul trataremos na sequência deste capítulo.

⁸² Freud lançou a *Interpretação dos Sonhos* em 1899. A Teoria freudiana do subconsciente destruiu a imagem do homem como indivíduo coordenado, reagindo inteligentemente e de maneira prognosticável aos acontecimentos. As ações do homem podem ser motivadas por forças que ele ignora. (BARRACLOUGH, 1973, p.225).

⁸³ Grifo nosso.

o mundo intelectual. ” e, “[...] marcou o verdadeiro início da ciência moderna [...]” (LOPES NETO, 1983, 82-83). Ao falar sobre esse debate, cita Lineu e sua teoria da imortalidade ao falar que fixidez da espécie é uma condição necessária a existência mesmo da História Natural. Fala sobre os fósseis e cita Haeckel, Xenófanos de Colón e Aristóteles. Nesse ponto critica a ideia de que os fósseis fossem um “sopro divino”, como uma “fecundação gigantesca, pela qual se acreditava num certo sopro seminal (aura seminalis) que penetrando no solo com águas ia fecundar as rochas e daí os fósseis, essa ‘carne petrificada’ (caro fossilis). ” (LOPES NETO, 1983, p.84). Cuvier estava de acordo com as proposições de Lineu sobre a fixidez da espécie e, também dos fósseis como um sopro divino, já Saint-Hilaire defendia a filiação das espécies e a concepção unitária da natureza. Contudo, a influência de Cuvier no mundo da ciência era imbatível e, o debate travado entre fevereiro e julho de 1830 teve fim, não que a matéria estivesse esgotada, mas as paixões ameaçavam tomar conta do pensamento científico e, por conseguinte, dos corredores da Academia.

Na verdade, João Simões Lopes Neto introduz o tema ao leitor, fala sobre essa discussão para situá-lo no campo das discussões científicas em torno da origem e futuro do homem. Essa discussão, serve como “gancho” para o autor introduzir o primeiro cientista Lamarck que, diferente de Cuvier, acreditava no desenvolvimento contínuo e ininterrupto de seres organizados. Aqui temos um primeiro ponto que nos interessa de forma especial, essa ideia de desenvolvimento contínuo e ininterrupto de seres organizados, o que poderíamos chamar de progresso! O autor era um entusiasta do progresso, acreditava na evolução humana, que estamos sempre caminhando em direção ao aperfeiçoamento e, para isso, deveríamos conhecer tudo o que veio antes de nós, para com esse conhecimento, prosseguirmos. É isso que prega em suas Conferências e é isso que também está explícito em seu projeto educacional, por isso gostaríamos de destacar essa série, pois, ela demonstra, mesmo que o autor tenha a escrito depois das Conferências, um broto de seu pensamento que se mostra sobre a luz, já que é tão difícil constar, por falta de fontes, o que o autor lia. Nesta mesma série o autor cita Voltaire, Diderot, Rousseau, Charles Lyell, Jean Louis Rodolphe Agassiz, Buffon, Goethe, Ernesto Lesigne (o qual se baseia muito na série, contudo, não encontramos informações sobre o mesmo), entre outros. Para nós, essa série é de importância crucial e, veremos outros aspectos explícitos nela quando trabalharmos a questão da educação no capítulo seguinte.

Para que se tenha uma ideia geral da série, o autor segue tratando sobre a vida e obra de Lamarck, depois Darwin e Haeckel, mostrando assim, o desenvolvimento do pensamento evolucionista. Contudo alguns pontos são de fundamental destaque como: Lamarck acreditava que o homem era um animal como qualquer outro, todavia, mais complexo e não uma criação divina. Sobre isso nos fala o autor:

Desmoronava-se, ou melhor, começava a ruir, o majestoso trono da criação especial do homem, que o queria, a este, produto de ENCOMENDA⁸⁴, quando nada mais era do que um elo da cadeia natural dos seres.

No amontoado informe das noções errôneas, umas reais, outras errôneas legadas pela Idade Média, Lamarck traçava a diretriz que ia das formas animais ao homem. (LOPES NETO, 1983, p.88)

Quando fala de Darwin, João Simões Lopes Neto diz este resolveu a questão proposta por Lamarck quando criou a sua Teoria da Seleção Natural, a qual cita, para que o leitor compreenda bem o que Darwin propôs. A partir daí o autor, assim como na parte sobre Lamarck, fala sobre o fim do mito da criação e explica, com base da Teoria da Seleção Natural de Darwin, que são as próprias espécies que criam outras espécies ao se adaptarem ao meio e não uma criação divina e, que esse pequeno fato é todo o segredo da vida. E aí compara a doutrina cristã com a científica dizendo:

Esta [cristã] nos diz. “Tu partiste do alto, mas caíste e não te levantarás.”
A outra, a nova, científica, a moral, nos diz carinhosamente: “*Tu partiste de baixo, mas progredistes bastante e não há nenhum ser, nenhuma potência que possa impedir o teu progresso*”⁸⁵. (LOPES NETO, 1983, p.94-95)

João Simões Lopes Neto prossegue com Haeckel que, segundo ele, foi auxiliado pelo conhecimento legado pelos outros dois cientistas. Haeckel propunha traçar hipoteticamente a árvore genealógica do mundo vivo. Para isso, foi buscar no embrião as informações que os fósseis haviam lhe negado⁸⁶. Dessa forma, pôde-se afirmar que “todas as formas vivas saíram pouco a pouco umas das outras por pequenos aperfeiçoamentos sucessivos.” (LOPES NETO, 1983, p.97). O autor encerra com Haeckel a sua Trindade Científica. Porém, um ponto que expõe no final é fundamental para essa tese e retoma suas ideias em relação ao seu projeto educacional:

Hoje é ensinada a doutrina verdadeira nas escolas leigas e graças a energia de alguns governos como o francês, tem feito avançar o conhecimento humano, libertando a escola do antigo regime da ignorância. Eis o que se deseja; eis pelo

⁸⁴ Grifo do autor.

⁸⁵ Grifo nosso. Para destacar os ideais de progresso do autor.

⁸⁶ Aqui o autor completa e se justifica, mesmo sem dizer, porque começou com aquela discussão entre Cuvier e Saint-Hilaire e a questão dos fósseis.

que se luta, hoje, pela escola leiga, com professores leigos. Sem isso, os conhecimentos precisos desses três gloriosos sábios ficarão como um patrimônio dos “eleitos” e não é justo que a maior parte dos modestos cidadãos desconhecem estes três tesouros valiosos. (LOPES NETO, 1983, p.98)

A partir dessa citação, notamos que autor continua, em 1913, panfletando por uma escola laica, com professores igualmente laicos, como já havia feito em suas conferências em 1904 e 1906 que expressam seu projeto cívico e pedagógico. Dessa forma, a questão da educação, da instrução pública e do progresso humano continuou sendo para Simões Lopes Neto de grande importância, mesmo no período em que criava e publicava suas obras máximas, deixando aberta a hipótese de que jamais abandonará tais ideais, apenas os remodelou e inseriu em outros contextos: suas séries jornalísticas, suas empresas e, por que não dizer, sua literatura?

Enfim, à guisa de conclusão:

O criador de Blau Nunes exercitou-se na arte de escrever praticando o amadorismo jornalístico, à sombra de um parente. Com o correr do tempo, tornou-se cronista, redator, editorialista, secretário de redação, folhetinista e, finalmente, diretor de jornal. Houve ocasiões em que o trabalho na imprensa instituiu a sua principal ocupação, embora quase sempre associada a outras atividades, algumas um tanto inusitadas, quando não fantasistas. Mas a partir de 1912, já alquebrado e enfermo (‘moço em corpo de velho’, na frase de um contemporâneo), daria o resto de suas energias a duas folhas locais, nelas trabalhando em tempo integral, mesmo porque não dispunha de outro meio de vida, naqueles passos de existência. (REVERBEL, 1981, p.40)

Assim, João Simões Lopes Neto permaneceu em *A Opinião Pública* até o ano de 1915, como jornalista profissional, pois esse se constituiu em seu modo de ganhar a vida. Posteriormente, tornou-se diretor de redação do *Correio Mercantil*. Não obstante, essa fase não foi muito longa, com o fim do *Correio Mercantil* e precisando trabalhar para viver, em janeiro de 1916, o autor retornou para *A Opinião Pública*, com o cargo de redator.

Em suma, a atividade de jornalista perpassou toda a sua existência, seja de forma amadora, seja de forma profissional nos últimos anos de sua vida. Foram nas páginas dos diários de sua cidade que autor ficou conhecido como escritor, foram nelas também que o autor se expressou das mais diversas maneiras: poemas, triolets, crônicas, folhetins, lendas, contos e outras. Mal ou bem foi a atividade de jornalista a única que João Simões Lopes Neto nunca abandonou e, foi nela que desenvolveu a sua escrita, sua verve humorística, enfim, seus modos de se expressar e expressar o mundo que o cercava. Além

disso, nas redações desses jornais encontrou importante espaço de sociabilidade que, muito provavelmente, suscitou debates e troca de ideias entre os seus pares.

Portanto, a sua experiência enquanto jornalista é fundamental para essa pesquisa, pelos motivos já expostos e por, também, constituir a única atividade – mesmo que com pausas – que o autor manteve ao longo de toda a sua vida. Além disso, segundo Eliane Peres (2010, p.103), os jornais constituíam um importante “meio educativo”, tanto para o público leitor, quanto para o público ouvinte, uma vez que a leitura oral era uma prática bastante comum nessa época. Dessa forma, os jornais constituíam-se em uma importante fonte para divulgação de ideias, e acreditamos que João Simões Lopes Neto sabia e utilizava-se disso para panfletar as suas, como podemos constatar no triolet que crítica os altos impostos e a dissimulação do governo que “fingia” não ver o contrabando que afligia o comércio local. Igualmente na série de artigos *Uma Trindade Científica*, que no fundo trazia as ideias de evolução e melhoramento para o progresso, bem como a divulgação de ideias científicas e claro cunho anticlerical e panfletário por uma escola laica com professores igualmente laicos. Em *Inquéritos em Contraste*⁸⁷, o autor faz duras críticas sociais a política pública que “não via” o pobre, o subúrbio e o empobrecimento da cidade. Assim, sua experiência enquanto jornalista, mesmo que de forma amadora, é ponto crucial para essa pesquisa, tendo em vista que foi um meio pelo qual o autor desenvolveu e divulgou suas ideias, assim como aprimorou sua escrita e constituiu espaços sociabilidade. Tudo isso contribuiu, de alguma forma, para a formação do autor que mais tarde viria ser conhecido como o maior regionalista gaúcho. Mas, como já dissemos, para nós, o autor foi bem mais além do que isso, e essa experiência foi fundamental para a sua formação intelectual e a divulgação de suas ideias.

1.3 “[...] A INDÚSTRIA É A VIDA DOS POVOS.”⁸⁸ – JOÃO SIMÕES UM HOMEM DE NEGÓCIOS

Pelotas é uma cidade que nasceu, se desenvolveu e cresceu em função dos saladeiros. Enriquecidos pela indústria do charque, os charqueadores, segundo Magalhães

⁸⁷ Sobre *Inquéritos em Contraste* ver: LIMA, Patrícia. Simões Lopes Neto jornalista: uma leitura da coluna *RInquéritos em Contraste*, de 1913. 142f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/147320> > Acesso: 16 de fevereiro de 2017.

⁸⁸ LOPES NETO, João Simões. *Diário Popular*, Pelotas, 1893, p.01).

(2010, p.60-61), construíram belos sobrados no centro da cidade, promoveram saraus e permitiram que seus filhos fossem estudar no Rio de Janeiro, São Paulo, Montevidéu, Buenos Aires, Europa e Estados Unidos. João Simões Lopes Neto foi um desses “filhos”, ou melhor dizendo, foi um neto dessa condição. Seu avô, do qual herdou o nome, foi um desses importantes e ricos charqueadores que possibilitaram que seus filhos e netos recebessem a melhor instrução que havia na época.

Recém-chegado do Rio de Janeiro, João Simões Lopes Neto vivenciava uma cidade que vivia importantes processos de modernização. Assim como outras cidades brasileiras, Pelotas passava por importantes reformas e implementação de tecnologias. O transporte marítimo representava o principal elo de ligação entre a cidade e o mundo, portanto, pelo Porto de Pelotas chegavam e partiam: “Saúde e doença, arte e armas, alimento e vestuário, culturas e moda, gente e coisa [...].” (ANJOS, 2000, p.43). A Estação Férrea, também representava importante meio de transporte, ligando Rio Grande a Bagé, passava por Pelotas. Dentro da cidade, desde 1873, o pelotense poderia se deslocar usando o carro de passageiros da *Companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas*. Importantes obras públicas também haviam sido realizadas, como a implementação do sistema de iluminação a gás de hidrogênio. Com essa inovação, “Os espaços de sociabilidade se multiplicam: quiosques na Praça D. Pedro II, cafés, restaurantes e confeitarias aproveitam a claridade proporcionada pelo gás hidrogênio líquido e o pelotense aumenta seu tempo de viver em público.” (ANJOS, 2000, p.49). Note-se que estas mudanças e inovações se davam na região central de Pelotas, onde vivia a população mais rica, nos subúrbios da cidade tudo continuava no breu.

Assim, os espaços de sociabilidade pelotense se ampliavam, segundo Loner (2002, *online*)

Os saraus e reuniões familiares, com poucos convidados, exerciam um papel fundamental em relação ao lazer da elite que, por este meio, apresentava seus filhos à sociedade, cultivava amizades e negócios num ambiente restrito e acolhedor, consolidando seus interesses e relações.

Aos poucos, clubes e associações⁸⁹ também foram surgindo e ganhando espaço, atendendo também à outras parcelas da população pelotense, como o *Parque Souza*

⁸⁹ Para ver mais sobre associações e clubes em Pelotas no século XIX: Pelotas se diverte: clubes recreativos e culturais no século XIX. IN: **História em Revista**. Publicação do Núcleo de Documentação Histórica.

Soares, mais conhecido por *Parque Pelotense*. A construção deste, data de 1883 e está inserido num processo que Soares (2001, *online*) chamou de “saneamento social” da cidade, segundo o historiador, o parque foi o principal ponto de recreio e ócio da população pelotense.

O Parque Pelotense, como também foi chamado, enquanto lugar de reunião da população da cidade cumpriu diversas funções, sobretudo sociais: permitia a burguesia local transmitir uma boa imagem e seu desejo de integração de todas as classes e também constituía-se num fator de controle social, pois a população trabalhadora era ‘educada’ através dos hábitos ‘higiênicos e polidos’ dos mais ricos. (SOARES, *online*)

João Simões Lopes Neto, ao voltar à Pelotas transitava pelos meios sociais com facilidade. Como todo jovem da aristocracia, frequentava saraus, espetáculos, cafés e certamente deve ter passeado pelo famoso Parque Pelotense. Delimitar esses espaços de sociabilidade do autor é de importância crucial para esta pesquisa pois, esses espaços eram fundamentais para fazer amizades, constituir redes, divulgar seus projetos, entre outras coisas. Não esqueçamos que quem publicou suas obras foi Guilherme Echenique, dono da Livraria Universal (Echenique e Cia.), que mais tarde se converteria em Livraria do Globo. Echenique era amigo de João Simões Lopes Neto e, provavelmente se encontravam nos cafés, praças e parques da cidade, bem como no teatro e em redações de jornais, configurando as *estruturas de sociabilidade*, como sugeriu Sirinelli (2003). Portanto, pode-se pensar nesses espaços como fundamentais para se criar importantes elos, sejam eles intelectuais, literários e/ou comerciais, como veremos a seguir.

Lembremos que as relações familiares também contavam muitíssimo, principalmente no seio da elite, dessa forma, devido a sua ascendência, o autor era bem tratado e admirado em todo o lugar, como moço promissor que era. Por esse motivo, de acordo com Reverbel (1981, p.120)

Durante alguns anos os figurões da Praça do Comércio de Pelotas⁹⁰ acreditaram no futuro de João Simões Lopes Neto. Também, não seria para menos: ele frequentava os meios econômico-financeiros da cidade sempre planejando bons negócios, idealizando obras de vulto, sonhando com novas empresas. Apontavam-no então como tipo do moço sério e ambicioso, *que*

Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. vol.8, 2002. – Pelotas: Editora da UFPel, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/02/08.-Beatriz_Ana_Loner.pdf>.

⁹⁰ A Praça do Comércio de Pelotas foi fundada em 07 de setembro de 1873 e é produto da indústria saladeiril, predominante em Pelotas durante todo o século XIX, esta promoveu um intenso e variado comércio na cidade. Atualmente chama-se Associação Comercial. (MAGALHÃES, 2010, p.21-22).

*tinha de quem puxar, prometia, iria longe, seria um dos seus*⁹¹. Não tardaram a abrir-lhe largo créditos de confiança, pronto para recebe-lo no seio de Abraão das classes conservadoras.

Assim, não havia do que duvidar, João Simões Lopes Neto tinha todos os requisitos para ser um homem de negócios notável e, evidenciar-se em meio a classe empresarial de sua cidade. Na *Praça do Comércio* ou na *Sociedade Agrícola Pastoril* o autor era bastante estimado. E, segundo Reverbel (1981, p.120)

[...] foi nesta perspectiva que lhe atribuíram, desde logo, elevadas funções entre os dirigentes daquelas entidades, cabendo-lhe, por vezes, a missão de intérprete e porta-voz dos altos interesses por elas representados, na condição de órgãos máximos da economia pelotense. Não podia haver demonstrações mais evidentes de que o levaram muito a sério.

Não obstante, após uma série de malsucedidas empreitadas João Simões Lopes Neto começou a ser considerado, por esses mesmos que lhe levavam na mais alta estima, como um utopista, um lunático, um poeta, e não mais um promissor homem de negócios. Apesar disso, analisando as conjunturas em que se deram esses fatos, notamos que a decadência das “empresas” do autor, acompanham um processo de igual decadência de sua cidade. Portanto, acreditamos que, mesmo que fosse um utopista, o que de fato as vezes ele o era, seus negócios não deram certo não só por esse motivo, mas porque a economia da cidade também não vinha bem, como nos tempos áureos da indústria do charque⁹². Mas, para que possamos compreender essa questão, veremos como se deu essas empreitadas industriais e comerciais e seu contexto histórico e social.

Todavia, no período em que João Simões Lopes Neto pensava suas empresas, ou seja, no final do século XIX e início do século XX, Pelotas passava por um amplo processo de modernização, como vimos. Segundo Lorena Gill (2004, p.43), houve o

[...] aumento da área de iluminação pública a gás, novos meios de transporte (bonde com tração animal em 1873 e bonde elétrico em 1915), fornecimento de água à população urbana, através de uma caixa d'água que ainda hoje abastece todo o centro da cidade e de quatro chafarizes importados da Europa na década de 1870, inauguração da Biblioteca Pública Pelotense em 1875, proliferação de clubes e associações recreativas, culturais, étnicas, teatrais, bailantes, carnavalescas, literárias, religiosas e a existência de um número importante de jornais diários, além de muitos semanários.

⁹¹Grifo nosso. João Simões Lopes Neto era sobrinho do reconhecido político Ildelfonso Simões Lopes. Foi sob os cuidados deste que o autor residiu no Rio de Janeiro, onde o tio figurava na corte. Bem como, o autor era Neto do grande Visconde da Graça. Podemos dizer que, essa ascendência, nessa época, foi o seu cartão de visita.

⁹² Essa hipótese será desenvolvida no decorrer desse subcapítulo.

Dessa forma, Pelotas se modernizou e se tornou um amplo centro cultural, com clubes, entidades carnavalescas, jornais e outros. Por isso, cabe um aparte, para salientarmos mais uma vez, que João Simões Lopes Neto esteve sempre engajado nas causas de sua cidade, além de fazer muitas coisas ao mesmo tempo.

Na “pele” de Serafim Bemol, o autor foi também um escritor para o teatro. O mesmo estreou no teatro em parceria com Mouta Rara, pseudônimo de José Gomes Mendes, em 1893, sendo todas as suas peças realizadas por companhias de teatro amador, bem como, todas em Pelotas. Em parceria com Mouta Rara montou três peças, sendo todas com o texto de Serafim Bemol e a parte de carpintaria teatral do parceiro. A primeira peça, resultado dessa parceria, foi *O Boato*, estreada em 25 de novembro de 1893, no Teatro Sete de Abril. A segunda peça foi a mais importante da carreira de Serafim Bemol no teatro, em 23 de julho de 1894 estreou a comédia opereta *Os Bacharéis*, também com música do maestro Manoel Acosta y Oliveira e encenação de Antônio R. Maia. Reverbel (1981, p. 107), argumenta que: “*Os Bacharéis* recebeu um acolhimento, por parte do público, como jamais acontecera na cidade. E terminaram registrando o maior êxito do teatro amador em Pelotas, de todos os tempos.”. Inspirados pelo sucesso de *Os Bacharéis*, os autores lançaram, em 23 de maio de 1896, a peça *A Mixórdia* que definiram como uma revista cômico-trágico-burlesca-retrospectiva de 1894-95. Esta também foi encenada no Teatro Sete de Abril (REVERBEL, 1981, p.110). Contudo, a parceria com Mouta Rara se encerrou após essas três peças, mas, Serafim Bemol continuou seu caminho. Sozinho o autor assinou as seguintes peças: *Viúva Pitorra* (1896), *O Bicho* (1898), *O Palhaço e Fifina* (1900), *Jojô e Jajá e não Ioiô e Iaiá*, *Amores e Facadas*, *Maior Credor* e *Querubim Trovão*, em 1901, ano que mais produziu para o teatro⁹³, *Por Causa das Bichas* (1903), *Valsa Branca* (1914) e encerrou sua carreira no teatro com a peça *Sapato de Bebê* (1915), adaptado de um conto de François Coppée. (REVERBEL, 1981).

Assim, constatamos mais uma vez que João Simões Lopes Neto foi um homem de muitas faces. Ao mesmo tempo que escrevia para os jornais, escrevia para o teatro, atuava como despachante geral e ainda se detinha a realizar empreitadas no ramo da indústria e do comércio. Foram várias as suas empreitadas, umas mais efêmeras, outras mais duradouras. Por isso, elencaremos aqui as que acreditamos serem as mais

⁹³ Para mais informações sobre as produções de teatro de João Simões ver HEEMANN, Cláudio. *O teatro de Simões Lopes Neto*, Vol. I. Porto Alegre: IEL, 1990.

significativas, tanto para o autor, quanto para a sua cidade. Tendo em vista que, sua história e a de sua cidade caminham lado a lado, do apogeu a decadência.

Sem recursos próprios para investir em um negócio, pois a herança que recebeu com o falecimento de sua mãe foi quase simbólica, João Simões Lopes Neto procurando algum trabalho permanente, em 1890 abriu seu próprio escritório de despachante geral. Ou seja, na impossibilidade de investir em uma indústria, que era o seu “sonho dourado”, se conteve em abrir um escritório na sua própria residência. De acordo com Diniz (2003, p.72) o autor manteve-se neste ofício por quase toda a sua vida, paralelamente a todos os outros negócios e às variadas atividades profissionais e culturais a que se encarregou.

Engano bastante comum em relação às atividades do autor é que ele teria sido funcionário da Alfândega em Pelotas. Esse equívoco, se dá porque os primeiros despachos feitos por ele foram marítimos e alfandegários. Em 1895, ainda trabalhando sozinho, mudou-se para um escritório, saindo assim de sua residência. Contudo, seus negócios foram ampliados quando em 1898, Ildefonso Correia passou a ser seu sócio. João Simões Lopes Neto e Ildefonso Correia eram bastante amigos, ambos eram membros da Guarda Nacional⁹⁴ e, este não seria o único negócio em parceria dos dois, como veremos a seguir. Outro parceiro, José Gomes Mendes – o Mouta Rara, parceiro de Serafim Bemol no teatro – também foi seu sócio nesse negócio. Todavia, os sócios não chegaram a atuar simultaneamente. No ano de 1904 João Simões Lopes Neto foi candidato único para o concurso do 2º Tabelionato de Pelotas, no qual foi aprovado e nomeado, contudo não abandonou o escritório de despachante geral, que ficou sob os cuidados de seu sócio José Gomes Mendes. Entre os anos de 1910 e 1912, período que encerraria as atividades como despachante geral, João Simões Lopes Neto voltou a trabalhar sozinho, foi nesse período que seu negócio oferecia maior conjunto de serviços. Na página 50 da Revista do 1º Centenário de Pelotas (1910) – também uma criação do autor – lemos o seguinte anúncio:

⁹⁴ João Simões Lopes Neto foi membro da Guarda Nacional. No ano seguinte ao início da Revolução Federalista de 1893, foi nomeado Tenente e destacado para o 3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Pelotas. Nessa unidade, segundo Reverbel (1981, p.121) havia apenas um militar de carreira, que cumpria as funções de instrutor da tropa. João Simões Lopes Neto foi designado para exercer as funções de secretário da unidade. Todavia, ficaram aquartelados em Pelotas e, a cidade não sofreu nenhum ataque, nem sequer foi ameaçada, dessa forma, o autor pediu licença para cuidar de negócios particulares. Com o fim da Revolução em 1895 o 3º Batalhão de Infantaria foi desmobilizado, mas os postos de seus membros foram mantidos e o “exército” voltou às suas atividades civis. Posteriormente, foi promovido à Capitão. Contudo, jamais entrou em combate.

João Simões/ **Corretor 1890-1910**/ Compra e venda, hipoteca e arrendamento de imóveis urbanos e rurais. Compra e venda, caução e penhor de semoventes, títulos, metais e pedras finas. / Contrato, alterações e distratos, e registro de firmas comerciais e de marcas de indústria e pastoris. / **Selagem e rubrica de livros**/ Patentes de privilégio e de garantia provisória. Pagamento de quaisquer impostos./ *Requerimentos*/ às repartições federais, estaduais e municipal para certidões, licenças e etc./ Declarações, anúncios e propaganda comercial em todos os jornais do Estado./ Vigilância e fiscalização sobre marcas de fábricas e patentes de privilégio./ Seção de informações sobre imposto do selo e do consumo./ Seguros de vida e dotal, e contra fogo e risco marítimo./ **Consulta Comercial**/ *Biblioteca especial para exame de catálogos* ⁹⁵sobre qualquer ramo de indústria e comércio. (RUBIRA, 2012, p.172)

Dessa forma, João Simões Lopes Neto levou seus negócios como despachante até o ano de 1912. Durante esse período expandiu o negócio e criou, como lemos acima, até mesmo uma biblioteca de consulta “sobre qualquer ramo da indústria”, o que demonstra que o autor possuía em seu escritório as fontes das quais necessitava para conhecimento de qualquer ramo industrial. Pode ter sido com o auxílio dessa biblioteca que o autor elaborou seus projetos industriais. Além do mais, como vimos, sempre foi um homem das palavras e, soube usar disso também, para criar anúncios para suas empreitadas, o que Reverbel (1981, p.130) chamou de “invulgar senso do apelo publicitário”. Anunciava nos jornais, nos quais também era colaborador, as suas empresas e as vantagens que apresentavam.

Em 1893 escreveu para o *Diário Popular* uma espécie de monografia intitulada *Nossas Indústrias*, com o objetivo de divulgar as vantagens das indústrias pelotenses, o autor fez uma longa digressão sobre a situação da cidade e também citou as suas principais indústrias na época. Das quais, citamos algumas: *Moinho Pelotense*, de Paulino Leite; *Fábrica de Chapéus*, de Wiener & C.; *Curtume e Preparação de Couros Convencionais*, de Cardoso e Sieburger; *Fábrica de Guano e Colla*, de Fraeb; *Meirelles & C. Fábrica de Sabão e Velas de Sebo*, D. J. Oliveira *Fábrica de Sabonetes e Óleos de Perfumaria*, *Livraria Americana*, de Carlos Pinto & C.; e “sua” primeira indústria *A Vidraria Pelotense*, sobre a qual expõe: “Companhia de capital limitado, em construção; dependências, maquinaria e acessórios, os mais aperfeiçoados, edificação e montagem dirigidas pelo 1º gerente Ildefonso Corrêa. É a primeira fábrica da América do Sul pelo conjunto dos detalhes do plano. ” (LOPES NETO, 1893, p.01). Neste artigo, o autor

⁹⁵ Grifo nosso.

demonstra uma perspectiva positiva em relação ao futuro de Pelotas e suas empresas, como lemos no final do mesmo:

Há ainda muito por fazer: o comércio não é mais que um intermediário entre o consumidor e o produtor; o consumidor vai num crescendo enorme; o produtor precisa acompanhar as suas exigências e para isto tem de munir-se do arsenal indispensável; esse produtor é a indústria e a indústria é a vida dos povos. Tudo é relativo; pequenas, maiores ou grandes, venham as aplicações industriais para as mil riquezas naturais do município; muitas pequenas forças reunidas fazem uma potência que se impõe ... 28-12-92. João do Sul. (LOPES NETO, João Simões. Diário Popular, Pelotas, 1893, p.01)

Dessa maneira, sua primeira grande empreitada industrial foi a Sociedade Anônima Vidraria Pelotense, em parceria com o amigo Ildefonso Correia, lançada em 05 de outubro de 1891. Como a maioria dos negócios do autor, a Sociedade Anônima Vidraria Pelotense foi muito propagandeada na imprensa da época. Seus fins, de acordo com Reverbel (1981, p.134), eram “a exploração do fabrico do vidro em geral, para diversas aplicações no uso doméstico, industrial e científico. ”. A Vidraria apresentava-se com modernos aparelhos e habilidosos operários⁹⁶. Mas, esse foi apenas o início e, partir daí todas as notícias relacionadas à Vidraria figurariam nas páginas dos jornais da cidade, como grande motor de propaganda. Sua inauguração foi em 15 de abril de 1893, a partir desse momento, a fábrica começou a produzir um vasto estoque de materiais dos mais diversos, além de oferecer matéria-prima para que se fabricassem produtos sob encomenda. A fábrica também empregava um grande número de operários, em sua maioria, de origem francesa. Porém, o consumo das mercadorias era relativamente muito baixo e a Revolução Federalista, que eclodiu naquele ano, atrapalhou o escoamento das mercadorias para fora da região de Pelotas. Além disso, os técnicos, essenciais para a produção, vinham de outras regiões, o que também foi dificultado pelo advento do conflito . Conforme os relatórios, esta era a quarta fábrica de vidros da América Latina (Buenos Aires, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Pelotas).

Muitos foram os problemas que a Vidraria possuiu durante a sua existência, em sua maioria, a falta de capital. Contudo, muitos também foram os esforços dos contemporâneos para mantê-la pois, a consideravam a “única companhia industrial de nossa terra”. Como foi o caso do senhor Paulino Teixeira da Costa Leite, que segundo

⁹⁶ Na projeção do jornal, que Reverbel transcreveu em sua biografia, consta que haviam “6 bons operários, trabalhando com 24 mulheres e crianças [...]”. (1981, p.135)

Reverbel (1981, p.139), ao inaugurar o novo prédio do Moinho Pelotense, em 05 de dezembro de 1893, e festejando esse acontecimento

[...] o proprietário da empresa, Paulino Teixeira da Costa Leite, deu simpática demonstração de solidariedade aos que lutavam pela industrialização da cidade: na mesa de doces e líquidos com que foram obsequiados os convidados, os copos, cálices, taças, garrafas e queijeiras eram de fabricação da Vidraria Pelotense, e os guardanapos da Fábrica Bonar, também pelotense. O gesto do industrial Costa Leite causou a melhor impressão, sendo ele vivamente felicitado pela sua atitude. Seria hoje um nacionalista de primeira linha. (REVERBEL, 1981, p.139)

Mesmo com esse e outros auxílios, a Vidraria não vinha bem e seus acionistas queriam o lucro prometido no início do negócio. A publicidade da mesma nos jornais não deixava transparecer a situação difícil e trabalhavam num sentido de salvá-la, de mantê-la. Mas todos os esforços foram em vão e mesmo com os primeiros tropeços, ela poderia ter sido salva mediante uma nova injeção de capital. Mas seus sócios não quiseram arriscar e, em assembleia, no ano de 1895, resolveram acabar com o negócio e levá-lo à leilão. O que aconteceu em 31 de agosto do mesmo ano (CHIAPINNI, 1988, p.42).

João Simões Lopes Neto era realmente um homem bastante inquieto, em 1893, ainda cuidando da Vidraria Pelotense, deu início a outro ousado projeto a Companhia de Destilação Pelotense. Autorizados pelo presidente do Estado, Júlio de Castilhos, João Simões Lopes Neto, João Antônio Pinheiro e Virgínio Lúcio de Mattos podiam dar início a mais um ambicioso projeto. O mesmo possuía como objetivo principal a exploração da indústria de destilação de álcool através do aproveitamento de vários cereais e a criação de porcos, para o proveito da banha, carne salgada e conservas (REVERBEL, 1981, p.143). Porém, assim como a Sociedade Anônima Vidraria Pelotense, essa empreitada foi atravessada pelo advento da Revolução Federalista, além disso, as máquinas chegaram com bastante atraso e os porcos não correspondiam as expectativas da produção. Tudo isso resultou em um balanço do primeiro ano de operações com prejuízos. Assim, como aconteceu com a Vidraria Pelotense, a imprensa tentava ajudar, dando ideias de que a companhia ainda tinha futuro e que era preciso apoiá-la. Porém, não teve jeito, dois grandiosos projetos, um mesmo fim. Em 1º de julho de 1895 a Companhia de Destilação Pelotense foi à leilão. Mesmíssimo fim, ambas foram adquiridas pelo Barão Alves da Conceição, que também acabou tendo um “fim trágico”, quando em 1900 decretou falência de sua firma e todas as suas empresas foram liquidadas.

Ao ter dois projetos ambiciosos fracassados, João Simões Lopes Neto não se conformou, diferente do entusiasmo que demonstrou no artigo *Nossas Indústrias* em 1893, nesta publicação no *Correio Mercantil* de 30 de maio de 1895 o autor se mostra desiludido e faz o seguinte “desabafo”:

Quando o velho D. Chagas, de saudosa memória, dizia que Pelotas foi, é e há de ser a terra das raridades, e quando um amigo meu repete que Pelotas é, não uma filha, mas uma enteada do Brasil, há de haver muita gente que entenda que é um descalabro pensar assim. Mas a verdade é essa. Parlapatice é outra coisa. Enche-se a boca com uma porção de trapos velhos e arroga-se uma grandeza desdenhosa. – Não se precisa do governo: Pelotas teve o correio à sua custa, a barra do São Gonçalo à sua custa, isto à sua custa, aquilo à sua custa. As oficinas da Southern deveriam ser estabelecidas aqui; houve jogo de argolinhas e adeus oficinas. As fabricas Rheingantz foram planejadas para serem estabelecidas aqui. Horror! As límpidas e olorosas águas do Santa Bárbara vão ficar maculadas. Longe! Longe! As fábricas ficaram longe daqui e fazem honra ao lugar onde estão. Inventou-se um banco propriamente local. Magnífico! Enquanto o diabo esfregou o olho ficou subscrito o capital. Quando chegou a hora de entrar com o cobre ... oh! Desconsolo, rabiscos de 200 contos ficaram em 10 e já se estava vendo tudo de catrâmbias e vai... veio, vieram, de fora, com exímio capital, em vez de um, dois estabelecimentos bancários, que tem enchido o papinho em um gosto. É preciso notar que para receber o cartão de visitas de um dos bancos (emissor, por sinal), houve “mettings”, protestos e até cassetete, se bem me lembro. Ele veio... e foi-se quando muito bem lhe pareceu. Depois houve uma coisa de colonização. – Bravo! Genial! Enorme! Senhores: a minha chácara presta-se muito bem pra começar... – Não apoiado! A minha presta-se melhor! – A minha! A minha! E, como as chácaras eram muitas e os colonos nenhuns, não se fez colonização. A luz elétrica; os esgotos; a canalização, a estrada de ferro à São Lourenço; os cães; as feiras agrícolas, e tudo tem ido à gaita, gaita andam tocando muitos outros ‘progressos’, e as duas infelizes empresas, que estão tocando a finados, parece que vão fechar a rosca para qualquer outra tentativa generosa. Mas assim mesmo é que é. Cada um cuide de si... e quem for bastante pateta para pensar nos outros que se enforque e o diabo que o carregue. É ainda pouco. (LOPES NETO, João Simões. *Correio Mercantil*, Pelotas, 30 de maio de 1895)

O autor se indignou com seus contemporâneos e a falta de perspectiva de progresso de sua cidade, bem como o desamparo do governo em relação à cidade. Critica também a falta de um senso mais coletivo, ou melhor dizendo, faltava aos investidores pensarem também no bem da cidade e não somente em seus lucros. De acordo com Loner e Aquini (2010, p.101) Pelotas e Rio Grande formavam, no final do Império, o principal polo industrial do Estado. Mas, a concorrência do contrabando, especialmente pela proximidade das fronteiras, a falta de uma política de proteção industrial e a grave crise pela qual passavam as charqueadas com o fim da escravidão, sua principal força de trabalho, levaram Pelotas à uma estagnação econômica no início da República. Com o advento desta a situação ficou ainda mais crítica com o relativo abandono da região pelo Partido Republicano Rio-Grandense e a constante falta de incentivo estatal à

industrialização.

[...] Pelotas foi a [cidade] mais prejudicada, porque sua industrialização se alicerçava com o dinheiro advindo do charque e possuía um mercado mais restrito, pois os grandes proprietários poderiam comprar produtos de outras regiões e os demais consumidores tinham pouco dinheiro. E com a diminuição dos lucros, não houve uma tentativa de diversificação da produção industrial por parte dos investidores da região. Ao contrário, sua industrialização foi sendo direcionada para produtos de transformação da agropecuária, como a indústria conserveira, o beneficiamento de arroz, lã e carne bovina. Outro problema foi a flutuação do mercado internacional da carne, na qual entrava em más condições de concorrência, devido à menor qualidade do produto gaúcho em comparação com o argentino e uruguaio. (LONER; AQUINI, 2010, .101)

Dessa forma, Pelotas aos poucos ia perdendo o seu brilho de grande e próspera cidade, sua principal fonte de renda por muitos anos, as charqueadas, já estavam quase em extinção. E junto com elas, as grandes fortunas que bancavam o mercado industrial. Também, como vimos na citação acima, os investimentos na indústria não foram diversos, estando em sua maioria concentrados na transformação de matérias originárias da agropecuária. João Simões Lopes Neto, provinha deste mesmo lugar, contudo, pensava de maneira diferente, mais atento ao mundo dos negócios, porém com bem menos capital.

E nos valendo de suas próprias palavras, o “diabo o carregou”! Após essas empreitadas malsucedidas por falta de capital e confiança dos investidores que o negócio poderia ser bom para a cidade e gerar, em longo prazo, um lucro razoável, João Simões Lopes Neto deixa de ser uma espécie de representante comercial dessas empresas e investe capital e esforço em um negócio próprio. Em 1901, criou a sua firma João Simões & Cia., esta era a razão social de uma sociedade mercantil constituída nesse ano entre o autor e Ildfonso Corrêa, seu sócio e amigo (DINIZ, 2003, p.114). Esta sociedade tinha por objetivo a fabricação dos cigarros da *Marca Diabo*, sob a marca registrada – *Diavolus*. Esse foi o primeiro empreendimento do autor em que houve o empenho de capital próprio, pois, João Simões Lopes Neto até este momento empregava em seus negócios capital alheio. Somente com o falecimento do seu avô, o Visconde da Graça em 1893, e de seu pai Catão Bonifácio Lopes em 1896, é que ele recebeu alguns bens de fortuna. Vale destacar, que o Visconde da Graça somou de seus dois casamentos 22 filhos, que por sua vez também possuíam muitos filhos. Dessa forma, não se pode julgar que o autor tenha recebido uma herança incalculável e colocado toda a fortuna do avô e do pai a perder com maus negócios. Essa é uma ideia bastante comum, se tratando de João Simões Lopes

Neto: o mito da grande fortuna. Sobre sua herança nos fala Reverbel (1981, p.153):

De acordo com os valores da época, João Simões Lopes Neto recebeu um patrimônio mais que suficiente para acomodar na vida um indivíduo desprovido de fantasias e inquietações, mas ainda assim distanciado da fortuna que lhe tem sido atribuída. Seja como for, só a partir de então ele começou a perder nos negócios dinheiro de próprio bolso. As perdas anteriores, em cujos negócios ele atuou apenas como incorporador, podem ter esvaziado outros bolsos, não os seus. Mas não tardaria a também chegar a sua vez.

Mesmo com os seus negócios tendo fracassado, em 1901, de acordo com Diniz (2003, p.112), João Simões estava no seu auge de prestígio social, com 36 anos. Faber Júnior, escritor pelotense, escreveu sobre João Simões Lopes Neto no mês de seu aniversário no *Correio Mercantil* de 20 de março de 1901, as palavras que lemos a seguir:

Não se pode chama-lo de bonito, porque ele, que é um rapaz de espírito, não aguenta. Boa prosa, veia inesgotável, com um jeito especial de preparar e desmanchar situações... de apuro. Tem sido tudo, uma espécie de homem de sete instrumentos, conhecida, como é, a sua predileção pela música... proibida. Até 'maluco com juízo'. Agora dedicou-se à indústria, sem deixar, porém, para gáudio do público, como conhece como poucos, de fazer 'boatos', 'bacharéis' e 'viúvas' (salvo seja...). Tem graça para honrar a família. (JÚNIOR, Faber. *Correio Mercantil*, Pelotas, 20 de março de 1901)

Logo, com 36 anos, João Simões Lopes Neto já era notado pelos seus contemporâneos como “homem se sete instrumentos”, ou melhor, de muitas atividades. Ao mesmo que dedicava-se as colaborações dos jornais, era despachante, escrevia para o teatro – como aparece nos nomes das peças citadas por Faber Júnior – e, além disso, dedica-se a essa altura à indústria. O empreendimento da vez, de média proporção era a fábrica de cigarros *Marca Diabo*. De acordo com Schlee (2010, p.38)

[...] Essa fábrica produziu seis tipos diferentes de cigarros propalados com nomes raros: “Coiós” e “Macanudos”, “Gen. Osório” e “Dr.Berchon”, “Clube Caixeral” e “União Gaúcha” – prestando homenagem a entidades e personalidades ou simplesmente aproveitando expressões correntes na fala popular.

Talvez esse tenha sido o empreendimento do autor que mais se aproximou da “realidade”, ou melhor dizendo, que estava mais próximo dos negócios desempenhados na cidade, que apesar da grande fama, não era uma cidade muito grande, que pudesse consumir todo o imenso estoque projetado pelas empreitadas anteriores. Além disso, pode-se dizer que, desde essa época o autor já estava atento às expressões culturais da linguagem popular, principalmente no que tange a gauchesca. Cabe lembrar que esse

vocabulário gauchesco configura um dos pontos mais altos de *Contos Gauchescos* (1912), por exemplo. A vivacidade das palavras e a naturalidade com que o autor aplica as expressões à fala dos personagens caracterizam a sua forma única de escrever, a qual lhe garantiu um enorme reconhecimento póstumo. Mas isso é assunto que trataremos com mais atenção na sequência dessa pesquisa, por ora, nos concentremos nas fábricas de cigarros.

Haviam nessa época, em funcionamento em Pelotas, quatro similares fábricas de cigarros: a *Santa Bárbara* (1879), a *Santa Cruz* (1892), a *São Gabriel* (1894) e a *Manufatura de Fumos Gentilini* (1990). Ainda, somando-se a concorrência, existia a tradicional fábrica de charutos *Pock* – de Rio Grande – e inúmeras outras marcas estrangeiras, que figuravam nos balcões do comércio local. Dessa forma, haviam três fábricas com nomes de santo e, partindo de grande senso publicitário, somado a uma enorme irreverência, ousadia e humor (podem-se dizer traços típicos se tratando do autor), João Simões Lopes Neto e seu sócio colocaram o Diabo na rua, ou melhor, lançaram a sua marca de cigarros, a *Marca Diabo*. Para ganharem a simpatia popular, investiram bastante em publicidade e, ganharam com isso também a antipatia da Igreja e das carolas. Parece que o autor se divertia com isso, sem esquecermos o seu forte senso anticlerical.

Todavia, os cigarros da *Marca Diabo* apresentaram tão boa qualidade que ganharam medalha de prata na Exposição de Saint Louis, em 1904, nos Estados Unidos. Contudo, desde 1903 o negócio já sofria problemas na comercialização quando a empresa João Simões & Cia. se viu envolvida em sonegação de impostos de consumo. A publicidade dos cigarros da *Marca Diabo* mostrava a inconformidade com o preço dos impostos, como lemos no anúncio abaixo:

Figura 3: Publicidade dos Cigarros Marca Diabo

Os fumos e cigarros da marca **DIABO**

São Superiores, bem trabalhados, bem acondicionados, sem pó, sem talos e baratos.

e, muito mais baratos seriam, se não fosse o -DES- GRAÇADO DO IMPOSTO, - que chega a ser muito maior que o valor do fumo !

Os **FUMOS** Quem Usar Melhora EM TUDO

Cigarros Marca **DIABO**

Vende-se em todas as boas casas, porque estão obtendo a franca preferencia dos fumantes, que repetem sempre os seus pedidos, porque ficam contentes com os superiores

PRODUCTOS DA MARCA **DIABO**

Deposito central
RUA SETE DE ABRIL N. 52
Pelotas
N. 12097

(2ª ord).

Fonte: http://gaz.com.br/conteudos/zeborowsky/2016/08/15/78593-memoria_marca_diabo.html.php

Além do mais, o funcionamento da fábrica era precário e sua produção não teria sido suficiente para os padrões da época. Para dar um exemplo da precariedade da infraestrutura, o depósito do estabelecimento ficava na própria residência do fabricante, ou seja, na residência de João Simões Lopes Neto. (SCHLEE, 2010, p.38-39). Somam-se à isso, dois fatos importantes para o derradeiro final da fábrica: o primeiro, é que a Igreja fez de tudo para impedir a comercialização do produto e, o segundo, é que o fato de a fábrica empregar mulheres, o que era comum no exterior, foi uma modernidade vista com pouca simpatia pela provinciana cidade de Pelotas (CHIAPINNI, 1988, p.46). Sobre a Igreja ter influenciado para o fim dos cigarros *Marca Diabo* a sobrinha do autor, Ivete Massot, comenta que (1974, p.127):

Começou, então, uma guerra subterrânea; sempre que João Simões entrava numa casa comercial para colocar seu artigo, ia saindo um padre, ou entrando uma freira. E os negociantes, temendo um castigo do céu, o recebiam de olhos arregalados e com mil subterfúgios: “Se o senhor tivesse vindo ontem.” “Oh, senhor Simões Lopes! Nos pegou sem verba...”. “Já estamos supridos”, e etc..

Assim como os outros negócios de João Simões Lopes Neto, a fábrica de cigarros *Marca Diabo*, que apareceu com forte publicidade nas páginas dos jornais da cidade, acabou tomada de silêncio. Em 1905-06, os produtos da fábrica já haviam desaparecido do mercado. Ele fechou a fábrica, mas não pediu falência (REVERBEL, 1981, p.158). Porém, não foram somente os cigarros da *Marca Diabo* que resultaram deste empreendimento. É importante lembrar da *Tabacina* que, de acordo com Diniz (2003, p.119), era um remédio antiparasitário destinado à cura de plantas e animais, lançado por João Simões na III Exposição Rural de Pelotas. A *Tabacina* foi vista com desconfiança pelos jurados da feira agrícola porque no dia de experimentá-la diante dos técnicos os resultados foram desastrosos. Mas o autor insistiu nos efeitos benéficos desse produto que foi mantido no mercado, onde obteve boa resposta do público consumidor à quem se destinava. No *Almanak Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, do ano de 1903, temos o seguinte anuncio da *Marca Diabo*, em que já aparecem os cigarros e a *Tabacina*:

Figura 4 Publicidade da Marca Diabo

PROCESSO APERFEIÇADO
DE FABRICAÇÃO
MONTAGEM
DE
PRIMEIRA ORDEM
JOÃO SIMÕES & C.
PELOTAS
Rio Grande do Sul

Especialidade
recommendada
os preciosos fumos e cigarros
Da marca **DIABO** Registrada

Fumos e Cigarros
MARCA DIABO REGISTRADA

Chamamos a atenção dos fazendeiros, criadores,
agricultores, etc., para a nossa
TABACINA marca **DIABO**
como remedio de absoluta segurança para a cura da
sarna das ovelhas e outros animaes e para a destruição
dos pulgões, lagartas, etc., que infestam as plantações.

Fonte: Almanak Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul - 1903. (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)

Portanto, essas foram algumas experiências industriais de João Simões Lopes Neto que elencamos aqui para que se possa ter noção do quão envolvido ele foi com a indústria de sua cidade e o prestígio que carregou, à princípio, por ser de “boa família” e ter, igualmente, uma boa relação com as grandes figuras da Praça do Comércio de Pelotas, além de uma rede de amigos que o apoiavam. Alguns o acusam de ter sido um lunático, um sonhador, que criava negócios mirabolantes e sem nenhum senso de realidade. Contudo, acreditamos que o autor, em suas várias empreitadas industriais, visava além de seu lucro próprio, o desenvolvimento de sua cidade pois, apresentava seus produtos em exposições das mais renomadas, realizava estudos técnicos para comprovar as suas ideias. Não era uma pessoa que tinha uma ideia e botava em prática a qualquer custo, ele era um progressista, que estudava a situação, as demandas, os lucros. Tanto que, podemos constatar, com o declínio da fábrica de cigarros *Marca Diabo* o autor já tinha elaborado a *Tabacina*, como forma de aproveitar o fumo, mas também pensando a demanda do comércio local que, como vimos anteriormente, ao invés de se diversificar, investiu mais uma vez em empresas que usassem de manufaturas da agropecuária, esse foi também o caso, pois, a *Tabacina* era uma espécie de antiparasita para plantas e animais.

Cabe, antes de concluirmos esse tema, dizer que João Simões Lopes Neto foi um homem de indústria e comércio, ou seja, um resultado de sua época – Pós Revolução Científica e Industrial. Como expressou Barraclough (1973, p.44), “[...] a idade do carvão e do ferro fora substituída, depois de 1870, pela era do aço, da eletricidade, do petróleo e dos produtos químicos. ”. Neste sentido, João Simões Lopes Neto caminhava nessa direção pois, dois de seus empreendimentos industriais se encontravam-se nessa linha de raciocínio: A *Sociedade Vidraria Pelotense* que, em seu fim, teve as seguintes palavras de Ildefonso Corrêa: “Desde de 15 de julho desde ano que chegamos infelizmente ao convencimento de que nossa fábrica jamais teve direção técnica, pois hoje conhecemos que a indústria do vidro é realmente uma ciência cheia de complicações. ” (IN: REVERBEL, 1981, p.141), e a *Tabacina*, propriamente um produto químico. Dessa forma, constatamos que o autor também pensava, além de seus lucros obviamente, no desenvolvimento técnico e científico de sua cidade. Esse também foi o momento das transformações na Medicina e, por consequência na Agricultura onde para se produzir mais, para poder alimentar uma sociedade de massa e atender à exportação (a esta altura, também de gado, graças ao advento dos navios frigoríficos) foi preciso combater pragas

em largos campos e rebanhos de gado, ou seja, a *Tabacina* era um produto que se prestava à isso.

Dessa maneira, João Simões Lopes Neto foi um homem de seu tempo – inserido em seu contexto histórico e social – ligado à indústria, ciência e tecnologia. Um fruto da mudança da configuração do mundo em uma sociedade de massas, de grandes conglomerados urbanos e industriais que representavam tecnologia e progresso. Barraclough (1973, p.52) diz que as grandes metrópoles converteram-se, nesse momento, no núcleo da sociedade industrial, como foi o caso de algumas cidades, cujo o exemplo, o autor cita o Rio de Janeiro, chegando a alcançar a marca de um milhão de habitantes. Barraclough diz ainda que é “[...] significativo que a emergência dos grandes centros metropolitanos tivesse sido mundial, pelo que, a tal respeito, pelo menos, a Europa já não situava em plano excepcional. ” (1973, p.52-53). Em vista disso, cabe lembrarmos que o autor residiu no Rio de Janeiro no momento dessas transformações, no final do Império, e ainda, Pelotas era considerada uma grande cidade na época do autor, enriquecida pelo charque se mostrava promissora. E era nisso que o autor acreditava, que sua cidade poderia ser um grande centro moderno, com muitas indústrias que trariam o progresso. Contudo, “falido” e “derrotado”, por atitudes provincianas e conservadoras de sua cidade o autor aos poucos desiste de ser um homem industrial. Importante frisar que a cidade de Pelotas estava em franca decadência econômica, contudo com o final das charqueadas, os conflitos regionais e o contrabando, por exemplo, não só os negócios do autor não deram certo, como também o de muitos contemporâneos, pois, a conjuntura econômica na cidade não favorecia os negócios industriais, principalmente, alguns bastante megalomânicos, como foi caso da *Vidraria Pelotense*.

De fato, João Simões Lopes Neto levou uma vida de equívocos e contradições, como a maioria dos seres humanos. Em 1894, por exemplo, foi nomeado Tenente da *Guarda Nacional*, porém, mesmo sendo promovido tempos depois à Capitão, nunca entrou em combate. Também foi um dos fundadores da *Academia de Letras do Rio Grande do Sul*, sem ao menos ter um livro publicado. Ajudou a fundar a *Sociedade Agrícola e Pastoril* na cidade de Pelotas, sem ter um palmo de campo ou cabeça de gado (SCHLEE, 2010, p.41). Morreu em 14 de junho de 1916 em Pelotas, com poucos recursos e sem o brilho e o entusiasmo dos áureos tempos de otimismo. Contudo, não podemos dizer que era um lunático ou sonhador, ou até mesmo um azarado, como gostavam de chamar alguns conterrâneos. Ele foi um homem de seu tempo, atento as demandas em

diversas escalas e, por ser um espírito tão inquieto, envolveu-se nos mais diversos negócios. Podemos dizer que, jamais descreditou no progresso de seu país e, por meio da educação, encarou outra empreitada, de divulgação de suas ideias e, por consequência, de seu projeto educacional e cívico, tema que iremos abordar ao longo da pesquisa. Por agora, vejamos como o Positivismo e o governo do Partido Republicano Rio-Grandense influenciaram nas experiências do autor.

1.4 O PENSAMENTO POSITIVISTA E SUA INFLUÊNCIA NO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE.

O pensamento positivista de Augusto Comte (1798-1857) se tornou uma importante e notável corrente de pensamento que tomou proporções consideráveis no Brasil e, sobretudo, no Rio Grande do Sul, influenciando alguns intelectuais, bem como um partido político – o Partido Republicano Rio-Grandense – e, por conseguinte, a vida da população no final do século XIX e início do XX. João Simões Lopes Neto certamente não ficou imune à esta influência, por isso, acreditamos que delinear esse *espaço de experiência* seja de importância crucial para compreendermos mais tarde algumas questões referentes ao pensamento do autor no tange o tema da instrução pública, por exemplo, além de outras questões.

Antes de mais nada, lembremos que o pensamento de Augusto Comte está inserido no que Baumer (1990, vol II, p.59) chamou de *Novo Iluminismo*, como já dissemos, esse movimento era formado por diferentes grupos de pensamento, contudo, apesar das diferenças, todos eles trouxeram o “espírito do iluminismo”, em graus diferentes, para meados do século XIX. O *Novo Iluminismo* trazia do *Antigo Iluminismo* a aversão pelo sobrenatural, bem como pela metafísica, a ênfase no “livre pensamento”, a mesma preocupação com problemas sociais e o ativismo social, além de manter o otimismo quanto à natureza humana e a história, contudo, nesse novo momento, era mais realístico do que romântico (BAULMER, 1990, p.61).

Portanto, o Positivismo emergiu na França em meados do século XIX, quando Augusto Comte elaborou, entre 1830 e 1842, o seu *Curso de Filosofia Positiva*, no qual expôs a sua doutrina positivista. De acordo com Baumer (1990, vol II, p.62), segundo a

[...] a máxima de Comte, a ação depende da ciência, e a ciência está empenhada, fundamentalmente, na previsão e no vaticínio.

A ciência é a palavra-chave de Comte e, na verdade, a popularidade da ciência estava, justamente nesta altura, na sua maré alta, na comunidade intelectual ocidental.

Aqui, já notamos um ponto em comum entre as ideias de Comte e o que pensava João Simões Lopes Neto: o culto à ciência. Para o autor, como pudemos ver anteriormente em sua série de artigos *Uma Trindade Científica*, a ciência deveria ser a máxima da humanidade, o conhecimento científico deveria ser divulgado em detrimento de falsos dogmas que obscureciam o conhecimento humano, como a religião. Dessa forma, acreditava também, no poder de previsibilidade que a ciência possuía, ou seja, se tivéssemos o conhecimento preciso poderíamos prever o que estaria por vir. E, se tratando do autor em questão, podemos dizer que este buscava o melhoramento da sociedade por meio da instrução pública e cívica de qualidade, a partir dela, poderíamos então atingir níveis satisfatórios de progresso. Também em seus negócios, o autor buscava respaldo na ciência e na tecnologia e, realizava previsões, com base em cálculos dos lucros para convencer os capitalistas a investirem em suas ideias. Além do mais, estava inserido em seu contexto, e não ficou imune à “onda” de cientificismo que dominava aquela época.

Outra importante concepção que Baumer (1990, vol II, p.60) traz, é que para Comte a história moderna começava a partir do “movimento industrial”. Para Baumer, Comte estava consciente de que o industrialismo começou a mudar a face do mundo, intelectualmente, bem como política e socialmente e que solicitava novas atitudes desconhecidas dos *philosophes*. Por isso, criou uma filosofia “mais adequada” ao seu tempo e as demandas do mesmo. Nesse mesmo caminho, no subcapítulo anterior, vimos a obstinação de João Simões Lopes Neto em criar empresas e apoiar as existentes, ou ainda por virem em seu município, constatamos que o autor também compreendia o industrialismo como algo moderno e que estava, naquele momento, modificando a face do mundo, como demonstrou com Barraclough (1973). Para o autor, aquelas indústrias mudariam o seu município, trazendo mais desenvolvimento, em diversos níveis, para toda a sociedade. Contudo, antes de irmos mais longe, cabe indagar como o Positivismo difundiu-se no Brasil e ganhou tamanha força capaz de ser a ideologia política a governar um Estado.

De acordo com Mozart Pereira Soares (1998, p.87), o Brasil foi o país onde o Positivismo encontraria um ambiente bastante favorável para exercer a sua influência cultural, filosófica, científica, política e religiosa. A partir de 1850, o Positivismo já se

infiltrava nos principais estabelecimentos do país: Escola Militar do Rio de Janeiro, Escola da Marinha, Colégio Pedro II, Escola de Medicina e Escola Politécnica. Nesses ambientes, o pensamento de Augusto Comte foi difundido a partir de seu *Curso de Filosofia Positiva* e importantes positivistas brasileiros como, Benjamin Constant e Teixeira Mendes, tiveram contato com a doutrina.

Teixeira Mendes, segundo Soares (1998, p.94) desde cedo já manifestava qualidades de liderança, bem como, um profundo senso de justiça, coragem cívica e exemplar dignidade com que se impôs a sua geração. Sua rigidez pedagógica e a sua louvável postura moral foram importantíssimas para a propagação das ideias positivistas no Brasil. Dessa forma, Teixeira Mendes se dedicou à política e desempenhou um papel de máxima relevância na organização da República. Interessante salientar, que política, para Comte era uma atividade essencialmente voltada para a Educação. E, assim como Teixeira Mendes, Benjamin Constant também era professor e foi fiel inteiramente ao Positivismo científico, político e religioso (SOARES, 1998, p.96). Além disso, “[...] promoveu a reorganização do ensino, do grau elementar ao superior e imprimiu os novos rumos na formação técnica e profissional que muito influenciaram na educação nacional.” (SOARES, 1998, p.97). Lembremos que, a Educação Nacional é uma constante preocupação de João Simões Lopes Neto. Para ele, cabia ao estado proporcionar uma educação pública, laica e gratuita à toda a população. Outro importante ponto a destacar é que, no Estado do Pará, José Veríssimo em 1881, publicou um folheto intitulado *Emílio Littré*, onde expôs seus conhecimentos acerca do Positivismo que, de acordo com Soares (1998, p.111), em parte aceitava. Lembremos que José Veríssimo é uma importante referência para João Simões Lopes Neto⁹⁷.

Como já dissemos, na segunda metade do século XIX, o Rio de Janeiro representava um importante centro de efervescência intelectual. Nesse mesmo momento Comte havia praticamente finalizado a sua obra. Recordemos que, neste período, João Simões Lopes Neto estava residindo na Capital do Império. Conforme Soares (1998, p.188-119)

O Rio de Janeiro era, ainda, não só a capital administrativa e política nacional, mas ainda a capital social e científica, em que se debatiam as conquistas vindas de além-mar e as questões nacionais do pensamento abolicionista e republicano emergentes, dois postulados acirradamente defendidos pelo

⁹⁷ Sobre a influência e o diálogo de José Veríssimo com Simões Lopes Neto trabalharemos no segundo capítulo dessa tese, que visa estabelecer os diálogos intelectuais entre o autor e outros intelectuais.

Positivismo que invade a Corte, a partir, principalmente, do fim da guerra do Paraguai.
Nesta atmosfera se prepara o advento do Apostolado Positivista no Brasil⁹⁸.
[...]

Lembremos que João Simões Lopes Neto residiu no Rio de Janeiro entre os anos de 1877-78 e 1884, dessa forma, estava na capital quando as ideias positivistas tiveram em grande expansão, influenciando assim as questões nacionais como a abolição da escravatura e a ampliação das ideias republicanas.

Bosi (1992, p.276) expõe que o antiescravagismo positivista combinava com a propaganda do regime republicano. Dessa forma, os positivistas criticavam a imobilidade da monarquia que, segundo Montpelliét, de acordo com Bosi, encontrava-se nas fases teológica e metafísica da história e deveriam ser ultrapassadas por leis da natureza para a próxima fase: a república positiva. Ou seja, a “Sociedade industrial, já não mais feudal nem militar, trabalho livre e ditadura republicana constituíam o novo sistema.” (BOSI, 1992, p. 76). Portanto, o Positivismo se ajustava com a atmosfera ideológica que vivia o Brasil no final do Império. Diferente de despotismo, a ditadura republicana elaborada por Comte trazia a ideia de um governo que tratasse da salvação dos interesses do povo. Além disso, o Positivismo pregava a separação do estado e da igreja, a preferência pela formação técnica, a ênfase na ciência e o desenvolvimento industrial.

Interessante perspectiva é a que apresenta Alfredo Bosi, ao analisar o que chama de *Arqueologia do Estado-Providência: Sobre um enxerto de ideias de longa duração* (1992, p.273-275). Bosi, cita Alexander Gerschenkson que trabalhou a questão das ideologias nos processos de desenvolvimento nacional após a Revolução Industrial inglesa. Todavia o que nos interessa desse processo é a questão das ideias de Saint Simon que influenciaram Augusto Comte, que teria sido seu discípulo, de acordo com Bosi. Este (1992, p.274) expõe que Saint Simon idealizava uma sociedade em uma espécie de Estado-Nação corporativa na qual os líderes industriais assumiriam as funções políticas de revê-lo. Para que esse sistema funcionasse, era preciso instaurar uma economia planejada que regulasse o desenvolvimento da nação como um todo. Dessa forma, as classes “mais numerosas e sofredoras” seriam incorporadas e protegidas pela sólida união entre Governo e Indústria. A partir dessas ideias, que Comte adotou de Saint Simon, com

⁹⁸ Teixeira Mendes e Miguel Lemos são considerados os principais divulgadores do Apostolado Positivista no Brasil.

algumas adaptações, os positivistas constituíram o que Bosi (1992, p.275) chamou de *arqueologia de modernização brasileira* viabilizada por um estado centralizador.

No Brasil, segundo José Murilo de Carvalho (1990, p.27) a versão positivista da república se mostrava como uma boa saída. A transição da Monarquia para a República já se justificava em nome do progresso. Pois a Monarquia “correspondia à fase teológico-militar, que deveria ser superada pela fase positiva, cuja melhor encarnação era a república. ” (CARVALHO, 1990, p.27). Outra demanda atraente, que trazia o positivismo, era a separação da Igreja do Estado, isso encantava principalmente professores, estudantes e militares. A ideia de um Executivo forte e intervencionista também os fascinava, ou seja, progresso e ditadura.

[...] o progresso pela ditadura, pela ação do Estado, eis aí um ideal despótico ilustrado que tinha longas raízes na tradição luso-brasileira desde os tempos pombalinos do século XVIII. Por último, a proposta positivista de incorporação do proletariado à sociedade moderna, de uma política social a ser implementada pelo Estado, tinha maior credibilidade que o apelo abstrato ao povo e abria caminho para a ideia republicana entre o operariado, especialmente o estatal. (CARVALHO, 1990, p. 27).

O Rio Grande do Sul foi o estado brasileiro onde as ideias Positivistas de Augusto Comte tiveram maior influência. Alcançando, por meio do Partido Republicano Rio-Grandense o status de “ideologia política” do Estado.

Por razões históricas específicas, o modelo positivista seduziu também os republicanos do Rio Grande do Sul. A tradição militar da região, o fato de os republicanos serem lá uma minoria que precisava de disciplina e coesão para impor-se, a menor complexidade da sociedade local em comparação com São Paulo e Rio de Janeiro talvez tenham contribuído para a adesão mais intensa às ideias políticas do positivismo. Mais do que nenhuma outra, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul incorporou elementos positivistas, particularmente no que se refere à predominância do Executivo; ao Legislativo de uma câmara e de caráter orçamentário; a ausência de referência à Deus, substituído pelo trinômio Família, Pátria, Humanidade; a política educacional e social. (CARVALHO,1990, p.28-29)

Cabe destacar aqui que, apesar de algumas ortodoxias, as ideias de Comte nem sempre eram seguidas à risca, ou melhor dizendo, absorvia-se os aspectos do Positivismo que se achavam mais afinados com as concepções do governo. Segundo Nelson Boeira (1980, p.36),

No Rio Grande do Sul, o positivismo esteve sujeito a todas estas injunções, foi feito de omissões, compromissos, resistências, erosões e deslocamentos de sentido e ênfase. Movimentos regidos de um lado pelas variações dos

interesses materiais e políticos de seus usuários e, de outro, pelos modismos intelectuais e pelo confronto com seus concorrentes ideológicos.

Boeira (1980, p.37), ainda pontua que entre 1870 e 1930, aproximadamente, não existia apenas um positivismo no Rio Grande do Sul, mas, positivismos. Para ele, existiam pelo menos três correntes: o positivismo político, o positivismo difuso e o positivismo religioso. O positivismo político ganhou força com o retorno de estudantes gaúchos da Faculdade de Direito de São Paulo, entre eles figuravam: Assis Brasil, Júlio de Castilhos e Alcides Lima, além disso, ganharam apoio político de Demétrio Ribeiro e de outros positivistas. Contudo, o positivismo comtiano só ganharia status real na política com a criação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), obviamente não havia consenso quanto as ideias que seriam adotadas e/ou descartadas, no processo de elaboração da doutrina política do Partido. Houve, dessa forma, uma institucionalização do Comtismo, reformulado por Castilhos afim de suprir as necessidades e projetos da elite do PRR, mas “mesmo assim nitidamente comtismo” (BOEIRA, 1980, p.39). Já o positivismo difuso, engloba o impacto do positivismo na vida intelectual, contudo, Boeira (1980, p.45), destaca que é bastante complexa essa análise tendo em vista a familiaridade e a proximidade do positivismo com outras doutrinas científicas da época, como o spencerismo ou o darwinismo⁹⁹. O historiador destaca que o positivismo foi absorvido por públicos distintos no Rio Grande do Sul, primeiramente, por um pequeno grupo de intelectuais como Castilhos, Alcides Lima, Alfredo Varela, entre outros. Posteriormente por um grupo mais amplo, formado por intelectuais ligados ao Jornalismo, Direito e História, em sua maioria, ligados à imprensa diária. Já o terceiro grupo é composto pelo público em geral, leitores desses jornais, ou pessoas afetadas pelos discursos e conferências, “[...]. É certo que nesse nível, o comtismo chegou atrás de clichês, frases soltas, fórmulas grandiloquentes ou simplesmente de conceitos a admirar (Humanidade, Ordem, Progresso, Ciência e etc.). ” (BOEIRA, 1980, p.46). O último positivismo elencado por Boeira (1980, p. 54-57), é o positivismo religioso. Esse estava ligado à Religião da Humanidade e serviu de suporte moral para o PRR.

Portanto, considerando as proposições de Boeira (1980), podemos analisar a influência “dos positivismos” na experiência de João Simões Lopes Neto. Para início de

⁹⁹ Sobre essas doutrinas e suas influências trataremos no próximo capítulo desta pesquisa.

conversa o autor era um republicano. No jornal *A Federação*¹⁰⁰ de 31 de julho de 1889, lemos que no dia 14 do mesmo mês realizou-se em Pelotas, por ocasião das festas promovidas pela *União Republicana* e da eleição prévia de candidato a deputação geral, a adesão de membros ao partido republicano. Na lista com o nome dos novos membros encontramos o de João Simões Lopes Neto¹⁰¹. Portanto, além de um republicano, por ideal era um membro do Partido Republicano Rio-Grandense mesmo antes da Proclamação da República. Dessa maneira, podemos constatar que o autor estava pleiteando, juntamente com seus correligionários, a república brasileira. Diniz (2003, p.70) expõe que

[...] Há poucos meses da Proclamação da República, em meio a edições dos triolés dessa segunda fases da série [Balas de Estalo], os ânimos andam agitados. Muitos pelotenses de destaque nacional, estão engajados na causa republicana, desde a fundação do Clube *20 de Setembro*¹⁰² pelos estudantes gaúchos da Faculdade de Direito do Largo da Sé, em São Paulo¹⁰³, com a participação ativa de Álvaro José Gonçalves Chaves, João Jacinto Mendonça e Adolfo Luiz Osório. Na *Princesa do Sul*¹⁰⁴, simpatizantes do movimento anunciam uma conferência de Alcides Lima¹⁰⁵ no Recreio dos Artistas, a ser realizada na tarde de 17 de agosto de 1889. João Simões e Manuel Simões Lopes¹⁰⁶ lá estão. [...]

Uma confusão entre monarquistas e republicanos no final deste evento fez com que os rapazes entrassem em um confronto com um outro rapaz de “cor parda”, conforme nota explicativa escrita pelo próprio autor no jornal *A Pátria* de 19 de agosto de 1889:

Uma explicação. Convém que elucidemos o que se propalou sobre o fato que conosco deu-se após a conferência do dia 17, realizada no Recreio dos Artistas pelo Sr. Alcides Lima. Agredidos por um indivíduo de cor parda, cujo nome ignoramos, em ocasião em que pacificamente acompanhávamos alguns amigos, fomos obrigados a reagir, castigando a insolência do dito indivíduo. Para que não seja atribuído o nosso procedimento a questões políticas, julgamos de nosso dever orientar o público. Manuel Simões Lopes, João Simões Lopes Neto.

¹⁰⁰ *A Federação* foi um periódico fundado em 1884 e servia como órgão de propaganda da republicana no Rio Grande do Sul. Tinha como epígrafe o lema positivista “Ordem e Progresso”, assim como, eram frequentes às referências ao pensamento de Augusto Comte. Nas mãos de Júlio de Castilhos foi utilizado como suporte para conquistar crescente ascendência sobre a organização partidária. (PEZAT, 2007, p. 38). Soares (1998, p.120) expõe que n’ *A Federação*, Júlio de Castilhos transformou-se no jornalista político mais importante que o Brasil já teve.

¹⁰¹ *A Federação*, Porto Alegre, 31 de julho de 1889, capa.

¹⁰² Grifo nosso. O nome de 20 de setembro é uma referência direta à República Farroupilha de 1835.

¹⁰³ Um desses estudantes era Júlio de Castilhos.

¹⁰⁴ Grifo nosso. Princesa do Sul é como Pelotas é comumente conhecida. Faz referência aos áureos tempos do apogeu das charqueadas.

¹⁰⁵ Segundo Diniz (2003, p.70) Alcides Lima era membro do Clube 20 de Setembro. É autor também de *História Popular do Rio Grande do Sul*.

¹⁰⁶ Manoel Simões Lopes era tio do autor, irmão de Catão Bonifácio Lopes, do segundo casamento do Visconde de Graça. Como nasceu em 1868 regulava de idade com o sobrinho.

Todavia, o panorama da monarquia no Brasil se agravava a cada dia pois,

A acumulação do capital proporcionada pelo café fazia com que as ideias de progresso e civilização que vinham da Europa adquirissem um sentido preciso no Brasil. Em função do complexo cafeeiro, aparelharam-se portos, construíram-se vias férreas, adquiriram-se máquinas e produtos europeus uma sociedade que se modernizava e acertava o passo com a História. As cidades cresciam e transformavam-se, criavam-se bancos para atender as necessidades de uma economia em expansão e para fazer frente à massa de salários num país que deixava para trás a escravidão. As chaminés das fábricas nascentes passaram a alterar, pouco a pouco, a fisionomia de uma nação predominantemente agrária. Café, trabalho livre, indústria e urbanização tornaram-se sinônimos de progresso, riqueza, civilização e regime republicano. (PEZAVENTO, 1995, p.14)

Logo, podemos concluir que João Simões Lopes Neto enquanto republicano por convicção e por afeição partidária, sofreu o impacto do positivismo político pois, a doutrina positivista comtiana foi adaptada pelo PRR, transformando-se assim na doutrina política do Partido e, com a chegada desse ao poder, na doutrina política do estado. Ou melhor dizendo, as adaptações que Castilhos fez do comtismo para a “realidade” gaúcha modificaram um pouco o panorama, no entanto, continuava sendo comtista, como vimos com Boeira (1980). Além disso, João Simões Lopes Neto era membro da elite e jornalista, realizava discursos e conferências, abarcando, também, o que Boeira (1980) chamou de positivismo difuso. Ou seja, fazia parte daquele grupo de jornalistas e literatos que propagavam as ideias científicas de Comte, bem como de Spencer e Darwin e outros científicismos. Lembremos que o autor escreveu a série de artigos *Uma Trindade Científica – Darwin, Haeckel e Lamarck* (1913). Também realizava discursos e suas *Conferências Cívicas* (1904-1906) estão cheias de frases de efeito que englobam os grandes conceitos citados por Boeira, “Humanidade, Ordem, Progresso, Ciência e etc.” (1980, p.46).

Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, segundo Flores (1993, p.127), no final da tarde de 15 de novembro de 1889 soltaram foguetes em frente à sede do jornal *Federação*. Na porta do mesmo estava afixado o telegrama que diz o seguinte: “O povo, o exército e a armada vão instalar um Governo Provisório, que consultará a Nação sobre a convocação de uma Constituinte. Ergam-se aclamações gerais à República – Quintino Bocaiúva. ”. Ainda de acordo com Flores (1995, p.127), o povo assistiu estupefato o golpe dos militares conservadores, contudo, a maior surpresa foi que os republicanos sul-rio-grandenses não foram sequer consultados ou avisados sobre a derrubada da monarquia.

De qualquer forma, com a queda da monarquia e o advento da República, o Partido Republicano Rio-Grandense chegou ao poder em 1889. A partir desse momento a filosofia positivista seria profundamente inculcada nas instituições políticas do estado, como vimos acima, este fato aconteceu somente no Rio Grande do Sul. Segundo Jens R. Hentschke (2015, p.53), existem três razões para explicar tamanha receptividade do pensamento positivista no Rio Grande do Sul. A primeira trata da proximidade do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina, além da importância menor da escravidão em relação à outras regiões do país, como São Paulo, por exemplo. Ademais, o republicanismo tinha florescido no Rio Grande do Sul bem anteriormente com a Revolução Farroupilha (1835-1845), que levou às vias de fato a uma República Rio-Grandense. A segunda razão, é que o Rio Grande do Sul estava sempre envolvido em guerras externas e civis, o que resultou na militarização da sociedade, que influenciou virtualmente, de acordo com Hentschke (2015, p.54), na biografia de todo o caudilho. Portanto, a necessidade de restaurar a lei e a ordem era amplamente aceita, bem como a ideia de modernizar a economia e a sociedade. A terceira e última razão para o sucesso do positivismo em terras gaúchas pode ter sido a situação econômica específica do Estado que, apesar de suas crescentes discordâncias políticas, de acordo com Hentschke (2015, p.55), tanto os grandes proprietários de terras da Campanha, quanto os pequenos proprietários e artesãos na Serra e aliados do litoral urbanizado estavam focados no mercado interno. Assim, encontravam um ponto comum para impor as suas vontades ao governo central, pelo qual se sentiam negligenciados e, portanto, deveria ser derrubado.

Assim, apesar das divergências políticas que existiam no Estado naquela época, o positivismo se mostrou uma doutrina que dava coerência as questões e demandas que envolviam os cidadãos. E apesar dos variados “positivismos” em voga no estado, o positivismo castilhistas foi o que teve mais força, pois, representava além de uma doutrina política, um projeto de construção do Estado (Hentschke, 2015, p.56), que governou o mesmo por anos e cujos reflexos sentimos até hoje. Neste projeto de ação básica, a ideia era criar um modelo diversificado e integrado, no qual os setores agrários e secundários se inter-relacionassem, dando ao Estado um certo ar de modernidade, progresso e autossuficiência (PEZAVENTO, 1995, p.17).

Ratificamos que João Simões Lopes Neto era um republicano, além disso, como já dissemos, era filiado ao PRR e, atentando para suas ideias expressas em suas conferências, ou em suas empreitadas industriais, contatamos também que o autor não

quedou imune à influência do positivismo que imperou no Rio Grande do Sul na sua época. Lembremos que o autor era um entusiasta do progresso, do desenvolvimento e da indústria, o que estava de acordo com o pensamento de sua época, além também de condizer com ideias do PRR sob égide do positivismo castilhisto. Para que fique claro, João Simões Lopes Neto apesar de ir à festas e conferências republicanas e estar filiado ao partido, sua ação se deu mais no campo das ideias ou de ação enquanto cidadão, ou melhor dizendo, não angariou nenhum cargo político em toda a sua existência e não esteve envolvido na Revolução Federalista de 1893.

Para que fique mais claro como estavam de acordo as ideias de João Simões Lopes Neto e do PRR cito Pesavento (1995, p.17) que expõe que

Apoiando-se nas ideias de Comte, o “autoritarismo ilustrado” que governava o Rio Grande representou uma aliança entre setores agrários e não-agrários da burguesia local que se estruturava. Entendiam, à luz dos princípios positivistas, que o progresso seria dado pelo desenvolvimento industrial, pelo primado da ciência, pela educação e pela moral. [...] Assim, se o programa republicano contata entre os seus postulados a proteção às indústrias do país, ao mesmo tempo propunha-se a animar o desenvolvimento da agricultura, da criação e das indústrias rurais.

Dessa forma, João Simões Lopes Neto que perseguia o progresso, que instaurou indústrias em sua cidade, que primava pela ciência, também primou pela educação, como veremos a seguir. Foram as questões referentes à educação, ou melhor dizendo, a instrução pública que pleiteou, a partir de 1904 mais efetivamente. Para o autor, assim como para Comte, era responsabilidade do estado prover a instrução pública, gratuita e laica. A questão da laicidade seja do ensino, seja da sociedade, também é uma ideia comum em ambos os autores. Isto posto, podemos constatar que o autor estava aliado com os ideais republicanos e positivistas do Rio Grande do Sul, até mesmo na ênfase à Revolução Farroupilha e aos “heróis” da mesma, como veremos em breve.

Obviamente, o governo do PRR no Rio Grande do Sul também demonstrou problemas e deficiências em vários âmbitos, ou seja, não foi lá um “mar de rosas”. Castilhos, depois de uma sucessão de presidentes de estado, se elegeu e instaurou o que costuma-se chamar de “ditadura científica” para alcançar a ordem e o progresso, contudo, 74% da população era analfabeta, além do mais, nas zonas de latifúndio, as mudanças tecnológicas no campo, como as ferrovias, dispensaram os tropeiros; as cercas de arame e a introdução do gado de raça contribuíram para a diminuição de campeiros para o manejo dos animais (FLORES, 1995, 137). O desemprego assolou os trabalhadores rurais

que acabaram marginalizados, esse fato proporcionou lutadores para os corpos provisórios da Brigada Militar bem como para as tropas revolucionárias (FLORES, 1995, p.137). Acreditamos que João Simões Lopes Neto percebeu essa mudança e, por ser um entusiasta do progresso, mas ao mesmo tempo um cultuador da tradição, viu na marginalização e posterior desaparecimento desse tipo social, tão fundamental nos tempos de antanho, uma peça chave para a história do Rio Grande do Sul, seus costumes e tradições. Contudo, diferente da maioria dos autores regionalistas, João Simões Lopes Neto e, podemos dizer, como um evolucionista, não falava em sua literatura ou nos livros didáticos desse tipo social em tom de lamentação, mas compreendendo que a marcha do progresso não pode parar e, que não podemos esquecer os que nos trouxeram até os dias atuais, numa espécie de filosofia da história. Esta ideia de valorização da tradição, também é uma ideia positivista. A valorização da tradição, da família e do dever e da hierarquia social tem tanto um significado cultural como um significado político (BOEIRA, 1980, p.49).

Mas, voltando as questões do PRR, também é obvio que nem todos estavam de acordo com os mandos e desmandos do Partido no Estado e, formou-se, assim, a oposição dos Federalistas. O Partido Federalista defendia a revogação da constituição estadual baseada nas ideias positivistas e a instauração de um governo parlamentar. Não havendo conciliação entre os dois grupos em fevereiro de 1893 começou a Revolução Federalista que

[...] pode ser entendida basicamente como uma revolta dos coronéis, representante do poder local, contra a ação política de Júlio de Castilhos. A subida dos republicanos ao poder, contrários a qualquer tipo de privilégios, acabou ferindo a visibilidade e manutenção do pacto imperial (que privilegiava os estancieiros, os coronéis da fronteira sul). O “pacto” entre os coronéis e o Império pode ser resumido da seguinte forma: os coronéis da fronteira defendiam os interesses territoriais imperiais; em troca, o governo fazia “vistas grossas” ao contrabando.” (KÜHN, 2011, p.104).

Este confronto, ou melhor, esta guerra civil só teve fim dois anos e meio depois. Foi esta uma guerra violentíssima, onde a degola constituiu-se em sua característica principal. Contudo, esse confronto consolidou os republicanos no poder, além de dar uma nova configuração à base social de apoio do governo, pois “[...] os republicanos buscavam respaldo nos novos setores da oligarquia rural, estabelecida na região litorânea e na serra, e nos profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos das zonas urbanas.” (KÜHN, 2011, p.105). Na época da Revolução de 1893, como vimos, João Simões Lopes

Neto foi chamado pela Guarda Nacional, como tenente, para defender o governo, contudo, Pelotas ficou aquartelada e o autor não esteve nem perto de um combate. Tanto foi, que vendo que as coisas estavam bastante calmas em Pelotas pediu licença da Guarda Nacional para tratar de negócios, a qual foi concedida. Dessa forma, João Simões Lopes Neto, mesmo sendo um neto de estanceiro e charqueador, manteve-se fiel ao Partido Republicano, bem como os interesses do mesmo.

Fortalecido após a Revolução Federalista de 1893, o PRR continuou o seu governo sem muitos problemas, a doutrina política positivista foi seguida por Borges de Medeiros, sucessor de Júlio de Castilhos tempos mais tarde. Simões Lopes Neto manteve-se em suas várias atividades, mas, sempre com os ideais republicanos e algumas ideias positivistas como pudemos constatar. Contudo, temos a noção de que fizemos um curto giro pelo mundo das ideias do positivismo castilhista, contudo, o objetivo aqui era apenas mostrar onde se encontravam as ideias do autor com as ideias positivistas e do positivismo castilhista que dominou a intelectualidade do Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do XX. Sem embargo, essa discussão não estanca aqui, ela aparecerá gotejada ao longo de toda a pesquisa.

1.5 A GAUCHESCA COMO EXPERIÊNCIA

Genuíno tipo – crioulo – rio-grandense (hoje tão modificado), era Blau o guasca sadio, a um tempo leal e ingênuo, impulsivo na alegria e na temeridade, precavido, perspicaz, sóbrio e infatigável; e dotado de uma memória de rara nitidez brilhando através de imaginosa e encantadora loquacidade servida e floreada pelo vivo e pitoresco dialeto gauchesco.
(LOPES NETO, 1961, p.124)

A Gauchesca é uma constante na trajetória de João Simões Lopes Neto, seja na infância, onde pôde ter contato com o universo rural na Estância da Graça e, posteriormente, na adolescência, quando passou um curto período de tempo com o pai – Catão Bonifácio Lopes – na Estância São Sebastião, na cidade de Uruguaiana. Seja na sua vida adulta, quando se engajou com a *União Gaúcha* e, também, produziu suas obras máximas. Além disso, quando se fala em gauchesca, ou sobretudo, quando se fala em literatura gauchesca e, se tratando do caso brasileiro, o primeiro nome que nos vem na mente é o de João Simões Lopes Neto. E não poderia ser diferente, sendo ele um grande expoente do gênero.

Ao se dedicar à essa literatura ele inovou, diferente das obras anteriores da gauchesca brasileira¹⁰⁷, em *Contos Gauchescos* (1912), por exemplo, o narrador culto, que anteriormente contava as histórias sobre os gaúchos, foi deslocado, deixando assim, que o próprio personagem gaúcho, imbuído de seu sistema de valores, contasse as suas próprias histórias. Dessa forma, o autor “deu voz ao gaúcho”, deixando que o mesmo “falasse”, a partir de seu ponto de vista, a partir de seu mundo. Pozenato (2009, p.65) diz que:

[...]. A personagem brota de dentro de sua própria palavra, sua mesma palavra o parteja. Seja que fale das coisas, seja de fatos, acontecidos ou não, é sempre Blau Nunes, com seu mundo, que vem ao primeiro plano da narração. O autor desaparece diante dessa figura que fala: tona-se humildemente um rapsodo, alguém que deixa passar o dito do outro, que é verdadeiro poeta, o criador de uma realidade.

Sem tom saudosista, como é costume nessa literatura, Simões Lopes Neto criou uma espécie de inventário de hábitos, costumes, vocabulário, entre outras coisas, do universo campeiro do Rio Grande do Sul¹⁰⁸. Vale enfatizar que o reconhecimento do autor como grande literato só se deu postumamente, em 1949. Antes disso, sua obra sofreu um terrível isolamento, ficando o autor conhecido, pela expressão cunhada por Carlos Reverbel, como “escritor municipal”¹⁰⁹.

Apesar dessa incursão pelo universo da gauchesca, João Simões Lopes Neto sempre foi um homem de cultura urbana, como já pudemos observar. Viveu na capital do Império entre e ao regressar ao Sul, firmou suas raízes na sua cidade natal, Pelotas. Como já dissemos, Pelotas era uma cidade bastante desenvolvida, enriquecida pelas charqueadas – as sombras do trabalho escravo – a mesma almejava ser moderna, culta e europeizada. Assim, parece um paradoxo pensar que um homem de cultura tão urbana, com sua experiência de viver na capital do Império e, poder observar de perto tudo o que havia de mais moderno em sua época, e, a posteriori, vivendo na cidade de Pelotas, em pleno

¹⁰⁷ Guilhermino Cesar (1994, p.21-25), em sua análise, *Para o estudo do conto gauchesco I. Raízes da Tradição Gauchesca*, diz que antes de surgir o grupo que coincide com a formação da *Sociedade Parthenon Literário* (1868), todos os autores gaúchos passaram ao largo da temática regionalista. O primeiro livro que se ocupou de fato com essa temática foi *As Provincianas* de Bernardo Taveira Junior (que foi professor de João Simões Lopes Neto, como vimos). Na sequência, estão *O Gaúcho* de José de Alencar e *O Vaqueano* de Apolinário Porto Alegre. Segundo Cesar, a partir desse momento, estava fundada a tradição gauchesca.

¹⁰⁸ Sobre as questões literárias da obra gauchesca de João Simões Lopes, analisaremos com mais afinco no capítulo final desta pesquisa.

¹⁰⁹ Para mais ver: PORTO, Aline C. **Os Caminhos da Recepção da Obra Contos Gauchescos de João Simões Lopes Neto (1912-1949)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). Universidade Federal de Pelotas, 2012.

apogeu cultural, tenha tratado da Gauchesca com tanta habilidade e verossimilhança. Porém, se observarmos o caso de João Simões Lopes Neto bem de perto, veremos que não há nenhum paradoxo, ou melhor dizendo, é exatamente esse paradoxo que traz sentido à sua produção.

Por isso, vejamos agora algumas características que estão presentes na formação da figura do gaúcho. Vale argumentar ainda que os países do Prata possuem, salvo algumas ressalvas, cultura gauchesca semelhante à do Sul do Brasil; muitos são os pontos em se aproximam e muitos são os que se diferenciam. Contudo, lhes é comum: a paisagem (o Pampa), o amor pelo cavalo, o “espírito” de liberdade, e pode-se dizer até um certo “desprezo” pela mulher. O historiador Eric Hobsbawm, que comparou o gaúcho da América do Sul com o caubói Norte Americano¹¹⁰, traz a luz algumas características que também servem para vermos o caso platino e brasileiro, segundo ele o que eles têm em comum é:

[...] tenacidade, bravura, o uso de armas, a prontidão para infligir ou suportar sofrimento, indisciplina e uma forte dose de barbarismo, ou ao menos de falta de verniz, o que gradualmente adquire o status de nobre selvagem. Provavelmente também esse desprezo do homem a cavalo pelo o que anda a pé, do vaqueiro pelo agricultor, e esse jeito fanfarrão de andar e se vestir que cultivava sinais de superioridade. Acrescente-se a isso um distinto não intelectualismo, ou mesmo anti-intelectualismo. (2013, p.311)

Observando essas características, notamos que o gaúcho, seja ele brasileiro ou platino, era um homem do campo, montado a cavalo, que estava sempre disposto a guerrear. E foi nas guerras, segundo Jorge Luís Borges (1989), que estes homens “bárbaros” do campo se encontraram com os homens urbanos e, de acordo com o autor, foi desse encontro que nasceu a literatura gauchesca. Foram as guerras de independência dos países do Prata, a guerra do Brasil, ou para nós brasileiros a Guerra do Paraguai, e outras guerras de caráter anárquico que fizeram com que homens de cultura civil tivessem contato com homens de cultura campeira: a gauchada. Para Borges foi do assombro que um provocou no outro que nasceu a literatura gauchesca. Contudo, destaca Borges, que derivar a gauchesca da figura do gaúcho é um equívoco, o gaúcho é sua matéria, seu conteúdo e não o contrário. Além disso, a estranheza que um tipo rural e um tipo urbano se causaram é fato, no entanto, ainda não é fator suficiente para explicar a gauchesca, para

¹¹⁰ Neste ensaio, Hobsbawm trata de comparar o gaúcho da América do Sul, mais precisamente o gaúcho argentino, e o caubói norte americano. Durante o ensaio ele propõe uma série de questões e argumentações sobre como o caubói, esse homem “bárbaro”, do campo, que anda sempre a cavalo e que faz questão de não ser intelectualizado, se tornou um mito nacional.

Borges, para existir a gauchesca deveria haver grandes cidades, como Montevideú, Buenos Aires e, por que não o Rio de Janeiro, Porto Alegre ou Pelotas? A gauchesca platina é referência de uma literatura dita nacional, no caso brasileiro, a gauchesca pode ser entendida como mais uma face da literatura nacional, mas não sua matéria base.

João Simões Lopes Neto, apesar de progressista, era um defensor da tradição. Em 1901 ingressou na *União Gaúcha*¹¹¹ fundada em 20 de setembro¹¹² 1899 por um grupo de setenta e quatro tradicionalistas na cidade de Pelotas. Entre os anos de 1905 e 1907 o autor foi presidente da entidade¹¹³. A fundação desta entidade seguia o fluxo de uma eclosão nativista, no final do século XIX, provocada pelo pesquisador Cezimbra Jacques¹¹⁴, autor de obras fundamentais da bibliografia Rio-Grandense (REVERBEL, 1981, p.191).

Esse movimento tradicionalista teve repercussão quase imediata em outros pontos do Estado, a começar por Pelotas, onde foi fundada a União Gaúcha, em 1899. Os sentimentos que animavam os criadores da nova agremiação e os valores que eles se propunham preservar e cultivar coincidem, em toda linha, com o que J. Simões Lopes Neto pensava a respeito de nativismo, motivo pelo qual logo engajou entre os fundadores da União Gaúcha, tornando-se, desde a primeira hora, um dos membros mais atuantes. (REVERBEL, 1981, p. 191).

Como disse Reverbel, João Simões Lopes Neto foi um dos membros mais assíduos na entidade e, sob seu comando, promoveu inúmeras atividades. Em sua maioria eram festas campeiras, realizadas no interior do município, nas estâncias de seus associados. Onde se servia um bom churrasco, acompanhado do tradicional chimarrão e um boa cerveja. Além disso, bailes com danças típicas animavam a “gauchada”. Podemos ler na notícia do dia 10 de outubro de 1911, em *A Opinião Pública* de Pelotas que a festa que teria ocorrido, do outro lado do arroio, na estância do Sr. Ramão Iribarne, há dois

¹¹¹ Atualmente a instituição, a mais antiga em atividade no Estado, chama-se *União Gaúcha João Simões Lopes Neto*, em homenagem ao autor.

¹¹² Note-se que a data referência a Revolução Farroupilha que, como dizemos, no Rio Grande do Sul, serviu de exemplo e modelo para o movimento republicano que almejava a Proclamação da República. Com esse fato sendo consumado e o advento do positivismo no Rio Grande do Sul os ideais republicanos farroupilha ganharam ainda mais força.

¹¹³ É bastante comum o equívoco de que João Simões Lopes Neto foi um dos fundadores da União Gaúcha, contudo, a filiação do mesmo só se deu em 1901, e a fundação da entidade data de 1899. Além disso, não consta o nome do autor na lista de fundadores da primeira reunião que ocorreu em 10 de setembro de 1899.

¹¹⁴ Cezimbra Jacques pode ser considerado o precursor do tradicionalismo no Rio Grande do Sul, ou seja, do que mais tarde veio a convencionar os CTG's e o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). Em 1898 fundou o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre – lembremos que a Conferência Cívica de 1906 foi publicada em uma parceria entre o Grêmio Gaúcho e outras instituições de mesmo caráter, como a União Gaúcha (Pelotas) e o Centro Gaúcho (Bagé). – . Trataremos no capítulo seguinte sobre a “aproximação” de João Simões Lopes Neto e Cezimbra Jacques.

dias teria sido um sucesso. O que mais chama atenção nessa notícia é a seguinte informação:

De regresso para o Rio de Janeiro, e a convite da diretoria da *União Gaúcha*, o apreciável cavalheiro sr. Guido Panella, tirou anteontem, em diversas fitas cinematográficas, que são as seguintes, e as quais serão exibidas brevemente nesta cidade: / 1º Reunião em frente a sociedade. / 2º Desfile pela rua General Osório. / 3º Desfile pela rua Júlio de Castilhos. / 4º Montada e desfilada (2 partes). / 5º Passagem das famílias no rio em balsa. / 6º Passagem dos cavalos a nado. / 7º Passagem do condutor. / 8º Desembarque dos gaúchos. / 9º Descarga e arriamento. / 10º Chegada dos convidados. / 11º Os assados. / 12º Distribuição do churrasco no fogão. / 13º Comendo churrasco e tomando mate. / 14º Um duelo de guascas por José Maria Bento e Jesus Verneti, apartado por Domingos Portella. / 15º Montada de um redomão. / 16º Danças e cantos. / 17º Corrida de argolinha. / 18º A diretoria da gaúcha e a imprensa. / 19º A saída do dr. Barbosa e o Coronel Pedro Osório, quando embarcavam no rebocador Floriano Peixoto. / Tomou a seu cargo a direção das fitas cinematográficas que foi tirada do distinto cavalheiro sr. Capitão João Simões Lopes Neto. (A Opinião Pública, Pelotas/RS, 10 de outubro de 1911).

De acordo com o que lemos na notícia, foi ideia de João Simões Lopes Neto filmar o dia de festa da *União Gaúcha* e depois apresentar as tais fitas em sessões na cidade. Assim criava-se um registro cinematográfico das atividades de um dia da festa da entidade tradicionalista, que tinham por finalidade rememorar e laurear os nossos antigos costumes campeiros. A apresentação dessas fitas na urbana Pelotas, tinha como objetivo divulgar os antigos hábitos e costumes campeiros. A entidade era considerada pelos contemporâneos como patriótica, como se pode ler em notícias de jornais daquela época, sem tom separatista.

Nesse momento, o que interessava da Revolução Farroupilha não era a separação do Estado do restante da União e, sim, que essa separação configurou uma pequena república, uma pequena pátria, onde por dez anos se autogovernou a partir de seus princípios propriamente republicanos. De acordo com Soares (1998, p.127), os Farrapos organizados em uma pequena pátria, baseado no regime republicano federativo, convidaram as províncias imperiais a se juntarem a eles, formando assim uma federação e, conservando, dessa maneira, sua autonomia. Além disso, grandes eram as preocupações dos Farrapos com a instrução pública, assim como João Simões Lopes Neto. Acreditamos que sejam esses, além de outros, é claro, os motivos pelos quais o autor e, seus contemporâneos, exaltavam a Revolução Farroupilha bem como seus “heróis”, deixando

de lado algumas outras questões não resolvidas pela República Farroupilha, como a continuidade da escravidão e do mito da abolição após o final da guerra.

Mas, não foi somente na *União Gaúcha* que João Simões Lopes Neto manifestou seu “nativismo”. Foi com suas obras literárias que autor se destacou como grande regionalista, contudo, como já dissemos ele foi bem além disso e percebeu a sua região como parte do todo nacional, decidindo assim, trazer essa ‘realidade’ para o seu projeto educacional. Dessa forma, estima-se que, entre os anos de 1904 e 1906, o autor criou sua *Artinha de Leitura*, para ensinar a ler e contar e *Terra Gaúcha*, um livro de leitura para crianças em séries iniciais. É neste último, especificamente que a gauchesca aparece como matéria, nas férias do menino protagonista, antes de começarem suas aulas no colégio municipal. Antes do menino conhecer as coisas de seu país e do mundo, ele aprende no primeiro momento, sobre a sua origem, sua história e sua gente. Sobre os costumes campeiros e todo esse universo que estava por dar lugar a outro, como lemos em *O “Monarca”*

Hoje é outro, o gaúcho. Ele, que era dos poucos homens independentes sobre a terra, foi enlaçado e absorvido pela civilização moderna, com todos os seus egoísmos e hipocrisias e todas as suas vantagens e progressos; o modo de viver entrou a modificar-se, e o estancieiro antigo, o “monarca das coxilhas”, o gaúcho franco, rude, leal e desprezado, foi-se transformando num outro tipo de homem, herdeiro das antigas virtudes, que adornou e melhorou com os primores do estudo, os fulgores da ciência. (LOPES NETO, 2013, p.31).

Assim, constamos mais uma vez que o autor via a transformação dos tipos sociais campeiros, pois aqui ele não está falando do peão de estância pobre e sim do estancieiro rico, que possibilitando que seus descendentes estudassem nas melhores escolas brasileiras e/ou estrangeiras, melhorou o nível de instrução humano e elevou a ciência. Dessa forma, estes estancieiros se transformaram em “herdeiros” do “monarca das coxilhas”, seguindo o progresso e melhorando através do estudo e dos lumes da ciência.

Não obstante, o projeto educacional do autor não logrou êxito, ficando esquecido por muitos anos. Porém, em *Terra Gaúcha*, já encontramos o embrião de suas obras máximas, como a lenda do *Boi-Tatá*, que virou *M’boitata* e o *Negrinho do Pastoreio* que mais tarde formariam as *Lendas do Sul* (1913). Além disso, encontramos traços na narrativa e nos personagens que podem ser considerados embriões de *Contos Gauchescos* (1912). Dessa forma, acreditamos que João Simões Lopes Neto, de certa forma, não

desistiu de seu projeto educacional, ou seja, transformou boa parte desse projeto em Literatura, o que tonava mais acessível, ou melhor dizendo, que se abria para um maior público, criando uma outra forma de vulgarização, como o próprio autor costumava falar, da história e da cultura gauchesca

Nesta perspectiva, em 1910, pela Livraria Universal, João Simões Lopes Neto lançou o *Cancioneiro Guasca*, uma coletânea de versos do Rio Grande do Sul. O *Cancioneiro Guasca* configura o segundo cancionero a figurar na literatura sul-rio-grandense, o primeiro é de Apolinário Porto Alegre e chama-se *Cancioneiro da Revolução de 1835*¹¹⁵. Contudo, sobre a matéria da gauchesca o de João Simões Lopes Neto é o primeiro, sendo seguido pelo *Cancioneiro Gaúcho* (1952) de Augusto Meyer. Em A Federação de 09 de agosto de 1910 lemos a crítica realizada pelo jornal, da qual extraímos trechos:

Todos os povos possuem trabalhos de gênero semelhante, a título de documentação histórica. A poesia popular é o reflexo da índole e dos costumes da época que abrange, e só por esse título tem algum valor.

A coletânea publicada pelo Sr. Lopes Neto é a mais abrangente que conhecemos, e reúne um sem número de trovas contemporâneas do tipo findo do gaúcho rio-grandense, que entrou em importante coeficiente na formação do nosso povo.

Como o próprio autor reconhece, nota que se encontra na página 287, há nessa coletânea algumas quadrinhas que se incorporam ao patrimônio de nossa poesia popular pela força do uso e da tradição, mas que são evidentemente da enxertia portuguesa [...].

O autor abre o livro com as histórias do Boi Tatá, do Negrinho do Pastoreio e outras que faziam as delícias das gerações findas, por esses campos e serrarias além, nas noites de inverno, à beira do fogo, e encerra-o com uma coleção de poesias que pela estrita afinidade com a lira guasca, tinham o seu lugar no *Cancioneiro*.

Em suma, o *Cancioneiro* tem o seu interesse histórico, e o sr. João Simões Lopes Neto, que com essa publicação não teve, de certo, a menor intenção de fazer obra de literatura, fê-la de patriotismo, contribuindo para a vulgarização da poesia popular rio-grandense, expressiva e forte, na sua ingênua simplicidade da forma¹¹⁶. [...] (A Federação, Porto Alegre/RS, 09 de agosto de 1910, p.01)

Constatamos, dessa maneira, que o autor buscou fazer um trabalho de recolha e registro da cultura popular e da tradição oral, que estava desaparecendo juntamente com

¹¹⁵ Uma espécie de homenagem à Revolução Farroupilha (1835-1845).

¹¹⁶ Grifo nosso. O contemporâneo que escreveu a crítica, sem assinatura, demonstra a mesma ideia que acreditamos, que João Simões Lopes Neto tinha como objetivo, com a suas obras, vulgarizar a cultura gaúcha, num sentido de tornar conhecida, como um ato de patriotismo, contribuindo para a formação do arcabouço da cultura nacional. Note-se também, que o contemporâneo não considera tal obra uma criação literária e, de fato, não é. Não, pelo menos no sentido de criação literária, pois trata-se de um compilado, diferente de *Contos Gauchescos* (1912) e *Lendas do Sul* (1913).

o tipo social do qual foi produto, de suas vivências e costumes. Além disso, notamos a influência da colonização portuguesa, bastante forte em Pelotas, da qual nos deixou de heranças uma série de quadrinhas que se incorporaram na cultura popular sul-rio-grandense que não poderiam ficar de fora de tal coletânea. Portanto, aqui notamos o primeiro passo efetivo do autor para a vulgarização dos hábitos e costumes sul-rio-grandenses.

No mesmo sentido, em 1912 o autor publica a sua primeira obra máxima – *Contos Gauchescos* –. Importante destacar que, tanto os *Contos Gauchescos*, quanto as *Lendas do Sul*, só vão figurar como obras máximas da literatura sul-rio-grandense após a sua publicação conjunta da Livraria Globo em 1949, a partir daí deu-se o reconhecimento póstumo do autor, falecido em 1916. O mesmo ganhou da crítica literária o título de maior regionalista, o que de certa forma, o relega à um campo muito ínfimo de estudo.

Por sua formação, efetivamente urbana, João Simões Lopes Neto não se via em posição de falar sobre uma “realidade”, que teoricamente não era a sua, apesar da proximidade com essa cultura em sua infância. Por esse motivo, criou Blau Nunes, protagonista e narrador de sua própria história. Blau Nunes fala e é como se estivéssemos o ouvindo pois, João Simões Lopes Neto criou uma forma literária que se aproxima e muito da tradição oral, o que nenhum outro escritor até aquele momento havia conseguido, por isso, como diz Schlee (2016), ler Simões é ouvir Blau!

O autor passa a palavra à Blau Nunes já na primeira linha de *Contos Gauchescos*: “Patrício, apresento-te Blau, o vaqueano. ” (LOPES NETO, 1961, p.123) e, após esse apresentar-se, com longa digressão sobre os lugares do Sul que foi e das coisas que viu¹¹⁷, o autor retoma a palavra e diz: “Querido digno velho! / Saudoso Blau! / Patrício, escuta-o.” (LOPES NETO, 1961, p.124), e não volta mais a se pronunciar. Aparece, por assim dizer, nas falas de Blau: “Patrício, escuite!¹¹⁸”, “Está vendo aquele umbu, lá embaixo, à direita do coxilhão¹¹⁹”, ou ainda, quando se refere à ele como patrãozinho, como por exemplo, em *No Manatial*: “É uma amargura tão doce, patrãozinho!...” (LOPES NETO,

¹¹⁷ Cabe destacar que a digressão de Blau Nunes é a mesma de João Simões Lopes Neto em sua *Conferência Cívica* de 1906. Daí constatamos duas coisas: a primeira é que o autor costumava “reciclar” textos, era um hábito comum dele. A segunda, ao nosso entendimento, é que *Contos Gauchescos* segue o seu projeto educacional, num outro âmbito, o da literatura, mas segue, na mesma perspectiva de vulgarização da cultura regional em detrimento do todo da cultura nacional.

¹¹⁸ Esta frase aparece com frequência, como por exemplo, em *O Negro Bonifácio* (LOPES NETO, 1961, p.136).

¹¹⁹ Esta é a primeira frase do conto *No Manatial* (LOPES NETO, 1961, p.138).

1961, p.151). Dessa forma, a narrativa se expressa como uma “conversa”, ou melhor, como se Blau contasse seus causos e o autor o escutasse, anotasse (em um momento Blau o manda anotar em sua caderneta) e o acompanhasse pelos lugares. Portanto, podemos entender essa relação como João Simões Lopes Neto, homem culto, moderno e urbano, ouvindo e registrando, para que não se perca essa cultura oral, as palavras de Blau, homem de cultura rural e, naquela época, um dos “últimos exemplares” daquele tipo social quase em “extinção”. Outro ponto interessante é que em *Terra Gaúcha – Histórias da Infância* (2013), que acreditamos ser uma espécie de embrião de *Contos Gauchescos* e *Lendas do Sul*, o menino Maio conversa, por vezes, com o capataz da estância, seu Juca Polvadeira, este por sua vez chama o menino de “doutorzinho”. Acreditamos ser esse mais um dos pontos em comum que ligam as obras do autor, demonstrando mais uma vez que o autor, de certa forma, estava adaptando seu projeto educacional à literatura, ou seja, a uma outra forma de expressar a sua narrativa nacional.

Blau Nunes configura a história do Rio Grande do Sul, desde os tempos de *Correr Eguada*¹²⁰ e juntar o gado para “limpar” o território, as sesmarias, as primeiras estâncias, os primeiros ranchos, os peões, os tropeiros, os estancieiros, enfim, tudo que configura os primeiros tempos da história do Estado. A militarização, característica do povo sul-riograndense, também aparece em alguns episódios.

Mas, em sua época, apesar da boa crítica ao *Cancioneiro Guasca* (1910), que segundo o contemporâneo que a escreveu não compõe literatura, os *Contos Gauchescos* (1912), como literatura de imediato não lograram muito êxito. Em *A Federação* de 19 de setembro de 1912 – note-se, um dia antes da data comemorativa da Revolução Farroupilha, o 20 de setembro – lemos a seguinte notícia a respeito do livro:

Apareceu o livro do sr. João Simões Lopes Neto, intitulado *Contos Gauchescos* que é uma coletânea de dezenove e bem delineados contos. / O referido livro foi muito bem recebido pela imprensa que enalteceu os méritos do apreciado trabalho do laborioso escritor. (A Federação, Porto Alegre, 19 de setembro de 1912).

Sem embargo, essa boa recepção não foi unânime pois, em 1º de outubro do mesmo ano, no mesmo jornal, uma crítica duríssima aos *Contos* é publicada:

¹²⁰ É um conto dos *Contos Gauchescos* que configura um momento histórico bastante primitivo do Estado, ou seja, o tempo dos campos abertos, das sesmarias e do gado xucro.

[...] Por esse gênero de literatura muito restrito, todo especial e pouco interessante, no estado atual da nossa cultura e da nossa transformação completa por que passaram os costumes rio-grandenses tem o nosso velho amigo João Simões uma predileção e um amor indiscutivelmente sinceros. / Tanto basta para que lhe respeitemos as intenções, embora discordemos da opinião de que a vulgarização de tal literatura tenha qualquer fim de utilidade real, quer quanto ao conhecimento dos costumes da época, quer quanto ao enriquecimento de nosso insignificante patrimônio intelectual. / Este pelo contrário só terá a perder com o cultivo de uma linguagem rebarbativa, viciada, cheia de plebeísmos, por vezes malsoantes e até inconveniente, que, mesmo os pouquíssimos gaúchos autênticos que ainda existem n'algum rincão esconso do Estado, só empregam com grandes modificações. / No ponto de vista em que se coloca o escritor, os Contos Gauchescos são, no gênero, um achado, e não conhecemos coisa que se lhe assemelhe. / No ponto de vista da literatura em geral, apreciamos muito mais as qualidades inegavelmente excepcionais do prezado literato patricio, postas ao serviço de obra de mais ampla envergadura, como eles as pode fazer, porque tem talento e amor ao trabalho. (A Federação, Porto Alegre, 01 de outubro de 1912).

A partir dessa crítica podemos destacar que havia uma intenção de vulgarização dos hábitos e costumes sul-rio-grandenses dos tempos de antanho. Contudo, essa intenção não foi bem vista por todos, pois passavam, como vimos, por um processo de modernização bastante rápido e radical, dessa maneira, esse mundo rural, “primitivo”, de falar rústico deveria ficar para trás, em detrimento da modernidade. Mas o autor não pensava assim, para ele preservar a história e a memória garantiria um futuro mais ilustrado, mais consciente de si.

Não obstante, João Simões Lopes Neto não deixou que tais críticas o abalassem e, em 1913, lançou seu último livro em vida, *Lendas do Sul*. Este é uma pequena coletânea de três lendas, organizadas na seguinte ordem: *A Mboitatá*, *A Salamanca do Jarau* e *O Negrinho do Pastoreio*. Essa ordem diz muito sobre as pretensões do autor pois, *A Mboitatá* trata dos primórdios, “[...] é a lenda de caráter puramente mágico e guarda a estrutura indígena” (FAORO, 1998, p.30), portanto, trata de um tempo mítico, tempo este que ainda não existia a história. Já na *Salamanca do Jarau*, contada por Blau Nunes¹²¹, trata de um período em transição, entre o mundo do mito, da magia e o da história, além disso, vemos o conflito com o dominador, pois a princesa moura encantada, que habita o Cerro do Jarau, foi trazida pelos espanhóis. A lenda d’ *O Negrinho do Pastoreio*, já representa o mundo da história, pois passa-se no período das sesmarias, dos primeiros estancieiros donos de escravos, a atmosfera mítica, cristã, pois o negrinho é afilhado de nossa senhora, que é madrinha dos que não tem padrinhos, ou melhor dizendo, é ela que zela por quem não tem alguém para zelá-los. Sabemos que as lendas representam o

¹²¹ Única lenda contada por Blau Nunes, onde ele é personagem principal e se encanta pela princesa moura.

folclore, o mágico e, por vezes, não tem nenhuma ligação com o tempo histórico, contudo, acreditamos que João Simões Lopes Neto as organizou dessa maneira para, mais uma vez, além de vulgarizar o folclore sul-rio-grandense, trazer a história do Rio Grande do Sul gotejada em meio a magia.

Portanto, a experiência de João Simões Lopes Neto com a gauchesca, apesar do reconhecimento póstumo, é a sua experiência mais bem-sucedida. É ela que elevou seu nome aos quatro cantos do mundo e o tornou o maior regionalista gaúcho, como expõe Chaves

[...] Simões Lopes Neto é o maior dentre todos os regionalistas da sua época não porque tenha sido regionalista, mas, ao contrário, porque ‘nele o regionalismo nada mais foi senão uma forma ideal de expressão artística dentro da literatura¹²²’. Em sua obra se resolve por fim aquela *contradição interna* entre a realidade e o sonho, entre o concreto e o imaginário: o regionalismo simoniano não se esgota na representação mimética do espaço regional; inclui a condição problemática do homem, impondo os meios de sua própria expressão. Daí nascem os vários níveis de discurso literário, todos estruturalmente interdependentes a unidade do resultado final – o regional, o histórico, o psicológico e o mítico. (CHAVES, Flávio Loureiro. 1992, p.16)

De acordo com Fischer (1998, p.11), a discussão sobre o regional e nacional na literatura brasileira se dá no âmbito do centro e da periferia, ou melhor dizendo, tudo o que se produz em as regiões que não fazem parte do centro do país é considerado periférico e logo regional, contudo, o que se produz em regiões ditas centrais é considerado nacional. Também se considera regionalismo o que está ligado ao ambiente rural.

Portanto, a partir dessas proposições, pensemos o caso de João Simões Lopes Neto e tentemos sair desse emaranhado de rotulações para ampliarmos nosso horizonte em relação ao autor e sua obra. Pois, a análise da mesma nos leva a caminhos bem mais amplos dos que o do regionalismo, além de, ao cruzarmos alguns outros textos e intenções do autor, notamos que o mesmo era um nacionalista que visava as diferenças regionais como um “tesouro” da diversidade brasileira. Ligado aos ideais republicanos, ao positivismo, ao cientificismo de sua época, reelabora seu projeto cívico e pedagógico e o transforma em literatura, com o objetivo de vulgarizar (no sentido de popularizar) a cultura gaúcha como parte integrante da cultura nacional.

¹²² Citação de REVERBEL, Carlos. Esboço biográfico em tempo de reportagem”.

Enfim, João Simões Lopes Neto encontrou no regionalismo a sua excelência literária, contudo, foi muito além, utilizou-se dele para somar mais traços fundamentais à cultura nacional. O autor via a gauchesca como uma face, das múltiplas que existem na cultura nacional brasileira. Assim sendo, trouxe traços da identidade nacional como forma de memória e preservação da tradição. Logo, acreditamos também que suas obras literárias continuam o seu projeto educacional e concordamos com Chiappini quando afirma que

Tal obra ficcional é um fruto de um projeto pedagógico-político redimensionado poeticamente. Poesia encravada na vida do escritor e da região brasileira que o viu nascer e crescer. Por isso, transcende a intenção documental, ressignificando-a e compatibilizando, pela forma artística, o empenho em contribuir para resgatar a memória rio-grandense e brasileira, por meio da educação cívica, com a obra literária autônoma, de alto valor estético. (CHIAPPINI, 2016, p.18)

Concluimos então, demonstrando como a experiência da gauchesca elevou João Simões Lopes Neto à sua empreitada mais bem-sucedida: a Literatura. Embora só tenha se dedicado a ela com mais afinco no final da vida e obtido seu reconhecimento somente após a sua morte. Dessa maneira, essa experiência, assim como as demais tratadas neste capítulo, é fundamental para que se entenda o cerne dessa pesquisa que é O Brasil visto a partir do Sul, como o título já diz, ou seja, João Simões Lopes Neto dando continuidade a um projeto educacional que não logrou êxito, transformou as suas ideias em poesia, contos e lendas para vulgarizar a cultura sul-rio-grandense visando dessa maneira, contribuir para a formação da cultura nacional formada pelas várias regiões que compõem esse país de grandes dimensões. Para isso, contou com a sua experiência escolar e urbana e as possíveis aproximações com o educador Menezes Vieira, contou também com sua experiência como jornalista, mesmo que de forma amadora, que lhe aprimorou a escrita, o senso crítico e publicitário, além de criar importantes redes intelectuais e de negócios. E sobre a sua experiência no ramo dos negócios, vimos que o autor via a indústria como um importante passo em direção ao progresso e a tecnologia. Seu pensamento, nesse sentido, está imbuído do ideário positivista e republicano que assolou o Rio Grande do Sul de tal maneira que o sentimos até os dias atuais. Por fim, na Literatura, João Simões Lopes Neto aparece como um “inventor” de um novo modo da gauchesca brasileira, alinhado com as ideias de seu tempo, refletiu a problemática da formação nacional no Brasil e como poderia auxiliar nessa tarefa pátria.

CAPÍTULO II

2. JOÃO SIMÕES LOPES NETO: UM INTELLECTUAL E SEUS INTERLOCUTORES

Ao longo desta pesquisa nos referimos à João Simões Lopes Neto como um intelectual que estava refletindo sobre a educação nacional e agindo no debate público, contudo, não podemos seguir nossa análise sem antes analisarmos o conceito. Vimos através do *espaço de experiência*¹²³ vivido pelo autor, definido no primeiro capítulo, que o mesmo foi jornalista por toda a vida – de forma amadora e profissional, além de atuar também como editor –, foi um “empresário” e entusiasta das indústrias e da pretensa modernidade que as mesmas traziam, professor, despachante e, por fim, escritor de literatura. Mas teria sido ele um intelectual? Definir o que se entende por intelectual não é tarefa fácil. Muitas são as discussões que tratam dos intelectuais de diferentes concepções teóricas. Portanto, muitos são os caminhos que poderiam ser seguidos nesta pesquisa. As questões que se colocam ao analisarmos um intelectual, ou por apenas denomina-lo assim, já são, por si só, muito complexas.

Não obstante, ponto crucial para que se inicie uma análise acerca do que vem a ser um intelectual, ou o que se entende por esse termo atualmente, é o Caso Dreyfus (1894-1906). Este configura um episódio da história francesa e se deu em 1894, quando o capitão Alfred Dreyfus foi acusado erroneamente de espionagem em favor da Alemanha e, por esse motivo condenado e deportado para a Guiana. Seus familiares tentaram reverter o caso, contudo, o mesmo só ganhou grande repercussão quando em 1898 Émile Zola publicou *Eu acuso*, no *L'Aurore de Clemenceau*. O texto de Zola dividiu a opinião pública em “prós” e “contras” Dreyfus, entre intelectuais progressistas e conservadores, acarretando um amplo debate na sociedade francesa acerca de vários pontos que suscitavam o processo, como o antissemitismo e o nacionalismo do exército francês¹²⁴. Além disso, e de interesse primordial para essa pesquisa, o caso Dreyfus “[...] não foi de

¹²³ Lembremos que *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas* são categorias históricas elaboradas por Koselleck (1999). Lembremos também, que as experiências expressas no primeiro capítulo desta tese foram selecionadas entre as que acreditamos serem as mais relevantes para este estudo específico.

¹²⁴ Para mais sobre o caso Dreyfus ver: DENIS, Benoit. O Caso Dreyfus e o Retorno da Política. IN: **Literatura e Engajamento: de Pascal a Sartre**. – Bauru, SP: EDUSC, 2002. pp.209-233 e CHARLE, Christophe. O nascimento dos intelectuais modernos (1896-1898). IN: **História da Educação**, v.7, 2003, pp.141-156.

início o caso dos políticos, mas sim de uma categoria social nova, que emerge publicamente nessa ocasião com o nome genérico de *intelectuais*. ” (DENIS, 2002, p.210). Esses intelectuais se posicionaram de ambos os lados formando uma ampla discussão sobre o caso que acabou por ser revertido em 1906 com a revisão do processo, a partir disso, foi comprovado que Dreyfus foi vítima de uma farsa montada por membros do exército francês.

Esse processo do qual emergiram os intelectuais, na acepção do termo que conhecemos hoje, foi denominado por Charle (2003) de *nascimento do intelectual moderno*. Para ele, os intelectuais formavam um grupo heterogêneo que englobava, universitários, escritores, professores, cientistas, entre outros. O que tinham em comum é que todos eles ocupavam o campo dos saberes e das ideias. A partir de uma mudança social que abrangiu a laicização do ensino, a autonomia das universidades, o crescimento da imprensa (lembramos que estamos falando do cenário pós Revolução Francesa) entre outras coisas, esses homens de saberes e ideias passaram a ter também sua autonomia para interferir no debate público. Portanto, a partir da perspectiva do Caso Dreyfus

[...], o intelectual é aquele que, invocando a competência que lhe reconhecem na sua disciplina, deseja ‘abusar’ dela para a boa causa, quer dizer, para tomar a posição no debate público em nome dos valores *desinteressados*¹²⁵ que orientam seu trabalho de escritor, cientista ou professor. O intelectual tem portanto a posição de árbitro e de franco-atirador, e usa da sua posição de exterioridade com relação à esfera política para proferir uma palavra ao mesmo tempo autorizada e carismática. [...]. (DENIS, 2002, p.210).

Constatamos que, desde o Caso Dreyfus caracteriza-se por intelectual aquele que na competência de sua disciplina, ou seja, de seu conhecimento e reflexão acerca de um tema ou vários, manifesta a sua “opinião” ao público. Essa manifestação se dá de muitas maneiras, como em conferências, discursos, publicações e outras. Importante destacar, como fez Denis (2002) na citação acima, que embora pareçam “desinteressados” esses intelectuais têm suas convicções de mundo, suas ideias, suas “bandeiras”, logo, possuem um interesse por trás das suas manifestações de “opinião” e essas podem ser arbitrarias ou não. Consequentemente, podemos afirmar que os intelectuais não são passivos no campo das ideias e dos debates, se posicionam e têm seus interesses.

¹²⁵ Grifo do autor.

Mas, a discussão acerca do que quer dizer o termo intelectual não é tão simples como parece. Desde o Caso Dreyfus o debate foi ampliado e outras questões se colocaram como: o contexto histórico e social, as redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003), campo intelectual (BORDIEU, 1992), e a mais complexa das questões, que diz respeito a originalidade das ideias, todavia, por ora, retomemos a discussão acerca do conceito do termo.

No verbete que visa tratar dos intelectuais no Dicionário de Política (MARLETTI, IN: BOBBIO, 1998, p.637) lemos:

Ao substantivo intelectuais podem ser atribuídos dois sentidos principais, aparentemente semelhantes, mas substancialmente diferentes. Em primeiro lugar, ele designa uma categoria ou classe social particular, que se distingue pela instrução e pela competência, científica, técnica ou administrativa, superior à média, e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas. [...]. Não é, porém, muito diferente a definição dada por muitos sociólogos americanos, para os quais Intelectuais são os responsáveis pela produção e aplicação dos conhecimentos e dos valores. Neste sentido, a noção de Intelectuais se torna sinônimo de técnicos, ou à francesa, de *cadres*¹²⁶.

Ao lado desta primeira acepção do termo, encontra-se muito frequentemente, nos ensaios de caráter sociológico e econômico, uma segunda acepção, mais vulgar na publicidade de atualidade literária e política, para a qual Intelectuais são escritores ‘engajados’. Por extensão, o termo se aplica também a artistas, estudiosos, cientistas e, em geral, a quem tenha adquirido, com o exercício da cultura, uma autoridade e uma influência nos debates políticos. [...].

Dessa forma, temos um termo que se apresenta, na maioria das definições com duplo sentido. Os Intelectuais são aqueles que produzem e aplicam as ideias, os conhecimentos e valores e, ao mesmo tempo, podem ser aqueles escritores “engajados”, podem ser também os artistas, jornalistas, professores, entre outros.

Já Thomas Sowell (2011, p.7), define como intelectuais aqueles são os responsáveis pela geração de ideias e, que em torno desses encontra-se os membros da *intelligentsia*. Esse amplo grupo (jornalistas, professores, funcionários públicos, burocratas, entre outros) é que responsável por divulgar as ideias dos intelectuais.

A partir das proposições acima, pensemos em João Simões Lopes Neto, foco desta pesquisa. O autor foi um membro da elite letrada, foi jornalista e estava intimamente ligado à imprensa de Pelotas, ao mesmo tempo foi professor e um escritor “engajado”,

¹²⁶Grifo do autor. A palavra *Cadres* significa quadros em português e remete, neste caso, à quadros técnicos.

contudo, suas ideias, no que se refere à educação e a nação/região não são de todo “novas”, “inéditas”, podemos notar fragmentos de outros intelectuais¹²⁷, seria ele um divulgador, um membro da *intelligentsia*? No entanto, a adaptação que ele fez destas ideias, as colocando no plano do regionalismo/nacionalismo e levando a fundo as questões da educação nacional são louváveis, ao mesmo tempo que podemos considerá-las inovadoras, criando um projeto educacional que incorporaria cada região a nação, visando a unidade nacional, então poderíamos dizer que ele é um criador e aplicador de ideias?

Não obstante, Sowell (2011, p.17), ainda define os intelectuais “[...] como uma categoria *ocupacional*¹²⁸, composta por pessoas cujas ocupações profissionais operam fundamentalmente em função das ideias – falo de escritores, acadêmicos e afins. ”. A partir dessa aceção, podemos ponderar que João Simões Lopes Neto ao longo de sua trajetória, passou de um membro da *intelligentsia* para um intelectual criador, pois foi de professor e jornalista à escritor “engajado”.

Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016) definem o termo intelectual de forma mais ampla:

[...] [os intelectuais são] homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social.

Levando em conta essa definição, podemos afirmar com mais certeza que João Simões Lopes Neto foi um intelectual pois produziu conhecimento e comunicou ideias, ou seja, o autor produziu um amplo material que serviria de suporte para seu projeto cívico e pedagógico, além das possíveis adaptações do mesmo em uma obra literária bastante sólida, como veremos mais adiante, entre outras coisas. Mesmo não estando diretamente ligado à política, pelo menos no que tange o partidário, não deixava de manifestar a sua opinião em suas colunas nos jornais¹²⁹, por vezes até criticando os

¹²⁷ Tema que nos ocuparemos na sequência deste capítulo.

¹²⁸ Sowell (2011, p.17) destaca aqui que essa ocupação pode ser não remunerada, como foi o caso de João Simões Lopes Neto na maioria das “ocupações” que esteve envolvido durante a vida, como foi o caso da maioria dos jornais aos quais colaborou.

¹²⁹ Como por exemplo, a sua coluna *Inquéritos em Contraste* (1913) que discutia e criticava o processo de urbanização e modernização da cidade de Pelotas, que só existia na região central ao mesmo tempo que

membros da *intelligentsia*. Além disso, as *Conferências Cívicas* realizadas por ele podem ser tomadas como uma maneira de divulgação de suas ideias para um público leigo, e conseqüentemente, um ato político. Esteve, ao longo de toda a sua vida, envolvido em diversas atividades culturais, circulava com facilidade nos mais diversos meios, sejam eles o do teatro, a União Gaúcha, a Academia de Letras, o Clube do Comércio, as redações de jornais, entre outros. E, coincide com essa definição no que diz respeito, também, ao reconhecimento na vida social pois, apesar de tudo isso, alguns de seus contemporâneos o viam com desconfiança, bem como suas ideias, o taxando muitas vezes de lunático.

Como vimos, são muitos os caminhos e linhas teóricas que definem o conceito de intelectual, contudo, acreditamos que esse, assim como a maioria dos conceitos é fluído e polissêmico como diz Koselleck (2006, p.108-109)

[...]. Um conceito poder ser claro, mas deve ser polissêmico. [...]. O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito.

Assim, fica claro que, embora os conceitos compreendam conteúdos sociais e políticos, a sua função semântica, sua economia não pode ser derivada apenas desses mesmos dados sociais e políticos aos quais se referem. Um conceito não é somente o indicador dos conteúdos compreendidos por ele, é também seu fator. Um conceito abre determinados horizontes, ao mesmo tempo em que atua como limitadores possíveis e das teorias.

Portanto, acreditamos que para definir um certo conceito, como no nosso caso o de intelectual, precisamos também estarmos atentos às múltiplas significações que ele pode apresentar. Como vimos, são as experiências históricas e sociais que vão afirmando ou modificando um determinado significado. Obviamente, o que se entendia por intelectual e o seu papel na sociedade na época do Caso Dreyfus e atualmente são, certamente, bastante diferentes. Devemos levar em conta também as especificidades de cada país. O Brasil foi por muito tempo uma colônia e não tínhamos imprensa e nem mesmo podíamos publicar livros até a chegada da família real portuguesa em 1808¹³⁰.

“empurrava” a população mais pobre para as periferias da cidade, as quais não dispunham das mesmas condições sociais.

¹³⁰ Sérgio Buarque de Holanda (2014, p.142-146), no item Vida Intelectual na América Espanhola e no Brasil, compara o desenvolvimento da vida intelectual na América Espanhola e no Brasil, demonstrando que desde cedo havia naquele lugar imprensa e circulação de livros e, que no Brasil, somente com a vinda da Família Real é que de fato se originou a imprensa no Brasil. Segundo Buarque de Holanda a administração colonial temia que circulassem ideias que gerassem algum tipo de rebelião ou insubordinação. Para Buarque de Holanda, essa privação de imprensa pode ser considerada um dos principais entraves para o desenvolvimento de nossa cultura.

Muitas das ideias que “chegaram” aqui, e tiveram maior repercussão, vieram dos centros europeus e por vezes não retratavam de forma total a “realidade” do país.

Roberto Schwarz (2000), aponta essas discrepâncias entre as ideias e a “realidade”, o que ele chamou de *ideias fora do lugar*. Pode-se argumentar que as ideias não têm lugar fixo e que se modificam, tomando para si outros significados. Contudo, o argumento do autor é bastante potente pois, demonstra como as ideias liberais que eram bradadas no Brasil durante o segundo reinado estavam em desacordo com a “realidade” da escravidão em voga.

[...]. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrindo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, mas tornava mais abjeto o instituto da escravidão. [...]. (SCHWARZ, 2000, p.12).

O Brasil precisava percorrer um longo caminho até que as ideias e a realidade fossem mais próximas. Nos anos 70 do século XIX, várias correntes ideológicas invadiram o Brasil e o amadurecimento de instituições de ensino deram uma acolhida um pouco mais adequada à essas ideias, como veremos na sequência deste capítulo.

Outro ponto crucial que aparece na maioria das definições de intelectual é a questão da originalidade das ideias! Quem produziu tal ideia? Na maioria das vezes é bastante difícil de se dizer. Pois as ideias tomam dimensões diferentes, em tempos diferentes e em determinadas situações, por vezes, mudando seu significado. Ocasionalmente viram *ideias força*, tornando-se em si mesmas muito mais importante do que quem as criou, reproduziu e/ou modificou. Franklin Baumer (1990, p.23), diz que as ideias têm força em si, originadas no espírito e que procuram manifestar-se no mundo material. Baumer cita o filósofo Fouillée, que intitula as ideias de *ideias força*, e cita como exemplo a ideia de liberdade. Mas podemos pensar no nosso caso em ideias como Pátria, civismo e outras. Existem também aquelas ideias que, de tão debatidas e discutidas chegam até nós sem muito critério, como demonstra Sowell (2011, p.20) ao se referir as apropriações feitas às obras de Marx e Freud, por exemplo.

[...] as conclusões desses escritores – distinguindo-as da complexidade de suas análises – inspiraram um vastíssimo contingente de intelectuais por todo o

mundo e, por intermédio dos últimos, alcançaram o grande público. A alta reputação que esses trabalhos alcançaram inflamou a confiança de muitos seguidores, os quais não chegaram, em parte, a dominar as obras nem sequer se esforçaram para tal.

Então, podemos dizer que, por vezes algumas ideias são tomadas, discutidas, debatidas, enfim, vistas a exaustão, contudo, o que chega delas não são exatamente o que o seu “criador” pensou. Esse tipo de apropriação pode ser bastante perigosa. Por outro lado, quando se toma uma ideia e esclarece-a, de forma séria e comprometida, para um público maior, isso é benigno. Não obstante, Sowell (2011, p.22) argumenta que “[...]. A originalidade não se apresenta como um atributo essencial para definir um intelectual desde que as ideias sejam o produto final. ”.

Aqui podemos mais uma vez citar o caso que analisamos, João Simões Lopes Neto foi jornalista por toda a vida, Sowell (2011, p.22) considera os jornalistas consumidores e criadores de ideias pois, podem, por vezes, ser considerados intelectuais desde que as ideias sejam o seu produto final. Dessa forma, constituem-se como membros da *intelligentsia*, a qual inclui, mas não se limita aos intelectuais. Além disso, dedicou-se a vulgarizar as ideias que acreditava serem fundamentais para se pensar a nação brasileira, seus vícios e virtudes, sua potência de progresso baseada em uma educação pública, laica e de qualidade.

Portanto, podemos constatar que João Simões Lopes Neto insere-se perfeitamente na maioria das definições de intelectual que analisamos aqui pois, foi jornalista, escritor, fez discursos, conferências, esteve sempre presente na opinião pública de sua cidade, ou seja, um típico membro da *intelligentsia*, por vezes foi divulgador e vulgarizador de algumas ideias, por outras um criador.

Em sua *Conferência Cívica* de 1904, João Simões Lopes Neto se apresenta de forma humilde, ao mesmo tempo, como um audacioso, que surge no “roldão dos cavalheiros da vanguarda”, mas surge como figura obscura, fascinado pela luz que o atrai, o fim que o seduz, o imenso sonho mágico: a grandeza da pátria a que aspira. Em suas palavras: “Tal é, Srs. o meu paralelo: humilde arbusto – entre árvores frondosas; operário mesquinho entre arquitetos, sentinela perdido nas linhas distantes do acampamento. /Benevolência – pois, pela intenção. ” (LOPES NETO, 2009, p.295). O autor se desculpa por não ter, o que chama de “preparo metal à altura” do compromisso que assume com a

Conferência, ao mesmo tempo se coloca entre os “grandes” pensadores da questão e se debruça sobre suas ideias e as coloca de forma sincronizada com o seu próprio pensamento. Já na Conferência de 1906 o autor demonstra que ampliou sua pesquisa, percorreu o Rio Grande do Sul e alargou seu conhecimento acerca da questão que novamente se ocupava, contudo, de forma bem mais ampla e madura. Ele mesmo se coloca, desta vez, como “elemento pensante, dirigente e responsável” (LOPES NETO, 1906, p.03).

Ou seja, o próprio autor se via de alguma forma com um ser pensante, que estava debruçado sobre ideias, que estava elaborando suas próprias para que pudesse dar conta da empreitada que assumiu ao refletir sobre a nação brasileira, ainda tão embrionária naquele momento. Sobre como a educação pública, laica e de qualidade poderia trazer progresso e modernidade, transformando o Brasil de um país subjugado e mestiço em um país forte e culto, com suas características muitíssimo próprias e uma “raça” que herdou o melhor das três “raças” formadoras do brasileiro. Aqui já podemos adiantar que João Simões Lopes Neto não via na mestiçagem a causa de nossa “desgraça”, como alguns intelectuais contemporâneos a ele, mas sim como um modo de criar um novo ser único no mundo, pois herdou as melhores características de cada uma delas¹³¹.

Segundo Baumer (1990, p.23), “[...]. O intelectual reflete as ideias de outras pessoas, mas também aperfeiçoa e esclarece. ”. Com base nessa concepção, podemos afirmar que foi exatamente o que João Simões Lopes Neto fez em suas *Conferências*, pois tratou de temas chaves para a discussão sobre pátria brasileira, bem como se utilizou de ideias de outros pensadores como Sílvio Romero, José Veríssimo, Afonso Celso, Manoel Bomfim e outros. Contudo, as adaptou para o seu texto, para o seu pensamento, ao mesmo tempo que projetou uma forma discursiva interessantíssima no livro de leitura que estava propondo e que fazia parte de um projeto pedagógico que englobava outros títulos além do *Terra Gaúcha – Histórias da Infância*, haviam também a *Artinha de Leitura*, *Eu, na Escola* e *Hinos e Glórias do Brasil*, estes fariam parte do que o autor chamou de *Série Brasileira*¹³². Além disso, visando a vulgarização das “coisas nacionais”, o autor

¹³¹ Veremos mais profundamente essa questão na sequência deste capítulo.

¹³²De acordo com FISCHER (2013, p.220): “[...]: em 1907 é certo que Simões Lopes Neto ideou uma coleção, a dita *Série Brasileira*, que se destinaria às ‘escolas urbanas e rurais’ e seria composta de quatro volumes: A *Artinha de leitura*, depois – não nos percamos nos nomes, apesar do embaralho da coisa – *Eu, na escola*, adiante *Terra Gaúcha* e, finalmente, um volume de *Hinos e glórias do Brasil*. ”. Independe da ordem das publicações, somente a *Artinha de Leitura* e *Terra Gaúcha* foram publicadas, mesmo que mais de cem anos depois, em 2013. Na publicação de *Terra Gaúcha* encontramos uma espécie de capítulo que

elaborou uma coleção de cartões postais, a *Coleção Brasileira*. Além disso, Baumer (1990, p.23), alega que os intelectuais articulam melhor as ideias e as crenças que circulam na sociedade. Por isso, podemos chamar essas ideias e crenças de pensamento de época, que inserido em seu devido contexto histórico revelam como aquela sociedade se percebia e percebia as demais.

Tendo essas afirmativas em mente, podemos então concluir que mais importante do que definir um “tipo” de intelectual, é ter em vista que as ideias são seu produto final. Esse conjunto de ideias representam um pensamento de época, ou seja, a reunião das ideias de João Simões Lopes Neto forma o seu pensamento de época que, dentro de seu contexto histórico e social, dialoga com correntes de pensamento, bem como, com outros intelectuais e outras ideias.

2.1 CONEXÕES E REDES INTELLECTUAIS/TEXTUAIS

João Simões Lopes Neto foi um intelectual, essa afirmativa já podemos fazer. Contudo, apenas essa afirmativa não conclui a nossa análise, é o contexto histórico e social em que o autor está inserido – uma trama bastante complexa e fértil da História do Brasil – que precisamos desvendar. Segundo Armani (2013, p. 137) “[...] Antes de usar o contexto histórico para explicar ou interpretar a realidade das ideias, é o próprio contexto que deve ser explicado. ”. Ainda segundo Armani, o contexto é uma espécie de salvo-conduto. É ele que poderá esclarecer as conexões entre autores e a formação das redes de sociabilidade¹³³.

Lembremos, portanto, que João Simões Lopes Neto viveu entre os anos de 1865 e 1916. Esse período, configura importante processo histórico do Brasil, com mudanças bastante drásticas como a abolição da escravidão, a imigração europeia, a passagem de

se intitula *Eu, na Escola*, que creio ser o mesmo texto indicado por João Simões Lopes Neto. Já o *Hinos e glórias do Brasil*, não se tem notícias desse material, nem ao mesmo se ele de fato existiu. Lembremos que o autor, por vezes, citava textos seus que ainda não existiam ou pelo menos ainda não haviam sido publicados.

¹³³ Redes de sociabilidade é um conceito elaborado por François Sirinelli (2003), o qual trabalharemos com mais propriedade no decorrer deste capítulo.

um sistema monárquico para uma República, embora de fato, isso não tenha mudado muito a vida das pessoas comuns¹³⁴.

Mas, voltemos um pouco no tempo para compreendermos melhor o panorama que nos trouxe até aqui. Quando o autor nasceu em 1865 o Brasil era um Império com um monarca hereditário, exceção política nas Américas, além disso, também representava uma anomalia no que se referia ao plano econômico, com sua economia essencialmente agrária ainda tolerava a escravidão, mesmo com o fim do tráfico decretado em 1850 (SKIDMORE, 1976, p.19). Ademais, o Brasil, desde a Constituição de 1824, era católico e, sob a responsabilidade da Igreja estavam o ensino primário¹³⁵ e secundário. No que tange o campo das ideias, este se constituía em “curioso mosaico de ideias importadas da França”, o qual era chamado de ecletismo e não passava muito de um apanhado de ideias filosóficas e religiosas que eram tendência por lá (SKIDMORE, 1976, p.20). Na política, o clima era de conciliação partidária entre Liberais e Conservadores. Esse clima persistiu até pelo menos a Guerra do Paraguai (1865-1870)¹³⁶.

Foi em meio a essa turbulenta fase que um grupo de jovens, com pouco ou nenhum apego às tradições, agitou culturalmente o Recife sob liderança de Tobias Barreto (1839-1889), formado pela Faculdade de Direito do Recife. Essa agitação, ganhou força na década de 70 quando, como chamou Sílvio Romero, adentrou no Brasil “um bando de

¹³⁴ Para mais ver: CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República do Brasil**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹³⁵ Lembremos que o ensino primário é um dos objetos de preocupação e análise de João Simões Lopes Neto.

¹³⁶ Este conflito abalou o clima de “estabilidade” da política brasileira, bem como a estrutura monárquica. D. Pedro II foi muito criticado por invocar a guerra. De acordo com Skidmore (1976, p.23-25), a Guerra do Paraguai foi a causa próxima da mudança no sentimento nacional que estimulou muitos membros da elite brasileira a reexaminar o conceito de nação. Ainda de acordo com o autor, a Guerra do Paraguai deixou consequências profundas, como: a incompetência do Brasil na mobilização inicial levou muitos civis a atentarem para o atraso do país em relação à educação e transporte, por exemplo. Os Militares tomaram consciência de sua importância, e mais tarde se tornaram um importante grupo de pressão política (principalmente no diz respeito a Proclamação da República e depois dela). A guerra também era impopular no Brasil, e quando o imperador recusou o tratado de paz, em 1868, gerou uma instabilidade política, dando força para a criação do Partido Republicano Brasileiro em 1870. A carência de voluntários levou ao recrutamento de escravos, muitos se mostraram excelentes soldados. Como retribuição, recebiam a alforria e, muitos, após a guerra, tornaram-se soldados profissionais¹³⁶. O conflito trouxe mudanças também na estrutura social e econômica, com o processo de urbanização que levou a formação social de um grupo separado do setor agrário. A partir daí as diferenças de classe ficaram mais acentuadas, embora ainda houvesse um laço estreito entre o campo e a cidade. Portanto “[...], terminada a Guerra do Paraguai em 1870, apesar de certo desenvolvimento econômico garantido pela alta aceitação do café brasileiro no mercado mundial, as contradições do sistema se aguçam, ao embalo da campanha republicana. A partir de então o que estava em jogo era não apenas a construção de um novo regime político, como a conservação de uma hierarquia social arraigada que opunha elites de proprietários rurais a uma grande massa de escravos e uma diminuta classe média urbana”. (Schwarcz, 1993, p.36).

ideias novas”. Ou seja, foi a partir desse momento que algumas correntes de pensamento ganharam força no Brasil, como o Positivismo, o Evolucionismo Social, Materialismo e outras. Essas correntes traziam possibilidades de análise sobre o Brasil e a questão racial se colocou fundamental nesse processo. Ao mesmo tempo, foi um período de amadurecimento e consolidação de alguns centros de ensino nacionais como os museus etnográficos, as faculdades de direito e medicina, e os institutos históricos e geográficos.

Esse período de efervescência cultural e intelectual gerou um importante debate sobre o que é ser brasileiro. No esteio desse questionamento estava a questão da mestiçagem, a representação mestiça foi alvo de teorias raciais que visavam explicar os problemas locais. De acordo com Lilia Shwarcz (1993, p.19),

[...]. Paradoxo interessante, liberalismo e racismo corporificaram, nesse momento, dois grandes modelos teóricos explicativos de sucesso local equivalente e no entanto contraditório; o primeiro fundamentava-se no indivíduo e em sua responsabilidade pessoal; o segundo retirava a atenção colocada no sujeito para centrá-la na atuação do grupo entendido enquanto resultado de uma estrutura biológica singular.

Constatou-se que havia uma necessidade de entender e explicar as questões locais e, com o aporte das ideias vindas da Europa, muitos intelectuais se debruçaram sobre elas para auxiliá-los nessa tarefa.

Inserido nesse contexto, João Simões Lopes Neto, a esta altura era um jovem advindo de uma família abastada que, como a maioria dos jovens abastados dessa época, possuíam o núcleo de sua riqueza nos negócios rurais, neste caso nas charqueadas e criação de gado. Contudo, como observamos no capítulo anterior, o autor foi um homem essencialmente urbano e, também como a maioria dos jovens ricos de sua época, esteve na capital do Império para concluir seus estudos e, formar-se em Medicina. Porém, como já dissemos no capítulo anterior, as informações sobre a vida escolar do autor são bastante obscuras e confusas, o que não nos deixa afirmar que tenha cursado Medicina no Rio de Janeiro, contudo, também não excluimos totalmente essa hipótese mediante ao conhecimento demonstrado pelo autor do quadro docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A única conclusão palpável em relação a isso é que, caso ele realmente tenha cursado medicina, não concluiu o curso.

Independente dessas informações desconstruídas, João Simões Lopes Neto viveu no Rio de Janeiro, seu tio-avô, Ildefonso Simões Lopes¹³⁷, que o abrigou em sua casa, foi um eminente político (deputado geral do Império de 1869 a 1872). Transitava com facilidade entre os meios mais abastados e informados da capital do Império e, assim como a maioria dos rapazes de sua época, sua origem era os negócios ligados ao meio rural e ao Império, mas sua mente estava se conectando com os artifícios do meio urbano, bem como as ideias de republicanismo, e as “ideias novas” vindas da Europa.

“[...] Muitos moços estavam preparados, na década de 70, para desafiar a cultura herdada e o sistema estabelecido. Alguns foram logo envolvidos e absorvidos pela estrutura do Império, mas outros continuaram a criticá-lo. Numerosos desses jovens provinham das fazendas paternas. Outros vinham diretamente de meios urbanos. Por volta da década de 80, tinham sido absorvidos todos pelas marés convergentes do abolicionismo, do anticlericalismo e do movimento republicano.” (SKIDMORE, 1976, p.24-25).

João Simões Lopes Neto foi um desses moços que vinha das fazendas paternas para a cidade. Criticava o Império e foi absorvido pelas novas ideias, principalmente, as de anticlericalismo e republicanismo. Viveu, como vimos, na capital do Império entre os anos de 1877/78 e 1884, pôde ter contato direto com o que havia de mais moderno em termos de discussões filosóficas, por exemplo. Ao voltar a sua cidade natal, Pelotas¹³⁸, no interior do Rio Grande do Sul, João Simões Lopes Neto permaneceu no meio urbano da cidade, escrevendo de forma amadora para alguns jornais.

Em 1889, aderiu ao Partido Republicano Rio-Grandense. O que comprova sua inclinação republicana, no *triolet* publicado em sua coluna *Balas de Estalo*, em 8 de agosto de 1888, no jornal *A Pátria*, e assinado com o pseudônimo de *João Risempre* o autor ironiza o Partido Libertador e o Conservador, os dois partidos que se mantiveram, na maioria das vezes, conciliados durante do Império:

¹³⁷Há na família Simões Lopes, pelo menos dois membros com o nome Ildefonso Simões Lopes. O primeiro, ao qual nos referimos no texto, é o irmão de João Simões Lopes Filho, avô de João Simões Lopes Neto, mais conhecido por Visconde da Graça. Ambos irmãos são figuras marcantes e relacionadas ao Império brasileiro, tendo sido Ildefonso, deputado geral do Império. Já o outro Ildefonso Simões Lopes, trata-se de um sobrinho daquele. Filho do Visconde da Graça e contemporâneo de João Simões Lopes Neto, este, também dedicou-se à política, mas no Partido Republicano, foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul e, Ministro da Agricultura do Governo Epitácio Pessoa (1919-1922). Para mais sobre este Ildefonso Simões Lopes ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lopes-ildefonso-simoes>.

¹³⁸ Lembremos que Pelotas era uma das principais cidades do Rio Grande do Sul. Reconhecida em todo o Brasil por sua riqueza, cultura e requinte adquirido às custas do suor escravo nas charqueadas.

Oh! que famosa piada!...
Liberal – conservador!
Interesse conciliador!
Oh! que formosa piada!
Nas ânsias, o Lidador
Provocou a trovoadas.
Oh! que famosa piada:
Liberal – conservador!

Convidados, conferentes
Ficaram de boca aberta!
Já quase ninguém se acerta,
Convidados, conferentes,!
Palavrinha dentre-dentes...
Convidados conferentes
Ficaram de boca aberta!...

Viva! Viva! o grão Vizir!
Viva toda a troça grossa.
Que nem roceiros na roça.
Viva! Viva! o grão Vizir!
Viva toda a troça grossa.
(LOPES NETO in MOREIRA, 1983, p.12)

Seu anticlericalismo se dava no sentido de estar imbuído nas ideias científicas de seu tempo, onde a Ciência tudo explicava. A origem do homem deixa de ser um “sopro divino” e passa a ser uma evolução da natureza. De acordo com Baumer (1990, vol.2, p.99)

[...]. Depois de 1859, a ideia da evolução não só se infiltrou, como dominou o pensamento europeu. Era praticamente impossível considerar quaisquer das questões perenes¹³⁹ sem fazer referência à evolução. Isso projetava um quadro da natureza radicalmente novo, como ‘processo cósmico’, mas sem seu desígnio. *A evolução abria novas frentes na guerra entre ciência e a teologia*¹⁴⁰. Envolve o próprio homem, até agora claramente isento, no processo evolucionário, chamando assim a atenção para a humildade do homem, isto é, para a sua origem animal. Isso padronizou os aspectos dinâmicos da sociedade e da cultura e criou, simultaneamente, uma tendência favorável à ‘luta’, como lei da vida social e orgânica. [...], no Mundo Darwianiano, o otimismo prevalecia sobre o pessimismo por causa da ênfase posta na criatividade, pela própria teoria darwiniana, e na capacidade de a natureza, a qualquer nível, produzir novas formas superiores.

¹³⁹ Em sua tese, dividida em dois volumes (vol. I séculos XVII e XVIII e vol. II séculos XIX e XX) o autor visa demonstrar o sentido de ‘moderno’, utilizando os pensadores europeus dos últimos quatro séculos. Para tal ele colocou cinco questões que para ele são perenes: a nossa visão de Deus, da Natureza, do Homem, da Sociedade e da História, em vez de indivíduos ou campos de conhecimento. Através dessas questões, Baumer nota as percepções dos pensadores e das sociedades acerca do ser e do devir. Para mais ver: BAUMER, Franklin L. **O Pensamento Europeu Moderno. Vol. I. Séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Edições 70, 1990. E, BAUMER, Franklin. **O Pensamento Europeu Moderno. Vol. II. Séculos XIX e XX**. Lisboa: Edições 70, 1990.

¹⁴⁰ Grifo nosso. Aqui notamos o forte apelo anticlerical que tomou força com a Teoria da Evolução de Darwin.

Essas mesmas ideias que dominaram o pensamento europeu chegaram ao Brasil na década de 1870 e foram absorvidas por toda uma geração de intelectuais brasileiros. Elas serviram de modelo explicativo para a tentativa de compreensão das questões que envolviam a nossa nacionalidade. Uma delas, com grande destaque na discussão, foi a questão racial. Compreender a mestiçagem como um processo evolutivo ou degenerativo. Enfim, essas correntes de pensamento ganharam enorme proporção no Brasil e as formas como foram tratadas são bastante peculiares, por isso é importante vermos mais de perto essas questões, bem como a influência que os principais pensadores do período exerceram sobre João Simões Lopes.

2.2.1 O PENSAMENTO INOVADOR DA “GERAÇÃO” DE 1870 E SEU IMPACTO

Cabe começar dizendo que o conceito de geração aplicado aqui não quer dizer uma uniformidade de pensamento, bem pelo contrário. São muitas as ideias que adentram no Brasil neste período, bem como oscilam as preferências dos pensadores em relação a elas. Portanto, estamos nos referindo, quando falamos em Geração de 1870, à um “movimento intelectual” que se expressou no Brasil a partir da década de 70 do século XIX.

A chegada dessas ideias ao Brasil, agitou a ordem estabelecida e gerou novas diretrizes. De acordo com Costa Cruz (1956, 113), essa crise de renovação estava ligada à ressonância de um fator importantíssimo na estrutura econômica do país pois, as tradicionais lavouras de cana de açúcar, de algodão e tabaco do Norte, perdem força e entram em decadência principalmente após a proibição do tráfico negreiro em 1850. Paralelamente, no centro-sul do país, a produção de café se desenvolve e cresce, fazendo com que esse artigo figure quase que isolado na balança econômica brasileira. Ainda de acordo com Costa Cruz (1956, p.13),

[...]: já na primeira metade do século XIX o centro-sul irá progressivamente tomando a dianteira das atividades econômicas do país. E na segunda chegue-se a uma inversão completa de posições: o norte estacionário senão decadente; e o sul em primeiro lugar em pleno florescimento.

Logo, notamos que há uma mudança no eixo econômico do país com o fortalecimento da produção cafeeira no Sudeste, que vinha desde 1850, e a simultânea decadência do Nordeste, que teve a produção de suas lavouras abalada após o fim do tráfico negreiro, sendo a sua mão de obra essencialmente escrava. A maioria dos intelectuais ligados ao movimento intelectual de 1870, estavam vinculados mais ou menos às elites econômico-financeiras, que até meados do século XIX, formavam um perfil bastante homogêneo em termos de formação e carreira. A partir deste momento, as diferenças regionais ficaram mais perceptíveis e, ocorreu também, uma paralela diversificação entre as várias instituições científicas. Segundo Lilia Schwarcz (1993, p.33), “[...], os estabelecimentos situados nas cercanias dos novos centros econômicos do país foram progressivamente mais bem aquinhoados do que os demais. ”.

Lilia Schwarcz (1993, p.33), argumenta ainda que

[...], a tendência à conformação de campos acadêmicos distintos implicou uma diversificação nas áreas de atuação das elites intelectuais nacionais. Assim, se a maior parte da ‘classe ilustrada brasileira’ tinha em comum a formação em Coimbra (ou mais raramente em outra universidade europeia) e uma carreira burocrática, a partir de então começam a delinear-se especializações profissionais diretamente associadas às diversas instituições.

Assim, por volta de 1870 um novo momento começou a se expressar no Brasil, abrindo as portas para novos matizes de ideias, oriundos da filosofia dos séculos XVII e XVIII na Europa.

[...]. O positivismo, o naturalismo, o evolucionismo, enfim, todas as modalidades do pensamento europeu do século XIX, – vão se exprimir agora no pensamento nacional e determinar um notável progresso de espírito crítico. Este progresso de crítica, de compreensão, era concomitante – resultado talvez – do notável progresso econômico que se expressa, no Brasil, a partir de 1860 numa sensível ascensão do padrão de vida de certas classes da população e na incipiente aparelhagem técnica do país, tal como estradas de ferro, mecanização das indústrias rurais, instalação das primeiras manufaturas. (COSTA CRUZ, 1956, p.229-230)

Dessa forma, havia no país uma mistura de progresso econômico – gerado em parte pela inversão de capitais, que até aquele momento eram aplicados no tráfico negreiro, em novas modalidades de comércio e indústria, somados a esses fatores, aparece o desenvolvimento das lavouras cafeeiras e da inversão de capitais ingleses (CRUZ COSTA, 1956, p.130) – e progresso científico, proporcionado pelo “bando de ideias novas” que adentrou no país, o fortalecimento de algumas instituições de ensino e um

forte teor nacionalista, que visava deixar para trás os anos coloniais e determinar o que era o Brasil e o brasileiro.

Foi neste período também que ganhou forte influência a Escola do Recife. A propósito, nesta escola estudava-se intensivamente o positivismo, o evolucionismo e o materialismo, temas de aspiração na época. Além do mais,

[...] Lia-se, com ardor intelectual, Comte, Darwin, Haeckel e também Taine e Renan. Durante os primeiros anos, o feitiço do romantismo não foi de todo quebrado, mas já no começo da década de 70, Sílvio Romero e Tobias Barreto tinham lançado uma campanha feroz contra o indianismo e o ecletismo. E quando, finalmente, Tobias Barreto conquistou uma cátedra na Faculdade de Direito em 1882, a Escola do Recife atravessou nova fase, uma vez que Tobias Barreto iria ocupar essa cátedra até a morte, em 1889. (SKIDMORE, 1976, p.26)

A escola do Recife representou um importante ponto de contestação da tradição no Brasil. As ideias de Ecletismo intelectual que formavam um mosaico de ideias francesas, “estudadas” no Brasil sem muito senso crítico estava posta em cheque. Bem como a tradição literária do Romantismo, que havia ganhado força no final do século XVIII. Os pensadores românticos, fortemente influenciados pelos românticos europeus, se inspiraram na natureza. A partir da Independência do Brasil, esses românticos passaram a ver na natureza exuberante a fonte de nossa nacionalidade, ou seja, o que havia de mais exuberante e belo que distinguia e destacava o Brasil. A natureza exuberante virou a fonte de nossa nacionalidade e de lá o Índio surgiu como protótipo perfeito. O Indianismo teve na Literatura sua maior expressão e acabou virando moda social e intelectual entre as elites, sendo por vezes, os nomes portugueses substituídos por nomes nativos.

Aqui encontramos uma influência forte para João Simões Lopes Neto, pois, em seu livro de leitura *Terra Gaúcha – Histórias da Infância* (2013), o menino protagonista já possui nome indígena, ou nativo como chama o autor, *Maio*. A estância onde o menino passa as férias, local onde ele aprende sobre a cultura gaúcha, se chama Tupanci “[...] na antiga língua guarani [...]” (LOPES NETO, 2013, p.17), fazendo alusão clara aos guaranis, que representavam maioria indígena no Sul do Brasil. Além do mais, há no mesmo livro uma lição que chama *Nomes de Gente* (2013, p.194-195); nela o Mestrinho, o professor, fica chocado com nome de um aluno novo: Oltocar Themístocles Fenelon

que, segundo ele, é uma composição de um nome polaco, outro grego e outro francês e, no entanto, pouco adequado para um brasileiro¹⁴¹. O Mestrinho diz:

Cada povo tem seus nomes que se pode dizer nacionais, ou pelo menos nacionalizados; o nome fica sendo quase que uma certidão da raça do indivíduo. Nós temos a mania de adotar os nomes estrangeiros, e eu nunca vi um estrangeiro crismar-se com nome nosso. Desprezamos os nossos [...] ¹⁴² genuinamente brasileiros, belos, suaves, sonoros, cada um com seu bonito significado característico, e vivemos a batizar nossas crianças com os esdrúxulos nomes russos, gregos, fenícios, árabes, ingleses...

[...]

Que salada de nomes! Que destempero no bom senso, que pobreza de sentimento nacional, que desrespeito de si mesmos!

[...], adotamos nomes nossos, genuinamente nossos. E é de trazê-los e dizê-los com garbo, com orgulho, conscientemente nativistas! Aqui mesmo no colégio já temos alunos com seus nomes brasileiros, e na seção das meninas também. Vejam lá quantos e que agradáveis nomes: De homens: Aymbire, Pancuioxe, Tarumã. De mulher: Nanine, Ivoti, Jaty, Iracema, Araci, Ivorá. (LOPES NETO, 2013, p.194-195).

Como mencionamos acima, o Indianismo, fruto do Romantismo brasileiro, se tornou uma moda social e intelectual entre as elites, que o adotaram de uma maneira tão firme, que até mesmo os nomes das pessoas sofreram essa influência. João Simões Lopes Neto não ficou imune à essa moda e a aplicou em seus textos pedagógicos, como vimos.

O nativo indígena, das três raças que formaram o brasileiro, de acordo com o pensamento dessa época, se apresentava como o único exemplar verdadeiramente brasileiro, ele representava o que havia de mais orgânico, mais natural, menos influenciado por modas estrangeiras e por isso perfeito para designar aspirações, uma espécie de bom selvagem. Contudo, esse indígena idealizado, pouco tinha a ver com o verdadeiro papel que cumpriram as populações indígenas na História do Brasil.

Dessa forma, apesar das críticas e das teorias raciais em voga a partir da década de 70 do século XIX, o Indianismo havia adentrado fundo na tradição brasileira e por isso Skidmore (1976, p.26) fala que durante os primeiros anos o feitiço do indianismo não foi de todo quebrado. Ousamos dizer que, ainda não sabemos se hoje a ideia de temos das comunidades indígenas e do indígena em si também não está, ainda, embaralhada por esse “feitiço do indianismo”.

¹⁴¹ Em Terra Gaúcha – Histórias da Infância (2013), João Simões Lopes Neto refere-se ao brasileiro como brasileiros.

¹⁴² Conforme indicado nas notas do livro, este espaço encontrava-se em branco no manuscrito original.

Mas voltemos ao tema que nos ocupa. Havia no Brasil neste período um panorama intelectual bastante diversificado. De acordo com Lilia Schwarcz (1993, p.34), as faculdades de Direito de São Paulo e Recife estavam preocupadas em elaborar um código nacional, contudo, as interpretações desse código eram diversas, se por um lado em São Paulo majoritariamente as ideias liberais eram adotadas como modelo de análise, no Recife, o predomínio era das ideias como: o social-darwinismo de Haeckel e Spencer. Podemos dizer, que João Simões Lopes Neto se aproximava muito das ideias majoritariamente difundidas pela Escola do Recife pois, as ideias de evolucionismo estão presentes em suas conferências bem como em seu material de didático em si, além do conjunto de artigos publicados no *A Opinião Pública* em 1913, intitulados *Uma Trindade Científica: Lamarck, Darwin e Haeckel*, onde o autor expõe ampla leitura dos autores citados no título. O autor focava na instrução e na ciência como modo de progresso, em sua *Conferência Cívica* de 1904 lemos:

Aos toques de avançar – do clarim incitador do progresso, tem acudido pressurosos a esta tribuna, o talento, o *preparo científico*¹⁴³, a eloquência, a previsão, o exemplo salutar de homens dos de maior merecimento no nosso meio social; deste quartel-general do estudo, da perseverança e do altruísmo, têm partido para as várias linhas de combate à rotina, ao erro, ao obscurantismo, não os missionários da benemérita Cruz Vermelha, que acode ao gemido e à morte, mas os pregadores da benemérita Cruz Branca que ilumina a inteligência e modifica as almas. (LOPES NETO, IN: ARRIADA,; TAMBARA, 2009, p.294).

As ideias de progresso, de preparo científico, bem como o altruísmo e a clareza dada pela instrução em detrimento do obscurantismo religioso, são ideias que também contemplam o positivismo, que foi outra corrente de pensamento bastante influente no Brasil e, sobretudo no Rio Grande do Sul.

De acordo com Skidmore (1976, p. 28),

O Positivismo adquiriu força impositiva e se alastrou no Brasil por ter surgido no momento em que a mentalidade tradicional achava-se mais vulnerável à sua aceitação. O espírito crítico dos jovens estava maduro para a rejeição intelectualizante do catolicismo, do romantismo, do ecletismo associados à gerência da monarquia. [...]”.

Ademais, o positivismo trazia uma forte identificação com as ciências aplicadas que ganhavam respeito entre a elite letrada. Cruz Costa (1956, p.145) ressalta que foi graças

¹⁴³ Grifo nosso.

aos novos bacharéis em ciências físicas e matemáticas da Escola Central e da Escola Militar que o positivismo se expandiu, tendo em vista a afinidade que a doutrina positivista trazia, no que tange a parte dedicada à matemática. Ainda segundo o autor, esse fato explicaria o sucesso do positivismo no Sul do Brasil, onde ele foi adotado principalmente por matemáticos e engenheiros¹⁴⁴ (CRUZ COSTA, 1956, p.28).

A Escola Politécnica e a Escola Militar, ambas do Rio de Janeiro, também representaram importante meio de estudo e divulgação da doutrina de Augusto Comte. A propósito, lembremos que partiu da Escola Militar do Rio de Janeiro que as principais mobilizações pela República brasileira. De acordo com o pensamento positivista, na esteira da evolução social e natural estava a República e, cedo ou tarde ela se daria. Seria ela um passo natural do desenvolvimento humano e político. Daí as várias formas de ver e pensar a República dividiu alguns positivistas entre os que acreditavam que ela se daria naturalmente e outros que acreditavam que era preciso mobilização nesse sentido. A divisão não se dava somente na questão de quando a República de fato aconteceria, ela aparecia também nos diversos projetos republicanos¹⁴⁵. Dessa forma, não havia um único projeto de República, o que também colaborava para a segregação de ideias.

Pode-se dizer que as elites brasileiras sempre tentaram evitar qualquer tipo de mobilização, principalmente se essas envolvessem em camadas mais populares da sociedade. Pretendiam, desde muito cedo o progresso por meio da ordem, como o lema positivista expressa, este ainda hoje estampado em nossa bandeira. Por esse e outros motivos, o positivismo parecia tão atraente aos membros da elite que almejavam o progresso econômico sem mobilização social. Acreditavam no aspecto autoritário do positivismo, com seu modelo de modernização, que explicava e justificava a concentração de poder nas mãos da elite, estes julgavam a massa por despreparada para participar plenamente da sociedade, por isso, a elite deveria tomar decisões em seu nome (SKIDMORE, 1976, p.28-29). O positivismo apresentava também forte ênfase na família, que se apresentava como a base tudo. Além disso, o positivismo questionava tudo o que

¹⁴⁴ Lembremos que o Positivismo no Rio Grande do Sul ganhou importante destaque como doutrina filosófica e política, tornando-se a base do pensamento do Partido Republicano Rio Grandense, presente no Estado de 1882 à meados de 1930. Desse fato, surgiram vertentes desse pensamento, como o Castilhismo, por exemplo. O Positivismo teve importante influência no Rio Grande do Sul, como já mencionamos no capítulo anterior e, certamente João Simões Lopes Neto não ficou imune à essa influência. Lembremos também, que o autor foi filiado ao PRR, apesar de não atuar ligado ao Partido.

¹⁴⁵ Para mais sobre os diversos projetos ver: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.35-54.

já estava assentado no Brasil, por isso, era tão atraente aos jovens que desejavam o progresso e a ciência. Dessa forma,

[...], ninguém pode negar a grande presença do positivismo filosófico na formação de engenheiros, oficiais do exército e doutores em medicina a partir da década de 70. Esses homens eram expostos a um dogma científico que desafiava toda a estrutura de privilégios existentes na política (monarquia), na economia (escravatura), na religião (a Igreja Católica oficial) e na educação (a indiferença pelas ciências e o caráter religioso da instrução patrocinada pelo governo). [...]. (SKIDMORE, 1976, p.29).

A partir dessas informações, podemos destacar que João Simões Lopes Neto que, pelos anos 80 do século XIX, era um jovem rapaz, instruído, “filho” de uma elite rural em franca decadência econômica¹⁴⁶, estava no meio urbano da crescente cidade de Pelotas, onde “tudo” acontecia. Estudou uns anos antes no Rio de Janeiro¹⁴⁷, pode ter contato com as doutrinas filosóficas mais em voga na Europa e as discussões mais apuradas e certamente não ficou imune as influências que vinham da Escola do Recife, ou melhor dizendo, não ficou imune a ebulição intelectual que ocorreu a partir da Geração de 1870.

Mas, como vimos as ideias não estavam tão descoladas da realidade como alguns autores sugeriram (Roberto Schwacz, Sérgio Buarque e outros). Entendemos que, tais autores como Schwacz, observaram um uso das ideias estrangeiras e, portanto, advindas de realidades diferentes da nossa, para explicar fenômenos nacionais, como a mestiçagem, por exemplo. Além disso, o movimento intelectual de alguma forma teve um poder de ação, como por exemplo, a influência positivista sobre os militares corroborou para a Proclamação da República. Acreditamos que estas proposições dos autores que tratam da Geração de 70 como um movimento intelectual não estão de todo equivocadas, mas cabe contestá-las sob alguns aspectos. Por isso, cabe levarmos em consideração as críticas e contestações de Ângela Alonso (2000) sobre a Geração de 70.

¹⁴⁶ Vale lembrar, conforme destacamos no capítulo anterior, que a falta de uma diversificação da produção, ou melhor dizendo, que a falta de investimentos em outros negócios além dos agropecuários levou muitas famílias de charqueadores e estancieiros à falência nos anos iniciais da República. A família de João Simões Lopes Neto foi uma dessas, contudo, não se pode dizer que faliram, mas que tiveram que mudar os caminhos. Desde o período do Império já haviam familiares seus envolvidos com a política nacional, no entanto, foi um tio e contemporâneo (sim, contemporâneo pois é filho do segundo casamento do Visconde da Graça), Ildefonso Simões Lopes que mais se destacou na política nacional. Para mais sobre Ildefonso ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lopes-ildefonso-simoes>.

¹⁴⁷ Independente se terminou ou não seus estudos, o fato é que ele esteve lá durante o período de maior ebulição intelectual

Na verdade, a autora sugere que esta foi uma geração de reformistas e que o movimento intelectual foi por fim um movimento de intervenção política.

*O movimento intelectual*¹⁴⁸ revela ser um movimento *político*¹⁴⁹ de contestação. Suas obras exprimem interpretações do Brasil críticas ao *status quo*¹⁵⁰ monárquico e programas de reforma. Por isso, proponho nomeá-lo reformismo. (ALONSO, 2000, p.36)

A autora, explica ainda que ler os textos brasileiros de acordo com graus de fidelidade doutrinária e teorias estrangeiras leva sempre ao mesmo diagnóstico de insuficiência, o que acaba por criar uma relação de cópia, de desvio entre os sistemas intelectuais nativos e estrangeiros (ALONSO, 2000, p.40). O que autora expõe é que a relação entre o contexto brasileiro e as teorias europeias era dinâmica, dessa forma, a apropriação de elementos deste repertório é seletiva e envolve necessariamente supressão e modificação (ALONSO, 2000, p.40). Acreditamos que, de certa forma, foi esse movimento que João Simões Lopes Neto realizou, pois, para compor seu repertório sobre como resolver os problemas da nação, que passava pela falta de uma educação pública, cívica, laica e de qualidade, ele selecionou entre os autores disponíveis em sua época, as ideias que acreditava serem as melhores para abarcar a sua argumentação. Por vezes, criou-se mesmo uma miscelânea de ideias e autores que as vezes até convergem, como fez João Simões Lopes Neto ao mencionar Silvio Romero e seu declarado inimigo José Veríssimo em um mesmo texto¹⁵¹.

Alonso (2000, p.43) argumenta que o movimento intelectual da geração de 1870 configurava uma forma de contestação à ordem imperial formada por grupos marginalizados pelas instituições monárquicas. Para a autora, a crise obrigava a explicação do repertório de valores e princípios que legitimavam a ordem monárquica no debate público, temas antes indiscutíveis. Portanto, os intelectuais desse período, buscavam interpretações para o Brasil, respostas para a crise e não a produção de obras de valor universal. Havia uma incompatibilidade entre o a sociedade imperial e a modernidade

¹⁴⁸ Grifo da autora.

¹⁴⁹ Grifo da autora.

¹⁵⁰ Grifo da autora.

¹⁵¹ Veremos mais sobre isso na sequência deste capítulo.

[...]. A conjuntura nacional é interpretada, assim, como *decadência*¹⁵²: crise ‘inevitável’ do padrão de sociedade e do regime político típico do *ancient régime*¹⁵³ e prenúncio de mudança da estrutura social e de abertura do sistema de representação política. A política científica poderia regrar essa mudança, impedindo a anarquia potencial. A política científica fornece, assim, conceitos e macro explicações para o movimento intelectual. (ALONSO, 2000, p.47).

Apesar das diferentes ideias, abordagens e grupos, Alonso (2000, p.49), diz que haviam pontos em comum de reforma. Note-se que apesar da insatisfação e do repertório oferecido pelas “ideias novas” o pensamento era de uma reforma e não uma revolução, o que suscita mais uma vez o caráter de progresso por meio da ordem, de uma mudança estabelecida para a sociedade a partir de uma elite. Enfim, os pontos em comum para as reformas são: a) a reforma das instituições políticas: supressão ou esvaziamento político dos postos vitalícios; judiciário independente, adoção do sistema federativo; b) a reforma do estado: descentralização político-administrativa e tributária e liberalismo econômico; c) secularização das instituições: separação do Estado da Igreja, laicização do ensino público¹⁵⁴; d) extensão da cidadania: direitos civis à estrangeiros e escravos, liberdade civil, de imprensa, tribuna e religiosa, veto à censura, habeas corpus pleno, expansão do direito de voto e candidatura e expansão do ensino¹⁵⁵; e) abolição completa da escravidão e liberdade de imigração; f) política externa: um americanismo pacifista (ALONSO, 2000, p.49).

Enfim, sejam quais forem as correntes de pensamento que adotavam os diversos autores e grupos, tinham em comum as ideias de mudanças e de reformas. O que não quer dizer que todos eles partilhavam de todas as ideias, e que estavam de acordo sobre elas. Alguns se inclinaram mais à umas do que às outras, o que acontecia de acordo com interesse de cada intelectual ou grupo. De fato, pode-se dizer que tinham aspirações políticas e que, com base em uma política científica levaram para discussão pública a crise do sistema imperial, que não deixava de ser uma crise herdada pelo período colonial,

¹⁵² Grifo da autora.

¹⁵³ Grifo da autora.

¹⁵⁴ Lembremos que essa é uma “bandeira” de João Simões Lopes Neto, a laicização do Estado e sobretudo do ensino.

¹⁵⁵ A ideia de expansão da cidadania também é uma constante na produção de João Simões Lopes Neto.

o que não quer dizer também que aspetos dessa crise não permanecem até os dias atuais¹⁵⁶.

Portanto, o que notamos até aqui é que uma mudança econômica e social nos paradigmas do Império nas décadas finais do século XIX abriram espaço para que “um bando de ideias novas” adentrassem o país gerando uma série de reflexões acerca da questão nacional. Muitos foram, como vimos, os “caminhos científicos” escolhidos para gerar as respostas para as questões referentes a nosso ainda muito jovem “espírito nacional”, como dizia Ernest Renan¹⁵⁷. Além do mais, muitos foram também, os autores, ou melhor, os intelectuais que se engajaram nesta tarefa. Destacamos aqui, Sílvio Romero (1851-1914), que juntamente com Tobias Barreto (1839-1889), gerou uma ebulição de ideias e questões na Escola do Recife, e que se espalhou para todo o Brasil. Essa ebulição, certamente chegou à João Simões Lopes Neto de alguma forma, tendo em vista que o autor cita em suas conferências Sílvio Romero, além do mais, este era conhecido como um grande polemista, dessa forma, ficava bastante difícil ficar alheio as polêmicas publicadas e discutidas dia após dia nos jornais. Isto posto, vejamos agora como se deu influência de alguns autores na obra de João Simões Lopes Neto, bem como, algumas correntes de pensamento em voga no período.

2.2.2 “TAL É, SRS, O MEU PARALELO: HUMILDE ARBUSTO ENTRE ÁRVORES FRONDOSAS [...]”¹⁵⁸

Começamos esse item com as palavras de João Simões Lopes Neto, na *Conferência Cívica* de 1904, porque elas revelam o que o autor pensava sobre si e sobre os autores que lhe inspiraram na empreitada que começava ali, mas que não se limitava à

¹⁵⁶ Veja a Política de Cotas (Lei 12.711/2012) que visa destinar um percentual de vagas em instituições federais de educação para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também é levado em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa política visa equiparar o número de estudantes pretos, pobres e indígenas nas universidades públicas do país afim de sanar um problema estrutural que faz com que essas pessoas permaneçam à margem da sociedade. Por exemplo, não houve uma política de inserção dos alforriados, nem mesmo dos indígenas que acabaram por formar a população mais pobre e marginalizada, por isso a importância de políticas inclusivas e de cidadania como estas. Para mais sobre a Política de Cotas ver: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>.

¹⁵⁷ Aqui refiro-me a Conferência “O que é uma nação?” realizada por Ernest Renan em 1882. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>.

¹⁵⁸ Frase de João Simões Lopes Neto na Conferência Cívica de 1904, ao falar sobre si e sobre a empreitada que começava naquele momento, baseado nos grandes nomes nacionais.

ela, expandindo suas ideias em 1906, ao apresentar a segunda *Conferência Cívica*, além de outras obras que se desdobrariam a partir delas. Com essa frase, notamos que o autor tinha plena consciência de seu lugar de fala, ou seja, uma pessoa que ainda não era conhecida e reconhecida como escritor de Literatura¹⁵⁹, nem mesmo como um intelectual¹⁶⁰, enfim, era conhecido e reconhecido pelo seu engajamento pelas “coisas” de sua cidade, como professor, escritor de teatro e jornais e um entusiasta das modernas indústrias. Além disso, tinha plena consciência de que, apesar de Pelotas configurar uma das principais cidades gaúchas nessa época, possuindo uma vida cultural e social bastante considerável, não podia em hipótese alguma se comparar ao centro político do país, dessa forma, se encontrava bastante à margem do centro das decisões políticas e sociais em uma cidade no sul do Rio Grande do Sul.

Inclusive, segundo o autor, “A enorme expansão do território e a falta e a dificuldade de comunicações, isolou o habitante do convívio continuado dos seus concidadãos, formando-se assim mais o sentimento local, que o pátrio, há baianos, paulistas, cariocas, paraenses, rio grandenses, raro, existe o brasileiro¹⁶¹. ” (LOPES NETO. IN: ARRIADA; TAMBARA, 2009, p.303). Para ele, essa situação vinha desde que estávamos sob a legislação portuguesa, durante o período colonial, que dificultava as relações das capitanias entre si. Portanto, o autor tinha a noção de que, apesar de já existirem à sua época meios de transporte como os navios e trens, além dos telégrafos e telefones, a enorme extensão do país não facilitava a comunicação e, por sua vez, a interação entre os brasileiros de diferentes regiões do país.

Além disso, quando expressa suas ideias cívicas e pedagógicas, no início do século XX o autor ainda não possuía nenhum livro publicado, nenhuma obra que pudesse lhe gerar algum reconhecimento neste sentido. Diferente dos autores que menciona, cujos livros, segundo ele, “[...] todo o brasileiro devia conhecer e estimar” ((LOPES NETO in ARRIADA; TAMBARA, 2009, p.295). Esses livros são *A Educação Nacional* (1890),

¹⁵⁹ Lembremos que João Simões Lopes Neto somente foi reconhecido como escritor de Literatura após a sua morte, no final dos anos 1940.

¹⁶⁰ Ao analisarmos as leituras e as produções do autor, bem como a sua atuação pública, constatamos que o autor foi sim um intelectual, como vimos no início deste capítulo. Contudo, em sua época, poucas eram as pessoas que tinham essa ideia sobre o autor.

¹⁶¹ José Veríssimo na Introdução da primeira edição de *A Educação Nacional* (1890), ao enumerar as várias causas pelos quais não desenvolvemos o sentimento nacional, começa exatamente pela extensão do território e o histórico em relação a esse fato, usando palavras bastante semelhantes a essas (1985, p.46). Dessa forma, constatamos que João Simões Lopes Neto se valeu das palavras de José Veríssimo para expressar-se sobre os pontos que concordava com o autor.

de José Veríssimo e *Porque me ufano de meu país* (1901), de Afonso Celso. Esses livros e autores são a base da *Conferência* de 1904, por isso, precisamos conhecê-los.

José Veríssimo nasceu na cidade Óbidos, interior do Pará, em 1857. Assim como João Simões Lopes Neto, era um provinciano, proveniente de uma cidade do interior do interior do Brasil. Também como João Simões Lopes Neto, José Veríssimo foi para o Rio de Janeiro concluir seus estudos. Chegou a se inscrever no curso de Engenharia da escola Politécnica, mas completou somente o primeiro ano, por motivos de problemas de saúde. De acordo com José Murilo de Carvalho (2013, p.12), a escolha pelo curso de Engenharia e não Medicina ou Direito, o que era bastante comum naquela época, se daria pelo fato de sua família não dispor de meios suficientes para bancar àqueles estudos, sendo o pai de José Veríssimo um médico militar, ou seja, diferente de João Simões Lopes Neto, não lograva de família aristocrática que pudesse bancar estudos mais caros.

Voltou para o Pará em 1876, e por causa de sua saúde, foi tratar-se na Europa. De Belém, era mais rápido chegar à Lisboa do que ao Rio de Janeiro¹⁶². Foi em Lisboa que acompanhou o Congresso Literário Internacional, permaneceu na capital portuguesa entre 1880 e 1881. Dessa experiência, retornou ao Brasil com despertado interesse pela educação e, em 1883, criou a Sociedade Paraense Promotora de Instrução e, no ano seguinte, fundou o Colégio Americano. Em 1889, regressou à Europa, mas dessa vez, foi à Paris, em um Congresso de Antropologia e Pré-História. Essas experiências na Europa, somaram de maneira substancial para que José Veríssimo elaborasse no ano seguinte sua obra que serviu de inspiração ao autor pelotense.

Ao regressar o Brasil, em 1890, já com a República proclamada, José Veríssimo foi nomeado Diretor da Instrução Pública no novo estado do Pará. De acordo, com José Murilo de Carvalho (2013, p.13) a nomeação deveu-se ao fato de ter sido o autor, um dos fundadores, em 1886, do Clube Republicano do Pará. Em meio a tamanho entusiasmo, lança *A Educação Nacional*, livro que traz uma forte crítica a situação da educação no país. Veríssimo acreditava que o novo regime seria capaz de acabar com heranças pouco digestas de nossos antigos tempos coloniais. O que, de fato, num plano geral, embora mudanças significativas, não ocorreu. Essa desilusão com o regime republicano está explícita na segunda edição de seu livro, de 1906. Contudo, acreditamos que João Simões

¹⁶² De certa forma, o mesmo pode-se dizer de Rio Grande do Sul. De lá é mais perto e rápido chegar no Uruguai e na Argentina, do que no Rio de Janeiro. Inclusive, essa proximidade com os países do Prata não passará despercebida por quem olhar de perto a cultura sul-rio-grandense.

Lopes Neto teria lido e estudado a primeira edição, de 1890, tendo em vista que ele figura na conferência de 1904. Já em 1891, Veríssimo seguiria, agora decididamente, para o Rio de Janeiro, onde, no ano seguinte, foi nomeado diretor do Externato do Ginásio Nacional, antigo Colégio Pedro II, permanecendo no cargo até 1898. Enfim, Veríssimo possui um extensíssimo currículo, no entanto, o que nos interessa aqui, é que sua dedicação foi substancialmente à educação e à literatura brasileira, configurando importante estudioso e crítico nessas áreas. Aliás, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras em 1897.

Já Afonso Celso tem sua origem em uma família aristocrática, filho primogênito do Visconde de Ouro Preto, nasceu no ano de 1860, em Ouro Preto, Minas Gerais. Era formado em Direito pela Universidade de São Paulo, foi filiado ao Partido Liberal, defendeu a abolição e o regime republicano, apesar de seu pai ser um monarquista. Com vinte dois anos foi eleito deputado geral por Minas Gerais, permanecendo no cargo por quatro vezes consecutivas, até 1903. Aqui já podemos notar alguns pontos de aproximação entre os autores que, como podemos notar, foram contemporâneos. João Simões Lopes Neto também vinha de uma família aristocrática, sendo ele neto do Visconde da Graça. Também foi um defensor do regime republicano, porém filiado ao Partido Republicano e não ao Liberal, como Afonso Celso. Como era de costume na época, ambos exerceram várias funções durante a vida, sendo várias delas as mesmas, ou seja, ambos foram oradores, escritores, poetas, jornalistas, “historiadores”, professores e proferiram conferências.

Mas Afonso Celso foi um pouco mais além, as Conferências que proferiu, foram as famosos *Conferências da Glória*¹⁶³. Além do mais, foi professor e diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, reitor da Universidade do Rio de Janeiro, diretor do Departamento Nacional de Ensino, era associado ao Instituto Histórico e Geográfico e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (BASTOS, 2002, p.7). A única coisa em comum aqui, é que João Simões Lopes Neto foi um dos fundadores da Academia de Letras do Rio Grande do Sul (1910), mesmo sem ter nenhum livro publicado nesta época. O que podemos notar, é que o autor, de alguma forma, parece que tentava fazer com que

¹⁶³ Para mais sobre as Conferências da Glória ver: CARULA, Karoline. **Conferências Populares da Glória (1873-1889): Preleções para a discussão do cotidiano na Corte Imperial**. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 174 (458): 291-318, jan. /mar. 2013. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-458/item/108236-conferencias-populares-da-gloria-1873-1889-prelecoes-para-a-discussao-do-cotidiano-na-corte-imperial.html> Acesso em: 03 de março de 2017.

a sua cidade e seu estado, estivesse tão “evoluído” ou mais que o centro do país, por isso uma busca constante em divulgar modernidades e em criar associações, como a União Gaúcha, a Academia de Letras, entre outros. Ademais, esse era um sentimento cultivado por seus autores referenciais o amor e a valorização da terra de onde se vem, visando fortalecer os laços nacionais. Assim, começamos a notar que partir do Sul, ou melhor, do Rio Grande do Sul para nação já era uma aspiração desde o início do planejamento do projeto cívico e pedagógico, ou educacional.

João Simões Lopes Neto tinha total noção do lugar que ocupava e, ao se comparar aos autores citados em sua Conferência, se vê humilde arbusto, enquanto os outros autores com longas carreiras e várias publicações, além de imenso reconhecimento nacional, são as árvores frondosas. Mas árvores frondosas dão sombra e alento para quem busca descanso em meio a um dia de sol quente, ou seja, os autores dispunham para Simões Lopes Neto todo um cabedal teórico e metodológico que o alentava, lhe dava suporte para que pudesse tratar de assunto tão urgente, como a falta de uma educação voltada para o civismo e a formação de um sentimento nacional com seus compatriotas que também não se encontravam no centro das decisões políticas do país e que precisavam ser integrados e esclarecidos na nacionalidade.

Ao mencionar os dois livros que lhe serviram de base o autor expõe o que pensava sobre eles:

São dois livros de educação cívica: um, severo no estudo das causas; o outro, sadio na promessa dos efeitos.

São dois belos livros de educação cívica – e bem de nós, se na escola e na vida prática, os tivéssemos sempre sob os olhos, si corrente fosse a leitura e a meditação deles, tão simples, tão leais, tão esperançosos. (LOPES NETO in ARRIADA; TAMBARA, 2009, p.296)

Além do mais, foi extremamente sincero quando, na sequência, revela que: “Palavras e trechos, ideias e análise, conselho e desejos, de ambos colho e reproduzo. Do que ambos dizem e ensinam, *é quase, aqui, uma leitura ampla, em voz alta*¹⁶⁴.” (LOPES NETO in ARRIADA; TAMBARA, 2009, p.296). E, se lermos os dois livros que o autor menciona e logo a sua conferência, temos a exata sensação de “*dejavu*”, pois trechos

¹⁶⁴ Grifo nosso.

inteiros se repetem, como por exemplo, em Veríssimo (1985, p.48), após uma digressão sobre os motivos pelos quais necessitamos de uma educação nacional o autor diz: “O desanimador resultado desses fatos, infelizmente incontestáveis, é a dolorosa verdade: - Nós ignoramos a nós mesmos! ”. Já João Simões Lopes Neto, após longa digressão sobre os motivos pelos quais necessitamos de uma educação nacional chega à seguinte conclusão: “O desanimador resultado desses fatos, infelizmente incontestáveis, é a sua dolorosa verdade: nós nos ignoramos a nós mesmos. ” (LOPES NETO in ARRIADA;TAMBARA, 2009, p.310).

Contudo, não podemos cair na armadilha de dizer que as conferências são uma espécie de plágio, ou que não há ideias de João Simões Lopes Neto nelas. Como o próprio autor mencionou, ele cita palavras, trechos, ideias, análises, enfim, tudo o que julgou necessárias para construir a sua dissertação. A maneira como o autor articula as ideias de Veríssimo e Afonso Celso em sua conferência é l’de extremo interesse. Por mais que o autor concordasse e acreditasse piamente nas ideias desses autores, citá-los indiscriminadamente também pode ser observada como uma grande estratégia, pois como bem releva o próprio autor, não possuía obras suas que pudessem lhe dar suporte necessário, nem mesmo era tão reconhecido quanto os outros autores que, apesar de também serem originários, como ele, de províncias, ganharam reconhecimento nacional. Portanto, podemos constatar uma estratégia bastante inteligente de João Simões Lopes Neto que ao se atentar para o tema da nacionalidade – tema esse estudado e panfletado por grandes autores nacionais - para que fosse devidamente ouvido e levado à sério, o se imunizou de dois desses grandes e admirados autores e suas obras, para garantir à sua conferência status de bom estudo dos temas nacionais e, mais importante que isso, validar a sua ideia de um livro de leitura. Dessa maneira, se imunizar desses autores era quase como se ganhasse uma “carta branca” de seu público, que apoiaria seu projeto pedagógico, bem como o seu livro de leitura.

Desse modo, não se trata aqui de apontar os pontos em que João Simões Lopes Neto “copiou” as ideias dos autores e sim, de constatar essa estratégia de se munir do que lhe interessa em cada autor para dar legitimidade para a sua própria obra. Vejamos como, de certa forma o autor apela aos ouvintes que lhe deem confiança, que está amparado por valorosos, apesar de ser figura “insignificante” e que a grandeza da pátria está acima de qualquer coisa:

O lábaro rutilante da paz, do estudo e do saber, tem passado de mão em mão, mantido a mesma altura arfando sereno e majestoso a mesma atmosfera simpática de louvor, de acolhimento e de carinho; mãos fortes se estendem ainda, vozes autorizadas o pedem; peitos robustos o sustentarão...

Mas, por um supremo esforço e audácia, eis surge, no roldão dos cavaleiros de vanguarda que já tem outros prélios, ganhas as suas esporas de ouro, eis surge a figura obscura do mais obscuro dos infantes, esquecido o arrojado lance, deslembado o perigo do posto, fitando como fascinado a luz que o atrai, o fim que o seduz, imerso no sonho mágico da grandeza da pátria – a que aspira. (LOPES NETO in ARRIADA;TAMBARA, 2009, p.294-295).

Constatamos, então, que o autor se põe entre esses que querem paz, estudo e conhecimento, que vieram antes e que se manterão através de outros que virão depois, quase que numa ideia de evolução constante. E, apesar de ser “figura obscura”, “esquecido”, tem audácia e está munido por esse “roldão de cavaleiros de vanguarda”, como se estivesse entre eles. Além do mais, o maior interesse dele é a pátria, ou melhor, a grandeza da pátria. Desse modo, constatamos como o autor constrói uma narrativa baseada nas ideias dos autores citados de maneira que parece que eles lhe dão suporte técnico, metodológico, intelectual, enfim, todos apelam pela mesma coisa – a grandeza da pátria – e por isso, cada um colabora da maneira que acha mais conveniente e, todos concordam que o problema maior é a falta de uma educação cívica. Baseado neste estudo, João Simões Lopes Neto aproveita para lançar a ideia de seu livro de leitura que deveria ser adotado nas escolas rurais e urbanas do Rio Grande do Sul.

Por isso, vejamos agora do que se trata esses dois livros que lhe deram suporte. Sobre os dois livros, como João Simões Lopes Neto mesmo mencionou, são livros de caráter bastante diferentes e, também, com alcances de público diferentes. Por isso, devemos analisá-los com mais calma, afim de constatar onde algumas ideias se aproximam e onde se afastam, ou melhor dizendo, o que interessou de cada um deles ao autor das *Conferências Cívicas*.

Afonso Celso teria escrito seu livro em 1900 para celebrar o quarto centenário do descobrimento do Brasil. A primeira edição é da editora Laemmert e data de 1901. Essa edição esgotou-se em alguns meses e, no mesmo ano ainda houve uma segunda edição. Em 1926, já contava com dez edições, sendo esta revista e atualizada para compor a *Coleção dos Autores Celebres da Literatura Brasileira*. A quantidade de edições, além de a obra incorporar uma coleção como a citada, já demonstra o prestígio e o sucesso da

obra. O grande sucesso também pode ser observado pelas inúmeras traduções da mesma – francês, alemão, inglês e italiano (BASTOS, 2002, p.8-9).

De acordo com Bastos (2002, p.9),

A obra está dividida em 42 pequenos capítulos, os quais procuram demonstrar a superioridade brasileira, a partir de onze argumentos e fatos: grandeza territorial, beleza física, riqueza, variedade e amenidade do clima, ausência de calamidades, excelência dos valores elementos que entraram na formação do tipo nacional, não ter sido povoado por degradados, os nobres predicados do caráter nacional, nunca sofreu humilhações e nunca foi vencido, procedimento cavalheiresco e digno com os outros, as glórias a colher a sua história.

Afonso Celso já possuía uma diversificada obra, no entanto, foi em *Porque me ufano de meu país*,

[...]que gerou a época um grande debate envolto às críticas e elogios em detrimento do teor constante no conteúdo de suas páginas, pois revigorava a ainda emblemática questão da ufanía edênica presente na história do Brasil desde a chegada dos primeiros colonizadores europeus. (ARAÚJO, 2013, p.359).

A ideia edênica de Brasil, ganhou enorme fôlego com o Romantismo, como já vimos. O país possuía riquezas naturais demais, era um ponto de nos diversificava e, ainda nos diferencia, de outros países. A natureza exuberante que quase beira o Éden é uma constante na obra de Afonso Celso. Esse tipo de análise tem como pano de fundo “uma ideologia espacial específica de sublimação das características naturais (e em menor medida sociais) do país como fonte de orgulho nacional.” (ARAÚJO, 2013, p.359). Essas características edênicas que Afonso Celso destaca, cria um raciocínio como se o país fosse dotado de uma providência divina, ou seja, abençoado por não haver vulcões ou ser acometido por fenômenos naturais como vendavais ou maremotos, ainda nos brindava o subsolo com enorme riqueza mineral.

João Simões Lopes Neto também destacou esses fatores em suas conferências, certamente influenciado por Afonso Celso. Contudo, há um pequeno, ou grande detalhe, que salta aos olhos neste ponto: Afonso Celso trata da natureza quase como uma benção divina, como se fossemos abençoados por Deus em viver neste “paraíso” terreno. Mas, João Simões Lopes Neto, estava imbuído demais nas ideias evolucionistas, deterministas e positivistas de sua época e, a questão da natureza, apesar de aparecer muitíssimo

parecida com a de Afonso Celso, não é tratada como benção e sim, como vantagem ou desvantagem na formação de nosso caráter – condições determinantes do clima, por exemplo. Além disso, não há Deus em sua Conferência e, já sabemos de antemão que o anticlericalismo era uma forte tendência nesta época e o autor era um declarado anticlerical.

Seguindo a perspectiva de Armani (2013), cada texto apresenta, de certa forma, a historicidade de seu contexto. Portanto, Afonso Celso escreve seu livro em comemoração aos quatrocentos anos de “descobrimento” do Brasil. Um período de comemoração e exaltação da pátria. São bastante comuns nas descrições sobre a então colônia de Portugal a questão da natureza. O impacto que a natureza exuberante causou no colonizador foi a sensação de encontrarem o Éden na Terra, uma espécie de paraíso terreno. Seu livro é um livro de exaltação à pátria, com forte apelo edênico, como já vimos. Já José Veríssimo, publica *A Educação Nacional* em 1890, no fervor da República recém proclamada, “foi explicitamente elaborado como uma contribuição às reformas que deveriam emergir com o novo regime político. ” (CAVAZOTTI, 2003, p.14). Contudo, esse estudo se mostra bastante crítico com as questões nacionais, principalmente no que diz respeito à educação nacional, como o próprio título já sugere. Diferente do livro de Afonso Celso, em 120 anos o livro de Veríssimo foi editado apenas três vezes e, apenas uma dessas edições foi de alcance nacional, sendo a primeira edição publicada no Pará. Segundo José Murilo de Carvalho (2013, p.11), três edições apenas “É muito pouco para um livro pioneiro, original e corajoso, portador de uma análise contundente de nosso sistema educacional e de um dramático apelo no sentido de nacionalização do conteúdo de nossa educação. ”.

Apesar de João Simões Lopes Neto citar indiscriminadamente Afonso Celso, acreditamos que sua afinidade, no quesito ideias, se aproximava muito mais de José Veríssimo, pois ambos eram republicanos e vinham de provinciais bastante afastadas que beiravam o separatismo. José Veríssimo era proveniente do Pará que “Nos tempos coloniais, por mais de cem anos constituíra, juntamente com o Maranhão, um estado distinto do Estado do Brasil. Durante a Regência, os líderes da Cabanagem chegaram a separá-la do Império. [...]” (CARVALHO, 2013, p.13). Lembremos que o Rio Grande do Sul, também figurou neste momento de revoltas, durante a Revolução Farroupilha (1835-1845) decretou-se uma república independente do Império brasileiro. Dessa maneira, ambos autores vinham de lugares que, de certa forma, historicamente mantiveram-se, pelas mais diversas causas, afastados do centro das decisões políticas do país, que era o

Rio de Janeiro. Por isso, sabiam o que era o sentimento mais local do que nacional, explicito por ambos de forma bastante semelhante. Preocupados com o nacionalismo, denunciavam esse sentimento muito mais local, que Veríssimo chama de “bairrismo” e, que por vezes, beirava o separatismo.

Analisando o livro *A Educação Nacional* (VERÍSSIMO, 1985)¹⁶⁵, podemos listar as duas principais preocupações do autor:

- a) *A Reforma do povo por meio da educação*: A República representava um alargamento do Estado que, segundo o autor, era “indispensável para nossa evolução.” (1985, p.42). Para isso, era necessário reformar o povo, ou seja, corrigir e reformar os vícios e as virtudes de nosso povo. Para tal fim, só existia um caminho, a educação, “no mais largo sentido, na mais elevada acepção desta palavra.” (VERÍSSIMO, 1985, p.43). De acordo com o autor, uma reforma na educação pública e nacional presumia uma reforma igualmente radical no governo, contudo, essa reforma no governo já havia acontecido, com a Proclamação da República. Dessa forma, a reforma radical do governo já havia acontecido, bastava “completar a obra da revolução pela reforma profunda da nossa educação nacional (VERÍSSIMO, 1985, p.43);
- b) *A falta de unidade nacional*: A enorme extensão do território brasileiro não propiciava, na maioria dos casos, um sentimento nacional e sim um sentimento local. Vários são os motivos para isso, como a falta de comunicação entre os estados que, herdaram do tempo que eram províncias, o hábito de não se comunicar entre eles, pois estavam apenas autorizados a se comunicarem, bem como comercializar, somente com a Coroa. Outro motivo, era o fato de as crianças, das famílias mais abastadas, irem estudar fora do Brasil, em Coimbra principalmente e, por isso, não tinham em seu semblante o nacionalismo, pois educavam-se fora de seu país de origem. Além do mais, não tínhamos museus, nem monumentos e nem mesmo festas nacionais que, poriam educar a população iletrada do país, gerando um sentimento nacional. Além disso, nem mesmo a nossa imprensa se ocupava com os nossos assuntos, salvo raras exceções. A instrução pública jamais teve a função de integração do espírito

¹⁶⁵ Originalmente o livro foi publicado em 1890, contudo, a edição que nos serve de guia neste estudo é de 1985, da editora Mercado Aberto. Esta configura a 3ª edição.

nacional (VERÍSSIMO, 1985, p.45). Contudo, era preciso que a educação cumprisse esse papel unificador, para acabar com qualquer brecha separatista, pois, “a união da pátria [é] condição indispensável para a realização dos seus destinos. ” (VERÍSSIMO, 1985, p.49).

Portanto, a grande preocupação do autor é com uma educação pública nacional que reforme o povo e gere a unidade nacional, tão necessária para que a nação possa cumprir seus destinos. Com essa análise, ainda podemos constatar que João Simões Lopes Neto escolheu se munir das ideias de Veríssimo porque ambos tinham além da preocupação com a educação nacional, tinham a preocupação com o livro de leitura que como ambos “disseram”, seria a “mola real do ensino”. Mas, João Simões Lopes Neto foi além, elaborou seu livro de leitura visando colaborar com a reforma do povo e com a unidade nacional gerada a partir de um nacionalismo instrumentalizado pela educação pública. Ambos panfletavam pela elaboração de um currículo escolar em que estivessem presentes o ensino da Geografia e da História.

A geografia importava porque se ocupava do território do país, sua delimitação constituição e riqueza, e também da população com todas as características econômicas, sociais e culturais. Território e população eram, e ainda são, elementos constitutivos indispensáveis de um estado nacional. A história, completava o quadro tratando das experiências comuns, das conquistas, das lutas, dos grandes homens, da construção da memória, de tudo que pudesse gerar e fortalecer o sentimento de pertencimento à comunidade nacional. (CARVALHO, 2013, p.18-19)

Ainda sobre os currículos escolares brasileiros, ambos criticavam a metodologia dos professores do ensino primário que insistiam em fazer as crianças decorarem listas de nomes e datas e repeti-las em voz alta durante as aulas. Sobre esse assunto específico, podemos ler no livro de leitura de João Simões Lopes Neto, na lição intitulada *Terceiro dia*, o menino Maio conta como era o estudo na seu antigo Colégio:

Sobre o estudo, o principal era decorar. A gente entrava na aula, sentava-se, abria o livro e começava a ler, soletrando, mascando as palavras, numa cantarola e bem alto, que era para o professor ver que se estudava. E quando o barulho era bem grande, então caíamos na conversa que era um regalo; até jogávamos a pena e o botão. E o mestre não admitia que se aliviásse a tarefa; freguês pilhado na conversa ia logo de pé em cima do banco e virado para a parede, como castigo e para exemplo. Aqui, é diferente: este Mestrinho, ele é que puxa conversa com os meninos. (LOPES NETO, 2013, p.109-110).

Esse novo Colégio, representava um novo tempo, de um novo modo de estudo, mais moderno e arejado. Esse novo Colégio, de certa forma representava a República. Principalmente em José Veríssimo, notamos uma esperança na República, que esse novo tempo reformaria o povo através da educação para a evolução natural da nação. Portanto, a ideia de uma República carregava consigo um frescor, a ideia de uma mudança de padrões, toda uma nova simbologia. Seria um momento, digamos, mais esclarecido do ponto de vista do conhecimento pois, sabendo as “causas” de nossos “vícios” podíamos assim remediá-los. E, para esses autores não havia melhor remédio que a educação pública voltada para o civismo. A partir daquele momento era como se uma nova era se iniciasse, uma era de progresso, modernização e instrução, tendendo sempre ao cientificismo; o grande ideal na época. De acordo com Schwarcz (1993, p.37-38),

[...], o fato é que tudo parecia novo: os modelos políticos, o ataque a religião, o regime de trabalho, a literatura, as teorias científicas. Com efeito, esse período coincide com a emergência de uma nova elite profissional que já incorporava os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social. [...].

Contudo, em poucos anos de República essa ideia foi ficando para trás, principalmente no que se refere à educação. Veríssimo, na segunda edição de seu livro em 1906, se diz decepcionado e que teria sido ingênuo ao se deixar tomar por um entusiasmo inicial da República (CARAVLHO, 2013, p.22). Acreditamos que João Simões Lopes Neto não se influenciou por essa revisão de Veríssimo pois, em 1906 estava proclamando uma segunda Conferência Cívica. No entanto, notamos nessa segunda conferência uma mudança de perspectiva, ou melhor, uma ampliação do assunto a ser tratado, mas, a educação ainda continua a ser o foco principal de sua preocupação.

A partir da análise dos autores, seus livros e seus contextos, podemos criar uma rede intelectual em que João Simões Lopes Neto e sua obra figuram no centro. Constatamos que o autor buscou se munir de outros intelectuais de maior prestígio para legitimar as suas ideias, contudo, quem monta essa rede, de certa forma somos nós. Pois, o autor enquanto estava fazendo suas conferências, refletindo sobre a nação, por mais que estivesse em sintonia com outros intelectuais, não pensava em si e neles formando uma rede. Quem analisa e cria as redes somos nós, pesquisadores. Portanto, Armani (2013, p.145), argumenta que

As redes intelectuais podem ser redes textuais nas quais participam autores que já morreram e que nunca fizeram ou nunca farão parte de uma rede determinada, ou ainda autores cujas ideias estão aquém ou além de um contexto idiomático. Ideias, valores, crenças, jogos de linguagem e regras de escrita, podem ser construídas a partir de uma relação histórica que leva em conta a tradição de uma determinada cultura intelectual, para além (ou aquém) do estabelecimento de uma rede propriamente. [...].

Portanto, na nossa perspectiva, João Simões Lopes Neto, Afonso Celso e José Veríssimo formam uma rede intelectual, na qual, os autores mais reconhecidos nacionalmente e, com grande respaldo intelectual, dão substancial aporte para as ideias e palavras de João Simões Lopes Neto que tinha como principal objetivo divulgar seu projeto cívico e pedagógico, bem como, seu livro de leitura. Contudo, essa rede não é formada apenas por esses nomes. Na Conferência de 1906, o autor amplia sua visão, revisa, de alguma forma, sua tese e adiciona outro autor de extremo interesse para ele e que mudava a perspectiva sobre o que era ser brasileiro até aquele momento – Manoel Bomfim e seu livro *A América Latina: Males de Origem* (1905). Além dele, mesmo não sendo diretamente citado, não podemos excluir a influência de Sílvio Romero e, nem mesmo, a influência exercida em todas as pesquisas desses intelectuais de Von Martius e sua obra *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845).

Karl Frederich Von Martius, foi um cientista natural que compôs a expedição austríaca e bávara ao Brasil em 1817, considerada uma das mais frutíferas de todos os tempos. Dirigiu a publicação *Flora Brasiliensis* (1840), publicada em 15 volumes, considerada uma importante contribuição à história natural do Brasil. Não obstante, o que nos interessa, de forma especial, de Von Martius é *Como escrever a História do Brasil* (1845), fruto de um concurso realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1840, para escolher uma obra que sistematizasse a história antiga e moderna do Brasil, destacando seus aspectos políticos, civis, eclesiásticos e literários. Tal obra, não se tratava de um material de metodologia de história, pois os seminários de Ranke são posteriores, além disso, Von Martius também não era um historiador. (RODRIGUES, 1956, p.438). Foi o primeiro a ressaltar que seria um erro não incorporarmos as contribuições negras e indígenas em nossa história. Para ele, a soma de índios, negros e europeus gerou o brasileiro. Além do mais, foi o primeiro a sugerir, devido à grande extensão do território a elaboração de uma história regional em nosso país. A grande contribuição de Von Martius, de acordo com Rodrigues (1956, p.440), a história deve

encarar o Brasil como uma federação de províncias, logo, deve partir dessas para contemplar a história nacional¹⁶⁶.

Exatamente o que defendia e propôs João Simões Lopes Neto em suas conferências, mas, principalmente em seu livro de leitura – *Terra Gaúcha, Histórias da Infância* (2013). Além do mais concordavam no quesito de incluir a mescla entre índios, negros e portugueses na formação do povo brasileiro. Contudo, Von Martius destaca a superioridade portuguesa em relação às outras etnias, o que João Simões Lopes Neto não fez. De fato, as ideias são muito próximas no diz respeito uma história um pouco mais regional com intuito nacional, vejamos o que dizia Von Martius sobre isso:

Aqui se apresenta uma grande dificuldade em consequência da grande extensão do território brasileiro, da imensa variedade no que diz respeito à natureza que nos rodeia, aos costumes e usos e à composição da população de tão dispartados elementos [...] (VON MARTIUS, 1956, p.545)

Apesar de se aproximarem em alguns pontos, os autores divergem em outros. Por exemplo, Von Martius era um monarquista, o que é compreensível tendo em vista seu campo de experiência e o momento histórico em que escreve. Já Simões Lopes Neto era um Republicano e acreditava inclusive que a monarquia era uma das causas de nosso “atraso” em relação à outras nações.

De fato, não se pode negar a influência do pensamento de Von Martius nos autores brasileiros, seja ela em maior ou menor proporção está lá. Pois foi o primeiro estudo de história do Brasil, mesmo não tendo sido consagrado pelo concurso do IHGB, que aliás não consagrou nenhum estudo submetido para este fim, seu estudo ficou conhecido e suas propostas foram levadas a diante por aqueles que se interessam por escrever uma história do Brasil ou explicar os nossos “problemas”, além do mais, as teorias evolucionistas e deterministas focaram na mestiçagem como umas das principais causas de nossos problemas.

Mas, em 1906, João Simões Lopes Neto apresenta um segunda Conferência Cívica, e alarga seu pensamento, sendo um pouco mais “realista”, revisando alguns pontos e incorporando novos autores. Entre eles, como já dissemos está, para nossa

¹⁶⁶ Para ler Von Martius na íntegra ver: <https://teoriografia.files.wordpress.com/2015/10/157202981-von-martius-como-se-deve-escrever-a-historia-do-brasil-2.pdf>.

surpresa, Manoel Bomfim. Com certeza, principal responsável pela guinada do tema em relação à América Latina. Primeiramente, cabe destacar que Manoel Bomfim editou seu livro em Paris em 1905 e foi pouco lido e muito criticado, principalmente por Sílvio Romero, que se dedicou a escrever um outro livro criticando esse. Contudo, João Simões Lopes Neto leu Manoel Bomfim e no ano seguinte já se utilizava de suas teorias para embasar sua tese. Essa leitura por si só já configura um curioso fato pois, Darcy Ribeiro (1993, p.15), responsável pelo retorno editorial desta obra, argumenta que muitos contemporâneos não o leram e, nem mesmo Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado, entre outros, que tem como tema principal a formação da nação brasileira o leram.

Um dos motivos, ou o motivo pelo qual Manoel Bomfim tenha sido deixado de lado pela intelectualidade brasileira, pode ter sido o fato de Sílvio Romero ter escrito um livro contestando a tese de Bomfim. De acordo com Darcy Ribeiro, a obra de Manoel Bomfim

[...]. Pouco depois de ter sido publicada, ela foi objeto de todo um livro de contestação do genioso Sílvio Romero. Nesta polêmica, Sílvio desanca Manoel Bomfim, procurando demonstrar que ele é um completo idiota. Idiota era Sílvio, coitado. Tão diligente no esforço de compreender o Brasil, mas tão habitado pelos pensadores europeus em moda, que só sabia papagaia-los. (1993, p.12).

Sílvio Romero atacou Bomfim, porque estava imbuído das teorias científicas europeias, baseado num darwinismo social que explicava tudo por meio uma pretensa ciência. A moda era explicar nossa “falta de caráter” por causa da miscigenação, uma espécie de racismo disfarçado. Teria sido da mistura das raças e do clima quente dos trópicos que o brasileiro se tornou um ser indolente. Porém, o que Bomfim trazia era uma explicação sociológica. Para Bomfim, o parasitismo do colonizador europeu, em nosso caso o português, foi o que gerou todos os males que tentávamos sanar no final do século XIX e início do XX, ou seja, para Bomfim a prática predatória e de exploração do colonizador que teve seu ponto alto com a escravidão deixou a maioria da população brasileira empobrecida, seja financeiramente, seja de educação e cultura.

Essa interpretação de Bomfim, que mesmo sendo médico de formação não acreditava nas teorias científicas que se baseavam na raça como questão de inferioridade

ou superioridade, não foi levada a sério¹⁶⁷, apesar de ser a teoria mais coerente e comprovável para explicar o povo brasileiro. Aliás, as teorias europeias também, de alguma forma, nos inferiorizavam como método de não nos deixar “crescer”. Eram ideias muito evoluídas, modernas. Bomfim tira da natureza, do cruzamento das raças o peso de ser o grande mal do país e põe no contexto histórico, social e político. Inspirado nestas questões, João Simões Lopes Neto, em sua Conferência de 1906, critica bastante as instituições e há um momento em que expõe:

Pessoalmente, todos queremos somente ter direitos, escusando-nos dos deveres, o princípio da autoridade tem sempre pela frente a pretensão individual; a autoridade, por suaves, minada pelo mal de origem, investe o seu cargo de atribuições que ele não tem, obedecemos fazendo perguntas; todos pretendemos mandar: a nossa língua é talvez a única em que existe a retumbante palavra – ‘mandão’ –. *Já li, não sei mais onde, três palavras que nos retratam: coronelato, diploma e latifúndio*¹⁶⁸. (LOPES NETO, 1906, p.10)

Provavelmente, tenha lido em Bomfim, pois o autor diz que a escravidão nos deixou a marca de não valorizar trabalhos manuais, bem como não houve um projeto de inserção do indígena e, muito menos, dos negros na sociedade, deixando essas populações, em sua maioria, marginalizadas, sem o mínimo de acesso à cidadania. Dessa forma, o brasileiro, só valoriza o poder, o diploma que lhe “distingue” da população analfabeta ou pouco escolarizada, maioria nesta época e, latifúndio, posses que geram ainda mais riqueza. Riqueza essa muito construída baseada na força da mão de obra escrava, primeiramente indígena e depois africana. Não obstante, podemos constatar, que além desse pensamento mais sociológico, que se aproximava muito de João Simões Lopes Neto quando criticava as elites de sua cidade por deixar as populações mais pobres afastadas do centro da cidade e, por consequência do centro moderno da cidade, sem o mínimo de cidadania, Bomfim acreditava que a educação popular tinha um papel indispensável para a superação daquela situação¹⁶⁹ e, acreditamos, esse era também o pensamento de João Simões Lopes Neto. Que quando falou em miscigenação, falava em tom positivo, ou seja, a mistura das raças criaria uma nova raça, que seria única, abrigando

¹⁶⁷ Muito se deve a postura de Sílvio Romero em relação ao livro, como já apresentamos.

¹⁶⁸ Grifo nosso.

¹⁶⁹ Cabe dizer ainda que Manoel Bomfim, após a morte de sua filha primogênita, abandonou a medicina e dedicou-se profundamente à educação no país, dirigindo o *Pedagogium* entre os anos de 1897 e 1919. Este era uma espécie de museu da pedagogia no Brasil.

o melhor de cada uma delas e, portanto, se se encontrava o brasileiro em situação de inferioridade, certamente esse fato se dava pela falta de uma instrução pública.

Foi esse foco na educação que fez com que João Simões Lopes Neto também agregasse Sílvio Romero. Tanto Romero quanto Bomfim eram sergipanos, assim como Veríssimo e Afonso Celso também vinham de províncias afastadas do centro do país. Assim, como os outros autores, tanto Romero quanto Bomfim eram nacionalistas, patriotas. O que os diferencia é a maneira como veem os “problemas” do povo brasileiro. Como já falamos, Bomfim tinha uma visão sociológica do problema e encontrava no parasitismo do colonizador a causa das para os nossos males, bem como via na educação pública a cura para eles. Já Romero, bastante influenciado pelo positivismo, pelas ideias de Darwin, Spencer, e uma espécie de evolucionismo concebido pelo arcabouço positivista, se utilizava disso para explicar praticamente tudo (SOUZA, 2004, p.18). Para ele, a mestiçagem se dava no sentido racial e também cultural, e acreditava que se ela fosse “feita” de maneira correta, em poucos anos teríamos um branqueamento da população brasileira, sendo os brancos a raça mais forte, segundo ele, seus genes dominariam e melhorariam a sociedade brasileira. Aliás, a imigração europeia para o Brasil teve bastante apelo neste sentido e, Sílvio Romero admirava o povo alemão como ninguém. Talvez, o que interessava de Romero, além do nome, para João Simões são as críticas que ele faz uma falta de nacionalismo, de que o brasileiro é um imitador, ao mesmo tempo que ele próprio era um adorador as ideias europeias.

Como podemos constatar, haviam várias divergências entre os autores que João Simões Lopes Neto reuniu em sua obra. José Veríssimo e Sílvio Romero eram inimigos declarados e, o que Romero ao criticar duramente Manoel Bomfim, colaborou profundamente para que sua obra fosse alçada ao esquecimento e a desconfiança. O pesquisador Luís Pereira (2014, p.98), argumenta que talvez o autor não tenha percebido a

[...] impossibilidade teórica de amalgamar pensadores de visão tão dispares como a de Afonso Celso e José Veríssimo se comparadas a de Manoel Bomfim, quis, para além das oposições teóricas e ideológicas entre eles, colocar a educação como uma saída e não como reafirmação das causas do atraso. O próprio Bomfim via na instrução popular, no ensino elementar, o caminho para a verdadeira educação, voltada para a emancipação nacional e dos demais países da América Latina.

Não acreditamos que ele não tenha percebido as diferenças teóricas entre os autores, acreditamos que ele foi esperto o suficiente para pegar de cada autor de grande prestígio o que mais lhe interessava, o que mais endossava a sua tese. Encontrou neles pontos de convergência como nacionalismo, a questão da mestiçagem, a valorização dos nossos costumes, tradições e natureza, bem como o que mais palpável e que todos concordam, mesmo tendo abordagens diferentes, é a questão da educação. Principalmente a educação nacional como “remédio” para todos os nossos males, fossem eles tratados de maneira sociológica ou biológica. Dessa forma, o autor buscou nos autores de grande prestígio se munir, especialmente deste prestígio, para ser levado a sério, para mostrar que estava por dentro das últimas pesquisas e para justificar seu projeto cívico e pedagógico para o Rio Grande do Sul.

Sendo ele um “arbusto entre as árvores frondosas”, observamos que criou uma espécie de arcabouço seguro, onde pudesse crescer como autor e como intelectual da cultura e da pedagogia. Sendo assim, podemos dizer que havia ali uma rede intelectual, uma rede textual, que dava a possibilidade de João Simões Lopes Neto organizar suas ideias, montar sua tese, e panfletar pela educação cívica e, além disso, apresentar seu livro de leitura. Portanto, “[...]. É a partir de uma ideia de rede contextual – o contexto do mundo-ambiente, do mundo compartilhado e do mundo subjetivo – que podemos pensar a historicidade das ideias desses autores. [...]” (ARMANI, 2013, p.147). Como vimos, todos contemporâneos de João Simões Lopes Neto, todos concordavam que a educação era o único “remédio” para os nossos males, mas para chegarem nesta conclusão percorreram caminhos bastante diferentes, contudo, todos, um pouco mais ou um pouco menos, foram influenciados pelas “ideias novas” que chegaram ao Brasil nos anos de 1870, bem como pela Escola do Recife. Por isso, vejamos agora como essas correntes de pensamento influenciaram esses autores e João Simões Lopes Neto.

2.3 A TRAMA DAS IDEIAS

Se as ideias são o produto mais importante da produção intelectual, então devemos observar mais de perto algumas ideias que acreditamos serem “chaves” para o entendimento do que pensava João Simões Lopes Neto, bem como para o entendimento dessa pesquisa. Primeiramente, vejamos alguns aspectos para compreendermos melhor o

que o autor desejava expressar quando fazia alusão à nação, pátria, nacionalismo, civismo e outros. Para isso, observemos alguns exemplos do repertório amplo dessas questões, que se encontram em suas conferências (1904-1906) e no livro de leitura *Terra Gaúcha: Histórias da Infância* (2013), por exemplo.

Seguindo as tendências republicanas do início do século XX no Brasil e no Rio Grande do Sul, que esforçavam-se para compor uma espécie de identificação com a educação, trazendo consigo o civismo e moralismo patriótico, numa intensa campanha de divulgação dos valores decorrentes do acesso ao sistema escolar (ARRIADA; TAMBARA, 2009, p279), João Simões Lopes Neto se esforçou, em suas conferências e livro de leitura, num sentido de construir uma retórica que impulsionasse o espírito nacional, exaltando a pátria e buscando solução para os problemas apontados:

Mal patriota, desleal cidadão fora aquele, que não sei sob que falso pejo, entendesse menos amar a pátria, dissimulando-lhe os erros, cuja emenda está exigindo sejam divulgados e conhecidos. Não! A pátria quer ser amada sem reservas, mesmo com os senões e faltas de seus filhos e de suas instituições. As virtudes e os vícios de um país, não são senão os vícios e as virtudes de seus filhos. A pátria, essa, na figura ideal e amada paira acima de nossos erros e das nossas paixões; e atacar a inópia dos que a constituem é estremecê-la no filial desejo de a ver não só objeto de nosso amor, mas fonte de nosso orgulho, pira do nosso entusiasmo. (LOPES NETO, 2009, p.297)

A partir desse trecho, podemos notar que o autor colocava a pátria ou a nação¹⁷⁰, acima de qualquer vício ou virtudes de seus filhos. A nação para ele é sacralizada, passa

¹⁷⁰ Cabe destacar que existem confusões terminológicas acerca dos termos pátria e nação. Não raro nos deparamos com essas confusões; o próprio João Simões, em suas conferências por vezes fala em pátria e por outras em nação, no entanto, domina em seu texto a expressão pátria, patriotismo e outras que desta derivam. Neste sentido, devemos atentar para o fato, de acordo com Llobera (2000), de as acepções atuais de pátria e nação somente se concretizarão após 1750. O autor explica (2000, p.148) que Pátria era o termo mais comum no século XVIII, referia-se ao local de nascimento e, desde o século XVII já aparecia associada à liberdade, dessa forma, a pátria era o local onde as pessoas eram livres e felizes. Já o termo nação (LLOBERA, 2000, p.148-149), antes de 1750, servia para designar determinado grupo de pessoas que viviam sob as mesmas leis e que falavam a mesma língua em um determinado território denominado Estado, ou também, país. Llobera (2000, p.149) expõe que a palavra nação também referia-se à França com certo sentido de orgulho, honra e superioridade mas, nesta época, o termo ainda não havia adquirido certo fardo emocional. Para o autor, a confusão referente ao termo pátria iniciou-se em 1754 a partir da Dissertação sobre a Antiga Palavra Pátria, do abade Coyer. A proposição deste último era dar uma resposta à ideia cosmopolita de Voltaire de que a pátria é onde se estiver, pois, somos todos filhos da humanidade e, não somente, o local onde se nasceu. A partir disso, Jaucourt, redator do termo pátria na Enciclopédia, copiou trechos das obras de Coyer e citou opiniões de Montesquieu, Voltaire e Rousseau. Quanto à Rousseau, pode-se dizer que ele foi um dos responsáveis pelo fato do termo nação obter um sentido mais preciso e uma oscilação sentimental maior. Com isso nação e pátria convergiram em uma mesma forma, apesar de nenhuma ter sobreposto a outra totalmente, ambas tendem a serem observadas se tratando de uma mesma coisa, ou seja, cobrindo um terreno em comum. Assim nação também passou a ser compatível ao estado, no que se refere a sua forma concreta, inclusive física (LLOBERA, 2000, p.150).

à um status de religião civil, onde é cultuada a partir de suas comemorações cívicas, como os feriados e datas nacionais, além de monumentos, estátuas, prédios e os exemplos históricos dos “heróis nacionais” (CATROGA, 2005, p. 147-150). Para Catroga (2005, p.12) a religião civil, que teve seu primeiro grande teorizador em Rousseau, tem a função de sacralizar o viver comum de uma dada coletividade. O seu objetivo, ainda de acordo com Catroga, é:

[...] legitimar a Nação como “Nação Imaginada” (Benedict Anderson), apresentando-a como grande protagonista de uma teleologia de fundo épico e mitológico, como práticas educativas, que não dispensam recurso a ritos públicos, socializam. (2005, p.12)

João Simões Lopes Neto acreditava que “Não só nos livros devem ficar consignadas [a história, os acontecimentos, a memória] mais eficazmente as páginas de pedra e bronze ensinam as multidões. ” (LOPES NETO, 1906, p.02), dessa maneira, o autor acreditava que era preciso uma educação cívica pública, que se daria em várias frentes. Além da sala de aula e dos livros específicos, também as ruas deveriam “ensinar as multidões” a partir de suas placas, monumentos, prédios, enfim, “[...] ensinar à quem passe os acontecimentos de nossa terra” (LOPES NETO, 1906, p.02). Ademais, o autor diz que “recordar é viver” (1906, p.10), e havia no momento em que expõe suas ideias, segundo ele, uma indiferença dos brasileiros em relação as suas datas nacionais: “O nosso 21 de abril, o 07 de setembro, o 15 de novembro, se diluem na memória do povo e não é ingratidão que isso faz: é a falta de educação cívica. ”. (LOPES NETO, 1906, p.10).

Além dos monumentos e das comemorações nacionais, haviam ainda dois “astros” que não poderiam ser esquecidos, mas que não estavam recebendo a sua devida atenção: o Hino e a Bandeira nacional. Para ele “Se o hino é a voz, a bandeira é a face augusta da Pátria” (LOPES NETO, 2009, p.302), no entanto, o hino vinha sendo executado “[...] até em barracas de cavalinhos, em miseráveis exposições de brutos e de palhaços! ” (LOPES NETO, 2009, p.301) e a bandeira servia de “[...] cartaz nos circos de touros, de reposteiro em exposições de cobras e bonecos e de tabuleta de aviso, de quiosque de loterias, em dia de sorte grande! ” (LOPES NETO, p.302). E por isso, o autor implorava:

Não! Não consintamos mais em tal abuso.
Isso é vergonhoso.

Reajamos contra tanto desamor! Tiremos dos olhos curiosos e inocentes das crianças, dos nossos irmãozinhos, dos nossos filhos, destes petizes que hoje

são a aurora e serão amanhã o Zenith da pátria, acabemos para os seus olhos ainda puros, o espetáculo deprimente, que não se lhes apagará da memória, evitemos que vendo, desde tão tenros, a indiferença para o delito, eles sejam depois, cúmplices inocentes, também! (LOPES NETO, 2009, p.302)

Observando essas colocações de João Simões Lopes Neto, notamos que o autor visava chamar a atenção do público para o perigo de compactuar com tais atos em relação aos símbolos nacionais, ademais, o autor traz a ideia de que as crianças eram o futuro da nação e, que se deveria atribuir a elas uma educação cívica, afim de que tais atos danosos não se repetissem, pois, instigando o espírito nacional nesses pequenos seres, poderíamos construir uma identidade nacional forte.

Stuart Hall argumenta que “[...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação.” (2006, p.48). Nesse sistema de representações estão os símbolos (a bandeira, o hino nacional, os monumentos e etc.) e os ritos (solenidades, festividades, etc.), que despertam os sentimentos de pertencimento e de identidade nacional, dando certa coerência a nação. Para Fernando Catroga (2005, p.154) os símbolos nacionais, como o hino e a bandeira

[...] conferem uma representação quase totêmica ao patriotismo. Por eles a Nação ganha ‘une forme de nature esthétique, modo de reconhecimento e de integração das contradições regionais e sociais existentes dentro de uma territorialidade coberta pela sua una e indivisa soberania.

Não raro, tais símbolos e ritos buscam evocar na história um passado comum e glorioso, que faz com que as pessoas se sintam identificadas e representadas por tal nação. Por isso, como observou Hall (2006, p.51) “[...] uma cultura nacional é um *discurso*, - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos[...].”. À vista disso, ao construir tais sentidos, a cultura nacional, produz concepções sobre a nação, com as quais podemos nos identificar e logo, construir identidades¹⁷¹.

¹⁷¹ Para construir a identidade nacional é preciso que exista uma narrativa que dê sentido a isso tudo. Ponderando essas proposições, Hall (2006, p.52) coloca cinco modelos básicos pelos quais é contada a narrativa nacional: o primeiro é a “[...] *narrativa da nação* tal como é contada e recontada na história, nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular [...]”, estas oferecem subsídios que “[...] simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido a nação.”. O segundo modo, refere-se a “[...] *ênfase nas origens*, na continuidade, na tradição e na intemporal idade.”, neste ponto a identidade nacional aparece como primordial, como se ela já estivesse nas origens da nação, mesmo que adormecida, mas sempre pronta para “atender ao chamado da nação”. No terceiro modo que auxilia a tática discursiva, Hall (2006, p.54) refere-se àquilo que Ranger e Hobsbawm chamaram de “*invenção da tradição*”. Hobsbawm (2012) acredita que essas “tradições inventadas” são reações à situações novas; são o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno. Além de

A educação para o civismo é uma constante em suas conferências, em ambas o assunto é basicamente esse, como já explanamos. De acordo com Arrida e Tambara (2009, p.289) as conferências eram mais uma estratégia de divulgação das concepções nacionais do autor:

Por um longo período, Simões Lopes peregrinou em várias cidades da região sul do Rio Grande do Sul em apostolado cívico. Constitui-se neste período um verdadeiro paladino da causa do civismo no estado. Em verdade, todas estas iniciativas tinham um explícito caráter de valorizar a educação no Estado. (ARRIADA; TAMBARA, 2009, p:289)

O foco de sua fala é denunciar a urgência de uma educação cívica para as crianças visando adultos mais instruídos e conscientes de seu papel de cidadãos de uma nação. Para o autor, era importante instruir as crianças, dá-las condições físicas e intelectuais para que fizessem um futuro melhor. Segundo ele, era preciso “reformatar o povo” e isso se daria por meio da educação “no mais largo sentido, na mais elevada acepção desta palavra.” (LOPES NETO, 2009, p.318). Para ele, as crianças representavam o futuro. E se conhecessem o seu passado, as glórias de seu povo, seus grandes homens e feitos e, sobretudo, por meio da educação fariam um futuro melhor para a toda a nação¹⁷². Para o autor, havia uma necessidade urgente de “adotarmos, mantermos e desenvolvermos uma campanha vivificadora de nacionalização, de educarmos e fortificarmos o espírito, o sentimento pátrio, o amor da tradição, o conhecimento e a consciência de nós mesmos” (LOPES NETO, 2009, p.317).

Podemos constatar, com base no que vimos até aqui, que havia uma necessidade de “reformatar o povo”, ou seja, acreditava-se na ideia de um melhoramento de nossas

representarem também, uma importante dimensão para o estudo das nações e dos nacionalismos. O quarto modelo de narrativa da cultura nacional é o do *mito fundacional* que busca “[...] uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo ‘real’, mas de um tempo ‘mítico’.” (HALL, 2006, p.54-55). O quinto e último modelo, baseia-se na ideia de uma cultura nacional simbolicamente focada na imagem de “[...] *um povo* ou *folk puro, original*.” (HALL, 2006, p.56); como se houvesse um “povo” realmente originário de determinado lugar, sem levar em conta as muitas migrações e conflitos por territórios, nos quais, muitas vezes, mais de uma população se diz originária de um mesmo local e, deixando de lado também, os processos de miscigenação.

¹⁷² Acreditamos que João Simões Lopes Neto era inspirado pela ideia de “homem novo” de Jean Jacques Rousseau, expressa em sua obra *Emílio ou da Educação*, publicada em 1762. Essa obra revolucionou a pedagogia e serviu de inspiração para várias teorias da educação do século XIX e XX. A ideia de que a criança é boa em sua natureza, apta para aprender tudo, desde que bem instruída para que a sociedade não a corrompa e a torne má, aparece, por exemplo, nas conferências de Simões Lopes Neto e é uma das ideias-chaves de *Emílio*. Pretendemos, nessa pesquisa, dedicar um capítulo às questões da educação no final do século XIX e início do XX.

condições intelectuais, morais, físicas e cívicas. Mas, por que era necessário “reformular” o povo? Essa questão, aparentemente simples, é bastante complexa. No final do século XIX, o Brasil era recorrentemente descrito como uma imensa nação mestiça (SCHWARCZ, 2003, p.165). Essa condição, do que chamavam de mistura de raças heterogêneas, era considerada um erro e, por conseguinte, era considerada uma das causas de nossa “degeneração”. Mas, o raciocínio não é tão simples quanto parece. A maioria dessas ideias estavam “embasadas” em teorias científicas europeias.

Desde que Cuvier (1769-1832) interpretou os fósseis como registros de vida passada, colocou uma espécie de dúvida no processo de criação cristão. Ou seja, os fósseis revelavam, de certa forma, que éramos muito mais antigos que imaginávamos, ou pelo menos mais antigos do que indicavam as Escrituras. Contudo, Cuvier não era um evolucionista e discordava de Lamarck (1744-1829). Este foi o primeiro cientista a formular uma teoria da evolução compreensiva e sistemática; para ele, “as espécies não poderiam ter surgido na Criação e se mantido estáticas desde então, pois se isto ocorresse não sobreviveriam a mudanças de meio. Como consequência, ele concluía que as espécies continuamente se alteravam, apesar de muitas vezes manter sua aparência. ” (BARROS, 2003, p.10). Na mesma linha de pensamento, William Smith (1769-1839), nas primeiras décadas do século XIX descobriu que a Terra contém camadas que contam o passado, portanto, o estudo dessas camadas poderia fornecer um cenário de tempos geológicos (BARROS, 2003, p.10). Dessa forma, a crença na Criação Divina era posta em cheque e o mundo ficava cada vez mais “científico”.

Contudo, foram as ideias de Darwin (1809-1882) que geraram maior impacto, principalmente as da Teoria da Evolução por meio de Seleção Natural. Segundo ela, a

[...] pressão do meio sobre as espécies poderia ser um mecanismo eficiente para selecionar o que pode sobreviver daquilo que não encontra os recursos necessários para se perpetuar [...] a evolução não leva a uma espécie mais desenvolvida, ela faz com que espécies se adaptem um mundo mutável não só pela ação de fatores distantes, como pela própria presença de organismos que agem constantemente no meio. (BARROS, 2003, p.11).

Não obstante, essas ideias chegaram ao Brasil, e o Darwinismo foi amplamente “aceito”. Até mesmo o Imperador não era de todo contrário as ideias de Darwin, no comando dos museus de ciências estavam simpatizantes dessas ideias, bem como as elites católicas aceitavam o darwinismo como forma de manter a sua supremacia branca, pois

o problema racial estimulou o discurso evolucionista e levou a um movimento para classificar as raças cientificamente (GLIK, 2003, p.23). Apesar disso, não levaram em conta a ideia de que evolução não quer dizer uma espécie mais desenvolvida. Além do mais, os supostos altos índices de miscigenação no país, o transformaram em um “grande laboratório racial” (GLICK, 2003, p.24).

Dessa forma, a questão da mestiçagem e, por conseguinte, das raças se torna um dos pontos mais discutidos no Brasil. O evolucionismo se mostrava, como vimos, importante ferramenta para explicar nossa “degeneração” ou para tentar um melhoramento. Ou seja, haviam os intelectuais que acreditavam que a mestiçagem “degenerava” o brasileiro, como Nina Rodrigues (1862-1906), que ainda classificava os “tipos” de mestiços, ou melhor dizendo, para ele quanto maior prevalência da raça branca mais “regenerado” e superior era o indivíduo, ao contrário, quanto mais incidência de negros – cuja presença considerava ser a maior desgraça do Brasil – tivesse o indivíduo em seu cruzamento mais “degenerado” ele seria; além disso, Nina Rodrigues acreditava que os mestiços, principalmente os “degenerados”, tinham propensão à criminalidade (RODRIGUES, 1894, p.166).

Já para Sílvio Romero, a mestiçagem “não é apenas um processo racial, mas também e, em larga medida, cultural, tornando possível uma cultura e uma identidade especificamente brasileira” (SOUZA, 2002, p.21). Dessa maneira, o autor acreditava que a mestiçagem também fazia parte do processo de seleção natural, por isso deveria prevalecer as “raças puras”, ou seja, brancas e europeias que seriam as mais fortes e por isso se sobressairiam nesse processo, transformando o brasileiro, ao longo do tempo, em um mestiço bem caracterizado. José Veríssimo ia no mesmo caminho, além de incentivar a migração europeia, principalmente a alemã, para melhorar o povo brasileiro. João Simões Lopes Neto, como já dissemos, não via a mestiçagem como algo prejudicial, para ele, a partir dela, poderíamos reunir o melhor de cada raça e fazer do brasileiro um ser único no mundo. Para ele, o brasileiro seria o fruto da soma dos “bandeirantes lendários”, com os índios (tamoios, potiguaras e guaranis adustos), e os “negros ativos de Palmares” (LOPES NETO in ARRIADA; TAMBARA, 1998). Luís Augusto Fischer (2013, p.227) nos estudos que complementam a edição de *Terra Gaúcha* chama a atenção para a audácia do autor em proferir publicamente, em 1904, que queria a altivez dos negros rebeldes de Palmares ao lado da força dos índios, pois o autor diz de peito aberto que queria essa

herança afro-brasileira, que de certa forma, ainda nos dias atuais é discriminada, imagine num período recente de pós-abolição.

As condições climáticas e geográficas também são levadas em conta para explicitar “indolência” do brasileiro, o clima era propício, sem adversidades da natureza. Mas, da mão-de-obra era escrava, segundo João Simões, herdamos o desprezo pelo trabalho braçal. Quanto à escravidão o autor pensava que:

[...] não temos do que nos envergonhar [...]. No começo do século passado, admitia ainda a Inglaterra o tráfico humano, com o qual enriqueceu e cuja supressão dificilmente conseguiu. [...] O Brasil não amou ou defendeu o cativo: apenas o tolerava. Ultimado o triunfo da libertação, os novos homens incorporaram-se à população em perfeito pé de igualdade¹⁷³, a eles e aos seus descendentes desvendaram-se os vastos horizontes abertos a todos os habitantes do Brasil. (LOPES NETO, 2009, p.305)

Portanto, somados à ideia de mestiçagem estava ideia de que o meio influenciaria na índole do brasileiro. Essa premissa também tem origem nas ideias evolucionistas, lembremos que, segundo ela, somente sobrevivem as pressões do meio ambiente os seres mais fortes, mais preparados.

Contudo, Barros (2003, p.13), alerta que a teoria de Darwin

[...], tem como pilar o tempo. A evolução por seleção natural atua em milhões de anos, não em poucos milhares de anos. Ela introduz a história no mundo biológico. Não a história das culturas ou a história do homem, mas uma história que tem o tempo muito maior que o tempo da História. E esta história não pode ter a dimensão antropocêntrica, pois, em última análise, a teoria da evolução tira o homem de seu lugar privilegiado e dá a ele um veredito de desaparecimento. [...]

Portanto, os intelectuais brasileiros não levavam em conta esta questão do tempo, ou seja, as mudanças observadas pelos cientistas biológicos são demandas de milhões de anos e não algo que aconteceria em alguns séculos, por exemplo. Dessa forma, o grande equívoco era a apropriação de teorias biológicas para explicar fenômenos sociais, ou seja:

A extrapolação de ideias evolucionistas para o campo social, ou seja, a utilização de ideias importadas do darwinismo para tempos históricos de apenas alguns milhares e anos, fez surgir uma anomalia no pensamento ocidental, o darwinismo social¹⁷⁴, que se utilizando da ideia de evolução e

¹⁷³ No entanto, como já dissemos, não houve nenhuma política de inserção do negro liberto na sociedade brasileira, o que gerou uma população bastante pobre que manteve-se a margem da sociedade.

¹⁷⁴ Grifo nosso.

seleção natural, aplicou-a a tempos históricos, associando evolução e desenvolvimento e concluindo ser possível hierarquizar as raças, com a conclusão de que o homem branco era superior, sob o aspecto biológico, aos demais. (BARROS, 2003, p.13)

Foi exatamente o que aconteceu no Brasil, baseados em teorias biológicas as elites, da qual saíam a maioria dos intelectuais, se firmavam como mais evoluídas e portando portadoras de privilégios em relação as outras raças. Assim, práticas absurdas, como a própria escravidão¹⁷⁵, eram justificadas por superioridade ou inferioridade racial¹⁷⁶.

Contudo, havia outro ponto que a evolução nos levava – o progresso. Dessa forma, associavam evolução e progresso, num sentido de caminhar sempre para o melhor. Essa crença que evolução e progresso era vista com muita simpatia pelos positivistas, que assim como os darwinianos, excluía o acaso como designo, ou seja, tudo o que acontece na natureza são resultados de leis fixas (BAUMER, 1990, 101). Assim, se colocássemos leis fixas para o melhoramento do povo, teríamos uma sociedade melhor, saindo de estágio atrasado, alcançando enfim o estágio positivo da humanidade, como acreditava Comte. Como já vimos, o positivismo foi uma importante doutrina que imperou no Brasil e, sobretudo, no Rio Grande do Sul, onde se tornou bandeira política. A qual governou o estado por vários anos.

Podemos afirmar de João Simões Lopes Neto tinha muito em mente essas ideias de evolução e progresso. Para ele, a República estava fatalmente determinada, era uma espécie de evolução histórica somada com circunstâncias políticas. Não obstante, ela não era por si só suficiente para uma nova era de regeneração completa, pois haviam hábitos antigos que estavam arraigados e, portanto, não se extirpariam instantaneamente. Dessa maneira, todos os esforços deviam ser focados na regeneração do povo, pois era nele que residia a força progressiva da nação, que produz civilização e progresso (LOPES NETO, in ARRIADA;TAMBARA, 1998, p.319). Todavia, podemos dizer ainda, que João Simões Lopes Neto também não ficou imune a influência do *Mundo Romântico*, como denominou Baumer (1990). O historiador explica que o ponto mais importante do pensamento romântico é que ele representava a própria nação como um grande indivíduo,

¹⁷⁵ O próprio Darwin, em viagem ao Brasil, ficou impressionado com a escravidão (BARROS, 2003).

¹⁷⁶ Apenas, como vimos, Manoel Bomfim não viu na mestiçagem ou em alguma doutrina biológica a causa para nossos males e, sim, no parasitismo do colonizador, ou seja, em questões sociais e históricas. Não entanto, graças à Sílvio Romero, *A América Latina Males de Origem* passou a ser um livro esquecido empoeirado em algumas poucas estantes.

diferente, embora não antagônico das outras nações, ou seja, o individualismo romântico expressava-se politicamente, especialmente, na figura da nação (BAUMER, 1990, p.46). Em vista disto, a ideia era que cada país possui suas peculiaridades, bem como o seu povo¹⁷⁷, dessa maneira, precisávamos, a partir da exaltação de nossas peculiaridades, exaltar igualmente o nosso povo, formando assim uma verdadeira nação. Para isso, o Estado se apresentaria como um grande guia cultural, ou seja, a partir de sua instrução o indivíduo podia desenvolver melhor as suas potencialidades na comunidade corporativa (BAUMER, 1990, p.46).

Mas no Brasil, ainda não havia uma instrução pública essencialmente nacional, que valorizasse a nossa história, cultura e tradição, pois éramos considerados um povo ainda muito jovem. E enfraquecia a nossa raça, segundo João Simões Lopes Neto, uma instrução pública sem o devido destaque do ideal pátrio, bem como, a influência do clima (quente e úmido), a falta de higiene e a carência de exercícios físicos (LOPES NETO in ARRIADA; TAMBARA, 1998, p.316). Portanto, segundo o autor, necessitávamos, urgentemente, a adotar, manter e desenvolver uma campanha vivificadora de nacionalização, de educarmos e fortificarmos o espírito, o sentimento pátrio, o amor da tradição, o conhecimento e a consciência de nós mesmos (LOPES NETO in ARRIADA; TAMBARA, 1998, p.317). Essa era uma missão do Estado como guia cultural.

Mas, João Simões Lopes Neto, visando colaborar com essa tarefa pátria, propôs adaptar os livros de leitura a “realidade” brasileira. Em primeiro plano, focado nas crianças, elaborou uma espécie de cartilha para o ensino da leitura, para ele, ler era uma arte, por isso a chamou de *Artinha de Leitura*. Para facilitar esse aprendizado o autor realizou uma espécie de reforma ortográfica. Essa cartilha escolar foi submetida ao Conselho de Instrução Pública em 1908, no entanto, foi rejeitada por estar em desacordo com o Regulamento da Instrução Pública no que diz respeito ao ensino. O desacordo alegado pelo Conselho era justamente a tal reforma ortográfica que o autor propôs em sua cartilha. Contudo, esse seria o primeiro livro, para aprender a ler e escrever, logo após, nas séries iniciais, viria o segundo livro, para treinar essa leitura que, dividido em duas partes, serviria como um protótipo do que deveria acontecer em todo o país.

¹⁷⁷ De acordo com Baumer (1990, p.46), este pensamento é espécie de reação ao pensamento universalista e generalizante do século XVIII. Compunham o rol dos pensadores românticos Herder (1744-1803) e Fichte (1762-1814), para mais ver: BAUMER, Franklin L. **O Pensamento Europeu Moderno. Vol. II. Séculos XIX e XX.** Lisboa: Edições 70, 1990.

Este era um livro para o ensino no Rio Grande do Sul, ele tem a sua primeira parte focada nas tradições e costumes do estado e a segunda parte dedicada ao conhecimento do restante do Brasil, “personificando” em cada criança que compõe a turma um Estado brasileiro, chamados pelo mestre de “senhores estados”¹⁷⁸. Visando diminuir as distâncias impostas pela grande extensão territorial e gerar um sentimento mais unitário, de identidade nacional, é que o autor criou o seu *Terra Gaúcha*. Tal livro é uma espécie de diário de um menino, Maio, que conta desde como a nova escola foi fundada (explicitando, nesta parte, todos os ideais de progresso e modernidade, no que diz respeito ao ensino), suas férias na Estância (onde notamos a história do Estado, as tradições e costumes do espaço) e sua vivência, depois das férias, na nova escola (onde vemos como um ensino adequado pode ser positivo para a mocidade).

Cabe destacar que, segundo José Murilo de Carvalho (2013, p.24), entre os anos de 1895 e 1898 foi adotado um método aplicado na Alemanha e elogiado no *A Educação Nacional* (1890), de José Veríssimo, que consistia em fazer o aluno começar os estudos pela localidade de sua escola e daí progressivamente chegar ao país. Para Veríssimo, estudar a geografia era um elemento da educação nacional e um impulso para o patriotismo. Ainda segundo Carvalho (2013, p.24), a partir de 1912, o método não foi mais mencionado e é possível que tenha sido abandonado.

A partir do que vimos até aqui, podemos constatar que João Simões Lopes Neto estava bastante embasado nesse método ao elaborar seu projeto pedagógico e, logo, seus livros didáticos. Pois, partia da região para contemplar a nação¹⁷⁹, como notamos no exemplo de *Terra Gaúcha: Histórias da Infância*. Esta é uma interessante e complexa forma narrativa elaborada pelo autor. A partir de suas criações características de tipos sociais ele buscava gerar identificação nas crianças pois acreditava que eram as elas que deveriam ter, já nos primeiros anos de escolaridade, um ensino cívico que inculcasse em seus corações o amor pela pátria, porque as crianças seriam o futuro da nação. Portanto,

¹⁷⁸ O autor criou uma interessante construção narrativa, na qual, na turma da escola do menino protagonista do livro (Maio, o sul-rio-grandense) havia um menino de cada estado brasileiro. Chamados pelo Mestrinho (professor) de “senhores estados” cada um deles tinha como atividade contar para os demais colegas costumes, tradições, fatos históricos, glórias e “tristezas” de sua terra natal. Ao final do livro, caso ele tivesse sido concluído e realmente utilizado para o ensino, a criança aprenderia sobre todos os estados brasileiros, conheceria um pouco mais do Brasil, encurtaria as distâncias e geraria um sentimento de pertencimento nacional, esse era o objetivo do autor, gerar pertencimento e unidade nacional.

¹⁷⁹ É historicamente recorrente a tensão entre autonomia e integração envolvendo o Rio Grande do Sul e o Brasil. “[...] A ênfase nas peculiaridades do estado e a simultânea afirmação do pertencimento dele ao Brasil se constituiu num dos principais suportes da construção social da identidade gaúcha que é constantemente atualizada, reposta e evocada. ”. (OLIVEN, 1992, p.47).

João Simões Lopes Neto criou seu menino Maio, um pequeno brasileiro que, assim como as demais crianças brasileiras, sofria com a falta de um ensino adequado, até que foi matriculado no novo colégio municipal de ensino laico e moderno fundado, não por acaso, no dia 15 de novembro, data que marca a Proclamação da República, ou seja, a proclamação de um novo tempo sob o signo de uma nova modernidade. Além disso, o colégio é municipal, o que demonstra a preocupação do poder público em prover educação para a população. No capítulo *Tu Verás, canarinho!* o menino expressa as palavras do intendente municipal ao marcar a data de inauguração da escola:

Nisto olhei para o Intendente; foi justamente quando ele dizia, concluindo:
- Sim, meus senhores: a Pátria só é grande quando os seus filhos sabem conhecê-la bem, amá-la muito e respeitá-la sempre! Sim, inauguremos o Colégio Municipal. Marco o dia 15 de novembro! (LOPES NETO, 2013, p.15)

Mais adiante, em *A Festa* o menino conta como foi a festa cívica de inauguração do colégio no dia 15 de novembro:

Houve muitos discursos; quatro bandas de música tocaram ao mesmo tempo o hino nacional, e todos os assistentes logo se levantaram e deram muitos vivas, e os meninos gritaram ‘Viva’; até eu [Maio] gritei, apesar de não saber pelo o que era, só de entusiasmo, de ouvir a música do hino. No meio do ruído ouvia-se mesmo muito bem a voz fina da meninada. Por fim, veio o melhor da festa: uma farta distribuição de fitas, para as meninas, e de bandeirinhas, para os rapazes; tudo das cores nacionais – de verde e amarelo – e tudo muito bem feito e bonito.

[...]. Depois o povo foi saindo, sempre cheio de entusiasmo e satisfação, abrindo alas à rapaziada. Quando já estavam na rua, minha mãe disse-me:

- Agora, meu filho, aproveita as férias: no dia 7 de janeiro, abre-se o Colégio, e tu vens, tu virás!

- És o número um, já estás inscrito – acrescentou meu pai.

Eu fiz logo as minhas contas: de 15 de novembro a 7 de janeiro, vão umas sete semanas, uns cinquenta dias de férias: tenho ainda muito tempo para brincar! Muito tempo! Muito! (LOPES NETO, 2013, p.16-17)

No trecho acima, notamos que as crianças se entusiasmaram com a festa e com a entoação do hino nacional, contudo, não sabiam porque gritavam “Viva! ”, ou seja, não possuíam uma educação cívica de qualidade que lhes ensinasse o que significavam os símbolos nacionais e a importância daquela data, todavia, já possuíam em seu íntimo o entusiasmo pelas coisas nacionais, apesar de não terem o conhecimento adequado sobre elas. No final do texto, conforme a citação, o menino sai de férias até que comece as aulas em 7 de janeiro. É nessas férias que o menino vai para espaço e lá, na companhia de sua família, de Juca Polvadeira (capataz da estância) e de Siá Mariana (uma agregada da estância) é que ele conhece um pouco da história do Rio Grande do Sul, dos costumes e das tradições do universo campeiro. Em *Na Campanha* o menino conta:

Logo no dia seguinte saímos da nossa casa da cidade para a campanha. Nós temos uma estância chamada Tupanci, que na antiga língua guarani quer dizer ‘benção de Deus’¹⁸⁰. A estância não é grande, mas mesmo assim contém bastante gado vacum, ovelhas, muita cavahada e... os meus petiços, que são dois: um baio e um vermelho, especiais, duas belezinhas! Eu as vezes me lembro e fico com pena de tantos meninos que não podem passar as férias assim, fora, no espaço, nesta largueza, e são obrigados a ficar na cidade. (LOPES NETO, 2013, p.17)

A partir daí o autor transcorre sobre a importância da família e a história do Rio Grande do Sul aparece na sequência: *A Sesmaria, Os Tapumes, O Primeiro Rancho, A Tapera, A Estância, O Gaúcho* e *O “Monarca”* e segue. Dessa forma, baseado na história do Rio Grande do Sul, em seus costumes e tradições, João Simões Lopes Neto destaca a terra do menino, a terra gaúcha, não num sentido de exaltação, pelo contrário, num sentido de integração, demonstrando que cada região brasileira e suas especificidades fazem parte da nação, essa ideia ficará mais clara na segunda parte do livro. Assim, o autor recorre a história e aos mitos para criar um passado mítico, método comum no processo de criação de identidades e da criação da nação. Neste sentido, vale destacar que Lévi-Strauss (apud GAUER, 2011, p.34) afirma que a identidade é algo abstrato e sem existência real, no entanto, é indispensável como ponto de referência.

Embora sejam entidades abstratas, as identidades - enquanto propriedades distintas que diferenciam e especificam grupos sociais - precisam ser moldadas a partir de vivências cotidianas. Assim como a relação com os pais nos primeiros anos de vida é determinante na construção da identidade individual, as primeiras vivências e socializações culturais são cruciais para a construção de identidades sociais, sejam elas étnicas, religiosas, regionais ou nacionais. (OLIVEN, 1992, p.27)

Era exatamente assim, que acreditamos, pensava Simões Lopes Neto. Para ele suas narrativas podiam auxiliar para que se gerasse uma identificação e logo uma ideia de pertencimento à região, por conseguinte, à nação a qual ela faz parte. Essas referências são apontadas pelo autor como importantes para a construção dessa identidade.

Na segunda parte do livro, *O Estudo, No Colégio*, o autor trata do menino na nova escola, suas percepções, o que aprendia, a diferença entre a antiga escola onde só se decorava conteúdos para a nova escola onde lhes era permitido a liberdade de pensamentos, os coleguinhas (que eram uma criança de cada estado brasileiro) entre outras coisas. Em *Segundo Dia*, o menino conta que:

¹⁸⁰ De acordo com os editores do livro, a palavra Tupanci na verdade significa “mãe de Deus”.

Tudo o que nos cerca é para todos uma novidade. Pelas paredes, muito esticado, um grande mapa geral do Brasil, destacando-se nele, com muita clareza, a linha das fronteiras com os países vizinhos e as divisas dos Estados, as serras, a costa, os grandes rios e as maiores cidades; quadros com as figuras dos pesos e medidas do sistema métrico. (LOPES NETO, 2013, p.108)

Cabe enfatizar que, de acordo com Calhoun (2007, p.31) os mapas¹⁸¹ são uma forma representação da nação e, os mapas modernos também refletem uma transformação tanto da compreensão do mundo como da organização social do poder. Sendo assim, os mapas são importantes representações das nações, neles podemos ver seus limites, sua dimensão, os estados que compõem o país, enfim, e já citado pelo próprio menino, uma infinidade de coisas que geram uma imagem da nação e, partir dela, o sentimento de saber que se é de tal lugar. Dessa maneira, as crianças ao olharem os mapas, e se familiarizarem com eles em seu cotidiano, internalizariam esta imagem da nação e com isso tudo o que ela representa. Portanto, nos parece que João Simões Lopes Neto estava ciente dessa ideia e a trouxe em seu livro de leitura.

Ademais o livro segue com uma série de temas, porém, uma das historinhas se mostra muito interessante para a nossa pesquisa, chama-se *Os Estados*, na qual o leitor fica sabendo que há uma criança de cada estado brasileiro na classe do menino Maio:

[...] O Mestrinho ficou entre nós, no mesmo lugar que tinha tomado. Na forma do costume fomos logo encafuando os livros nas bolsas.

- Maio, qual é o teu Estado natal? – perguntou-me o Mestrinho.

- Rio Grande do Sul – respondi.

- Bem; mas aposto que não sabes onde nasceu teu amigo Aimbirê, nem o Aimoré, nem o Alfredo, nem o Peri, o Carlos, e aquele... e aquele...e outro...

- Eu sou baiano – disse o Bento Alves.

- Eu nasci no Ceará – disse o outro.

- Paulista...

- Sou de Goiás...

-Sergipano.

-Sou mineiro, de Ouro Preto...

- Esperem lá, esperem lá, rapazes! – disse o Mestrinho. – Vamos num movimento formar os Estados, por grupos dos respectivos filhos. Passem para este lado os filhos de cada Estado, conforme eu for chamando. Amazonas! Pará! Maranhão! Ceará! Rio Grande do Norte! Paraíba! Pernambuco! Alagoas! Sergipe! Bahia! Piauí! Espírito Santo! Rio de Janeiro! Minas Gerais! Goiás! Mato Grosso! S. Paulo! Paraná! Santa Catarina! Rio Grande do Sul! Do Acre ainda não temos ninguém. Em idade, é a mais nova das divisões do Brasil, pois foi criada em 1904.

[...] ‘Daqui em diante, nas suas datas memoráveis, cada Estado terá que contar aos outros alguma coisa da sua vida, dos seus costumes, fatos da sua história,

¹⁸¹ Entre os anos de 1895 e 1898, quando José Veríssimo estava à frente do Ginásio Nacional, ele alterou o método de ensino da Cartografia em seis programas de ensino, para ele, o conhecimento da Geografia impulsionaria o patriotismo (CARVALHO, 2013, p.23-24).

das suas tristezas ou das suas glórias. Portanto, cada um de vocês que representa aqui o seu Estado, por direito de nascimento, trate de pensar no que acabo de dizer e prepare-se para dar conta do recado. E aquele que não souber ao menos um sucesso da sua história, perde a minha [Mestrinho] estima – o que é pouco mas dará uma triste nota de ingratidão, de egoísmo e até de covardia para com o pedaço da terra abençoada, que viu nascer tão mau filho. Valeu? Cada um se obriga? (LOPES NETO, 2013, p.119-120)

Concluimos com essa última citação que é chave do pensamento de Simões Lopes Neto e de seu livro de leitura, pois nele está contido a ideia de pensar o Brasil a partir das regiões. De pensar esse país de grandes dimensões por suas partes, em busca do todo nacional, em busca de um sentimento nacional que fosse capaz proporcionar a ideia de unidade nacional. Portanto, João Simões Lopes Neto estava preocupado com a “regeneração” do povo brasileiro, que não considerava um bando de “degenerados” geneticamente, como acreditam José Veríssimo e Sílvio Romero, apenas para citar os autores que o influenciaram. Nesse sentido, se aproximava das ideias de Manoel Bomfim, que acreditava que a causas de nossos males eram sociológicas e políticas e não biológicas.

Cabe ainda levar em conta, a anomalia criada no pensamento brasileiro e latino-americano pela apropriação de teorias biológicas para explicar fenômenos sociais, como o que aconteceu com a ideia de Evolução por meio da Seleção Natural, resultando numa espécie de Darwinismo social. Dessa maneira, podemos constatar que o autor estava a par das principais ideias e dos principais intelectuais do Brasil, ou seja, era um homem de seu tempo, percebendo as demandas, as questões e pensando sobre elas, imbuído então e, também construtor, do que chamamos pensamento de época. Além disso, podemos constatar também que o autor se muniu de intelectuais que discordavam entre si, por vezes, declarados inimigos, contudo, como vimos, o autor se muniu de todos os pontos que lhe interessavam para compor seu pensamento e sua tese. O que ele buscou foi se munir desses prestigiados autores e tirar deles um ponto crucial para ele, a regeneração do povo por meio da educação e da cultura, ideia da qual, todos os autores utilizados por ele compartilhavam.

CAPÍTULO III

3.1 A EDUCAÇÃO SERIA O CAMINHO PARA A “REGENERAÇÃO” DO POVO BRASILEIRO?

Como vimos no capítulo anterior desta pesquisa, no decorrer do século XIX e início do XX, várias eram as correntes de pensamento que tratavam do brasileiro como um ser “degenerado”, seja pelo clima tropical do país, seja por questões ditas raciais. Se utilizavam de um dito cientificismo para justificar políticas de saneamento da população. Na contramão desse pensamento, Manoel Bomfim acreditava que o motivo da nossa “degeneração” seria sociológico, ou seja, advindo do parasitismo ibérico na colônia e que este teria causado um profundo atraso em nossa nação. Do mesmo modo, várias também eram as “receitas” para sanar esse “mal”. Houve os que acreditavam no cruzamento das raças para o branqueamento progressivo da população, eliminando assim os traços de “atraso” herdados dos negros e indígenas. Houve os que acreditaram que a instrução poderia sanar os traços de indiferença cívica e ainda aperfeiçoar o ser.

É neste contexto de discussões que João Simões Lopes Neto está inserido pois, como vimos, o autor demonstrou em suas conferências (1904-1906) possuir uma ampla leitura de alguns dos principais críticos da falta de uma educação voltada para o civismo e a moral do povo, bem como demonstrou amplo conhecimento sobre as teorias científicas, como a da Evolução das Espécies, em seu artigo *Uma Trindade Científica – Darwin, Haeckel e Lamarck* (1913), embora, diferente de alguns intelectuais contemporâneos não se utilizou dessas teorias de forma leviana para justificar políticas raciais, que nos dias atuais seriam consideradas altamente preconceituosas, pelo contrário, exaltava a miscigenação e acreditava que o brasileiro, por causa dela, era um ser único no mundo. Ou seja, a mistura das raças nos denotava vantagem e não degeneração. Além disso, vimos que o autor também foi influenciado pelas ideias de Manoel Bomfim, de parasitismo ibérico na América Latina. Portanto, estava totalmente inserido neste processo e acompanhou com atenção as discussões, além de, buscar soluções, como veremos a seguir.

O fato é que a Educação do Brasil é uma questão ainda longe de estar bem resolvida e, no final do século XIX e início do XX ainda estava em franco processo de discussão de metodologias, formação de escolas e professores, enfim, ainda dando seus

primeiros passos. Apesar de a Instrução Pública já ser assunto nas Cortes Constituintes da nação portuguesa (1821) que, por conseguinte, se estendia às colônias, “[...]. Os problemas políticos eram mais urgentes e de maior projeção que os educacionais. ” (FERNANDES, 2005, p.27), no que tangia o Brasil naquela época. A Independência trouxe consigo promessas de que no futuro a Escola estaria entre as necessidades básicas da população, contudo, “[...]. A verdade é que os séculos XIX e XX irão ser cobertos por duzentos anos de um discurso teórico que nem sempre achou caminhos para a concretização” (FERNANDES, 2005, p.31).

Inserido neste contexto de debates sobre a educação, sobre a instrução pública, é que João Simões Lopes Neto escreveu suas conferências onde logrou tratar desses temas e ainda explanar as suas ideias em relação a eles. Ademais, ousou elaborar e apresentar um projeto cívico e pedagógico no qual seus livros *Artinha de Leitura* (2013) e *Terra Gaúcha: histórias da infância* (2013)¹⁸² serviam de instrumento para o ensino. Portanto, cabe agora observarmos esse contexto dos caminhos da instrução pública no Brasil – fatos, debates e projetos – e constatar como o autor estava inserido nesses debates, de quais ideias se aproxima e de quais se distancia.

3.1.1 A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: PRIMEIROS PASSOS

Ponto crucial para começarmos nosso exame é a chegada da família real portuguesa no Brasil. Esse fato inaugurou uma nova fase para a colônia e, no que tange a Instrução Pública, foram criadas uma série de instituições de ensino como:

[...] as Escolas de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador (1808), surgidas inicialmente, como cursos de Anatomia e Cirurgia; a Academia de Guardas da Marinha (1808) e a Real Academia Militar (1810); a Academia de Artes criada originalmente como ‘de Ciências, Artes e Ofícios’ e cursos esparsos de Comércio, Desenho, Mineralogia e Agricultura. (VECHIA, 2005, p.81)

No entanto, como podemos constatar, houve uma ampliação do sistema de ensino voltado para as elites. Essas, anteriormente, eram instruídas por professores particulares em suas

¹⁸² Cabe lembrar que ambos os livros não passaram do projeto, ficando *Terra Gaúcha* incompleto. Apesar da boa vontade do autor, nenhum deles foi de fato impresso e utilizado pela instrução pública.

residências ou em instituições de ensino da Igreja. Por mais de duzentos anos, por exemplo, os jesuítas mantiveram no Brasil um conjunto de escolas¹⁸³ visando o ensino dos jovens da elite com o objetivo de seguirem seus estudos em Coimbra ou universidades na França (VECHIA, 2005, p.78). Outro avanço nesse período foi a expansão das disciplinas ofertadas no ensino secundário e a abertura de escolas particulares dirigidas por estrangeiros. Contudo, no diz respeito à instrução primária, que seria destinada à população mais pobre não notamos nenhum avanço ou discussão. Não pelo menos até a Constituição do Império, em 1824, que dedicou um artigo inteiro para tratar da educação. A partir dela, a instrução primária passa a ser gratuita para todos os cidadãos.

Mas, quem era considerado cidadão por essa Constituição? Os escravizados não eram considerados cidadãos e sim propriedade privada de seus donos. Nem mesmo eram considerados brasileiros ou estrangeiros. De acordo com Carlos Cury (2005, p.21), tal Constituição é muda no que se refere a população cativa, uma das hipóteses que o autor levanta a esse respeito é a possível contradição entre as ideias liberais e a existência da escravidão. Carlos Cury (2005, p.22), aponta ainda outro grupo silenciado pela constituição: as mulheres¹⁸⁴. Libertos também não eram considerados cidadãos. Portanto, eram considerados cidadãos os homens brancos, detentores de algumas posses pois, sendo o voto censitário, era preciso ter posses para votar. Podemos constatar então, que a educação gratuita passa a ser um direito do cidadão brasileiro, contudo, quando se fala em cidadão, pelo menos em tese, não estamos falando da população mais pobre e mais carente por esse ensino primário.

Houveram avanços significativos, como a Lei de 15/10/1827 que pode ser considerada uma espécie de primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que regulamentava a instrução primária gratuita como um direito do cidadão e regulamentava também salários, carreira, currículos e métodos de ensino em todo o Império (CURY, 2005, p.22). Houve também a descentralização de competências que, em 1834, passou às Províncias a responsabilidade por garantir um ensino primário gratuito para todos os

¹⁸³ Em 1759 o Marquês de Pombal expediu um Alvará que expulsava a Ordem dos Jesuítas de Portugal e de seu reino, o que incluía o Brasil, dessa forma, os membros da ordem foram expulsos desse território o que acarretou no fim do monopólio exercido por eles até aquele momento no que tange a educação das elites.

¹⁸⁴ Cidadania, por excelência, são o conjunto de direitos que permitem que as pessoas participem da vida política de um país, neste sentido, votar, escolher um representante, é um dos pontos principais do exercício da cidadania. Contudo, as mulheres só ganharam o direito de voto com a Constituição de 1934.

cidadãos. Sob responsabilidade do Império ficou o ensino superior, que nesta época era um privilégio da elite. Essas elites realizavam seus estudos elementares em casa com professores particulares ou em internatos. Sobre o ensino secundário, nenhuma lei específica foi dedicada para ele, o que fez com que continuasse que esse tipo de ensino configurasse uma série de aulas avulsas, denominadas naquele momento de aulas-régias, que não possuíam um plano estruturado e encontravam-se espalhadas por várias províncias (VECHIA, 2005, p.82). Além disso, podemos constatar dois pontos importantes em relação à instrução: a liberdade de ensino e o ensino da doutrina católica, religião oficial do Estado naquela época.

Com a descentralização da instrução pública, ela

[...] passou a ser, então, o reflexo da instabilidade política, da carência de recursos nas províncias e suas especificidades. Em algumas províncias foram criadas aulas avulsas, sem requisitos exigidos, e em outras passou-se a esboçar tentativas de dar certa organicidade às aulas avulsas. Foram criados, então, alguns liceus, instituições surgidas pela influência cultural e educacional que a França exercia à época e voltadas a atender à classe mais abastada da população. [...]. (VECHIA, 2005, p.82)

Como vimos, a descentralização não se dava apenas no âmbito da instrução pública e, os anos que se seguiram foram marcados por diversos movimentos separatistas, principalmente após a abdicação do trono por D. Pedro I em 1831, durante o Período Regencial. Esses movimentos ameaçavam a unidade da nação¹⁸⁵.

Visando criar uma espécie de modelo, afim de padronizar o ensino, pelo menos no que tangia o ensino secundário, foi criado em 1837 o *Colégio Pedro II*. Este deveria servir de modelo tanto para as escolas públicas como para as escolas particulares. A criação deste colégio também marca o início de um processo de sistematização do ensino público.

Esforços, discursos e discussões acerca da Educação estavam acompanhado o movimento de intensas transformações econômicas, sociais, culturais e políticas que “sacudiram” a segunda metade do século XIX. Segundo Maria Cristina Gomes Machado (2005, p.91)

¹⁸⁵ Cabe lembrar que foi neste contexto de revoltas provinciais que ocorreu a Revolução Farroupilha (1835-1845) no Rio Grande do Sul. Esse conflito entre republicanos e monarquistas durou dez anos, deixando a Província gaúcha em situação bastante complicada. Importante dizer ainda, que a tendência republicana não era uma unanimidade, ou melhor dizendo, era mais popular entre os proprietários rurais e menos popular entre as classes que viviam no meio urbano, dessa forma, pode-se dizer que a Revolução Farroupilha gerou uma espécie de guerra civil dentro da própria Província.

[...]. O desenvolvimento da grande indústria na Europa provocou uma revolução nas forças produtivas do capital, bem como no mercado mundial, acarretando um período de crises na sociedade capitalista colocando em evidência as contradições imanentes dessa sociedade. Nesse contexto de transformações, os países do novo mundo, inseridos no processo de produção mundial, foram levados a transformarem-se de forma a se adequarem às novas exigências do capitalismo que dava passos largos em direção ao imperialismo e aos monopólios.

Nesse sentido, o Brasil precisava se adequar à nova “realidade” mundial, para isso, era preciso se modernizar. Para tanto era preciso que a monarquia chegasse ao fim, o trabalho escravo fosse abolido, a secularização da sociedade de modo geral – começando pela separação do Estado e da Igreja –, incentivo à industrialização e a formação de mão-de-obra específica para tal, além disso, era necessário que se criassem escolas para a população mais pobre sob a tutela do Estado.

Importantes debates e propostas foram feitas neste período visando tratar da instrução pública. Nessa perspectiva, destacam-se pelo menos dois: o Decreto de Leônicio de Carvalho (Decreto n. 7.247 de 1879) e os Pareceres/Projeto de Rui Barbosa em relação a esse decreto¹⁸⁶, ou seja, as impressões da comissão na Assembleia Legislativa que tratou deste decreto, a qual compunha Rui Barbosa. Ambos denunciavam a emergência de investimento na educação por parte do governo brasileiro. Diferenciavam-se de outras propostas anteriores tanto pelo conteúdo quanto pela forma (MACHADO, 2005, p.93).

Como falamos anteriormente, uma das condições básicas para o exercício da cidadania era o voto. Portanto, a educação deveria estar relacionada com a formação do cidadão-eleitor. Contudo, a quantidade de analfabetos demonstrava uma falha no sistema de instrução pública, bem como um número muito grande de “cidadãos” que, por essa condição, não possuíam condições de escolher seus representantes. Somado a esse problema, a Abolição (1888), que já vinha sendo realizada de modo gradual, trouxe uma nova realidade:

[...]. Desse modo, com a promulgação da Lei do ‘Ventre Livre’, em 1871, já havia a preocupação com a educação dos filhos do trabalhador livre e pobre, principalmente a educação dos filhos de escravos, também chamados de ‘ingênuos’. Esta Lei previa que os senhores de escravos deveriam se encarregar

¹⁸⁶ O nome completo é: *Pareceres/Projeto sobre a Educação: a “Reforma do Ensino Secundário e Superior” – 1882, e “Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública” – 1883.* Para mais sobre o Decreto de Leônicio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa ver: MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Decreto de Leônicio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate. A criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. IN: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. II: Século XIX.** – Petrópolis, RJ: Vozes. 2005. pp.91-103.

da educação dessas crianças. Entretanto, seu cumprimento não era uma tarefa fácil. (MACHADO, 2005, p.93).

Tendo essa nova perspectiva em mente Leôncio de Carvalho, que era Ministro do Império, propôs uma reforma na instrução pública. Para ele, a educação no Brasil deveria ter caráter obrigatório, mas, para que os meninos mais pobres pudessem frequentar a escola o Estado deveria lhes garantir vestuário, livros e tudo o que fosse necessário para que pudessem concluir seus estudos. Além disso, Leôncio de Carvalho pregava a liberdade de ensino, para ele essa era uma forma de incentivar a criação de novos estabelecimentos de ensino. Pregava também a livre frequência e tornar o ensino religioso obrigatório em facultativo. Podemos dizer que as ideias liberais dele geraram bastante alvoroço em uma sociedade muito conservadora como a brasileira daquele momento. Ou seja, as ideias de Leôncio de Carvalho podem ser observadas também

[...] como a defesa dos princípios liberais nos negócios brasileiros, caracterizados por uma política ainda conservadora, e a preparação para uma nova sociedade assentada na liberdade individual, na medida e que a escravidão estava em vias de extinção. (MACHADO, 2005, p.95)

Muitas são as proposições de Leôncio de Carvalho, porém deve-se destacar algumas para além das já citadas como: a coeducação de crianças de ambos os gêneros até dos dez anos, a criação de jardins-de-infância, museus pedagógicos e bibliotecas, bem como, a criação de cursos para a alfabetização de adultos. Além disso, observou que as escolas eram escassas e a organização das mesmas se dava de forma precária, por isso pregava uma legislação que uniformizasse o ensino.

Também preocupado com essas questões e analisando de forma minuciosa a proposta de decreto de Leôncio de Carvalho, Rui Barbosa emitiu seus pareceres a respeito dela. Neles ele destaca que “[...] cabia à Reforma repudiar tudo o que existia e reorganizar totalmente o programa escolar, conformando-o com as exigências dos novos tempos. ” (MACHADO, 2005, p.97). Para tal, era necessária a criação de um Ministério próprio para a Instrução Pública, a ele caberia organizar e coordenar o sistema de ensino nacional. Era preciso que o Estado investisse bastante capital na criação de escolas suficientes para suprir as demandas, bem como, o Estado deveria ter total controle sobre a educação e deveria também obrigar os pais a matricularem seus filhos nas escolas. Concordava com Leôncio de Carvalho quanto à liberdade de ensino, contudo, para ele o Estado deveria

oferecer escolas que respeitassem as liberdades de crença. Defendia uma escola secularizada, laica, onde o ensino religioso, ou catecismo como era chamado na época, o qual, segundo ele, o professor era incompetente para oferecer, deveria ser eliminado dos currículos. Notamos em Rui Barbosa, a ideia de total controle da educação por parte do Estado. O qual deveria organizar, gerir e manter o sistema educacional nacional. Para Rui Barbosa, a escola deveria ser obrigatória para crianças entre 7 e 14 anos, visando diminuir os índices de analfabetismo.

Criticava os métodos de ensino baseado em decorar, por isso propôs a adoção do método de ensino das Lições de Coisas. Cabe lembrar que João Simões Lopes Neto era também um crítico ferrenho dos métodos que privilegiavam decorar. Em *Terra Gaúcha* (p. 109, 2013) Maio conta que um colega havia descrito a escola que estudou antes de ir para o Colégio Municipal, e constatou que o mesmo não estava mentindo pois, ele mesmo, na escola anterior pode notar que no que tangia o estudo, o principal método era decorar. Em sua Conferência Cívica de 1904, João Simões Lopes Neto critica as Escolas Primárias que, segundo ele, priorizavam a “decoração”, o que não auxiliava, elucidava e completava os estudos da história nacional. Esta para ele era malfeita e maldada e, por vezes, nem existia. Dizia que ignorávamos nossa história enquanto sabíamos a alheia. Um dos principais motivos para isso era o uso de compêndios baseados na educação jesuíta que, segundo ele, era um apanhado de perguntas e respostas, sobrenomes de reis e etc. (LOPES NETO, 2009, p.320).

Também estavam de acordo no que tange a ideia de o ensino ser gratuito, obrigatório e laico¹⁸⁷. Rui Barbosa propôs um novo currículo que versava sobre:

[...] O ensino de ciências físicas e naturais deveria ser iniciado no jardim-de-infância, por meio da observação e da experimentação. Tratou ainda, sobre o ensino da língua materna e gramática; de matemática elementar e da taquimetria; da geografia e cosmografia; da história; dos rudimentos de economia política; do ensino de cultura moral e cívica. Estes estariam associados aos novos conteúdos, como desenho, ginástica, música, canto que seriam ministrados de forma a desenvolver no aluno o gosto pelo estudo e sua aplicação. O conteúdo escolar proposto girava em torno do ensino da ciência

¹⁸⁷ Na Conferência Cívica de 1904, João Simões Lopes Neto menciona o relatório feito, segundo ele, pelo eminente Rui Barbosa. No qual, segundo ele, diz: “[...] A cultura cívica, obrigatória hoje na escola americana, na francesa, suíça, belga, alemã, italiana, não carece de maior justificação. Tereis instituído realmente a educação popular, se a escola não derramar no seio do povo a substância das tradições nacionais? Se não comunicar ao indivíduo os princípios da organização social que o envolve? Se não imprimir no futuro cidadão ideia exata dos elementos que concorrem na vida orgânica do município, do Estado? Se ao lhe influir o sentimento do seu valor e da sua responsabilidade como parcela integrante do corpo nacional? – É isso – o que não temos.” (LOPES NETO, 2009, p.319)

elementar, associado ao sentimento geral de amor à pátria e ao trabalho. (MACHADO, 2005, p.99)

Ensino elementar associado aos conhecimentos cívicos que gerariam amor à pátria era também uma das premissas de João Simões Lopes Neto, bem como, os novos conteúdos expostos por Rui Barbosa, principalmente no que tangia o ensino de ginástica, ou educação física. João Simões Lopes Neto também criticou ferozmente a instrução pública no Brasil em 1904, para ele, ela jamais procurou ter uma função enérgica e decisiva na integração nacional, ademais, o ensino de geografia era um amontoado de nomes, principalmente europeus e o Brasil era quase ignorado (LOPES NETO, 2009, p.321).

Apesar de as ideias de Rui Barbosa corroborarem e, de certa forma, aprimorarem as ideias expostas pelo Decreto de Leôncio de Carvalho, nenhuma delas foi posta em prática efetivamente. Apesar de ambas tratarem de um novo sistema de ensino nacional, modernizando-o e adaptando-o para um novo momento “realidade” brasileira em que a escola deveria formar cidadãos úteis para a pátria, educados por um ensino que equilibraria uma formação humanística e científica, nenhuma delas, de fato, saiu do papel. Apenas pequenos pontos como a dispensa dos alunos não católicos das aulas de religião, a coeducação de alunos de ambos os gêneros até os dez anos de idade, entre outras foram postas em prática. O restante de todo um planejamento cuidadosamente feito, ficou no papel. Por isso, que no início do século XX João Simões Lopes Neto ainda estava pleiteando ideias semelhantes em suas conferências e em seu projeto cívico e pedagógico.

Portanto, o Período Imperial, mesmo pretendendo atender as novas demandas da sociedade, apesar das muitas promessas, propostas e discussões, não mudou muito o panorama da educação nacional. Somado a isso, como vimos, havia no final do século XIX um pessimismo por parte da intelectualidade brasileira (Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Oliveira Viana, entre outros) em relação ao povo. Criticavam o atraso e a inferioridade do brasileiro, ao mesmo tempo que salientavam a superioridade da “raça branca” originária da Europa (ARRIADA; TAMBARA, 2009, p.279).

3.1.2 A PRIMEIRA REPÚBLICA E A GUINADA EM DIREÇÃO À FORMAÇÃO DA PÁTRIA E DO CIDADÃO

Somente a partir da República, mais precisamente no início do século XX é que começarão a surgir correntes mais nacionalistas que faziam apologia às “riquezas” brasileiras. Nesse sentido, a educação como instrumento do nacionalismo¹⁸⁸ ganha um novo fôlego. É neste contexto que surge um dos livros que serviu de inspiração para João Simões Lopes Neto: *Porque Me Ufano de Meus País* (1902) de Afonso Celso. Além disso,

[...]. A República será confirmada pela Constituição de 1891 e a ela será dado o formato federativo, representativo e presidencialista: o voto tornou-se mais aberto com o fim do voto censitário e a imposição do letramento como condição de votar e ser votado. Entretanto, a tradição advinda do Império e de uma sociedade patriarcal não permitiu o exercício do voto pelas mulheres, pelos clérigos reclusos e soldados rasos. (CURY, 2005, p.23).

Inspirada na Constituição Norte-Americana, a Constituição de 1891 colocou o Brasil no panorama da tradição liberal de organização federativa e do individualismo político e econômico. A Constituição dos Estados Unidos pode ser considerada mais como um reforço para justificar e consolidar o individualismo que se reafirmava na Primeira República brasileira do que uma inovação (RESENDE, 2003, p.93). Ademais, o federalismo acabava com o estado centralizado do governo imperial, dando mais poderes aos estados e municípios, nesse sentido, as elites locais ganham poder e força. A Constituição de 1891 deu certa autonomia para os estados recém-criados.

[...] Na República, governadores e presidentes, conforme denominado na respectiva constituição de cada estado, são eleitos e detêm enorme soma de poder que lhes advêm do próprio texto constitucional. Eles dirigem e controlam a política do estado a partir de poderosas máquinas partidárias estaduais. [...] (RESENDE, 2003, p.95)

O Partido Republicano Rio-Grandense caracterizou uma dessas poderosas máquinas partidárias estaduais, das quais nos fala Resende (2003). O Rio Grande do Sul configurou

¹⁸⁸ De acordo com Eduardo Arriada e Elomar Tambara (2009, p.279) o nacionalismo entra definitivamente no cotidiano do país a partir de 1915 quando Olavo Bilac (1865-1918) prega a obrigatoriedade do serviço militar, sendo este considerado por ele uma escola de civismo capaz de resolver os problemas nacionais. No ano de 1916 criou a Liga de Defesa Nacional. No entanto, cabe destacar que 1916 marca o ano da morte de João Simões Lopes Neto, portanto, o mesmo não chegou a presenciar o nacionalismo de fato no cotidiano dos brasileiros a partir das ações de Bilac.

um caso ímpar na história do Brasil. Fortemente influenciado pelo positivismo¹⁸⁹ o estado viveu, a seu modo, é claro, a ditadura republicana prescrita pelo positivismo de Comte. A modernidade se apresentava como via para o progresso tão sonhado,

[...]. Portanto, a modernização que significou a prática da modernidade em termos sulinos, implicou no traçado de políticas públicas que demonstraram as convicções da nova elite dirigente, centradas na busca de uma racionalização que transformou o Estado gaúcho em importante agente social, político e cultural, à época. (CORSETTI, 2005, p.203).

Acompanhando o processo de descentralização do Estado brasileiro, o ensino primário passou a ser competência dos Estados e o ensino secundário e superior competências concorrentes entre a União e os Estados, contudo, a União manteve a sua tradição de prezar pelo ensino superior (CURY, 2005, p.24). Além disso, a gratuidade, bem como a obrigatoriedade do ensino perderam seus status de obrigação na Constituição de 1891, ficando a cargo dos Estados.

Dessa forma, o ensino primário se mostrava como importante estratégia política e intelectual dos Estados, além de apresentar-se também como via para a formação do cidadão. Baseado nas ideias de Comte, o Partido Republicano Rio-Grandense estabeleceu um projeto de modernização da sociedade gaúcha, visando solucionar os problemas do Estado.

A partir dos pressupostos comtianos, foi proposta a construção de uma sociedade racional, distinta da anterior, na qual o controle dos trabalhadores requeria a utilização sistemática da educação moral e da prática do trabalho regular. O esforço educacional era, assim, indispensável à nova ordem. Neste contexto, a ciência, a educação e a moral se transformaram em poderosos instrumentos de controle social e de veiculação ideológica, de tal forma que fosse garantida a reorientação da sociedade, neutralizando os conflitos e mantendo a estabilidade social, tudo em nome do bem comum. (CORSETTI, 2005, p.204)

Portanto, a educação se mostrava como uma importante via de moralização da sociedade para sanar conflitos, reorientar e controlar a sociedade. Era preciso um novo

¹⁸⁹ A doutrina Positivista de Augusto Comte estabeleceu forte influência na política brasileira de modo geral no final do século XIX e início do XX, contudo, no Rio Grande do Sul ela se estabeleceu como “política de estado”, obviamente, adaptada para satisfazer os interesses da elite governante. Ademais, cabe destacar que foi através das instituições de ensino que o positivismo garantiu maior penetração no Brasil. De acordo com Elomar Tambara (2005, p.170), foi nas instituições de ensino que as ideias positivistas ganharam maior ressonância, a possível causa para tal, seria um processo de reação ao tipo de educação predominante, com características positivistas, das quais os positivistas sempre tentaram marcar suas diferenças.

modo de educar uma nova sociedade, essa era uma demanda dos novos tempos, a educação de homens livres e considerados iguais. Logo, era necessária “[...] uma educação física, intelectual e moral da mocidade, com a finalidade de possibilitar ao espírito todas as noções necessárias para garantir a ordem, se colocou como central para que todos os homens tivessem consciência de seu papel social [...]” (CORSETTI, 2005, p.204).

Era necessário formar cidadãos pois, estamos falando de uma nova construção da pátria a partir de uma visão republicana, fortemente influenciada pela ideia republicana da Revolução Francesa, bem como pelos ideais positivistas. Desse modo, de acordo com Marcel Mauss (2017, p.79),

[...] A noção de pátria simboliza o total dos deveres que tem os cidadãos perante a nação e seu solo. A noção de cidadão simboliza da totalidade dos direitos (cívicos e políticos, evidentemente) que tem o membro dessa nação em correlação com os deveres que nela deve cumprir. [...] pátria e cidadão não passam, no fundo, de uma mesma instituição, de uma mesma e única instituição, de uma mesma e única regra de moral prática e ideal e, na realidade, de um mesmo e único fato capital, que dá à república moderna a sua originalidade e toda a sua novidade, assim como sua dignidade moral incomparável.

João Simões Lopes Neto¹⁹⁰ também estava alinhado com essas ideias, presava pela formação de um cidadão consciente de si e, ainda, consciente de seu papel cívico para com a nação. Em *Terra Gaúcha* (2013), no texto intitulado *Aviso*, o pai de Maio o explica sobre a missão do Mestrinho (diretor do Colégio), revelando também a missão do Colégio Municipal¹⁹¹ em relação a formação dos meninos em cidadãos:

- Olha, Maio, o Mestrinho tem uma nobre ambição: ele quer e se esforçará para que todos os meninos de hoje e os que vão crescendo daqui para adiante vão aprendendo a ser brasileiros¹⁹², e ter confiança e orgulho e amor a sua pátria, para quando forem moços feitos, serem cidadãos úteis, capazes de servir ao progresso, à grandeza e a glória do Brasil! (LOPES NETO, 2013, p.153)

Mas, para que os meninos se tornassem *brasilese*s, ou brasileiros, era necessário aliar uma educação moral e cívica com uma educação física, era necessário corpos e mentes sãs

¹⁹⁰ Vale lembrar que João Simões Lopes Neto era um republicano, inclusive, filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense

¹⁹¹ Aqui mais uma vez João Simões Lopes Neto se mostra alinhado com a realidade brasileira, onde o ensino primário era de responsabilidade dos estados e municípios.

¹⁹² *Brasilês* é como o autor se refere ao brasileiro, ou as coisas brasileiras.

para colaborar com o progresso e a grandeza da pátria. Neste sentido, o autor também concordava com essa afirmação, em sua *Conferência Cívica* de 1904, destacava a importância de se aliar uma educação intelectual e uma educação física. Para ele, a primeira servia para preparar um espírito culto e bom, já a segunda servia para formar um corpo robusto e são e, ambas aliadas, forneceriam o necessário para formar um homem culto, bom, instruído e forte (LOPES NETO, 2009, p.322). Para dar mais credibilidade ao que expõe, citou os exemplos da Alemanha onde, segundo ele, a educação física se confundia com patriotismo, da Suíça onde eram realizadas grandes festas nacionais e da Inglaterra que configurava o povo mais forte que havia naquele momento e, não por acaso, haviam conquistado o mundo. O autor ainda diz que a mocidade brasileira era muito fraca, com ar envelhecido, e que os jovens deveriam ser o que são jovens (LOPES NETO, 2009, p.322).

Em seu livro *Terra Gaúcha* (2003), criou Schultz, personagem que alinha as características citadas por ele nas Conferências. Schultz era um alemão professor de educação física, que sempre expõe aos meninos do Colégio Municipal a importância de se ter um corpo e mente são e, não raras vezes dá exemplo de como as coisas são na sua terra. Inclusive, há em *Terra Gaúcha* (2013), um texto intitulado *Na Minha Terra, senhor...!*, no qual o professor Schultz aproveita a ocasião da chuva, e da impossibilidade de fazer exercícios ao ar livre para contar aos meninos que na sua terra, ou seja, na Alemanha há muitas coisas ruins, mas há também muitas coisas a se elogiar, como o fato de todos saberem entoar o hino da pátria, bem como canções patrióticas, que os meninos desde cedo treinam o tiro em clubes de tiro e assim chegam preparados ao serviço militar, que os torna fortes e aguerridos para defender a sua pátria (LOPES NETO, 2013, p.156-157).

Podemos notar que João Simões Lopes Neto estava atento as demandas de sua época e que suas ideias se alinhavam com o projeto de educação proposto pelo PRR, que por sua vez, estava articulado com um projeto nacional republicano. Segundo Corsetti (2005, p.205), a ação do governo gaúcho se dava no âmbito de utilizar a educação como instrumento da política de modernização do Estado. Corsetti (2005, p.206), aponta ainda nove pontos de intervenção do Estado, dos quais destacamos cinco: a expansão do ensino público primário, como ação fundamental do Estado; nacionalização do ensino, especialmente nas regiões coloniais; centralização administrativa e uniformização da pedagogia; controle pleno do ensino público e liberdade à iniciativa privada e a utilização

da escola pública para a formação da mentalidade adequada ao processo de modernização conservadora promovido pelo estado.

Dessa forma, notamos que havia bem claro um ideal a se seguir no que se referia a educação. No que tange as regiões coloniais, João Simões Lopes Neto em sua *Conferência Cívica* de 1904 (2009, p.316), já alertava para o perigo de não intervir com uma educação nacional nestas áreas pois, a concentração de imigrantes poderia gerar um sentimento de pequenas pátrias em tais locais, ou seja, pequenas Alemanha e Itália em solo brasileiro, levando em conta a maioria dos imigrantes que vierem para o Rio Grande do Sul naquele momento, o autor alertava ainda que estes eram povos mais fortes e disciplinados, sobretudo, os alemães. Para que isso não ocorresse e para que os brasileiros tivessem maior consciência de si, era preciso que todo um processo de “ritual à pátria” fosse criado. De acordo com Corsetti (2005, p.207), foram utilizados instrumentos e desenvolvida uma ação no sentido de conquistar o imaginário social. Neste sentido, os mitos de origem e heróis nacionais entraram em cena, bem como os rituais, ou melhor dizendo, as festas cívicas e comemorações de feriados nacionais, além da adoração dos símbolos pátrios, como a bandeira, hino e a língua materna.

Segundo Marcel Mauss (2017, p.59), uma nação procura tomar consciência de si mesma por meio de ritos, festas e manifestar-se perante o poder do Estado. Dessa forma, o que estava em jogo era a criação de todo um imaginário social de uma origem comum e de objetivos comuns enquanto seres de uma mesma nação. Era necessário que se criasse uma visão comum capaz de eliminar toda e qualquer diferença, neste sentido, o ensino da História e da Geografia pátria se tornavam mais um instrumento para a criação da consciência nacional nas escolas públicas.

De acordo com Tânia de Lucca (1999, p.86), no que tange a Geografia a vastidão do território alicerçou o ufanismo em seus diferentes matizes, ou seja, o Brasil era representado como um grande país e, apesar da grande extensão territorial configurávamos uma única nação, com uma única nacionalidade, deixando quaisquer diferenças alheias à essa configuração¹⁹³. Além disso, o Brasil era representado como uma terra abençoada, de natureza exuberante, considerada uma dádiva divina. No que tange a História, era preciso representar o Brasil como uma nação jovem, ou seja,

¹⁹³ Obviamente essa configuração não retratava a realidade de múltiplas diferenças que havia e ainda há no Brasil.

diferente das nações europeias que possuíam séculos de história, o Brasil era uma nação ainda jovem, com um futuro promissor. O futuro, neste sentido, se colocava como um horizonte a se perseguir. Por isso, a ideia era deixar para trás o passado no qual fomos uma colônia portuguesa, e começarmos pelo o que seria o nosso “início” enquanto nação: a Independência. Adotar a Independência como ponto de partida nos “livrava” de toda uma história de exploração, bem como das atrocidades cometidas aos povos indígenas e a abolição da escravidão nos redimia igualmente de tamanha crueldade. A República neste contexto se mostrava como o início de um período promissor de progresso e glória. Portanto, devia-se privilegiar os fatos de nossa história que nos impulsionasse para um futuro glorioso de união e prosperidade e deixar para trás o que nos separava e nos “diminuía”.

Assim, tradição e progresso travavam uma “disputa” e, por vezes sobressaía-se um, por vezes o outro. Era preciso progredir, mas não podia-se esquecer nossos grandes feitos, fatos e homens, neste sentido a tradição tinha um importante papel no caminho para o progresso. Era preciso criar uma tradição que fosse capaz de tocar todas as pessoas, das mais simples a mais requintadas, dos jovens aos idosos, homens e mulheres, enfim, toda a nação. Segundo Hobsbawm (2012, p.12)

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

Portanto, era preciso que a História e a Geografia, aliadas ao ensino das massas criassem essa “ponte” entre o “passado histórico apropriado” e o presente, para dar sentido e orientação para o “futuro glorioso” que estaria no nosso horizonte. Assim, a História da pátria deveria seguir as sugestões de Von Martius (1794-1868) em *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845)¹⁹⁴, sobretudo, aquela que compreende a grandeza do território e trata das regiões e suas peculiaridades como formadoras da nacionalidade, ou melhor dizendo, o Brasil era uma federação de províncias. Essas províncias ganharam ainda mais autonomia e poder com a descentralização do Estado brasileiro desde a Independência e reforçada no período republicano.

¹⁹⁴ Conforme já citado no segundo capítulo desta pesquisa.

Nos primeiros anos da República, período do qual trata essa pesquisa, os confrontos e conflitos regionais se aguçaram, houve a emergência das oligarquias regionais e os temas referentes à nação e a cidadania ficaram um pouco de lado, além do mais, o Liberalismo adotado como política no Brasil, embora contraditório, era bastante conservador (RESENDE, 2003, 98). Da mesma forma, em que o tão sonhado progresso proferido pelo PRR, também seguia uma máxima conservadora de “ordem para o progresso”, mantendo assim os privilégios das elites locais ao mesmo tempo que buscava mudanças sociais.

Dessa forma, era preciso alinhar as províncias com um único ideal que seria a união nacional, ou seja, a unidade que reconhecesse as peculiaridades regionais como pontos positivos e ao mesmo tempo exaltasse que, independente da região, todos somos brasileiros e, o “bem da nação”, o “bem comum”, deveria estar em primeiro lugar. Era preciso ressaltar como cada uma dessas regiões contribuiu para a formação nacional, seja ela geográfica (defendendo as fronteiras, por exemplo), histórica e/ou cultural. Essa era também uma forma de tentar aliviar as tensões regionais, e ao mesmo tempo educar o povo para um novo pensamento de unidade nacional a partir das peculiaridades regionais.

Logo, o ensino público seguiu essas tendências mais ufanistas e cívicas e, no Rio Grande do Sul,

A síntese concretizada entre controle e ufanismo na educação pública rio-grandense, com a finalidade de adequar a escola pública ao projeto de desenvolvimento capitalista do Estado gaúcho esteve presente [...]. Foram ingredientes fortes e contraditórios, que evidenciaram o processo complexo em que esteve inserida a escola pública rio-grandense.

O controle disciplinar imposto aos alunos e as regras a que estava submetida a atividade dos professores demonstrou o quanto o princípio da ordem foi levado às últimas consequências nas escolas públicas do Rio Grande e em todo o sistema escolar. (CORSETTI, 2005, p.215).

Traçado esse breve panorama sobre o ensino público no Brasil e, sobretudo, no Rio Grande do Sul, podemos constatar que a educação sempre foi vista e, na República, de forma mais enfática, como um “meio de controle das massas”, ou melhor dizendo, o ensino público se colocava como um instrumento de dominação, o que não quer dizer que as ideias e métodos de ensino foram aceitos sem resistência. A escola pública deveria ditar as formas de moldar a sociedade mental e fisicamente. Como foi dito, era preciso mentes e corpos são para se colocar a serviço da grandeza da pátria. Neste sentido, as escolas técnicas preparavam mão de obra eficientes e preparadas para a nova indústria

que representava o que havia de mais moderno, colocando o Brasil no eixo capitalista e dando passos em direção ao “futuro brilhante”. Com as mentes iluminadas pelo conhecimento de nossa língua, nossos poetas e escritores, bem como nossa história e geografia pátrias, o sentimento de orgulho nacional, de civismo, de ufanismo, brotaria na juventude que, com o corpo igualmente são, aproveitando os benefícios de uma educação física, estaria preparado para qualquer o trabalho e, por ventura, também para a vida militar.

Para finalizar essa análise, cabe levarmos em consideração o que expõe Corsetti (2005) sobre a instrução pública no Rio Grande do Sul no período que nos dedicamos a analisar. Para a autora, houve um avanço com a expansão do ensino e a diminuição do analfabetismo, representando a face progressista da ação republicana, contudo, ao mesmo tempo, a autora verifica uma negação deste avanço, que seria representado pelo conteúdo da política e da organização educacionais, que fizeram da escola pública um instrumento importante do projeto conservador modernizante, que, segundo a autora, era elitista e excludente (CORSETTI, 2005, p.216). Logo, podemos notar a tensão entre a modernidade (num sentido de modernizar, de tornar moderno) e a tradição conservadora pois, se por um lado o governo do PRR avançou expandindo a escola pública e diminuindo os níveis de analfabetismo, por outro lado o ensino público era utilizado como ferramenta política para “dominar” a população e manter os privilégios da elite local, dessa forma, pôs em prática o que Corsetti (2005, p.216) chamou de projeto conservador modernizante.

3.2 O PROJETO CÍVICO E PEDAGÓGICO MANIFESTADO EM SEU ÂMAGO

João Simões Lopes Neto acompanhou as discussões a respeito da instrução pública, como as propostas de reforma e, inclusive, como vimos, emitiu sua opinião sobre os pareceres de Rui Barbosa. O autor, de certa forma, dedicou-se a acompanhar o tema, mas, não se contentou em apenas observar e emitir uma ou outra opinião, quis ele também colaborar com a instrução pública de seu país e, inserido na perspectiva das regiões como formadoras da nação, como sugeriu Von Martius, partiu do Rio Grande do Sul para contemplar o Brasil.

Neste sentido elaborou uma série de ações que alguns estudiosos¹⁹⁵ costumam chamar de projeto cívico e pedagógico, ou apenas projeto pedagógico. Esse projeto o teria levado a elaboração de seus livros didáticos, que seriam, de alguma forma, o projeto posto em prática. Lígia Chiappini (1988, p.98), expõe que o projeto era

[...] consciente e explícito, bastante integrado nos ideais da intelectualidade brasileira do início do século, no qual é possível perceber certa especificidade. Trata-se de pescar indícios, sobretudo nas conferências e discursos, nos seus artigos de jornal, e na sua tentativa de História do Rio Grande do Sul: *Terra Gaúcha*¹⁹⁶.

Conforme pudemos constatar no capítulo anterior, João Simões Lopes estava de fato integrado ao pensamento da intelectualidade brasileira, sendo ele próprio um intelectual. O que Lígia Chiappini chama de “indícios” para compreender o projeto cívico e pedagógico, compreendemos como parte desse projeto. Suas conferências e discursos são uma espécie de ponto estratégico de divulgação do projeto, uma espécie de introdução às suas ideias acerca do tema.

Cabe, antes de mais nada, dizermos que essa designação de projeto cívico e pedagógico não foi algo explicitado pelo autor, ou seja, foram os estudiosos que ao examinarem uma série de documentos e ações os denominaram assim. O que não quer dizer que o autor não tenha elaborado uma linha de ação que ia desde o diagnóstico do problema – a falta de uma educação voltada para o civismo –, até a solução do mesmo, que passaria por seus livros didáticos, somados a uma “nova escola” laica, moderna e higienizada proporcionada pela República.

Analisando essas ações e elaborações do autor, podemos ter ideia do que estava propondo. Já vimos que o autor estava atendo aos debates, reformas, novos métodos e ideologias acerca da educação nacional. Também possuía todo um tino literário para criar seus livros didáticos, o que os torna por demais interessantes. Entre essas ações, elencamos as que acreditamos serem mais expressivas e fundamentais para a compreensão dessa pesquisa: as *Conferências Educação Cívica* de 1904 e 1906, que para nós representam uma espécie de “carta aberta” de intenções do autor nos diz respeito a

¹⁹⁵ CHIAPPINI (1998), ARRIADA; TAMBARA (2009), PEREIRA (2008) e FSICHER (2013), entre outros.

¹⁹⁶ Cabe salientar que Lígia Chiappini ao referir-se ao *Terra Gaúcha*, está se referindo a um outro livro que acreditava-se ser o *Terra Gaúcha* publicado em 1955 (*Terra Gaúcha: História Elementar do Rio Grande do Sul*), contudo, o “verdadeiro” *Terra Gaúcha* só foi publicado em 2013.

suas ideias e como proceder para melhorarmos a nação a partir de uma educação cívica, nativista. E seus livros didáticos – *Artinha de Leitura* e *Terra Gaúcha*, ambos publicados em 2013. Obviamente, temos a dimensão de que o autor proferiu discursos, elaborou festas cívicas como a *Semana Centenária de Pelotas* (1912) e participou de entidades chamadas em sua época de nativistas, como a *União Gaúcha* e os clubes de tiro que poderiam, de alguma forma corroborar com seu projeto cívico e pedagógico. Não obstante, essas referências podem aparecer ao longo da pesquisa, mas acreditamos que analisar as conferências e seus livros didáticos já nos dão da dimensão que precisamos para expor o problema que visamos resolver.

3.2.1 AS CONFERÊNCIAS *EDUCAÇÃO CÍVICA* (1904-1906) – APRESENTAÇÃO DE UM LIVRO OU UM MEIO DE DIVULGAR IDEIAS

As conferências *Educação Cívica* de João Simões Lopes Neto foram amplamente citadas ao longo desta pesquisa, e não podia ser diferente, acreditamos que nelas estão explícitas as principais ideias do autor em relação ao que pensava e projetava para a educação nacional, uma espécie de embrião do que expressaria em seus livros didáticos. Por isso, as tratamos como uma espécie de “marco zero” do projeto cívico e pedagógico e tinham como fim, além de criticar a falta de ensino cívico, nacionalista, apresentar seu livro de leitura: *Terra Gaúcha*.

Para começarmos, vale dizer que ambas não são iguais. A conferência de 1904 baseia-se muito mais no plano nacional e está amplamente inspirada em dois livros que, segundo o autor, “[...] todo o brasileiro devia conhecer e estimar” (LOPES NETO, 2009, p.295), que são *Educação Nacional* (1890) de José Veríssimo e *Porque me ufano de meus país* (1900) de Afonso Celso¹⁹⁷. Ela versa especialmente sobre o problema da falta de uma educação cívica no Brasil e as principais causas que nos levaram à essa situação, além de apresentar, de certa forma, seu livro de leitura, o *Terra Gaúcha* (2013). Foi

¹⁹⁷ Como vimos no capítulo anterior, João Simões Lopes Neto cita indiscriminadamente tais autores para legitimar suas ideias. Sabemos que ambos autores não possuíam a mesma linha de pensamento, mas, como pudemos observar João Simões Lopes Neto “extraia” deles somente o que lhe interessa afim de dar suporte as suas ideias.

proferida na Biblioteca Pública Pelotense e publicada nos anais da instituição do ano de 1905¹⁹⁸.

Já a segunda conferência, de 1906, ultrapassou salão daquela instituição de sua cidade natal e pôde ser apreciada pelo público de Bagé, São Gabriel, Santa Maria, Rio Grande e Porto Alegre, nesta última contou com a presença do “presidente do Estado”, Borges de Medeiros. A mesma ganhou uma publicação financiada pelas instituições¹⁹⁹ dessas cidades para distribuição gratuita, reforçando a noção de que as conferências representavam uma importante forma de divulgação de ideias para um público bastante amplo. Nesta edição, o autor está um pouco mais focado no Rio Grande do Sul, reforçando a ideia de que entre uma conferência e outra ele andou pelo Estado para se inteirar acerca da real situação da educação por aqui. Contudo, a influência de uma nova referência também não passa despercebida: *América Latina: Males de origem* (1905) de Manoel Bomfim, alarga o pensamento do autor para a América Latina, além de colocar a questão nacional num ponto de vista mais sociológico do que biológico.

Diferenças à parte, ambas se dedicaram a demonstrar ao público ouvinte/leitor²⁰⁰ os problemas de nossa falta de uma educação nacional, suas causas e possíveis modos de saná-las²⁰¹. Portanto, lemos em ambas que é preciso reconhecer nossos vícios e virtudes, sanando o primeiro e encorajando o segundo. Diz o autor:

Nacionais e estrangeiros que tem se ocupado de nós, estão todos de acordo em reconhecer como a nota dominante do nosso caráter, *a indiferença, o desânimo, a passividade*²⁰².

Paciência! Amanhã – são palavras classicamente nossas. Temos patente inclinação ou para tudo adiar ou tudo fazer de afogadilho.

Dizer-nos a nós mesmos os nossos vícios e defeitos é um passo para corrigi-los. O exame de consciência – independente da confissão – é, para os indivíduos como para os povos, um salutar recurso moral.

¹⁹⁸ Não obtivemos acesso a esses anais, mesmo apresentando o projeto de pesquisa para Biblioteca Pública Pelotense. A instituição alegou que as informações contidas nos anais são as mesmas publicadas nas conferências de 1906, mesmo alegando que não eram as mesmas informações, não nos foi permitido o exame do material. Por isso, durante toda a pesquisa nos utilizamos da transcrição de Arriada e Tambara: ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar. *Civismo e Educação na Primeira República* - João Simões Lopes Neto. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL. Pelotas, v.13, n.27, pp.279-292, Jan/Abr 2009. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu/asphe>>. Acesso: 12 de abril de 2014.

¹⁹⁹ A publicação impressa foi uma realização conjunta da Biblioteca Pública Pelotas e União Gaúcha de Pelotas, do Centro Gaúcho de Bagé, da União Caixeral de São Gabriel, do Clube Caixeral de Santa Maria e do Grêmio Gaúcho, do Clube Caixeral ambos de Porto Alegre e do Clube Caixeral de Rio Grande. Acreditamos que as conferências tenham sido proferidas nestas instituições.

²⁰⁰ Ambas foram publicadas, por isso, poderiam ser lidas por quem não assistiu à preleção do autor e demais público interessado.

²⁰¹ Portanto, neste estudo trataremos das ideias principais que existem nas duas conferências, dando devido destaque a quaisquer traços que modifiquem por completo o pensamento do autor de uma edição para outra.

²⁰² Grifo nosso.

E feito ele, cumpre procurar a pratica das virtudes contrárias aos pecados reconhecidos.

Cumpre-nos ter a coragem de afrontar com a nossa situação e dizer lealmente e completamente a verdade. (LOPES NETO, 2009, p.296)

Dessa forma, reconhecer nossos vícios é um passo para corrigi-los. O autor se coloca nesse papel de demonstrar esses vícios, não para nos envergonharmos e, sim, para reconhece-los e remediá-los. Segundo o autor, muita gente tem a ousadia de dizer que ser brasileiro importa condição de inferioridade e, que isso só pode ser ignorância ou má fé, pois ser brasileiro significa distinção e vantagem (LOPES NETO, 2009, p.297). Mas, para que pudéssemos nos orgulhar de sermos brasileiros, era necessário antes fazermos um “exame moral” que nos apontasse os problemas para enfim solucionarmos.

Um dos problemas mais graves é a indiferença à nossas comemorações nacionais,

Enquanto os outros povos festejam solene e ruidosamente as suas grandes datas nacionais, as nossas caem no olvido e no abandono; o povo vai-se tornando desinteressado da comemoração que elas lembram e numa embrulhada confusão de feriados e dias santos – só aproveitamos daí uma folga de um dia de trabalho – para ir à pesca ou ao bilhar.... Recordar é viver, e o povo que fecha o coração e memória à lembrança de suas grandes horas históricas – é digno de lástima. (LOPES NETO, 2009, p.309)

Assim, nossas datas oficiais eram monótonas e tristes, as procissões cívicas pareciam funerais e os nossos colégios, as escolas públicas, geralmente só acompanhavam as procissões católicas, logo, nossas datas se diluíam na memória do povo e não era a ingratidão que fazia isso: era a falta de educação cívica (LOPES NETO, 1906, p.10). Eis o ponto chave dessas conferências: a educação cívica como instrumento de “melhoramento” do povo brasileiro. Ela viria preencher essa “lacuna lastimável” (LOPES NETO, 2009, p.300), não deixando que fossemos uns ignorantes a respeito de nós mesmos, nossa nação e, por fim, nossa história e origens. Portanto, a escola, a instrução pública viria animar nos pequenos brasileiros esse espírito nacional, obviamente, essa não era apenas uma tarefa para a escola, personificando o poder público, mas também para as famílias, que deveriam estar alinhadas com essas ideias. Interessante colocação faz o autor acerca da vida pública e da política:

Fomos liberais e conservadores – em torno de homens, entrando os partidos, sem cerimônia, na seara dos princípios um do outro, conforme a pressão do momento. Tanto na monarquia, como modernamente na república,

conhecemos os parlamentos quase unânimes. Os meetings²⁰³, os comícios, as conferências políticas, entre nós, raro são praticadas: ao contrário, os nossos homens mais eminentes evitam o contato da multidão. *Alega-se-há que o povo não está preparado para – pensar – mas, quanto mais se lhe distanciar a escola do seu ensinamento político, tanto mais difícil será orientá-lo*²⁰⁴. (LOPES NETO, 2009, p.307)

Orientar o povo estava na ordem do dia do governo republicano no Rio Grande do Sul, fazia parte de sua orientação positivista comtiana. De acordo com o historiador Moacyr Flores (1993, p.128),

O positivismo republicano determinava que o cidadão deveria manter a ordem social, pois então o progresso viria como uma evolução natural da sociedade. Só o governo sabia o que era bom para o povo. [...]. Os republicanos defendiam o autoritarismo, expresso pela ditadura do chefe carismático, entusiasmando os jovens [...].

A República trazia consigo a ideia de um novo tempo, de mudanças, de modernização da sociedade, de ordem em direção ao progresso, ao futuro glorioso. Lembremos que no Rio Grande do Sul, o PRR encarava a instrução pública como um importante instrumento para o controle das massas. Lembremos também que se tratava de fato de um novo tempo, pós abolição, onde era preciso instruir as crianças para se tornarem cidadãos aptos para a nação, seja para o trabalho, seja para possíveis confrontos. Se tratavam de pessoas livres, em uma sociedade se inserindo no “mundo capitalista”, ou seja, se fato, uma nova “realidade”. O que não quer dizer que tudo aconteceu como deveria. Neste mesmo capítulo, vimos que a ditadura do PRR, aos moldes positivistas, diminuiu o índice de analfabetismo no Estado, contudo, a dura vigilância aos métodos de ensino, professores e alunos deixava cada vez mais clara a posição de dominação da população. Mantendo assim, um ideal de modernidade conservadora, que trazia alguns benefícios aos mais pobres ao mesmo tempo que mantinha privilégios.

Contudo, João Simões Lopes Neto diz que a República trouxe um rejuvenescimento aos credos dos cidadãos, que ela havia trazido os “nossos homens” para o bronze da consagração, José de Alencar tem estátua em praça pública, Carlos Gomes, Osório e Caxias também possuem seus monumentos e placas e, logo, chegaria a vez de

²⁰³ *Meeting* quer dizer: Reunião pública importante, organizada, por exemplo, por um partido, um sindicato, a fim de debater e informar sobre um assunto político ou social. Demonstração, manifestação pública. MEETING, Dicionário Online Dicio. Acesso: <https://www.dicio.com.br/meeting/>. Novembro de 2018.

²⁰⁴ Grifo nosso.

Castilhos²⁰⁵ ter o seu (LOPES NETO, 2009, p.306). Os monumentos representam uma forma de educar o povo, de manter nossa história e memória e de trazer uma certa unidade ao pensamento, por isso, “[...] mais eficazmente as páginas de pedra e bronze ensinam as multidões.” (LOPES NETO, 1906, p.02).

Mas, faltava unidade, uniformidade, uma educação de fato cívica, que seria o “arcabouço robusto do grande corpo nacional” (LOPES NETO, 2009, p.300). Que deveria preencher as lacunas pois, seu conjunto, complexo, não havia sido modificado por uma ação enérgica de remodelação, de reforma vivificadora (LOPES NETO, 2009, p.300). Tudo isso enfraquecia o sentimento nacional. Lembremos que as propostas de reforma de Leôncio de Carvalho, ou os pareceres de Rui Barbosa, não foram de fato postos em prática.

A lacuna fundamental da nossa educação pública é ausência de um ideal – e esse ideal lhe não podia ser dado senão animando-o de um espírito, o espírito do sentimento nacional.

[...]. Nenhum povo hoje pode ser grande, sem esse sentimento, nenhuma nação pode ser forte, sem nele apoiar-se. É nele o mais sólido elo da nacionalidade e o mais certo estímulo dos cidadãos. (LOPES NETO, 2009, p.300).

Quando João Simões Lopes Neto falava em educação nacional, ele estava se referindo a um ensino voltado para as “coisas” nacionais. Neste sentido, nossos símbolos, ritos, história, geografia, literatura, enfim, todo o arcabouço da cultura nacional deveria estar dentro das escolas, ao alcance das crianças. Só assim chamaríamos a atenção delas para as “coisas” nacionais. E nas ruas, monumentos e placas também dariam o tom de valorização nacional, para assim entusiasmar a todos e animar o espírito nacional.

Era necessário criar esse discurso nacional, que fosse capaz de construir identidades, de animar o espírito dos jovens. Para tanto, era necessário que a educação nas escolas públicas, que atingiria a população mais carente de ilustração, fosse mais cívica, mais voltada para os nossos temas. O Brasil era visto como um país ainda muito jovem, ainda em processo de construção e podendo alcançar vitórias impensáveis. Dessa forma, nossas origens apontavam para um futuro próspero, de progresso, desde que

²⁰⁵ Ao citar o merecimento de Castilhos em ser reconhecido como alguém que merecesse uma placa ou monumento em praça pública, o reconhece como alguém que prestou serviços à pátria, além de, claramente demonstrar sua admiração.

fossem realizados alguns ajustes. Um desses ajustes era a criação de sentimento nacional através da instrução do povo.

Nenhum povo hoje pode ser grande, sem esse sentimento, nenhuma nação pode ser forte, sem nele apoiar-se. É ele o mais sólido elo da nacionalidade e o mais certo estímulo dos cidadãos. [...]

Nós também temos a refazermos não somente no temperamento, ideias e costumes novos, senão também um espírito novo, o espírito nacional, tão enfraquecido entre nós, e é a educação cívica, nacional, que compete essa tarefa ingente e benemérita. Neste novo mundo, o Brasil tem um primeiro lugar e os mais insígnis destinos. (LOPES NETO, 2009, p.300-301)

Passo principal para criação desse discurso nacional, passa pelo diagnóstico das causas pelas quais, de certa forma, fomos “perdendo” o sentimento de “brasileirismo”, como coloca o autor. Podemos dizer que um dos principais objetivos dessas conferências era demonstrar aos ouvintes/leitores esse exame apurado. A primeira causa que o autor coloca é a enorme extensão do território e a falta de comunicação entre as províncias, o que isolava os brasileiros do convívio uns com os outros. Para o autor, isso é uma herança de nossos tempos coloniais, nos quais deveríamos nos comunicar apenas com a metrópole, exatamente para evitar qualquer tipo de sentimento nacional. Durval Albuquerque Júnior (2011, p.53) diz que

As grandes distâncias, a deficiência nos meios de transporte e comunicação, o baixo índice de migrações internas entre Norte e Sul, tornavam estes espaços completamente desconhecidos entre si, verdadeiros mundos separados e diferentes que se olhavam com mesmo olhar de estranhamento que nos olhavam da Europa.

Logo, os “pontos extremos” do Brasil se olhavam com bastante estranheza, o que não era admissível se tratando de territórios de uma mesma nação, era preciso integrar cada pedacinho do país, era preciso que todos tivessem ideia do que era o Brasil, suas múltiplas culturas, sua riqueza na diversidade.

O segundo ponto, passa pela questão da raça, ou seja, a nossa miscigenação: “Somos o produto da fusão de três dignas e valorosas raças, perfeitamente distintas: duas, selvagens, primitivas e simples ²⁰⁶e, portanto, descuidadas e indiferentes e outra, em rápido declínio, depois de uma gloriosa, brilhante e fugaz civilização²⁰⁷ (LOPES NETO,

²⁰⁶ Indígenas e africanos.

²⁰⁷ Aqui, refere-se aos portugueses que, segundo ele, foram amolecidos pelos prazeres fáceis das terras conquistadas nas Índias. E de um lado enfreado pelo temor da inquisição, de outro, enervado pela educação

2009, p.303). Além disso, “Os descobridores, povo longínquo, embora militar, pouco numeroso, atento a nossa extensão, não possuindo elementos para agir a tão grande mal conhecida distância, não podiam favoravelmente exercer a sua tutela na imensa colônia do Brasil”. (LOPES NETO, 2009, p.304). Contudo, Gilberto Freyre esclarece que para garantir a posse das terras brasileiras, o colonizador português, que não desfrutava naquele momento de grande capital humano, “recorreu” à miscigenação²⁰⁸, que se colocou como importante fator para garantir a posse das terras do Brasil, por isso, o português

[...] não só conseguiu vencer as condições de clima e de solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora unindo-se a mulher de cor. Pelo intercuro com a mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele puro ao clima tropical. A falta de gente, que o afligia, mais que qualquer outro colonizador, forçando-o a imediata miscigenação – contra o que o indispunham, aliás, escrúpulos de raça, apenas preconceitos religiosos – foi para o português vantagem na sua obra de conquista e colonização nos trópicos. Vantagem para a sua melhor adaptação, senão biológica, social. (FREYRE, 2013, p.74)

Dessa forma, foi para manter os territórios em terras brasileiras que o português começou o processo de miscigenação que daria “origem” ao povo brasileiro. Portanto, a miscigenação está na “gênese” de nossa história, somos um povo miscigenado, o que para alguns representava um grande mal à sociedade brasileira²⁰⁹, contudo, para João Simões Lopes Neto a ideia era ressaltar o que de melhor ‘herdamos’ de cada uma das três raças. Interessante ainda é notar o que o autor fala sobre as condições climáticas e a escravidão no Brasil:

As condições climatéricas e geográficas do Brasil concorreram para desenvolver a nossa indolência. Ubérrimo, de clima propício, sem luta com as forças da natureza, com o braço escravo para a rudeza do serviço, *a educação geral desde o princípio, foi-se acentuando para um fátuo desprezo pelo trabalho*²¹⁰. Não é possível exagerar os males que nos trouxe a execrada chaga. A ama escrava, amamentou todas as gerações brasileiras; mucamas, a todas acalentou, homens para todas trabalhou, mulher, a todas entregou-se. Durante 300 anos refestelamo-nos no trabalho oriundo da iniquidade, sobre o índio e sobre o negro. Não somente abolindo como aviltando o trabalho, a escravidão consumou em nós a morte de todas as energias, já enfraquecidas pelo clima,

jesuítica da época. Por esses motivos, decaía visivelmente o povo português na época da colonização. (LOPES NETO, 2009, p.303)

²⁰⁸ Sobre esse primeiro processo de miscigenação, João Simões Lopes Neto diz que o português começou a sentir os primeiros sintomas da perversão moral (LOPES NETO, 1906, p.07).

²⁰⁹ Como constatamos no segundo capítulo desta pesquisa.

²¹⁰ Grifo nosso.

viciadas pela hereditariedade e amodorradas pela ação política monárquica. (LOPES NETO, 2009, p. 304-305).

Assim, temos um quadro bastante complexo de fatores que enfraqueciam nosso ser: as condições climáticas, a nossa falta de apreço pelo trabalho herdada de geração em geração e, somadas a presença escrava em vários âmbitos na vida social, fez do brasileiro um ser sem energia e sem dileção para o trabalho. Como bom republicano que era, ainda coloca uma “pitada de culpa” no período monárquico, que teria atrasado nosso desenvolvimento. Era preciso então, intervir imediatamente pois, sendo o brasileiro um ser único no mundo devido a sua mistura de “três dignas raças”, era ainda um povo muito jovem, capaz de se “regenerar”. A questão aqui, trata-se mais de construir um futuro do que um passado, contudo, é necessário que se crie pontos de referências no passado para que se dê a direção do progresso.

De acordo com Koselleck (2006, 319), a ideia de aprender a partir de uma experiência para garantir um futuro melhor só foi de fato possível quando a história passou a ser vista como única, ou seja, “Se a história inteira é única, também o futuro deve ser único, portanto diferente do passado”. A partir de então, o futuro passou a ser visto como portador de progresso e, “Um futuro portador de progresso modifica também o valor histórico do passado” (KOSELLECK, 2006, p.319). Dessa forma, era preciso criar uma história única, brasileira, que todos os brasileiros pudessem olhar para ela e se identificar de alguma maneira, era preciso uniformizar as diferenças em vários âmbitos, somente com uma história única, poderíamos ter um único futuro portador de progresso.

Para isso, precisávamos resgatar nossos usos e costumes que, haviam sido abandonados, primeiro em detrimento de uma educação jesuítica, depois por uma educação francesa. João Simões Lopes Neto diz que “Quem quer que passe em revista o que tem sido ingratamente mutilado da nossa tradição, ficará espantado do evidente lento suicídio da nossa personalidade, na sua feição particular” (LOPES NETO, 2009, 310). Argumenta ainda que não desejava que ficássemos estagnados frente aos novos modos de viver modernos, contudo, lamenta a implementação de hábitos, usos e costumes em contraste com o nosso temperamento e clima. O autor reforça ainda a admirável força dos estrangeiros, os imigrantes, em manter as suas tradições e venerar a sua terra, mesmo que distante. Salienta ainda que, nos estados mais centrais do Brasil o cosmopolitismo tem avassalado e afogado os modos e costumes próprios dos brasileiros, que isso não ocorria

dessa forma em estados mais afastados. Destaca o autor que “Desde o vestuário até a linguagem, desde o porte até o proceder, a feição nativista está assoberbada pela imitação servil, ridicularizada pelos próprios imitados” (LOPES NETO, 2009. 310). Tudo isso nos levava a ignorarmos nós mesmos, não nos conhecíamos enquanto brasileiros, não sabíamos a respeito de nossos hábitos e costumes tradicionais, imitávamos estrangeiros, seu modo de vida, sua língua, portanto, tudo isso nos levava a uma consequência terrível: “[...] é extrema fraqueza, a falha completa, a postergação até, do sentimento nacional.” (LOPES NETO, 2009, p.310). Fazia também parte de nossa lamentável indiferença a maneira como tratávamos o hino e bandeira nacionais, como já expusemos no capítulo anterior.

Com o panorama de nossos vícios expressos, conforme indicou que fizéssemos todos, sendo esse o primeiro passo para a mudança, João Simões Lopes Neto passa para o próximo passo, que seria o de reconhecer igualmente nossas virtudes. Cabe dizermos que ele não cumpre essa tarefa de maneira mecânica durante as conferências, pelo contrário. Contudo, para dinamizar essa análise, pincelamos o que compreendemos mais expressivo para esse estudo. Pois, são as conferências também estratégias discursivas, bastante literárias, com o objetivo de convencer o público de seu ponto de vista e da mesma forma esclarecer um amplo público sobre os problemas nacionais e as possíveis soluções. Lembremos que as conferências representam ótimos meios de se falar à um grande público e eram bastante comuns na época do autor.

Assim, com os nossos vícios expostos cumprimos o primeiro passo para a “regeneração” nacional, ou melhor dizendo, reconhecido os nossos vícios, podíamos agora pensar e agir com o intuito de saná-los. Mas, não é somente de vícios que é formado o brasileiro, as virtudes são tantas quanto os vícios, por isso, não convinham desânimo, pois a caminhada em direção ao aperfeiçoamento e progresso exigiam ânimo e coragem.

Mas senhores – o sol que no alto céu profundo as vezes se vela num manto de brumas, não deixa por isso, de ser o mesmo maravilhoso foco de luz, de vida, de calor.

Assim, esta bendita pátria predestinada e tão fecunda, como que em espontânea revolta, rompe contra as causas acidentais do entravamento, e lampeja para o horizonte do futuro, facho de intensa claridade, de esperança e conforto.

Sendo um povo jovem,²¹¹ temos um espolio moral de desmarcada grandeza. Temos no tabernáculo da nossa história – defesa e fatos que não cedem em magnitude aos de qualquer procedência.

²¹¹ Grifo nosso.

Os piores detratores não poderão negar que – *fisicamente, o brasileiro não é um degenerado*:²¹² de boa estatura e aspecto, vigor e agilidade pouco vulgares. Quanto ao caráter, temos inato o sentimento de independência, levando até a indisciplina; afeição a ordem, a paz, ao melhoramento, gosto pela hospitalidade, escrúpulo no desempenho das obrigações contraídas; espírito extremo de caridade: produz sempre resultado o menor apelo em nome dos que sofrem, *tolerância, ausência de preconceitos de raça, religião, cor, posição*²¹³, decaindo mesmo em promiscuidade; honradez no desempenho das funções públicas ou particulares; indolente e generoso, *o brasileiro em geral, conserva-se estranho as desmesuradas ambições. Maquinações e certos vícios, que vemos em outros povos*²¹⁴. [...] (LOPES NETO, 2009, p.311).

Portanto, o autor traz a ideia de que o brasileiro era ainda um povo jovem, o que compete uma nação igualmente jovem que, tomada pela consciência nacional teria um futuro glorioso pela frente. Além do mais, fisicamente o brasileiro não era um degenerado e certamente até os que nos difamavam não poderiam negar isso, pelo contrário, possuímos vigor e agilidade que não são comuns. Há de se convir, que o autor exagera nas virtudes dos brasileiros, principalmente quando se trata de preconceitos e, sobretudo, os preconceitos de raça e posição social. Como já vimos no capítulo anterior, as visões baseadas em certo cientificismo e, acima de tudo, baseadas num dito darwinismo social trouxeram consigo enormes preconceitos de raça, principalmente se tratando dos negros. Outro ponto, é que o Brasil sempre levou em seu âmbito a estampa da desigualdade social, um país patriarcal, com o poder geralmente na mão das elites e ficando, por exemplo, os negros libertos em situação praticamente de abandono após a Abolição, ou seja, um país com pouca ou quase nenhuma participação social, pelo menos no que tange o período estudado. No tocante ao fato de o brasileiro não ser ambicioso, diferente de outros povos, também acreditamos em um certo exagero do autor. Coitado, mal poderia imaginar os enormes escândalos de corrupção que viríamos a descobrir ao longo dos anos de nossa história.

Sendo o brasileiro um povo jovem e, que trazia no saldo considerável em seu caráter à favor das qualidades, o que estava faltando era mesmo o cultivo delas, a nacionalização, para que numa inesperada hora solene, não andássemos desorientados pois, devíamos amar e conservar a nossa pátria (LOPES NETO, 2009, p.312). O que faltava ao brasileiro então, era a falta de uma educação nacional, já que, além de nossos vícios e virtudes, havia ainda outra questão a ser colocada: a ideia do cosmopolitismo que

²¹² Grifo nosso.

²¹³ Grifo nosso.

²¹⁴ Grifo nosso.

pregava que, enquanto seres humanos, a pátria é onde se está, dessa forma, toda a humanidade seria uma grande pátria. Essa era ideia iluminista, propagada por Voltaire, com ideais universalizantes que nos transformariam em um único povo, com uma única língua sob uma única pátria, tendo em vista que somos “filhos” da humanidade. Para João Simões, mentiam os que propagavam “os arautos do cosmopolitismo”.

Não é leal e sincero aquele que diz que a pátria é onde se está! Não! Feliz é aquele que só se aqueceu ao fogo dos seus lares, feliz aquele que cerra os olhos à luz, à luz do sol, sob o céu azul do céu do seu país. [...] Não Creio, não creio e não comungo na utopia dos visionários do século, que pregam por uma só língua, numa só pátria universal. (LOPES NETO, 2009, p.313)

Interessante é o que o autor expõe na sequência, ainda falando sobre o que chama de utopia do cosmopolitismo:

Enquanto essa utopia, como flor delicada de estufa medra no ambiente tépido de vaga aspiração, como simbólica pomba de aliança, dentro de uma jaula de feras – os países blindam-se em malhas de aço, rugem as forjas na fusão do bronze dos canhões, abatem-se sob sacrilégios golpes de machado impiedoso as veneradas árvores seculares, para a construção das naves pavorosas. A matemática estuda a potência e a resistência dos engenhos de destruição e a química inexorável. Combina e multiplica a força dos explosivos mais cruéis, enquanto o cálculo dos governos – como fiel de uma balança maldita, pesa e avalio o número de homens.

Os velhos países da Europa que se proclamam os sacerdotes do tabernáculo da civilização, tem criado pela boca melíflua da nossa diplomacia, nomes especiosos e procederes especiais para a implantação, alargamento e permanência das suas influências entre os países de além. E a hipocrisia e o feroz egoísmo internacional atiram com uma mão o gesto branco da benção pela paz, depois que tem na outra o gládio que mais corta.

Será assim, ainda por dilatados séculos, a força, a garantia do direito.

Em um século prático, positivo, industrial, mercantil e interesseiro como o nosso, é preciso estar preparado a saber contrabalançar as formidáveis exigências da luta pela vida.

E, ai! do fraco, ai! da cobiçada presa, que não rugir masculamente, que não tiver dentes firmes e garras possantes parasse resguardar e defende²¹⁵r. (LOPES NETO, 2009, p.314)

Essa percepção do autor de seu tempo é bastante interessante pois, o mesmo escreve antes da Primeira Guerra Mundial, ainda no início do século XX, mas, já nota o clima de tensão entre as nações, principalmente as europeias que o autor diz se acharem o “tabernáculo da civilização”. E em nome dessa pretensa civilização podiam invadir, dominar e colonizar. Cabe lembrar que, anos antes, no final de 1884 e início de 1885 realizou-se a

²¹⁵ Grifo nosso.

Conferência de Berlim que discutiu o que chamamos de Partilha da África, ou o neocolonialismo, ou seja, a África foi “partilhada” entre algumas nações europeias com a justificativa de uma missão civilizatória. Agora vejamos, se o que João Simões Lopes Neto diz não parece se referir a esse fato ou a fatos semelhantes acontecidos no final do século XIX. Contudo, o autor alerta para o fato de o século XX, mesmo ainda no início, se mostrava um século mais “prático, positivo, industrial e interesseiro” e que era preciso fortalecer a consciência nacional, afim de nos resguardarmos e defendermos de possíveis ameaças. A República que havia nos livrado de vez do jugo português era ainda muito recente e os ares monarquistas não se dissolveram tão facilmente. Por isso, era preciso um governo forte que investisse em uma educação cívica, moralizadora, que transformasse nossos jovens em corpos e mentes sãs. Além disso, o grande conglomerado de imigrantes no Brasil podia, como já dissemos, criar um sentimento de “pequena pátria” e poderiam surgir insubordinações.

Sendo assim, era preciso que nos concentrássemos em nós mesmos, ou seja, deveríamos sob o signo do nacionalismo, do patriotismo, buscar nossas raízes, nossas histórias memoráveis, saber tudo e mais um pouco sobre nós mesmos. Sabermos sobre nossa geografia, a enorme extensão territorial, clima, tipos de vegetação e animais. Deveríamos exercitar o corpo, com uma educação física voltada para o desenvolvimento do corpo e suas habilidades. De tudo o que expõe, o autor conclui pela “necessidade urgente de adaptarmos, mantermos e desenvolvermos tenazmente a campanha vivificadora da nacionalização, de educarmos e fortificarmos o espírito, o sentimento pátrio, o amor da tradição, o conhecimento e a consciência de nós mesmos.” LOPES NETO, 2009, p.317).

Neste sentido, era preciso uma educação “[...] sistemática desse sentimento, na própria exageração dele, um fator de grandeza, de vida e prosperidade” (LOPES NETO, 2009, p.314). E, para auxiliar a pátria,

Um grande, fecundo, incomparável trabalho, cabe à mãe de família: a todas que me pudessem ouvir, eu diria ainda sempre:
Ides para o vosso lar: enlevo os olhos, estuar dos corações, alegria dos beijos, sonhos do puro amor, os pequenos, os filhinhos, vos esperam.
À cabeceira de cada beiro, a nevoa do destino, se conserva indecifrável.
Cada um de vós anseia e sonha por ver a pequenina e frágil semente hoje brotada, transformada amanhã em roble vigoroso, que dê a sombra hospitaleira e que se perpetue.
Assim é: o futuro, são eles!
Dai-nos, formar para o amanhã da pátria, cidadãos fortes, castos, justos e valentes!

Dai-nos, formar mulheres modestas, firmes e virtuosas! (LOPES NETO, 2009, p.317)

Este é um preceito positivista, de acordo com Elomar Tambara (2005, p.171), para o positivismo a questão do ensino está profundamente associada ao papel desempenhado pela mulher na sociedade; à ela cabia designar os caminhos pelos quais, na área da instrução/educação, deveriam trilhar as famílias. Seriam então, as mulheres, mais precisamente, as mães, as responsáveis por orientar sobre a educação dos filhos.

Nas obras pedagógicas de João Simões Lopes Neto, conforme veremos na sequência deste capítulo, tanto a família, como mãe possuem lugar de bastante destaque na instrução e na educação moral das crianças. Contudo, apesar da mulher ter uma posição destacada no “papel de mãe”, o autor não fala sobre escolas mistas ou de educação feminina em suas conferências. E em seus livros didáticos, os personagens alunos e mestres são todos masculinos, deixando as meninas e mulheres relegadas ao lar e, tudo que se dá nesse sentido.

Além das mães auxiliarem nessa tarefa pátria de enaltecer o sentimento nacional, também era preciso que no lugar do catecismo com forte moral religiosa se ensinasse o conhecimento pátrio, o valor do civismo, o apreço pela solidariedade nacional (LOPES NETO, 2009, p.319). Aqui há uma crítica dupla, ou seja, o autor criticava a falta de um empenho em se ensinar o civismo assim como se ensinava o catecismo nas escolas. Por lado, criticava o próprio ensino do catecismo nas escolas pois, era partidário de uma escola laica, ou seja, secularizada. Neste aspecto, estava em concordância tanto com as reformas propostas Leôncio de Carvalho, como pelos pareceres de Ruy Barbosa, pois, o objetivo principal da escola seria voltar-se para a formação de cidadãos úteis à pátria, buscando um equilíbrio entre uma formação humanística e científica, no que tangia especialmente o ensino secundário (MACHADO, 2005, p.100).

Podemos dizer que, as Conferências Cívicas de João Simões Lopes Neto tinham por objetivo, além de divulgar seu livro e suas ideias, criticar a instrução pública, bem como a instrução de um modo geral, acerca da falta de civismo em seus conteúdos. Dessa falta grave é que advinham todos os vícios, todas as nossas fraquezas, pois, essa mesma instrução não priorizava por elevar nossas qualidades. O autor argumenta que a História foi desprezada, que naquela época só contávamos com um historiador brasileiro –

Visconde de Porto Seguro²¹⁶. Tudo o que sabíamos de nós mesmos aprendemos com os estrangeiros²¹⁷ que de nós se ocuparam. Diz ainda que temos um Instituto Histórico e Geográfico, mas, que seus preciosos trabalhos só eram apreciados por um grupo reduzidíssimo de estudiosos silenciosos. Critica também os poucos compêndios de história que existiam eram inspirados na pedagogia jesuítica, de perguntas e respostas, limitando-se a uma enfadonha nomenclatura de nomes de governadores, reis, ou fatos, ou seja, uma “decoração” de conteúdos inconsciente. Os mestres, segundo o autor, também não sabiam a fundo nossos fatos históricos e tomava a lição de dois ou três e se dava por satisfeito (LOPES NETO, 2009, p.320).

Era preciso mudar esse cenário pois,

Todo o ensino tem um fim: o da história da pátria é dar-nos conhecimento da origem comum, das dificuldades em comum sofridas e em comum vencidas; a marcha e evolução dos nossos costumes, das nossas leis e da organização do progresso, da custosa, lenta, mas seguramente adquirida, a noção exata da solidariedade nacional, da disciplina cívica, da liberdade obediente e com ela, o amor da pátria. (LOPES NETO, 2009, p.321)

Ou seja, era preciso que se criasse uma história, uma tradição que desse aos jovens no presente um “norte” para o futuro. Na mesma perspectiva viria o ensino de Geografia, que deveria ter uma “[...] função enérgica e decisiva na integração do caráter nacional.” (LOPES NETO, 2009, p.321). Segundo o autor, nas nossas escolas, a geografia era apenas um amontoado de nomes, em sua maioria europeus, no entanto, a geografia da pátria era quase ignorada. (LOPES NETO, 2009, p.321).

Não era muito diferente o livro de leitura utilizado nas escolas, segundo o autor, mostrava a mesma indiferença pelos temas pátrios e estava cheio de historinhas lastimosamente fúteis, por vezes ridiculamente traduzidos ou alheios à “realidade” a qual se inseria o jovem estudante, “[...] sem páginas em branco a geografia e a história pátria, as tradições e os costumes.” (LOPES NETO, 2009, p.320). Ademais, eram livros escritos por estrangeiros e traduzidos ou imitados. E eram esses livros os guias de educação de nossos jovens.

Era preciso que se tomasse um novo rumo, e assim como se dava tamanha importância aos ritos religiosos, deveríamos dar a mesma, ou maior, importância aos ritos

²¹⁶ Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), conhecido como pai da História no Brasil.

²¹⁷ O autor cita: Southey, Beauchamp, Constancio, Grant, Henderson, Ferdiand, Denis, Warden e Armitage.

cívicos. Dessa forma, o autor insinua que deveríamos ter uma espécie de religião civil. Segundo Fernando Catroga (2005, p.16), “Tal como a religião do cidadão, a religião civil também iria socializar e interiorizar o dever cívico, isto é, o patriotismo, inscrevendo-o num horizonte ecumênico.”. E,

Sendo a religião civil justificada, não pela sua maior ou menor verdade, mas pelas consequências sociais e patrióticas que provocava, compreende-se que a propugnada interiorização dos deveres sociais se materializasse numa *Paidéia*²¹⁸, e que esta desse relevo à dimensão lúdica, ou melhor, à celebração de festas cívicas em espaço público. (CATROGA, 2005, p.18).

Mas, para esses ritos serem realizados com entusiasmo e consciência era preciso que a mocidade tivesse noção de tudo isso e, portanto, para o autor, a reforma mais necessária seria a do livro de leitura do ensino primário. Ele deveria ser brasileiro, “[...]brasileiro pelo assunto, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos, pela história, pela tradição, pelo sentimento nacional que o anime e faça estimar.” (LOPES NETO, 2009, p.323). O autor reconhece a qualidade do livro *Cuori*, ou Coração, de Edmond D’Amicis, altamente utilizado no Brasil, contudo o critica pois, era um livro pátrio, porém sobre a Itália e não sobre o Brasil, ou seja, tirando a parte moral, o restante era completamente deslocado.

Por isso, o autor queria criar um livro de leitura para o primário, um livro em que os pequenos brasileiros pudessem ver “[...] os traços atrevidos dos bandeirantes lendários, os negros altivos de Palmares, tamoios, potiguaras e guaranis adustos [...]” (LOPES NETO, 2009, p.324). O autor, consciente da miscigenação do povo brasileiro, não a descarta e sim a exalta, trazendo o que acreditava fosse o mais admirável de cada povo. O que surpreende, dado a essa conferência ter sido realizada em 1904, ou seja, ainda no início da República em que a Abolição também era um fato bastante recente, é o caso de o autor exaltar o negro, mas, não somente o negro, os “negros altivos de Palmares” – os quilombolas – que resistiram à escravidão e se insubordinaram contra o sistema escravocrata.

Ele também gostaria que o seu livro trouxesse acontecimentos de muita importância como a Inconfidência Mineira, a abolição, a ciência, a arte brasileira e, por fim, mas não menos importante, a República e a “[...] resplandecente liberdade!” (LOPES

²¹⁸ Grifo do autor. *Paidéia* é uma designação grega que trata do ideal de educação que transformaria a criança ou o homem em cidadão. Trata-se também da passagem da educação para a pedagogia.

NETO, 2009, p.325). Nota-se um tom bastante antimonárquico na fala do autor, além de atribuir à República um tempo de “resplandecente liberdade”, um tempo novo, diferente do que já se havia vivido. Aqui mais uma vez, reforça a ideia da República como um tempo novo, de liberdade, de construção do futuro!

Sendo assim, o autor visava criar um livro onde ele

[...] pudesse lançar golpes de luz, de gratidão e amor sobre a imensa tela do Brasil mas, entoando a gloria excelsa pátria... *como um passarinho que voeja por todo o jardim, e que tem seu galho predileto na roseira mais amiga e ai desfere o canto, repousado, assim eu me prendesse mais detidamente ao meu Estado natal*²¹⁹.

Era um livro assim, em que se concretizasse a tradição, a história, o ensinamento cívico e as aspirações pátrias, que eu dedicaria, mais vibrante hausto da minha pobre vida, a terra rio-grandense, mãe da raça forte, tumulto de ossadas veneradas, berço de incomedido patriotismo.

Um livro de vivesse no rancho das margens do Uruguai e no palácio das plagas do Oceano; e que das suas páginas simples e sinceras, fulgisse nítida e vivaz, amorosa, exemplificadora e saudosa, a plaga dos pampas, o berço dos farrapos e ‘Terra Gaúcha!!!’ (LOPES NETO, 2009, p.325)

A intenção do autor com essa conferência era passar o Brasil em rigoroso exame, demonstrando assim os vícios e as virtudes dos brasileiros, fazendo uma crítica concisa sobre a sociedade brasileira de sua época. Para realizar tal tarefa, como já dissemos, aportou-se em autores renomados para dar credibilidade ao seu discurso, mesmo que estes divergissem entre si no campo das ideias²²⁰. E, passada a nação por esse rigoroso exame, chegou à conclusão que o maior mal que nos afligia era a falta de um sentimento nacional, de um amor à pátria, mas, esse mal poderia ser sanado por uma educação cívica pública que viria despertar esse sentimento nos pequenos brasileiros. Ademais, com a intensão de colaborar com essa tarefa pátria, o autor aproveitou a conferência para apresentar o livro que estava elaborando. Seria um livro para ser utilizado no ensino primário, como base para o treino da leitura²²¹. Um livro que partia do Rio Grande do Sul para contemplar o Brasil. E citando Camões encerra sua conferência com esse verso: “Cesse tudo o que a Musa antiga canta, / Que outro valor, mais alto se alevanta!” (CAMÕES apud LOPES

²¹⁹ Grifo nosso. Aqui o autor já demonstra sua ideia de partir do Rio Grande do Sul para contemplar todo o Brasil.

²²⁰ Afonso Celso Júnior, por exemplo, era um monarquista, enquanto José Veríssimo era altamente republicano. João Simões Lopes Neto também era um republicano, filiado ao PRR, contudo, utilizou, como já vimos, somente o que lhe interessava de cada autor para dar credibilidade ao seu discurso, deixando de lado divergências ideológicas tanto entre os autores citados, quanto à eles em relação às suas próprias ideias.

²²¹ O autor também elaborou uma cartilha para a alfabetização de crianças da qual trataremos na sequência. Contudo, parecia um plano bastante alinhado, primeiro se aprenderia a ler com a sua *Artinha de Leitura* e depois se treinaria essa leitura com o *Terra Gaúcha*. Um projeto completo para o ensino primário no Rio Grande do Sul

NETO, 2009, p.326). Esse verso traz a ideia de um novo tempo, um tempo mais esclarecido, mais culto, mais nacionalista que vinha com a república e nos levaria necessariamente ao progresso²²².

Contudo, uma ressalva deve ser feita antes de finalizarmos esse tópico. A conferência de 1906 possui algumas mudanças substanciais. Já no início o autor conta que se dedicou a conhecer melhor o Estado durante esse tempo e faz uma espécie de resenha do que viu. Essas palavras, exatamente as mesmas palavras, serão reutilizadas mais tarde como texto introdutório de *Contos Gauchescos* (1912). Dessa forma, demonstra que o autor manteve a sua ideia de partir da região para compreender a nação, por isso se dedicou a percorrer o Estado. Nesta conferência, diferente da primeira que se coloca como “humilde arbusto entre árvores frondosas”, se apresenta como “ser pensante, dirigente e responsável” (LOPES NETO, 1906, p.03) demonstrando uma mudança de postura considerável. Se impõe, pois, como alguém que estudou o tema e de forma responsável se põe a dissertar para o público. Algumas partes do texto foram suprimidas de uma conferência para outra, contudo, o a linha de raciocínio continuou a mesma.

Há algo bastante interessante na conferência de 1906, o autor faz uma curiosa guinada em direção à América Latina e a inclusão de um intelectual específico como fonte deixa tudo mais interessante. A presença de Manoel Bomfim traz a ideia dos “males de origem”. Para Bomfim (1993), os males que nos afligiam tinham origem no parasitismo ibérico, nos muitos anos de exploração e subjugação da colônia em relação a metrópole e a herança profunda que primeiro parasitou o trabalho escravo e mais tarde parasitou o Estado, na figura das elites. Bomfim, diferente da maioria dos intelectuais de sua época, salvada Darwin e a sua Teoria da Evolução das Espécies, contudo, criticava os maus leitores que deturpavam suas ideias para afirmar uma postura de exploração racial e preconceitos. Ele ainda pensava um pouco mais longe, ampliando seu horizonte para toda a América que Latina que, de alguma forma, demonstrava processos parecidos de exploração, de parasitismo.

O fato de João Simões Lopes Neto se apoiar num autor como Bomfim é algo bastante peculiar e ao mesmo tempo lógico. Peculiar porque Bomfim fora difamado por

²²² Cabe destacar que, essa frase, usada neste contexto, também se alinha com as ideias positivistas, ou melhor dizendo, a república representava um novo tempo, um tempo positivo na evolução, sendo antecedido pela monarquia que representava um tempo teleológico, cumprindo assim a tese dos estágios e, através desse pensamento, o progresso viria naturalmente na “onda” da evolução.

Sílvio Romero, como vimos, o que o relegou por muitos anos do campo da intelectualidade brasileira, o que o colocaria em posição delicada para ser seguido como guia. Foi também, o primeiro a dizer que nossos “problemas” eram de cunho sociológico e não biológico, que não havia nada de errado com o brasileiro que não pudesse ser concertado com uma instrução pública capaz de afastar os males de anos de parasitismo. E aqui está o ponto lógico de João Simões Lopes Neto se apoiar nele, a ideia de que uma boa instrução pública poderia sanar nossos males mais arraigados e que nossos problemas eram sociais e não biológicos, como preferiam acreditar certos intelectuais com leituras equivocadas de Darwin.

Para entendermos melhor essa influência de Bomfim e a guinada para a América Latina, basta lermos esse trecho:

O homem morre, as gerações se sucedem, mas a Pátria fica e sobrevive e segue avante, e mais e sempre librada na saudade dos que tombaram e na aspiração dos que surgem.

Não se perca o eco dessa ‘América Latina’ que tantos ensinamentos contém. Ouçamo-los.

Não percamos esforço lamentando o que se não fez, vejamos o que é preciso fazer, e para maior vigor na campanha, pensemos no que será este espaço do mundo, quando esses muitos milhares de inúteis representarem unidades efetivas no concurso das atividades humanas, com a consciência de seu próprio valor.

Não nos esterilizemos, dizendo mal de nós mesmos e dizendo-o sem o interesse firme de nos corrigirmos.

Temos força d’alma, temos talento, temos aptidão, valentia, vigor, saúde, – porque não dirigir, educar, melhorar essas grandes qualidades?

Viver é progredir, bem-estar, liberdade, amor, beleza, tais são as tendências em que todos os tempos tem arrastado a humanidade.

Atiremo-nos à ação, não esperemos que uma força milagrosa nos leve ao progresso...

Consagremos numa demonstração superior esta necessidade de amar, respeitar e manter inviolados os horizontes e as passagens familiares do lar querido; demos uma significação moral digna a essa lembrança pelas gentes que nos trouxeram à vida, pelas gerações desaparecidas que nos legaram motivos de afeto, de respeito e de saudade sempre renascente! Nestes sentimentos toda a aspiração ardente e vigorosa mais se fortalece e se exalta na evocação do próprio sonho: que é por todo esse continente, muralhado do arder cívico de seus filhos, a liberdade e o progresso fraternizando os homens, na justiça, no bem e no belo; a democracia excelsa adejando sobre o futuro, serena, alegre, e sonhando a vida, servindo-a, impelindo o povo e a raça para uma glória verdadeiramente humana, no concertante triunfal do trabalho feliz e fecundo, a luz dos horizontes largos e puros, como esses que se desdobram pelos risonhos largos e puros, como esses que se desdobram pelas aleandoradas cordilheiras americanas, onde rugem os maiores vulcões, donde caem os maiores rios e sobre as quais remigiam as maiores asas, as asas dos condores indomáveis!... (LOPES NETO, 1906, p.19)

Notamos neste trecho, a guinada explícita do autor. Constatamos uma outra ideia, de um Brasil integrado à América Latina e essa, como um todo, representando um novo tempo, onde esse continente seria mais desenvolvido, uma espécie de “novo centro do mundo”. O autor fala isso no início desta conferência, que a Europa já havia tido seus dias de glória, que naquele momento era a América do Norte e em breve chegaria o momento da América Latina e o Brasil é o maior país desse continente, devendo encabeçar esse momento de progresso sem precedentes.

Outro ponto em que a segunda conferência se diferencia da primeira é o autor trata do problema do livro de leitura, ainda com as mesmas ideias, utilizando quase as mesmas palavras, contudo, não fala de seu livro, não coloca o nome, como na primeira cita *Terra Gaúcha*, apenas fala de um livro.

A forma como ele acaba essa versão é bem diferente da primeira:

Ah! Utopia!

Utopia, sim, sejamos utopistas contanto que não esterilizemos o nosso ideal, contanto que trabalhemos!

Queiramos desde já o que será a glória de amanhã, uma pátria grande e feliz, na clemência de seu clima, no esplendor deste céu, inteligente, laboriosa e pacífica na comunhão social, meiga e fraternal na expansão natural da instintiva cordialidade, apartada dos egoísmos ferozes que aviltam outras civilizações.

Voltemo-nos para a ação fecunda, demos à Vida toda a nossa atividade e ela nos levará para o progresso e para a vitória, tal como na floresta sombria a seiva leva as árvores para o alto, para a luz... (LOPES NETO, 1906, p.20).

Aqui, apesar do autor falar em utopia, ele pede que trabalhemos todos em direção à essa utopia, a esse sonho de uma pátria. Dessa forma, fica a ideia de que sem esforço e trabalho não há mudança. De acordo com Fischer (2013, p.238) “[...] foi em Bomfim que [o autor] encontrou formulação adequada para a exortação final, essa apologia do trabalho em favor da gente comum. Este era o difícil, o difícilíssimo páreo que nosso pelotense queria correr”.

Portanto, podemos concluir que João Simões Lopes Neto realizou suas conferências afim de alertar sobre os perigos da falta de um sentimento nacional. Essa ideia é mais explícita na primeira conferência, já na segunda, esse sentimento sofre uma ampliação para a América Latina. Já nossos vícios poderiam ser corrigidos desde que exaltássemos nossas virtudes, trabalhássemos em cima delas, afim de melhorar cada vez mais. E esse seria o papel da instrução pública, exaltar nossas virtudes, despertar o sentimento nacional e ainda, a partir de uma educação física, preparar também o corpo –

precisávamos de corpos e mentes sãs para eventuais confrontos. Na tentativa de auxiliar nessa empreitada, o autor apresenta em sua primeira conferência o seu livro de leitura *Terra Gaúcha*, que deveria ser usado pela instrução pública do Rio Grande do Sul. Na segunda conferência, a ideia do livro de leitura como “mola real do ensino” não desaparece, permanece inabalável, contudo, o autor não fala mais sobre o seu livro de leitura, podemos pensar que a conjuntura o fez pensar em outra proposta, mais ampla? Talvez estivesse planejando a sua *Artinha de Leitura*, ou ainda pensando uma possibilidade de tornar esse “projeto” algo mais sistemático? Não encontramos indícios que nos levassem à essas respostas, mas cabe nos debruçarmos sobre seus dois livros para compreender melhor tanto o projeto pedagógico de João Simões Lopes Neto, quando a sua possível “adaptação” para a literatura.

3.2.2 A ARTINHA DE LEITURA

Decidimos começar a tratar dos livros didáticos pela *Artinha de Leitura* porque acreditamos e, como demonstra o autor na própria cartilha, esse seria o primeiro livro da *Série Brasileira*²²³, seguido de *II. Eu na Escola*, *III. Terra Gaúcha* e *IV Hinos e Glórias do Brasil*²²⁴. Esse modo de apresentar o livro demonstra que o autor tinha um plano, um projeto de ação para a educação pública de seu Estado – a *Série Brasileira* – que iniciava com a cartilha para aprender a ler e escrever, passando para um livro de leitura cívico e na sequência a história do Rio Grande do Sul e do Brasil, abarcando também as tradições.

João Simões Lopes Neto levou bastante a sério o seu projeto para a educação pública no Rio Grande do Sul e, em 1908, submeteu ao exame do Conselho de Instrução Pública do Estado a sua *Artinha de Leitura*. No jornal *A Federação* de 03 de março de 1908, podemos ler:

No requerimento de J. Simões Lopes Neto, pedindo ser submetido a estatuto e julgamento do Conselho escolar o livro de sua composição ‘Série Brasileira’, intitulado ‘Artinha de leitura’, o dr. Presidente do estado proferiu o seguinte despacho: Sim, em tempo. (*A Federação*, 1908, p.01)

²²³ *Brasiliana* era também o nome que ele deu a Coleção de Cartões Portais – *Coleção Brasiliana*. Esses cartões de fato existiram e foram comercializados, pelo menos em Pelotas. Trata-se de uma coleção de cartões postais que tinha por objetivo vulgarizar os fatos da História Nacional em 12 séries de 25 ilustrações. Grande parte da coleção encontra-se em acervo no Instituto Simões Lopes Neto, em Pelotas.

²²⁴ Conforme podemos ler na folha de rosto da *Artinha*.

Com o aval do presidente do estado, o senhor Borges de Medeiros, a Artinha de João Simões Lopes Neto foi encaminhada para a apreciação daquele conselho. Cabe destacar que o autor era membro do PRR, participava com frequência de eventos e realizava visitas à redação d'*A Federação* sempre que possível em visitas à Porto Alegre, como podemos ler em páginas e mais páginas desse periódico. Não raro, principalmente no período de 1906 em diante, lemos que o autor está em Porto Alegre e na sequência que visitou a redação d'*A Federação*. Inclusive, na ocasião em que foi à capital para proferir sua conferência em 1906, foi o autor pessoalmente convidar o ilustríssimo senhor presidente do Estado.

Após ser avaliada, no dia 25 de julho de 1908, o parecer acerca da cartilha foi publicado. Consta neste parecer que a ortografia utilizada pelo autor na obra estava em desacordo com a utilizada no Estado e, não podendo este impor tal ortografia, a artinha deveria ser reparada para assim obedecer ao critério de ensino (*A Federação*, 27 de julho 1908, p.02).

Apontado o desacordo, deveria o autor reparar a sua cartilha e encaminhar novamente para a apreciação. Não obstante, não acreditava o autor estar em desacordo pois, a ortografia que apresentava estava de acordo com a deliberação de 11 de julho da Academia Brasileira de Letras, mesmo ano em que compôs sua artinha. Por isso, não satisfeito com essa resposta do Conselho escreveu uma espécie de carta de resposta, a qual chamou de *Ligeira Contradita* (1908)²²⁵. O autor argumenta que era

Partidário da reforma para a simplificação e uniformização da grafia de nossa língua, porém [...] unidade, e pois [...] no movimento, não podia atrever-me a lançar inovação; hoje, o [...] está feita a [...] neste sentido, [...] pela Academia Brasileira de Letras; concorrente que, no avançamento do tempo, há de avolumar-se e acabará dominando em benefício da massa popular. É dispensável reproduzir toda a copiosa argumentação pró e contra provocada pela manifestação da Academia: o douto Conselho Escolar seguramente está dele inteirado (LOPES NETO, 1908. p.01-02).

O autor deixa subentendido que sendo o órgão tão competente já devia saber das proposições da Academia Brasileira de letras, bem como as discussões acerca dela. Ao

²²⁵ Esse manuscrito pode ser encontrado na íntegra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), arquivo pessoal de João Simões Lopes Neto, caixa 09. Na leitura, algumas palavras estão incompreensíveis, seja por borrões de tinta no papel, seja pela incompreensão da letra “apressada” do autor, por isso, ao transcrevermos partes que acreditamos fundamentais para a compreensão dessa pesquisa, haverá algumas lacunas.

mesmo tempo, deixa claro o público alvo beneficiário dessa reforma, “a massa popular”, ou seja, a quem destinava-se o ensino público. Além disso, mais adiante na carta ele diz:

O Ginásio Nacional já oficializou a adoção da grafia simplificada nos seus cursos primários, nas bancas de exames de estudos secundários; ela não prejudica os candidatos. Informaram-me que no Estado do Pará ela já está decretada: está pois legalizada esta correta transformadora reforma, que só a resistência e a inércia protelava e que se inoculará lentamente, como boa razão. (LOPES NETO, 1908, p.03-04)

Os argumentos do autor são consistentes pois, o Ginásio Nacional, antigo Colégio Pedro II, deveria servir de modelo à toda instrução nacional pública. Dessa forma, por que não adotar a reforma da Academia Brasileira de Letras, se até mesmo o Ginásio Nacional já adotou? Outrossim, refere-se ao fato de outros estados brasileiros já haverem adotado tal reforma.

A reforma ortográfica da Academia Brasileira de Letras, tratava-se de uma reforma fonética, que facilitaria a leitura bem como ensino da mesma. Por exemplo, segundo o autor, por essa reforma dever-se-ia substituir ph por f, ch com som de k por qu antes de e – i e por c antes de a, o, u (LOPES NETO, 2013, p.146). Assim, facilitaria leitura tendo o som “real” da sílaba, bem como para ensinar a ler e escrever. Contudo, o Conselho de Instrução Pública do Estado não aceitou seu livro, mesmo após a *Ligeira Contradita*.

De acordo com Garcez (2013, p.159) no início do século XX somente Brasil e Portugal eram estados nacionais que tinham a língua portuguesa como língua oficial de fala e escrita. Nos dois estados o índice de analfabetismo era grande nesse período, no Brasil em 1920, por exemplo, cerca de 65% da população com 15 anos ou mais era analfabeta. Faltava políticas públicas nesse sentido e, por conseguinte, materiais didáticos para o ensino da leitura. Portanto, a adoção da reforma da Academia Brasileira de Letras vinha num sentido de facilitar a leitura para as camadas mais populares da sociedade, diminuindo assim o índice de analfabetismo no país e, ao mesmo tempo, formando um público leitor.

Em *Uma proposição*, em sua *Artinha de Leitura* o autor afirma:

A propensão verificada e que se impõe neste século é a da solução prática de coisas e repousa neste axioma: o maior proveito sob o menor esforço e tempo. Procura-se tudo simplificar, codificando em convenções todas as bases de

interpretação. Está-se positivamente abolindo toda a anfibiologia²²⁶, toda a complicação, toda a farandolagem²²⁷ que toma o lugar sem expressar utilidade real. Um indivíduo não é menos capaz, menos inteligente, menos estudiosos nem menos apto para preparo, concepção e demonstrações científicas porque deixa de usar (e até reconheça) as letras minúsculas diferentes das maiúsculas. Mais, incomparavelmente *maior valor tem a feição sintáctica de uma língua; no entanto, os maiores documentos morais, poéticos, políticos, guerreiros e até entre os científicos, não primam pela pureza imaculada de sua gramática – como a querem os gramáticos – e nem por isso deixaram de produzir notáveis e até radicais consequências a humanidade*²²⁸e. (LOPES NETO, 2013, p.151-152)

Lembremos que em suas conferências cívicas o autor já falava que o século XX era um século prático, positivo. Lembremos também que, a doutrina positivista de Comte, que foi amplamente adotada e adaptado no Rio Grande do Sul, primava por uma educação mais prática, principalmente priorizando o ensino técnico. Atento a esse novo tempo, bem como as mudanças propostas pela Academia Brasileira de letras, onde repousavam os maiores nomes de nossa língua, João Simões Lopes Neto seguiu seu rumo no ramo da educação e alinhou a reforma a um método mais prático de ensino.

Outro ponto fundamental a se notar aqui é a questão da importância que o autor dá para a língua nacional, o que ele chamava de *brasilês*. A uniformização da língua é um aspecto importante para a formação da nação. A língua acaba por se tornar o modo de expressão de toda uma comunidade, de toda uma nação. Para Fichte (2009), importante teórico acerca da formação das nações, elas se construíam por diversos pontos culturais como a língua. Marcel Mauss (2017) ao refletir sobre a língua como um aspecto formador da nação, conclui que

[...] uma nação acredita em sua língua. Esforça-se mais ainda para conservá-la do que para fazê-la viver; para difundi-la, mesmo que artificialmente, do que para enriquecê-la com novos vocábulos ou novos falantes; para fixá-la mais do que aperfeiçoá-la. O conservadorismo, o proselitismo, o fanatismo linguístico são fatos totalmente novos que expressam a profunda individualização das línguas modernas nacionais e, portanto, a das nações que as falam. (MAUSS, 2017, p.83)

Contudo, no caso do autor a questão da língua é distingui-la do português de Portugal. E, ao mesmo tempo a questão é conservar essa língua, deve-se ter em mente que essa língua é ainda nova, assim como a nação e seu povo. É uma língua em

²²⁶ Quer dizer: duplicidade, ambiguidade.

²²⁷ Refere-se a bugiganga, tralha, coisa inútil.

²²⁸ Grifo nosso. O autor demonstra a importância que dá para a língua, independente de regras gramaticais.

construção, que havia acabado de passar por uma reforma ortográfica²²⁹ que a tornava mais lógica do ponto de vista da fala, ou seja, tirando pequenos entraves que dificultavam a aprendizagem da leitura, tornava-a mais popular, uma língua de todos e não somente da alta cultura das elites brasileiras. Na nota adicionada pelo autor na parte em que explica a Reforma ortográfica em sua *Artinha*, podemos ler:

A feitura dessa artinha obedeceu a decisão da autoridade competente, qual é a Academia Brasileira de Letras, que tornou oficial a reforma da ortografia brasílica, extinguindo a anarquia que campeava na escritura de nossa língua – louvado seja o decisivo cometimento da Academia, em que boa hora reagiu contra a resistência da inércia – que mantinha peias que o viver hodierno repudia. Falta-nos ainda um dicionário (etimológico-ortográfico de acordo com a reforma) da língua portuguesa – ramo brasilês. As gerações da atualidade para adiante gozarão enfim de valiosíssimas facilidades. Em tempo! (LOPES NETO, 2013, p.147-148)

Portanto, no tocante a questão da língua, é interessantíssimo que o autor ao mesmo tempo que comemora a mudança da reforma, que de fato facilitaria bastante o ensino da leitura, salienta que ainda não possuíamos um dicionário que, nada mais é que um registro oficial de nossa língua, uma forma de registrar e manter, como fala Mauss (2017). Ou ainda como diz Anderson (2008, p.112), os dicionários monolíngues são o tesouro impresso de cada língua. Por isso, pensemos que havia de se distinguir no nosso português do português de Portugal, de certa forma, tínhamos que criar uma língua nossa, sem estrangeirismos²³⁰, com o “toque local”, mais próxima do modo como nos expressávamos. A língua é elemento crucial para a criação e identificação de uma nação. Podemos notar então, que autor tendo uma visão bastante cívica sobre a educação, como pudemos observar ao analisar nas conferências de 1904 e 1906, via na língua um ponto de confluência para a criação dessa nova nação de cujo progresso, ainda por vir, não podíamos mensurar. Mas era preciso trabalhar para isso, como ele expressou, e criar um “novo” método de ensino de leitura e escrita, adotando a reforma ortográfica da Academia Brasileira de Letras, era um trabalho e tanto. Mas, vale ainda apreciar mais uma argumentação de Mauss sobre a língua, ele diz que

[...] nos tempos modernos, a língua cria, se não a nação, ao menos a nacionalidade. O desenvolvimento das grandes literaturas científicas e morais, assim como a disposição mental gerada por métodos de educação idênticos em

²²⁹ Essa não foi a única reforma, houveram muitas outras antes de pois dessa. Nos últimos anos o Brasil tem selado acordos ortográficos em conformidade com Portugal.

²³⁰ Vale dizer que a reforma suprimiu o uso do K, W e Y de palavras brasileiras.

escala de força insuspeitada, consegue talhar mentalidades nacionais mesmo além dos limites do Estado. (MAUSS, 2017, p.85)

Assim, a língua consegue “talhar nacionalidades” como disse Mauss. Lembremos que João Simões Lopes Neto queria despertar o sentimento nacional nos brasileiros e, nada melhor que um poema, um conto em nossa língua materna, a língua que aprendemos a falar e depois a ler e escrever, cria-se um sentimento pelo nosso vocabulário, pelos nossos modos de expressão. E, cabe dizer ainda, que quando o autor foi “criar o seu gaúcho”, teve de criar todo um outro vocabulário, uma outra forma de se expressar e mesmo assim, ainda uma face da nossa língua materna com o toque regional. Uma nação diversa, deve ter também sotaques diversos que, por sua vez, também nos identificam como brasileiros de tal região do país. Assim sendo, a língua se torna um ponto de afirmação da nacionalidade.

Mas, outros aspectos também compõem a *Artinha*, a começar pelo nome. De acordo com Garcez (2013, p.160), seria o diminutivo de “arte” no sentido erudito, como modo de designar um tratado de normas e conhecimentos para o exercício de uma atividade, uma espécie de cartilha. Garcez (2013, p.160), diz ainda que o nome da proposta de cartilha de João Simões Lopes Neto rende tributo ao antecedente livro didático de alfabetização *Cartilha maternal*, cujo subtítulo era exatamente *Arte de leitura*. Essa foi uma importante e celebrada cartilha, desde sua primeira edição em 1876. Era também conhecida por “método João de Deus”, fazendo referência ao pedagogo português que a criou propondo um método de “palavração”. Segundo Garcez (2013, p.160), “O método João de Deus [...] consistia em focar o ensino da leitura na unidade da palavra inteira para a análise diretamente a partir dos valores fonético-fonológicos. [...]”. Esse método foi amplamente utilizado nas escolas brasileiras e, segundo Arriada, Peres e Pereira (2018, p.11), altamente adotada na cidade de Pelotas nos anos finais do século XIX.

Durante o século XIX, houve uma grande produção de cartilhas de leitura. Sobretudo, na segunda metade do século, uma grande produção de cartilhas focadas no método sintético de alfabetização (soletração, fonemas e da silabação), já no início do século XX, partiu-se para a defesa de um método analítico, ou seja, processos de palavração e da sentençação, que eram influências da pedagogia norte-americana (ARRIADA; PERES; PEREIRA, 2018, p.12). No Rio Grande do Sul, a *Cartilha Nacional*

de Hilário Ribeiro era a mais requisitada pelos professores. Quando João Simões Lopes Neto cria a sua *Artinha* em 1907, já existia um volume razoável de materiais impressos em circulação no Estado, porém, não havia uma uniformidade de método de ensino da leitura, dividindo-se as produções entre o método analítico (palavração) e o método sintético (de base fonética ou silábica) (ARRIADA; PERES; PEREIRA, 2018, p.15).

A *Artinha* de Simões Lopes Neto, do que tange a questão do método, segundo Arriada, Peres e Pereira (2018, p.16) traz uma confluência dos métodos sintéticos e analíticos²³¹. Nela podemos encontrar desde o ensino por vogais e consoantes, silabação, palavração, pequenas frases, bem como historietas. Está organizada em cinco partes sendo as três primeiras guias didáticos para a alfabetização propriamente dita (vogais, ditongos, relações entre letras, entre outras coisas), já a quarta parte destina-se a abrigar quatro pequenos contos morais ilustrados sobre a teimosia, a curiosidade, a gula e preguiça; na quinta e última parte inicia uma bateria de exercícios de particularidades, treinamento para a leitura (GARCEZ, 2013, p.164-165). Existem ainda, ao final do compendio, uma área dedicada ao professor onde dá conselhos e disserta sobre seu “método” de ensino, quase como o que temos hoje nas escolas conhecido como livro do professor.

Na primeira parte dedicada ao ensino da leitura e escrita propriamente ditos, podemos ver letras, sílabas, palavras e pequenas frases, além, é claro de algumas notas que serviriam de instrução ao mestre no uso do método e da cartilha. Podemos ler, na parte que ensina sobre as sílabas mistas, as frases escolhidas pelo autor para leitura das crianças, essas são bastante interessantes se pensarmos no projeto cívico e pedagógico:

²³¹ Há pelo menos três vertentes do método sintético: alfabético (inicia-se pelo aprendizado do nome das letras do alfabeto, depois a fazer combinações em sílabas e então montar palavras), silábico (inicia-se pelo aprendizado das famílias das sílabas e depois a formação de palavras) e fônico (parte do som das letras, os fonemas, o aprendizado se dá associando o som das palavras faladas com a grafia das letras, parte-se do ensino de vogais e consoantes e não por sílabas ou palavras). O método sintético, atualmente, é bastante criticado no Brasil, pois tanto o método alfabético quanto o silábico se dão de maneira mecânica, por decoração, deixando também de lado toda a bagagem de experiências das crianças. O método fônico também recebe uma série de críticas pois, existem palavras em português cujo som é diferente da grafia o quer gera mais confusão do que aprendizado, outro ponto referente à esse método é que as crianças repetem a exaustão as palavras, perdendo tempo de estarem fazendo atividades mais interessantes e lúdicas, que abarcariam o universo da criança. Já o método analítico, também possui três vertentes: palavração (começa pela identificação das palavras – sons e letras), sentenciação (o aprendizado inicia-se por frases inteiras) e global (apresenta estrutura de textos – pequenas histórias ou contos). Comum também é a mescla desses três métodos. Para mais ver: <https://revistacrescer.globo.com/Crianças/Escola/noticia/2016/02/alfabetizacao-conheca-os-metodos-sinteticos-e-analiticos.html>

“república do brasil/sou e serei brasilês²³²”, mais adiante ainda, lemos também “amo os hinos e as glórias do brasil” e “nossa pátria é o brasil/casa/rua/bairro/cidade/município/estado/ hino e bandeira” (LOPES NETO, 2013, p.84;90;98). Portanto, podemos constatar aqui que João Simões Lopes Neto segue a mesma linha de raciocínio que expôs em suas conferências cívicas, ou melhor, coloca em prática as ideias que demonstrou naquela ocasião. O autor já no ensino da leitura, coloca frases para a criança ler que estimulassem o sentimento e a consciência nacional. Lembremos que era preciso criar um cidadão, era preciso despertar o sentimento nacional.

Outro aspecto interessante são as notas que o autor mantém ao longo da *Artinha*, como uma espécie de conselho aos professores. Na lição que ensina as vogais, lemos a seguinte nota: “Ensine a enunciar as vogais com som grave e não breve ou agudo; os ditongos em uma só voz e não soletrando. Mostre a diferença das vogais com o som agudo, que é forte. Não fale em outros sons, para evitar confusões. ” (LOPES NETO, 2018, p.16). O foco deveria ser a aprendizagem da leitura acima de qualquer coisa, não obstante a postura do mestre se mostrava essencial para que a tarefa fosse cumprida com sucesso. O autor abominava castigos físicos, bem como lições que só ensinavam a repetição e pede em seu livro para o mestre “[...] proceda com moderação, sensatez e paciência [e] faz lembrar Paulo Freire, que, muito mais tarde diria que o educador precisa querer bem ao educando. [...]” (GARCEZ, 2013, p.170).

Quando se dirige ao mestre, em uma “palestra amigável”, podemos compreender como o aquele deveria agir em relação as crianças:

Atenda que o progresso do aprendiz obedece à lei do ritmo; em algumas lições ele aproveita, adianta-se; em outras parece estacionar; não haja, pois, exigências demasiadas. O ensino da leitura, ao princípio, oferece sérias dificuldades; não apure o iniciado; logo que ele aprenda o mecanismo da silabação, os resultados serão surpreendentes. Por outro lado, não esqueça que: I – Convém evitar a maneira imprópria de dar ordens²³³; a) palavras inúteis [...]; b) ameaças vãs [...]; c) promessas [...].

II – É preciso saber mandar: a) não ordene senão aquilo que pode ser executado [...]; b) não ordene senão aquilo que for indispensável [...]; c) dar poucas ordens de uma só vez [...]; d) as ordens devem ser curtas e claras.

III – As crianças devem acostumar-se a obedecer desde os primeiros anos, e: a) para impedir maus atos, adotar um tom severo se nada conseguirem as advertências e os gestos repetidos; b) para fazer que cumpram atos necessários, adotar tom alentador e persuasivo; c) não permitir que a criança se imponha

²³² Todas as palavras encontram-se escritas em letras minúsculas, inclusive, Brasil, que por ser nome próprio deveria aparecer coma primeira letra maiúscula. Contudo, faz parte do método de João Simões que se apresente e ensine todas as palavras em letras minúsculas para não confundir a criança, e só quando esta estivesse adaptada as palavras se faria essa diferenciação entre letras maiúsculas e minúsculas.

²³³ Grifos do autor para pontuar as prioridades.

pelas lágrimas; procurar-lhe o necessário consola-la se se achar realmente triste; não ceder a suas lágrimas fingidas.

IV – Convém evitar uns tantos castigos; a) privar de coisas necessárias [...]; b) injúrias [...]; c) censuras imerecidas [...]; d) censuras que desalentam [...]; e) caçoadas cruéis e irônicas [...]; h) humilhações diante de estranhos [...].

V – *Não desperte nunca na criança o medo, a inveja, o crime, o espírito de intriga; desculpe os atos irrefletidos devidos a travessuras próprias da idade, mas castigue qualquer tendência aos vícios do caráter; os castigos físicos ferem e rebaixam o amor-próprio das crianças, e, sem emenda-las, tornam-nas faltas de brio; não impor, convencer; procure fazer voltar a criança ao bom caminho, por meio das palavras meigas e firmes. Influa desde cedo o amor da pátria, o orgulho nacional, a força e a capacidade da nacionalidade, a convicção e o entusiasmo de que há de ser – quando for homem – um cidadão útil²³⁴.*

A calma, a moderação; paciência, a meiguice – e a constância – são os predicados do educador.

Não se deixe – nunca! – invadir pela cólera. (LOPES NETO, 2013, p.142-144)

Podemos constatar que João Simões Lopes Neto propunha ao mestre uma educação mais amorosa, mais compreensiva, mais humanitária, menos punitiva e humilhante. Uma educação que tinha por objetivo principal o ensino da leitura, mas, que ao mesmo tempo, tinha um sentido moral de compreender as brincadeiras das crianças “típicas da idade”, deixando que os jovens sejam o que eles são, jovens, como disse em suas conferências. Porém, pedia que o mestre reprimisse com veemência qualquer tendência a vícios de caráter e, sobretudo, o mestre deveria transmitir desde cedo o amor pela pátria e tudo o que isso envolvia para assim formarmos cidadãos úteis. Vejamos que, apesar do principal objetivo da *Artinha* ser ensinar a ler e escrever, o autor, sempre que pode alerta para a nacionalidade, para a construção do cidadão, coloca frases que remetem à pátria, como já vimos, ou seja, sempre buscando ser coerente com o “projeto cívico” apresentado nas conferências.

E, por falar em moral, a *Artinha* na quarta parte apresenta pequeníssimos textos sobre temas morais sobre a teimosia, a curiosidade, a gula e preguiça, como já dissemos. São historinhas interessantes, ilustradas, convidam a criança a participar e interpretar através das ilustrações, a dar opinião sobre os temas, ou seja, além da criança aprender a ler, através do exercício da leitura desses pequenos textos, ela aprende a interpretar o que está lendo, interpretar figuras e, sobretudo, aprende uma lição moral para transformá-la quando adulto em um cidadão útil. Para se ter uma ideia do que estamos falando, no texto *Um Teimoso*, o autor conta a história do menino Juca que é muito levado, não para quieto

²³⁴ Grifo nosso.

e está sempre aprontando, mesmo que lhe avisem que pode se machucar, mas Juca que é muito teimoso não ouve ninguém e, de certa feita resolveu se equilibrar em cima de cadeira de embalo e então o autor conta:

Como tive de sair de casa, não sei o que teria acontecido, pois de volta achei-o na cama, muito pálido e chorando, das dores que sentia.
– Oh, rapaz, o que é isso! Choramir não é responder.
Diga-me você o que foi que sucedeu ao teimoso Juca.
Desta vez tomará juízo? Pode ser, pode ser! (LOPES NETO, 2018, p.108)

Através de historinhas como esta, o autor instigava a criança a pensar sobre os temas morais, e se identificando com os personagens poderiam repensar seus comportamentos. Dessa forma, desde pequena a criança já desenvolveria o discernimento do que é certo e o que é errado. Essa também era uma forma de “regenerar” o povo brasileiro, o ensinando desde de pequeno os preceitos morais e evitando que se corrompa com vícios de comportamento e vícios morais. Acreditamos que João Simões Lopes Neto era inspirado pela ideia de “homem novo” de Jean Jacques Rousseau, expressa em sua obra *Emílio ou da Educação*, publicada em 1762. Essa obra revolucionou a pedagogia e serviu de inspiração para várias teorias da educação do século XIX e XX. A ideia de que a criança é boa em sua natureza, apta para aprender tudo, desde que bem instruída para que a sociedade não a corrompa e a torne má. Quase no final da quarta parte, o autor expõe mais preceitos morais. Sob o título: *Ver, ouvir e calar*, em forma de pequenas frases o autor evidencia: “Quem diz o que quer ouve o que não quer. Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti. Teme a Deus, ama teus pais.” (LOPES NETO, 2013, p.122). Aqui encontramos o básico dos preceitos morais, não ofender, não fazer o mal, temer a Deus e respeitar e amar a família, na figura dos pais. De acordo com Arriada, Peres e Pereira (2018, p.10), “[...] para o escritor era preciso formar uma criança ordeira e obediente aos pais e aos mestres, o que seria um importante investimento para a nação.”.

A partes finais do livro dedicam-se à uma bateria de exercícios de vários tipos. Além de uma parte que dedica inteiramente ao mestre, onde expõe seus princípios para o ensino da leitura e a formação do pequeno cidadão.

Arriada, Peres e Pereira (2018, p.17-18), ao compararem a *Artinha* com outras produções didáticas de sua época, principalmente as anteriormente utilizadas nas escolas gaúchas, chegaram à conclusão que ele seguiu uma tendência em voga desde o final do século XIX. Apontam ainda que o uso de imagens também não representa uma inovação.

Para eles, o grande aspecto original da *Artinha* está em sua proposta gráfica, começando pela configuração das páginas que revela a proposição pedagógica para o ensino da leitura pretendido pelo autor desde a organização das letras, palavras e frases nas páginas. Outro ponto que os pesquisadores colocam é o uso de reticências como um recurso grafo-ideológico. Segundo eles, o uso de reticências procura aproximar a oralidade da leitura, indicam o não dito no texto escrito, além de indicar também as pausas que uma leitura oral exige do leitor. Eles dizem que esse recurso não foi utilizado em cartilhas anteriores e, ao mesmo tempo, não era comum, bem como o uso de travessões para destacar as letras de cada lição.

Já Garcez (2013, p.166) em seu estudo detalhado sobre a *Artinha* aponta que

Além dessa organização criteriosa as lições exemplificam o emprego das representações gráficas em foco em palavras, conforme o modelo do método João de Deus, mas logo também em frases, culminando em seguida com pequenas historietas para a leitura de iniciantes na parte IV. Bem mais diretamente do que a *Cartilha Maternal* ou *Arte de leitura* de João de Deus, a *Artinha de Leitura* de Simões Lopes Neto se compunha como livro didático propriamente e bem menos como tratado de explicação de um método didático de alfabetização.

Não obstante, para essa pesquisa pelo menos dois pontos merecem destaque, não por acaso eles se alinham: o primeiro é objetivo principal da *Artinha* ser o ensino da leitura, que por meio da reforma ortográfica da Academia Brasileira de Letras, se tornaria mais acessível, principalmente para as camadas mais populares da sociedade, nas quais os índices de analfabetismo eram bastante grandes. O analfabetismo era um problema nacional e, podemos dizer, que em menor escala, ainda o é, mas precisava ser sanado. Um novo tempo positivo, prático, de progresso não podia contar essa “pedra no sapato”. Além disso, em meio a uma série de processos e métodos para alcançar tal objetivo, encontramos o segundo ponto de destaque, ou um outro objetivo, tão importante quanto o primeiro, o saneamento moral, o avivamento do sentimento nacional e a formação de um cidadão útil. Lembremos que esses objetivos já estavam expostos em suas conferências cívicas e foram postos em prática de forma bastante sutil, porém muito objetiva, neste primeiro livro. Infelizmente, o Conselho de Instrução Pública do Rio Grande do Sul não aceitou a *Artinha*, por estar em desacordo com a grafia oficial, como já dissemos. Assim, não foi utilizada pela instrução pública e nem sequer foi publicada, permanecendo perdida ao longo de muitos anos e, recendo uma edição totalmente inédita apenas em 2013, ou seja, mais de cem anos depois.

Lembremos também que, em uma de suas conferências o autor disse apresentar um livro que estaria fazendo e, que esse livro se chamava *Terra Gaúcha*, como um dos livros que aponta na sequência da *Artinha de Leitura*. Veremos agora do que se trata esse livro e como ele se insere nesse projeto de educação nacional, mesmo que seu nome faça referência ao Rio Grande do Sul.

2.2.3 TERRA GAÚCHA OU A “CRIAÇÃO” DA REGIÃO/NAÇÃO

Terra Gaúcha: Histórias da Infância, assim como a *Artinha*, ficou perdido por muitos anos e, diferente do segundo, não havia nem evidências de que ele de fato existisse. Salvo, as palavras do autor nas conferências, sobretudo na de 1904, a qual se dedica a apresentar o tal livro. Mas, em 1955, foi lançado pela editora Sulina, de Porto Alegre, um livro chamado *Terra Gaúcha: História Elementar do Rio Grande do Sul*, de acordo com Fischer (2013, p.215), “Trata-se de um livro de história do Rio Grande do Sul para uso escolar [...]. O livro tem prefácio de Manoelito de Ornellas e texto estabelecido por Walter Spalding, que após uma série de notas explicativas ao manuscrito.”. Apesar desse livro também ser do autor e ter o mesmo nome, não era a esse livro que ele se referia em suas conferências e nem na página de rosto da *Artinha*.

Estima-se que *Terra Gaúcha: História Elementar da Infância*, tenha sido elaborado e escrito por João Simões Lopes Neto entre os anos de 1904 e 1906, contudo, não se pode precisar exatamente o período em que o autor se dedicou à essa obra. Causa espanto pensar que ela permaneceu inédita por mais ou menos um século, sendo encontrada em 2008, em uma velha mala que pertenceu ao autor e estava sob posse de Mozart Victor Russomano. Após o falecimento deste, a mala foi vendida ao pesquisador Fausto Domingues e, dentro dela estava o manuscrito de *Terra Gaúcha*, aquele tão efusivamente apresentado pelo autor em 1904. Ao professor Luís Augusto Fischer coube a edição da publicação de 2013, que trouxe o manuscrito inédito a conhecimento público.

Agora você deve estar se perguntando, por que os dois livros têm o mesmo nome se se tratam de publicações diferentes? Não é possível precisar uma resposta, mas podemos pensar que com a *Artinha* sendo vetada pelo Conselho de Instrução Pública do Estado, fato que deixou o autor bastante incomodado, talvez ele tenha resolvido deixar a

publicação do restante do projeto para um outro momento. Fischer (2013, p.217), aponta que, como o primeiro livro não foi publicado o autor se sentiu à vontade para reaproveitar o título. Aliás, reaproveitar títulos e textos é quase uma característica do autor. No entanto, não acreditamos que esses “reaproveitamentos” tenham se dado de maneira aleatória, acreditamos que o autor possuía plena consciência do que estava fazendo.

Mas, seguimos na análise do projeto cívico e pedagógico do autor, examinando o *Terra Gaúcha* que, para nós, juntamente com as *Conferências Cívicas* de 1904 e 1906, bem como a *Artinha de Leitura*, formam o cerne do projeto de João Simões Lopes Neto. Cabe rememorar que nas conferências o autor expressou seu plano de criar um livro nacional. Nacional no conteúdo e na forma, pois bem, podemos dizer que o autor foi exitoso em seu projeto, mesmo que o livro não tenha passado de um “esboço”, já que não foi publicado e ficou inacabado. O livro destina-se ao treino da leitura, ou seja, após aprender a ler e escrever com a *Artinha de Leitura*, a criança poderia treinar a leitura com o *Terra Gaúcha*. Este, é uma espécie de diário de um menino chamado Maio e, está dividido em duas partes intituladas respectivamente: *As férias, na estância* e *O estudo, no colégio*. Na primeira parte o menino tem contato com o universo campeiro e aprende um pouco dos costumes, tradições e da história do Rio Grande do Sul, já na segunda parte numa escola moderna, higienizada, bem iluminada, ampla, laica e pública o menino aprende lições morais, bem como se exercita nas aulas de educação física com o professor Schultz, além disso, o menino possui um coleguinha de cada estado brasileiro e, por isso, sua turma é conhecida por *senhores estados*, nome dado carinhosamente pelo mestrinho, uma espécie de diretor do colégio.

Na primeira parte então, *As férias na Estância*, Maio se dedica à uma longa descrição de hábitos e costumes campeiros do Rio Grande do Sul e, assim, vai tomando forma a região que João Simões Lopes Neto visava “criar” em sua narrativa. Ou seja, na fala no menino Maio constatamos as imagens, tipos sociais, histórias, enfim, tudo o que o autor elegeu para formar o seu discurso regional que visava contemplar a nação, pois, mesmo a primeira parte se tratando do Sul, não raras são as vezes que o autor menciona a pátria, bem como a ideia de melhoramento a partir do conhecimento. Mas, observemos que o autor demonstra certa visão idealizada do campo em comparação a cidade²³⁵. O

²³⁵ De acordo com Raymond Williams (1990), ao longo da história da humanidade, associamos campo a cidade à elementos positivos e negativos, por exemplo, o campo ao mesmo tempo que é associado à uma forma natural de vida, um lugar de paz, inocência e virtudes simples, é também associado à um lugar de atraso, ignorância e limitação. Já a cidade é pode ser associado à um centro de realizações, de saber,

menino argumenta que é uma pena que nem todos os homens possam viver no sossego e na fartura do campo e, teimam em viver nas cidades. Ele diz que no campo, não vê pessoas pedindo esmolas à sua mãe, pelo contrário, no campo até os mais pobres sempre tem algo para oferecer e conta que:

[...] todos os dias vêm vizinhos e conhecidos nossos, gente de perto e de longe, trazer – dadas – frutas para minhas irmãs e para mim ovos e galinhas, ou queijo ou uma lata de doce, para minha mãe. [...]

E tudo é dado de tão boa vontade, com tanta franqueza, que a gente até se acanha de recusar. Os que se dizem pobres, aqui, dão; lá na cidade, muitos que parecem poder dar, pedem. Já tenho ouvido dizer que em outras terras se morre de fome; isso será lá: aqui é impossível. Na minha terra até o pobre sempre tem para dar ao mais pobre. No campo, na roça, parece que é onde está a felicidade. (LOPES NETO, 2013, p. 17-18).

Aqui, notamos a ideia de que o Sul é um lugar de fartura²³⁶, onde é impossível morrer de fome, como em outros lugares, pois neste lugar até o mais pobre sempre tem algo a oferecer a quem mais precisa. Além disso, notamos que o menino protagonista da história é filho do dono da estância e que algumas pessoas – vizinhos e agregados – sempre levam “presentes” para ele e as irmãs, bem como à seus pais. Outro ponto, é o autor relacionar a felicidade ao campo, lembremos que nas conferências o autor diz que as regiões mais afastadas teriam sido menos “contaminadas” pelo estrangeirismo e, por isso, nesses locais ainda se cultivava o que havia de mais nosso, mais tradicional.

Tema fundamental nesta primeira parte do livro, mas não só, pois podemos dizer que é um tema recorrente por toda a publicação é a questão da importância da família, sobretudo, das mães. Somente nesta primeira parte temos três textos dedicados à família em especial, dos quais dois são sobre a mães: *Minha Mãe*, *Todas as Mães*, *Meu Pai e Minha Irmã*. Vale lembrar que as mães têm um papel importantíssimo na educação dos filhos, bem como, na educação de toda a família segundo a doutrina positivista à qual se tornou ideologia do governo do PRR no Rio Grande do Sul. Em *Minha Mãe* o menino conta que

comunicação e luz e, ao mesmo tempo, pode ser um local de barulho, mundanidade e ambição. De forma geral, campo e cidade estão sempre em constraste. Para mais ver: WILLIAMS, Raymond. **Campo e cidade na História e na Literatura**. – São Paulo. Editora Schwarcz Ltda, 1990.

²³⁶ A ideia de o campo ser um lugar onde se tem fartura, ou a ideia de vir do campo todo o nosso farto alimento, lembra a ideia do Rio Grande do Sul como celeiro do Brasil, ou seja, o lugar de onde vem o alimento para todo o Brasil, um lugar realmente de fartura advinda do campo. A historiadora Sandra Pesavento (1980, p,44), afirma que “O Rio Grande, desde a sua formação, constituíra-se nos moldes de uma economia agropecuária, subsidiária da agroexportação, voltada para o abastecimento do mercado interno brasileiro com a exportação de gêneros alimentícios, pelo o que era conhecido pelo cognome de ‘celeiro do país’.” A autora argumenta ainda que a república veio confirmar essa posição gaúcha de fornecedor do mercado interno do país.

E minha mãe cuida da casa, cuida de todos nós e tem tempo para tudo; todas as tardes passeia de braço dado com o meu pai, e à noite, enquanto siá Mariana nos conta histórias, ela toca piano ou borda ou cose, fazendo roupinhas para nós ou para os afilhados, filhos de vizinhos ou posteiros ou agregados da estância.

Que bom que, quando as minhas irmãs forem moças, sejam como a nossa mãe. Isto seria consolador. (LOPES NETO, 2013, p.19).

Notamos que a mãe faz tudo pela família, cuida dos filhos, do marido, e ainda tem tempo de fazer roupinhas para os filhos e afilhados, esses afilhados, como explica o menino, são filhos de vizinhos, de posteiros ou agregados. Por isso, façamos uma pequena pausa na nossa análise sobre a importância da família para a criança, para observarmos um pouco mais de perto essas relações entre a família de Maio, ou seja, os donos da estância, e seus vizinhos e “funcionários”. Na nota número três dessa historinha, lemos a definição de posteiro e agregado:

Posteiro: empregado da fazenda encarregado da guarda de um posto, uma posição distante da sede da fazenda, nos limites dela, em que o posteiro mora, até com sua família. *Agregado*: também empregado, mas trabalhando em afazeres gerais, em geral envolvendo sua presença na sede da estância; o fato de ser considerado agregado implica certa proximidade afetiva com o proprietário (no mundo escravagista, o agregado era um protegido, que gozava de cartas regalias do senhor, relativamente aos escravos do eito), num regime de favor. (LOPES NETO, 2013, p.19).

Se levarmos em conta essa definição da nota, com o que menino expõe sobre a relação da mãe com os afilhados e, anteriormente, dos muitos presentes em forma de agradecimento que recebem dessas mesmas pessoas das quais seus pais são vizinhos, ou patrões, ou mesmo padrinhos, nos revelam uma certa relação de paternalismo²³⁷. O exemplo mais evidente dessa relação no livro é o de siá Mariana que é uma negra agregada da estância, o menino conta que ela carregou o seu pai no colo, o que demonstra que siá Mariana “está na família” há bastante tempo, no texto *Uma Agregada* o menino diz que “É agregada da estância, a siá Mariana; lá vive ela no seu recanto, muito sossegada e farta. Aquele pedaço de campo, que é um rincãozinho muito bonito, é como se fosse dela. Ali casou-se, ali

²³⁷ Segundo E.P. Thompson (1998), qualquer sociedade em que a autoridade econômica e social e os poderes judiciários sumários estiverem concentrados em um único lugar pode ser chamada de paternalista. Contudo, o autor alerta que esse é um termo frouxo e tende a realizar uma descrição das relações sociais vistas de cima, o que não o invalida. No caso em que destacamos, podemos ver que toda a autoridade demanda do núcleo da estância, ou melhor dizendo, do núcleo familiar dos donos da estância, cuja autoridade, empregados e agregados estão submetidos.

conviveu, ali criou uma filha que hoje vive [...]”²³⁸. ” Ou seja, siá Mariana vive em “um pedaço de campo” que não é dela, provavelmente cedido à ela e ao marido – um antigo capataz da estância, já falecido, que foi companheiro de ordenança do avô do menino nas campanhas antigas do Rio Grande – para que ali vivessem, plantassem e criassem alguns animais para subsistência, em troca de o marido “trabalhar” de capataz da estância e ela de cuidar da casa e das crianças. Essas relações faziam parte do universo rural no Brasil, e não podemos dizer que elas não existam nos dias.

Contudo, voltemos ao tema que nos ocupava, a importância da família na formação da criança. Após falar de sua mãe em especial, o menino fala de *Todas as Mães*, afirmando assim: “As cores das mães, as suas feições, os seus corpos, serão diferentes: uns feios, defeituosos, até disformes, ou serão agradáveis, bonitos; mas a voz, a voz das mães, quando diz ‘Meu filhinho!’, é sempre suave, harmoniosa, doce, de consolação... Mas a da minha mãe ainda mais que todas!” (LOPES NETO, 2013, p.20). Assim, as mães, independentemente de seu porte físico, são sempre doces, suaves. No colo de uma mãe cabe toda a consolação. A mãe é uma espécie de “porto seguro” da família. Já o pai é representado como um homem justo e destemido, quase como uma espécie de herói, é forte, cavalga pelos campos com seu pala branco ao sol, está sempre nas lidas campeiras, além de ser ainda, “[...]bom, generoso e leal [...]” (LOPES NETO, 2013, p.21) e, na sequência o menino conta porque:

[...] O ano passado, quando viemos à estância, pelo S. João, encontramos na estrada um caboclo velho, estanguido de frio em cima do seu cavalito, que era um baio rabão e que estava na espinha. Pois meu pai tirou o casacão forrado de flanela de quadradinhos e com a gola de veludo, e fez o velho vesti-lo; depois deu dois relhaços no matungo do caboclo e tocamos todos a galope, meu pai em mangas de camisa, cantarolando a tirana... o caboclo, confortado, se mirando todo, eu com pena do papai e contente pelo chiru, e o seu Juca Polvadeira com o chapéu bem de banda, puxando o cavanhaque e rindo-se, como um ar de quem diria: ‘Aprenda, menino, que fazer o bem até dá calor no coração!...’ (LOPES NETO, 2013, P.21).

A lição aqui é de generosidade e bondade, destacando o bom exemplo do pai. Tão bom exemplo que o menino diz que quando crescer quer ser como pai, forte com os atrevidos e compassivo com os fracos, um guasca, ou seja, um homem honrado (LOPES NETO, 2013, p.22). Por meio da descrição do menino, podemos notar ainda que o pai dele, assim como o pai de João Simões Lopes Neto, era daqueles homens filhos de estancieiros e

²³⁸ Está em branco no manuscrito o restante da frase, segundo nota da edição da publicação.

charqueadores que iam por temporadas ao campo onde dominavam a maioria das lidas campeiras, mas, como moços de famílias abastadas, também haviam recebido a melhor instrução disponível. Por isso, também portavam-se muitíssimo bem nos bailes e reuniões da sociedade. O menino diz que “[...] quando [o pai] vem para a cidade, veste a sobrecasaca, sabe dançar fazendo medidas as senhoras, canta trechos de óperas, sabe versos, lê jornais e é bem recebido em todas as rodas. / Só não gosto quando papai dá para falar em política: a gente nunca entende nada²³⁹. Até me dá sono. (LOPES NETO, 2013, p.22). Dando a entender que política não é assunto de criança.

Em outro momento, o menino fala de sua irmã Ará²⁴⁰, diz que brincavam juntos pelos campos, corriam, alimentavam os filhotes de passarinho e que ela é [...] jeitosinha e diligente, a Ará já faz o seu crochê, já dá os seus pontos de costura nas roupas das suas bonecas, já se mete a querer ajudar a mamãe nos doces e arranjos da despensa, é muito caprichosa em todas as lições e cuida muito dos livros e cadernos, e na hora da sesta, ainda ela dá uns cafunezinhos no papai, que ele cochila logo! (LOPES NETO, 2013, p.43). Ou seja, mesmo que as crianças brincassem juntas e fizessem os mesmos tipos de atividade, ao contrário do menino, menina está aprendendo a ser uma dona de casa e uma mãe dedicada ao cuidar de suas bonecas, para que no futuro se tornasse uma boa esposa e mãe, por isso, o exemplo da mãe era tão importante para as meninas, do seu papel fundamental de esteio da casa e da família nessa sociedade do início do século XX no Rio Grande do Sul.

Outro ponto interessante aqui é que o menino conta que ela cuidava muito bem de seus cadernos e livros e era bastante dedicada ao fazer as lições, contudo, não encontramos referências de meninas na escola do livro. Nem nas conferências o autor fala sobre um ensino misto, referindo-se sempre aos meninos, aos pequenos cidadãos. Neste caso, cabe supor que a menina estudava em casa com professores particulares ou em alguma escola somente para meninas onde além das lições elementares, aprendiam a ser pequenas “damas”, aprendiam o que era preciso para ser uma boa esposa e mãe. No que

²³⁹ Esse relato do menino, se justapõe com o que o historiador Mário Osório Magalhães fala sobre os filhos de estancieiros e charqueadores na cidade de Pelotas no século XIX. Para mais ver: MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860 – 1890)**. Florianópolis, UFSC, 1993.

²⁴⁰ O núcleo familiar da história é formado pelo pai, pela mãe, pelo menino Maio e por suas irmãs, Ará e a caçula Ivoti. Cabe observar que todas as crianças possuem nomes indígenas, ou melhor, nomes tipicamente brasileiros.

tange o Colégio Municipal do livro, a única criança da família matriculada é o Maio, todos seus colegas são meninos, o que dá a entender que esse era um colégio para meninos.

A importância da família como esteio e exemplo para as crianças será ressaltada ao longo de todo o livro. Não são raros os textos em que o pai ou mãe explicam coisas ao menino ou o ouvem contar de sua escola e fazem comentários. Lembremos que a família é um pilar importante para a sociedade e, principalmente, dentro do contexto do governo do PRR no Rio Grande do Sul com inspirações altamente positivistas. A família também vem, de certa forma, dar amparo moral, recordemos que, segundo o autor, era preciso reforçar o caráter e “trabalhar” a moral dos jovens, para no futuro, serem cidadãos úteis à pátria.

Além da importância da família, essa primeira parte tem como foco apresentar à criança, que estaria fazendo a leitura do livro, um pouco da história, dos costumes e das tradições do Rio Grande do Sul. Portanto, cria, de certa forma, um raciocínio onde estão presentes dois núcleos fundamentais para a formação da criança: o primeiro de vivência – é o núcleo familiar –, o segundo o de sua terra, o local onde nasceu. Destaca-se que pátria e família aparecem em um mesmo conjunto e, não obstante, vem misturadas, formando quase que uma mesma coisa. Acreditamos que a ideia era criar uma sequência que fizesse sentido para a criação ou o despertar do sentimento nacional pois, a criança compreendendo a história, ou melhor, o que veio anteriormente ao seu tempo presente, poderia manter uma espécie de memória coletiva que nutriria o sentimento nacional. A respeito da memória nos diz Halbwachs (2003), que quando lembramos de acontecimentos de nossa infância, quando ainda muito pequenos, não se tem a noção precisa do quanto lembramos daquele fato ou, de quanto lembramos de nos contarem sobre aquele fato, ou seja, de tanto ouvirmos contar determinando acontecimento criamos uma espécie de memória em relação a ele que fica bastante dissociável do que lembramos de fato, ou da imagem que construímos a partir daqueles relatos de outrem.

Nesta perspectiva, podemos notar a perspicácia do autor, pois, ao mesmo tempo que apresenta a história do Rio Grande do Sul, a partir dos relatos do menino Maio, este vai, de certa forma, se apropriando dessa história, encontrando pontos em comum com a história de sua família, portanto, criando uma identificação direta com que o está contando a quem lê, criando igualmente uma espécie de memória coletiva que dá sentido ao sentimento de pertencimento e, logo, de patriotismo. A construção histórica está disposta,

numa espécie de ordem cronológica, da seguinte maneira: *A Sesmaria, Os Tapumes, O Primeiro Rancho, A Tapera, A Estância, O Gaúcho* e *O “Monarca”* e segue. O estudo é bastante detalhado, mesmo se tratando de um livro de treinamento para a leitura. Para compreendermos melhor como o autor insere a criança à história do Estado, cabe elencarmos para tal o texto *O Primeiro Rancho*, no qual destacamos na íntegra:

É uma história comprida, esta, mas meu pai contou-me, uma, duas, três, muitas vezes, propositalmente, para eu sabê-la bem, e depois obrigou-me a repeti-la, tim-tim por tim-tim. Diz ele que é assim que as famílias devem saber a sua própria história, contada de pais a filhos, e para os mais moços conhecerem e respeitarem a memória dos mais velhos, que trabalharam para o seu bem, e aprender a imitarem os belos atos de virtude por eles praticadas.

Quando o brigadeiro Pais, em 1736, atacou o forte de S. Pedro do Rio Grande (onde hoje é a cidade do Rio Grande), que estava em poder dos espanhóis, e os venceu e expulsou, vinha nas suas forças um moço português, simples soldado, alegre de sua vida, valente e de gênio aventureiro. Deu baixa do serviço, internou-se no Continente e mais tarde pediu e obteve a concessão de uma sesmaria de terras. Tomou logo posse do seu campo e construiu o seu palácio: voltado para o nascente, ao abrigo de um coxilhão, na ponta de uma restinga, o palácio era um singelo e pobre rancho, feito de torrão de terra e coberto de palha de santa-fé.

Quantas vezes teve o recente estanceiro de abandonar por longos meses a sua família e o rancho sossegado para andar pela campanha, de arma na mão, lutando para defender e garantir o território, que era já o da pátria dos seus filhos, ainda pequeninos! Ali se criaram os primeiros brasileiros da minha família, todos, mulheres e homens, fortes, generosos e hospitaleiros. Dali, daquele ranho humilde, mas farto e honesto, ainda filhos e netos saíram e tiveram de viver mais como homens de guerra do que como trabalhadores pacíficos, porque o Rio Grande, a sua terra amada, continuava a ser invadida, ensanguentada, saqueada pelo estrangeiro ambicioso e traiçoeiro, que teimava em não abandonar o território que não lhe pertencia.

Foi por esse tempo que apareceu o gaúcho mais destorcido do Rio Grande, o valoroso Rafael Pinto Bandeira. Ele tornou-se o cento da resistência: ninguém recuava, e os rio-grandense expulsaram de uma vez para sempre o estrangeiro invasor do solo patrês. Veio uma era de sossego.

Casou-se; foi trabalhando; o casal era econômico, caritativo, estimado. E quando houve algum dinheiro disponível, construiu a casa, que ainda hoje nos abriga. Ela foi feita conforme planejara antes aquele moço português, simples soldado, de alma alegre e coração bondoso, que foi o tronco da família, aquele João²⁴¹, sem mais nada, aquele avozinho desconhecido, que eu bendigo, porque ajudou para que eu, seu netinho, possa agora viver como rio-grandense e como brasilês, livre na minha terra, independente na minha pátria. Abençoado sejas, avô! (LOPES NETO, 2013, p.24-26).

²⁴¹ Há muitos pontos em comum entre a história de Maio e a história do próprio autor e aqui encontramos um ponto: João Simões Lopes Neto é descendente de portugueses. Seu bisavô, o comendador João Simões Lopes veio para o Brasil no início do século XIX e estabeleceu-se como fazendeiro no povoado que mais tarde seria denominado Freguesia de São Francisco de Paula, posteriormente, cidade de Pelotas; casou-se com Izabel Dorothea que era sobrinha de Izabel Francisca, uma das maiores proprietárias de sesmarias da época, após o falecimento da tia, o casal que vivia na Estância dos Laranjais, recebeu boa parte da propriedade, que passou a chamar-se Estância da Graça (DINIZ, 2003, p.29). Foi nesta estância que o menino João Simões Lopes Neto viveu até os oito anos. Para ver mais sobre os antecedentes familiares do autor ver: DINIZ, Carlos Francisco Sica. **João Simões Lopes, uma biografia**. – Porto Alegre, RS: AGE/UCPEL, 2003.

Note-se como a história da família se cruza com a história do Estado e, por conseguinte, da pátria, já que, foi para expulsar os espanhóis que o avô do menino veio de Portugal e, depois, para expulsar os castelhanos do solo brasileiro é que o avô abandonou a família e a estância muitas vezes. Notamos também como tudo vai se justapondo no livro, dado que, o primeiro textinho sobre a história do Rio Grande do Sul é *A Sesmaria*, onde o menino explica como se deu a delimitação das terras do estado pós 1750²⁴², da domesticação do gado xucro, proveniente das criações dos jesuítas nas Missões, da colonização portuguesa no estado e a distribuição de terras como recompensa pelas lutas para manter o território, as chamadas sesmarias. Foi numa sesmaria que a história da família em solo brasileiro começou, de uma casinha simples, ao triunfo do esforço e do trabalho que, tempos depois, possibilitaram que se erguesse a estância onde hoje, ainda, a família desfruta. Vemos também que, quando os homens valentes que viviam aqui, como Rafael Pinto Bandeira, se ergueram contra o inimigo invasor, os expulsaram e um período de paz e prosperidade reinou nos pagos do sul.

Está criada assim a história de um passado heroico e mítico, onde os homens tiveram de lidar com inúmeras adversidades, desde o invasor espanhol, ao gado xucro e posteriormente os castelhanos que não respeitavam as fronteiras da nação. Assim, nos tornamos um povo valente, que luta para proteger as terras da pátria, que trabalha e batalha por um futuro melhor e, que, sobretudo, passou por todas essas adversidades para deixar seu legado aos que vivem no presente, estabelecendo assim uma conexão entre passado, presente e futuro. Desse modo, o que autor objetivava era uma construção histórica da região, visando demonstrar a história e a tradição gaúcha em conformidade com a história do Brasil. Dessa forma, como salienta Mauss (2017, p.89), “[...] embora seja a nação quem faz a tradição, procura-se reconstruir a nação em torno da tradição. ”, ou seja, precisa-se criar uma tradição que dê sentido para aquela região. Neste sentido, Durval Albuquerque Júnior (2011, p.93), coloca que

O discurso tradicionalista toma a história como o lugar de produção da memória, como discurso da reminiscência e do reconhecimento. Ele faz dela um meio de os sujeitos do presente se reconhecerem nos fatos do passado, de reconhecerem uma região já presente no passado, precisando apenas ser enunciada. Ele faz da história o processo de afirmação de uma identidade, da continuidade e da tradição, e toma o lugar de sujeitos reveladores desta verdade eterna, mas encoberta.

²⁴² Neste ano foi assinado o Tratado de Madri entre os reis João V de Portugal e Fernando VI da Espanha, tal tratado reestabeleceu as fronteiras das colônias na América do Sul, acabando assim com as disputas territoriais.

E é essa memória histórica que não podíamos perder. Lembremos que o autor em suas conferências dizia que deveríamos saber tudo de nós mesmos, num sentido de que não se perdesse a memória e tradição que dá sentido, que da unidade para a região e, logo, para a nação. Por isso, o esquecimento é tão temido, tão prejudicial, como expõe Jacque Le Goff (1922, p.425), “[...] a amnésia é não só uma perturbação do indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença na personalidade, mas também *a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva*²⁴³.” Ou seja, se perdermos nossa memória coletiva, a nossa identidade está em risco e, logo, toda a história e tradição de uma nação também.

Assim, fica explícito o “embate” bastante interessante entre memória e esquecimento. O que está em jogo é toda uma construção de nação que passa pelos mitos de origem, os grandes feitos, personalidades. Sendo o Brasil uma nação ainda muito jovem, com território bastante extenso, era necessário, por meio dessa construção da história e da tradição, preservar a nossa memória, nossas raízes, para que pudéssemos ter esteio e esperança ao olhar para o futuro. Para que assim, pudéssemos “ligar os pontos” que uniam as múltiplas regiões sob o solo dessa grande pátria que é o Brasil. Portanto, o autor faz um recorte da história, começando exatamente por onde se delimita de fato o território e suas fronteiras. E, o território é a representação geográfica da nação, é um dos pontos-chaves para que se defina uma nação. Ao mesmo tempo, mostra como foram duras as lutas para manter esse território livre de invasões de diversas ordens. Fato que só se deu por causa da bravura e coragem dos que fizeram do Sul seu lar – os portugueses – e dos filhos da terra que, como bons patriotas que eram lutaram para manter as fronteiras brasileiras protegidas. Dessa maneira, o povo rio-grandense dedicou-se incansavelmente para manter essas fronteiras intactas pois, acima de tudo, eram brasileiros e, era por essa terra que tanto se arriscavam.

Nesta primeira parte do livro de leitura, portanto, o autor recorre a história e aos mitos para criar um passado mítico, método comum no processo de criação de identidades e da criação da nação. Para ele suas narrativas podiam auxiliar no processo de criação de uma identificação e logo uma ideia de pertencimento à região e, por conseguinte, à nação

²⁴³ Grifo nosso.

a qual ela faz parte. Essas referências são apontadas pelo autor como importantes para a construção dessa identidade, pois, como vimos, as identidades não são algo que nascem conosco, são criadas de diversas formas ao longo de nossa existência (HALL, 2006) e, precisavam ser trabalhadas desde de cedo, quando o futuro cidadão era ainda uma criança. Para que se possa construir identidades é preciso que “existam” certos tipos sociais como referência. Na história do Rio Grande do Sul, que é foco deste estudo, temos a figura do gaúcho, do monarca, o capataz, entre outros, todos advindos do mundo rural que, é nossa referência geográfica, ou seja, toda a “gênese” do povo sul-rio-grandense vem das lutas por manter as fronteiras e das atividades no campo, como a pecuária, iniciada com a domesticação do gado selvagem.

Contudo, até mesmo o vocábulo gaúcho precisou, ao longo da história, de uma ressignificação, ou seja, precisou perder o seu sentido primitivo (elemento largado, seminômade, “bárbaro” e, até mesmo, ladrão) para se revestir-se de outro, mais elogioso; como demonstra Augusto Meyer (1960, p.32), “[...]. Havia, como em tudo, um lado bom no ladrão e coureador do campo: a sua habilidade campeira, além da aptidão para a guerra, virtudes, aliás, que foram exploradas pelos representantes da lei. ”. Não obstante, foi quando as condições de vida se modificaram, com a organização do trabalho nas estâncias, que o gaúcho passou a ter um equilíbrio entre o nomadismo e a atividade regular, “nascendo” assim o tropeiro, o agregado ou o peão de estância (MEYER, 1960, p.33). Portanto,

[...] logo de início, para os capitães-, generais ou autoridades e primeiros proprietários de terras [o gaúcho era o] – ladrão, vagabundo, contrabandista, coureador; para os capitães de milícias e comandantes de tropas empenhados em guerras de fronteira – bombeiro, chasque, vedeta, isca para o inimigo, bom auxiliar para o munício e remonta; nas guerras de independência do Prata, ou nas campanhas do sul – lanceiro, miliciano; a contar de certo momento histórico, no Rio Grande do Sul, para o homem da cidade – o trabalhador rural, o homem afeito aos serviços do pastoreio, o peão de estância, o agregado, o campeiro, o habitante da campanha; na poesia popular, um sinônimo de bom ginete, campeiro destro, com tendência para identificar-se com os termos *guasca*, *monarca*²⁴⁴; e finalmente, para todos nós, um nome gentílico, a exemplo de *carioca*, *barriga-verde*, *caprichada*, *fluminense*²⁴⁵. (MEYER, 1960, p.35)²⁴⁶.

²⁴⁴ Grifo do autor. Note-se que João Simões Lopes Neto utiliza o termo *guasca*, em *Terra Gaúcha*, quando o menino se refere ao pai, num sentido de homem honroso.

²⁴⁵ Grifo do autor.

²⁴⁶ Para mais sobre como a palavra gaúcho passou de uma significação negativa, pejorativa, mas algo elogioso como um gentílico, ver: MEYER, Augusto. Gaúcho, História de uma Palavra. IN: **Prosa dos Pagos**. – Rio de Janeiro, Livraria São José, 1960. pp.09-42.

João Simões Lopes Neto como bom entendedor da tradição que era, em seu livrinho de leitura ao tratar do *Gaúcho*, para explicar o que significava a palavra, diz que ela vinha do árabe *chavúch*, que quer dizer tropeiro e, os espanhóis torceram-na para *cháucho*, que na América ainda virou *gáucho* e no Rio Grande do Sul *gaúcho* (LOPES NETO, 2013, p.29). Para trazer definições mais precisas e, ao mesmo tempo, demonstrar perícia sobre o tema, o autor cita o *Vocabulário Sul-Rio-Grandense* (1898) de Romanguera Correa²⁴⁷ e *História do General Osório* (1894), do Dr. Fernando L. Osório. A partir daí, segue o autor prossegue na mesma linha de raciocínio de Meyer. A palavra gaúcho passou por uma ressignificação do termo, versando em destaque sempre a valentia e o instinto guerreiro que resultou da mescla dos guaranis com os primeiros colonizadores, portanto, o gaúcho é um ser mestiço! Mas, a modernidade havia o transformado:

Hoje é outro, o gaúcho. Ele, que era dos poucos homens independentes sobre a terra, foi enleado e absorvido pela civilização moderna, com todos os seus egoísmos e hipocrisias e todas as suas vantagens e progressos; o modo de viver entrou a modificar-se, e o estancieiro antigo, o ‘monarca das coxilhas’, o gaúcho franco, rude, leal e desprezado, foi-se transformando num outro tipo de homem, herdeiro das antigas virtudes, que adornou e melhorou com os primores do estudo, os fulgores da ciência. (LOPES NETO, 2013, p.31).

Interessante a perspectiva do autor pois, ao mesmo tempo que diz que o gaúcho se modificou ao ter contato com civilização moderna, ora adjetivada de forma pejorativa, ora de forma positiva, ele foi-se transformando num outro tipo de homem e, melhorou seu já qualificado quadro, por meio dos primores do estudo e da ciência pois era herdeiro de antigas virtudes. Ou seja, o gaúcho que já carregava consigo a liberdade, a franqueza, a valentia, transformou-se em outro homem e melhorou a partir do estudo e da ciência.

Portanto, apesar de pesares, não notamos no autor um tom de lamentação em relação à transformação da tradição com essa mudança ou com as mudanças que se apresentavam naquele novo tempo. Podemos notar em pelo menos dois textos como o autor trabalha esse raciocínio. Em *Se eu fosse peão...* o menino Maio diz a seu Juca Polvadeira, o capataz da estância, que gostaria de ser peão da estância e assim não precisaria ir para o colégio. Muito sábio, Juca Polvadeira responde ao menino assim: “[...]. Se todos pensarem assim, vai ser bonito: vamos andar como o caranguejo, que caminha para trás... [...] agora imagine um pobre peão, coitado, que nasce, vive e morre numa vida

²⁴⁷ Tal vocabulário aparece em várias partes do livro, ou seja, era uma referência direta para o autor.

de bicho bruto! Amigo: quem dera que houvesse uma escola na porteira de cada estância!” (LOPES NETO, 2013, p.37). Cabe destacar aqui, a ideia de democratização do ensino.

Em outro texto, intitulado *O Outro Tempo*, podemos notar uma conversa do pai de Maio com o sr. Marcos, que era tropeiro e tinha um filho da idade de Maio – Roberto –, que também iria estudar no Colégio Municipal, mais uma vez dando ênfase a democratização do ensino. Na conversa o sr. Marcos diz:

[...] – Está, amigo, está tudo muito mudado na nossa terra. Devia ser mesmo um pouco assim, mas não tanto.

– Que quer – respondeu meu pai –, novos tempos, novos costumes.

– Mas – retrucou o sr. Marcos –, olhe que aprendemos mais novidades ruins do que novidades boas. Que diabo! Ainda se fosse igual por igual, vá.

– O que nos prejudica é que somos imitadores sem medida.

– Pois então! Bem diziam os antigos, ‘Cada terra com o seu uso’; mas nós largamos os nossos, os melhores, para ir tomar outros, estranhos, que não tem pés nem cabeça para a nossa maneira de viver. Eu queria ver um desses bonecos de cheiro, lombilhados uns quinze na culatra de uma tropa ou numa ronda, por uma gazua de julho... sempre queria ser!

– Mas, amigo Marcos, com o tempo, não teremos mais gados bravios, nem tropas, nem rondas. Teremos estradas de ferro para transporte dos animais; estes serão mansarrões. Os homens hão de ser mais plantadores que campeiros. Quem nos dera lá! Olhe um campo de trigo vale por uma invernada. Pois você já não troca um couro por um saco de feijão? (LOPES NETO, 2013, p.66).

Constamos então que, a história e a tradição se apresentam como um modo de ensinar as crianças sobre a sua terra, os costumes, os tipos sociais, a natureza, geografia, enfim, tudo que diz respeito à *Terra Gaúcha*. Ao mesmo tempo, há um sentido que rememorar para que essa tradição, que está desaparecendo, como vimos, não se perca, pois, os tempos estão mudando e com ele grandes transformações sociais também se apresentam. Mas, neste sentido, manter viva a tradição nos cria um processo de passado, presente e futuro. Sabendo de nossa história, nossas lutas, costumes, tradições, criamos uma espécie de mosaico que forma a nossa identidade, igualmente talhada, pelos exemplos morais que recebemos. Portanto, essa interessante construção discursiva de João Simões Lopes Neto nesta primeira parte do livro, tem por objetivo criar a região e, por conseguinte, a nação pois, somos um pedaço dessa colcha de retalhos que é o Brasil.

Nesta primeira parte do livro, o menino aprende com seu Juca Polvadeira sobre as lidas campeiras, ele cavalga com amigo Roberto, vão à rodeios e marcações, discutem que os brasileiros deixam o melhor de seus hábitos para adotar hábitos alheios, estrangeiros. Assistem aos peões tocando e cantando versos no galpão, ou seja, uma expressão popular da literatura gauchesca. E, ouvem na voz da siá Mariana a lenda do Negrinho do Pastoreio e d’O Boi-Tatá. Note-se que a siá Mariana é uma anciã que detém

o conhecimento das histórias antigas, das lendas, ou seja, toda uma sabedoria popular. Essa sabedoria popular não devia ser deixada de lado com o avanço da modernidade, e sim, deveria ser registrada, para não se perdesse aquilo que temos de mais nosso, nossas histórias, nossa cultura. Não podíamos deixá-las em detrimento de culturas alheias que, não faziam sentido ao nosso modo de viver. Era preciso sempre enaltecer o sentimento nacional, se orgulhar das nossas coisas e, sobretudo, mantê-las para que não se perdesse, como aquela ideia popular de quem não sabe de onde vem, não sabe para onde vai. Assim precisávamos compor o nosso passado para termos estio no presente e esperança num futuro próspero, pois, como vimos, o esquecimento pode representar o fim de uma nação.

Tendo os meninos já aprendido sobre sua terra natal, a sua região, era hora de aprender mais sobre o Brasil. A segunda parte do livro, *O Estudo, No Colégio*, trata de integrar as regiões ao grande corpo nacional. Dessa forma, em uma interessante construção discursiva, o autor traz para as histórias contadas por Maio em seu diário, o universo do Colégio: suas especificidades, seus mestres, as relações entre os colegas, os métodos de ensino, histórias sobre Portugal e Brasil e, vez por outra, alguma história moral.

Cabe dizermos, que essa escola seria uma escola de ensino primário, voltada às classes mais populares, tendo em vista que o ensino secundário no Brasil estava muito mais conectado com o ensino das elites. Dessa forma,

A escola primária desenvolveu-se de maneira distinta das demais instituições de educação popular, pois, embora sua expansão mais significativa tenha ocorrido durante a segunda metade do século XIX, ligava-se também às tradições do Iluminismo e a Revolução Francesa e aos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade. Assim, ao lado da vontade de normalizar as classes trabalhadoras por meio da educação, associava-se a defesa da universalização do ensino, que promoveria a educação moral para todas as classes, assim como seria um instrumento de cidadania e de fornecimento dos conhecimentos básicos necessários aos processos produtivos da sociedade industrial. (KUHLMANN JR., 2005, p.73).

Notamos esses aspectos expostos por Kuhlmann Jr. no livrinho de João Simões Lopes Neto. Há pelo menos duas historinhas em que o Mestrinho²⁴⁸ indaga as crianças sobre o que querem ser quando adultas. Nas primeiras respostas os meninos dizem que querem ser doutores²⁴⁹, o Mestrinho indaga: “Doutor! Muito bem; mas que especialidade de

²⁴⁸ O Mestrinho é uma espécie de diretor do Colégio Municipal. Trata-se de um grande exemplo para a meninada. Falaremos mais especificamente sobre ele na sequência deste capítulo.

²⁴⁹ Naquela época, chamavam-se de doutores todas as pessoas que possuíam diploma acadêmico.

estudo [...]” (LOPES NETO, 2013, p.166)? As respostas variam entre médico, engenheiro, advogado e fazendeiro. Diante dessas respostas o Mestrinho diz:

‘Queiram rapazes, queiram ser determinadamente alguma coisa, queiram ser alguém na vida; mas tudo doutor, tudo fazendeiro, tudo coronel?!... Hum! Não! Tomem cuidado: o Brasil vai precisar de todos, todos vocês, que são seus filhos, e o dever de todos e cada um é ser-lhe útil. Precisamos de maquinistas, de pintores, de arquitetos, de farmacêuticos, de oleiros, de fundidores, de mestres de estaleiro, de industriais, comerciantes. ’ (LOPES NETO, 2013, p.169).

Traçando um paralelo entre o que nos diz Kuhlmann e a fala do Mestrinho, notamos que João Simões Lopes Neto estava atento as novas demandas e a função que a escola exercia neste sentido, ou seja, precisávamos de quadros mais técnicos, de mãos de obra para um novo momento de expansão comercial e industrial do país e, nesta perspectiva, um “amontoado” de doutores não seria muito útil. Além do mais, a escola primária pública dedicava-se à todas as classes, dos mais aos menos abastados. Lembrem-se que Roberto, o filho do sr. Marcos, um tropeiro, estudaria na mesma escola que Maio, o filho do patrão, inspirando aqui a democratização do ensino. Essa ideia perpassa o livro, pois, nesse momento em que as crianças falam sobre suas profissões futuras alguns dizem que querem ser fazendeiros, capitães da Guarda Nacional, militares como os pais, tios e/ou avós, demonstrando, dessa forma, serem meninos das classes médias e abastadas. Contudo, em um outro momento do livro, após um desentendimento entre dois meninos porque um havia ofendido a mãe do outro e, não confessando ser esse motivo, o menino ofensor disse que havia xingado o colega por ele ser pobre e andar com roupas remendadas, esse último por sua vez lhe deu *Um Tabefe*, que é o título da historinha, mas, cabe destacar o que argumenta Maio sobre essa situação:

Todos o examinamos, porque ele era mesmo um bom rapaz. Só por ele ser pobre, filho de carpinteiro, não; nem por ele andar de sapatos velhos e de roupas remendadas, não e não! Até mostrava que não é a roupa que faz o homem, porque um sujeito de bonitas roupas pode ser um tranca²⁵⁰, e ele, por exemplo, com seus trapinhos, era um joia. (LOPES NETO, 2013, p.146).

Portanto, havia na escola de Maio, meninos de todas as classes. O que importava era o caráter e não a roupa, ou se era pobre ou rico, todos deveriam ter direito à educação e, sobretudo, todos deveriam se tornar cidadãos úteis, pois como disse o Mestrinho, o Brasil

²⁵⁰ Segundo a nota do livro, tranca quer dizer mau caráter, desprezível, grosseiro.

necessitava deles.

Com a República, um novo tempo se desenhava e, com ele, novos modos de ensinar mais arejados, em uma escola igualmente mais moderna, mais arejada fisicamente, dando uma ideia de higienização, e mais arejada de ideias, atenta as demandas dos novos tempos e, sobretudo, pública, com o poder público preocupado em formar cidadãos úteis. Assim, nessa nova escola, Maio conta suas percepções, o que aprendia, a diferença entre a antiga escola onde só se decorava conteúdos, para a nova escola onde lhes era permitido a liberdade de pensamentos, os coleguinhos (que eram uma criança de cada estado brasileiro), mapas do Brasil espalhados por toda a escola, entre outras coisas.

Outro diferencial do Colégio Municipal, além de sua estrutura física ampla é a questão dos métodos de ensino, além é claro, de aulas de educação física e de uma educação mais cívica, voltada a formação do cidadão. Neste contexto, podemos compreender nas palavras de Maio como era o ensino em seu colégio:

Temos lições marcadas nos livros, os cadernos de ditado, de desenho, de música, de cálculo. E, tudo isso temos feito com regularidade, e vagarosamente, porque aqui não se decora; faz-se cinco, dez vezes a mesma coisa, e quando o sujeito declara que entendeu, que sabe, é porque sabe mesmo – praticamente, isto é: sabe fazer, de verdade, e não decorado, na ponta da língua, como se diz. (LOPES NETO, 2013, p.129).

Como sempre perspicaz o autor alia as ideias que já havia expressado em suas conferências, bem como na *Artinha de Leitura*, ou seja, era preciso ter paciência e amor ao ensinar, que fossem repetidas quantas vezes necessárias até que o aluno de fato aprendesse, diferente de decorar listas de nomes e datas, o que no final das contas não ensinava nada. Além disso, o autor destaca aqui a importância do livro didático, no qual faziam as lições.

Importante figura no contexto do livro, é o personagem do Mestrinho. Este é uma espécie de diretor do colégio. É ele que comanda tudo, revisa as tarefas com as crianças, conta histórias morais, resolve problemas, sempre é atencioso e amoroso com as crianças, como João Simões Lopes Neto argumentou, em sua *Artinha de Leitura*, que deveria ser um mestre. Neste sentido, mais uma vez o autor alia as ideias que expôs em suas conferências, com as ideias sugeridas ao mestre na *Artinha*, e aqui na figura do Mestrinho, um exemplo de como os professores deveriam ser e agir para com o ensino primário. Mas,

o Mestrinho era ainda um grande patriota. Em *Aviso*, Maio questiona o pai:

– Papai quem é o Mestrinho?

– O Mestrinho – respondeu meu pai – é um tão ardoroso patriota, que a muitos chega a parecer um visionário; é um homem às direitas e é uma criança de cabelos brancos.

[...] Só se papai que dizer que o Mestrinho parece uma criança. Isso é outra coisa. E às vezes ele parece mesmo. Ele anima os meninos; ensina brinquedos de pular, de correr, de fazer força; conta-nos fatos da história do Brasil e da vida de muitos brasileiros; recita versos, canta e ensina manobras tão bem que parece que ele já foi militar. Ao mesmo tempo ele não parece criança: porque tudo quanto ele faz e ensina e manda é com tão bom modo, tão sério, tão convencido, tão claro e aplicado, que todos nós também ficamos muito sérios, atentos, executando muito bem as ordens, e ninguém tem a petulância de faltar com o respeito ao Mestrinho. E que alguém se meta nisso: verá como saltam logo vinte, trinta, cinquenta – todos os meninos em defesa.

[...] E parece um pai que tem uma filharada muito numerosa.

[...]

– Olha, Maio, o Mestrinho tem uma nobre ambição: ele quer e se esforçará para que todos os meninos de hoje e os que vão crescendo daqui para diante vão aprendendo a ser brasileiros, e ter confiança e orgulho e amor a sua pátria, para quando forem moços, homens feitos, serem cidadãos úteis, capazes de servir ao progresso, à grandeza e a glória do Brasil! (LOPES NETO, 2013, P.153).

O Mestrinho é então, uma figura muito amada pelos alunos, que são capazes de defendê-lo em caso de alguma ofensa. Mas, é sobretudo, afetuoso, como um pai e, dá as ordens com tanto respeito que todos o admiram, além do mais, é um patriota, tem uma missão como diz o pai de Maio que é ensinar os meninos a serem brasileiros, ou brasileiros como diz o autor, para que se tornem cidadãos capazes de servir ao progresso.

O tão falado progresso representa um aperfeiçoamento infinito, ou melhor dizendo, de acordo com Koselleck (2006, p.316), um futuro aberto. O futuro, por sua vez, está sempre em estado de suspensão, representando um campo de possibilidades infinitas (KOSELLECK, 2006, p.31-32). Por isso era tão importante tornar os meninos cidadãos úteis, preparados para as possibilidades infinitas que o futuro representava, contudo, como expõe Koselleck, o futuro está sempre em suspensão, é um campo aberto de possibilidades que está sempre no horizonte, mas nunca se tem a sua dimensão exata. Portanto, para garantir esse futuro era preciso que se fizesse um prognóstico, esse por sua

vez, é um momento consciente da ação política; “[...] Ele está relacionado a eventos cujo ineditismo ele próprio libera. O tempo passa a derivar então, do próprio prognóstico, de uma maneira continuada e imprevisivelmente previsível.” (KOSELLECK, 2006, p.32).

Assim, João Simões Lopes Neto, criou seus livros afim de influenciar tanto o ensino primário em si, nos métodos de ensino e conteúdo, como as crianças que aprendendo a ler por sua cartilha e treinando essa leitura com o *Terra Gaúcha*, despertariam o sentimento nacional, além de melhorar seu caráter por meio dos ensinamentos morais, e seu porte físico, por meio da educação física, aliando corpos e mentes sãs. Se pensarmos em suas conferências, bem como em seus “livros didáticos”, podemos supor que ele criou esse prognóstico, ou melhor dizendo, se fossem seguidos determinados passos, no futuro, aquele em aberto, em suspensão, aqueles pequenos seres seriam homens honrados e orgulhosos de sua pátria, ao mesmo tempo que estariam prontos para a vida e para o trabalho, levando adiante os ensinamentos sobre a nação e igualmente, ensinando seus filhos num mesmo molde.

Para tanto, o autor criou em seu livro de leitura uma interessante forma discursiva para contemplar todo o Brasil. Visando a unidade nacional e, pensando numa espécie de protótipo, ou seja, o *Terra Gaúcha* seria um livro de leitura para as escolas no Rio Grande do Sul, no qual, num primeiro momento a criança aprenderia sobre a sua terra natal, seu Estado, e na sequência, notaria que o Brasil é formado por uma série de regiões que unidas faziam uma das maiores nações do mundo em extensão territorial. Cada região teria seu livro específico, pelo menos no que tange a primeira parte. Portanto, o objetivo era a ideia de integração nacional, mostrando primeiramente as peculiaridades de cada região e posteriormente, outras regiões brasileiras, algumas de suas peculiaridades e como se entrelaçam nesse grande mosaico. Para isso, o autor apresenta no livro, de forma bastante interessante, os estados brasileiros representados por cada um dos meninos que formavam a turma de Maio, ou seja, vinte e sete alunos, cada um de estado brasileiro. Cujas turmas foram batizadas pelo Mestrinho de Senhores Estados e, em *Os Estados*, o autor apresenta ao leitor essa configuração.

[...] O Mestrinho ficou entre nós, no mesmo lugar que tinha tomado. Na forma do costume fomos logo encafuando os livros nas bolsas.

- Maio, qual é o teu Estado natal? – perguntou-me o Mestrinho.

- Rio Grande do Sul – respondi.

- Bem; mas aposto que não sabes onde nasceu teu amigo Aimbirê, nem o Aimoré, nem o Alfredo, nem o Peri, o Carlos, e aquele... e aquele...e outro...

- Eu sou baiano – disse o Bento Alves.

- Eu nasci no Ceará – disse o outro.

- Paulista...

- Sou de Goiás...

-Sergipano.

-Sou mineiro, de Ouro Preto...

- Esperem lá, esperem lá, rapazes! – disse o Mestrinho. – Vamos num movimento formar os Estados, por grupos dos respectivos filhos. Passem para este lado os filhos de cada Estado, conforme eu for chamando. Amazonas! Pará! Maranhão! Ceará! Rio Grande do Norte! Paraíba! Pernambuco! Alagoas! Sergipe! Bahia! Piauí! Espírito Santo! Rio de Janeiro! Minas Gerais! Goiás! Mato Grosso! S. Paulo! Paraná! Santa Catarina! Rio Grande do Sul! Do Acre ainda não temos ninguém. Em idade, é a mais nova das divisões do Brasil, pois foi criada em 1904.

[...] ‘Daqui em diante, nas suas datas memoráveis, cada Estado terá que contar aos outros alguma coisa da sua vida, dos seus costumes, fatos da sua história, das suas tristezas ou das suas glórias. Portanto, cada um de vocês que representa aqui o seu Estado, por direito de nascimento, trate de pensar no que acabo de dizer e prepare-se para dar conta do recado. E aquele que não souber ao menos um sucesso da sua história, perde a minha [Mestrinho] estima – o que é pouco mas dará uma triste nota de ingratidão, de egoísmo e até de covardia para com o pedaço da terra abençoada, que viu nascer tão mau filho. Valeu? Cada um se obriga?’ (LOPES NETO, 2013, p.119-120)

Chave do pensamento de Simões Lopes Neto em seu livro de leitura é esse trecho, pois nele está contido a ideia de pensar o Brasil a partir das regiões. De pensar esse país de grandes dimensões por suas partes, em busca do todo nacional. Dessa maneira, cada menino deveria falar sobre sua terra natal e, assim, a criança que estaria lendo o livro, aprenderia a partir dessas historinhas um pouquinho mais sobre o Brasil, sobre as glórias de cada região e, se identificando com elas, despertaria o sentimento nacional. Os personagens do livro, então, deveriam contar sobre sua terra natal, infelizmente o livro ficou incompleto e, as únicas regiões, com exceção do Rio Grande do Sul, que foram contempladas foram o Rio de Janeiro e o Mato Grosso.

Outro ponto de identificação da nação que aparece no livro de leitura é a raça, em *Quatro Cabeças Juntas*, o menino ao se olhar no espelho com mais três amiguinhos nota que eles têm diferenças substanciais: um é caboclo, o outro ruivo, o outro moreno claro; um mais calmo e pacato, o outro é bem franco, astuto, o outro engraçado, entre outras características. O pai ao chegar na escola e ver essa cena comenta:

– Ora, aí estão vocês quatro, cada um diferente do outro pelo aspecto e no entanto iguais como brasileiros, pelo coração e pelo sentimento. Ainda um dia o brasileiro há de ser um tipo completo, como se fosse composto de cada um de vocês...

– Como? Eu não entendo papai.

– Já me explico e vocês hão de entender-me. Suponhamos que tu Maio, és uma

barra de ferro; o Tarumã uma barra de cobre; o [...] ²⁵¹ uma de prata; o [...] um de ouro. Bem; junte-se estas quatro barras de metal e faça-se fundir todas a um tempo, de forma que elas se misturem, se caldeiem, formando pela fusão um produto novo, composto dos quatro; este produto novo será uma barra de metal que tem a um tempo a rijeza do ferro, a resistência do cobre, o brilho da prata, o valor do ouro. Cada metal separadamente tem o seu mérito próprio; a nossa barra tem um mérito quádruplo porque ela tem juntas em sua constituição as qualidades especiais de cada um. Entenderam? Quando no Brasil as gentes se ligarem internamente pelo sangue, como já está acontecendo, quando os descendentes de diversas raças formarem uma nova raça uniforme, *o brasilês há de ser o primeiro povo da terra porque terá no seu corpo, na inteligência e no sangue as melhores qualidades de cada um dos outros povos; terá a resistência do português, o aprumo do espanhol, a vivacidade do francês, o penhor artístico do italiano, a calma do inglês e a tenacidade do alemão, e a vitalidade do africano, e a valentia e o amor à liberdade dos índios.* ²⁵²
'O brasilês será uma barra nova, um novo fruto, há de ser o maior povo do mundo. O seu dia há de chegar.'
'Tudo depende de vocês e de todos os outros meninos que estão se criando. Estudem, estudem; amem o seu país.' (LOPES NETO, 2013, p.182)

Aqui, mais uma vez aparece a ideia de futuro suspenso, como conceituou Koselleck (2006), ou seja, o futuro dependia desses meninos, dependia que eles estudassem e amassem seu país acima de todas as coisas. Por outro lado, o brasileiro aqui é caracterizado como uma junção de várias raças que culminariam em um ser único no mundo. O autor coloca lado a lado africanos, índios e europeus, não renega nenhum, quer a soma de todos, das melhores qualidades de cada um no triunfo da miscigenação. Mauss (2017, p,81), afirma que as diversas misturas criavam tipos sociais novos e, porque a nação cria a raça, acreditou-se que a raça cria a nação. Então, tudo no tocante do Brasil se apresentava como novo, tendo em vistas as antigas nações europeias pelo menos, a nação era jovem, seu povo ainda estava em formação e, triunfando a miscigenação, formaria um tipo único no mundo, altamente destacado por abrigar em si o melhor de diversas raças. Esse ser ímpar faria da nação gloriosa, grande e próspera, através da instrução, do civismo e do melhoramento de seu caráter.

Mas se o futuro está suspenso e aponta para um *horizonte de expectativas* ²⁵³ sem precedentes, o passado deve ser conhecido e estudado para que admiremos e nos orgulhemos de suas glórias, ao mesmo tempo que aprendemos a não repetir os erros daquele tempo, quase como uma filosofia da História. O autor em seu livro, coloca os “descobridores” e colonizadores portugueses como tronco da nação brasileira e, por isso, há em *Terra Gaúcha*, pelos menos três textos intitulados *Historinha de Portugal*, que

²⁵¹ Os espaços em branco configuram onde o autor colocaria os nomes dos meninos posteriormente. Contudo, tendo a obra ficado inacabada, os espaços permaneceram em branco.

²⁵² Grifo nosso.

²⁵³ Cabe lembrar que essa é uma categoria histórica criada por Koselleck (2006).

segundo referência em subtítulo entre parênteses, tratava-se de um ditado, para o exercício da escrita. No entanto, a ideia expressa é a de ancestralidade, lembremos que o bisavô do menino era português e, após as guerras nas fronteiras para estabelecer e manter os territórios da região sul do Brasil, por aqui se estabeleceu, dando origem à sua família.

Nessas historinhas o autor trata desde a formação de Portugal se livrando do jugo romano até a frota de Pedro Álvares Cabral partindo e, na sequência, chegando ao Brasil e a interação entre os indígenas e o homem branco. Na primeira das historinhas, o autor destaca a valentia que tiveram aqueles homens para na guerra expulsarem os romanos, principalmente, Viriato que, segundo o autor, “é a primeira figura que se desenha na história lusitana” e, prosseguindo, conclui: “[...] Foi dessa gente audaciosa, que já vinha daquele heroico Viriato, foi desta gente que nasceu a nossa nacionalidade. ” (LOPES NETO, 2013, p.162). O apogeu de Portugal, culmina com a “descoberta” e exploração do Brasil, ou seja, as grandes navegações e a expansão territorial das nações europeias, sobretudo naquele momento, Portugal e Espanha.

E para coroar tanto poder e para que não se perdesse no mundo o esplendor dessa grande época portuguesa, um poeta escreveu um dos mais monumentais poemas que se conhece.

O poeta é Camões. O poema, *Os Lusíadas*.

Neste *Lusíadas* valorosos, temos o tronco da nossa raça brasileira. Que melhor origem, que mais gloriosos antepassados poderíamos invejar a qualquer outro povo da terra? (LOPES NETO, 2013, p.171)

Cabe rememorarmos que o autor citou *Os Lusíadas* no final de sua conferência cívica de 1904. Aqui, o poema é apresentado como algo muito valioso para nós, pois conta sobre os nossos mais gloriosos antepassados, os quais, de tamanhas façanhas, seja a das grandes navegações, seja a feitura de uma epopeia em verso, deveríamos nos orgulhar, porque eram de dar inveja em outros povos. Que melhores referências poderíamos ter? Já na última historinha, o autor conta como chegaram esses navegadores no Brasil e, igualmente, como se deu o primeiro contato entre esses dois povos que formam “nossa matriz”. Cabe destacarmos esse trecho:

Depois de fundada a frota, o almirante Cabral mandou arriar a frágil embarcação; encheu os índios de pequenos presentes, contas coloridas, espelinhos e cruces de estanho e outras bugigangas vistosas, e acenou-lhes que eram livres, que podiam desembarcar. Eles assim o fizeram, e apontando para a praia mostravam-se contentes. E remando na igara nativa, foram-se. No outro dia a praia estava cheia de índios, que em sinal de amizade despunham na areia suas armas – arcos e flechas e tacapes.

Animados por aqueles sinais de hospitalidade, as tripulações desembarcaram. A curiosidade dos homens brancos não se fartava com as novidades da terra; a curiosidade dos caboclos morenos não se fartava com as novidades que vinham

do mar. E entre uns e outros reinava a harmonia. [...]

Os índios confiados e hospitaleiros se prontificaram a fornecer mantimentos para a frota, e madeiras e frutas, caças e aves vivas, e tudo quanto a marujaria pedia eles lhe davam. [...]

Feitos os últimos preparativos, a frota de Pedro Álvares Cabral levantando ferros e içando as velas voltou ao reino, deixando nas praias brancas de Porto Seguro uma raça incauta porém hospitaleira. No reino, o povo, num deslumbramento, via, pelos olhos dos navegantes, via a nova terra maravilhosa e não se capacitava da sua grandeza; o rei D. Manuel foi apelidado o Venturoso. Estava descoberto e incorporado a Portugal o mais portentoso, o mais sublimado país do mundo, o Brasil. (LOPES NETO, 2013, p.176-177)

De acordo com autor, o convívio entre os nativos e os conquistadores se deu de forma amigável e harmoniosa desde o primeiro dia. Além do mais, os nativos ajudaram os colonizadores a se estabelecerem, dando total suporte. Essa é uma visão bastante romantizada acerca do “descobrimento” e, provavelmente tinha por objetivo, criar uma ideia de harmonia e paz entre as raças que se fundiriam e formariam o brasileiro que, por sua vez, herdaria essas características, formando assim, um povo pacífico e hospitaleiro. Obviamente, sabemos que a história não foi bem assim e, que os portugueses eram colonizadores e se utilizaram de vários artifícios e violência para coibir os indígenas, da mesma forma, esses não eram tão ingênuos a ponto de entregarem suas terras de forma tão pacífica. Tudo isso, faz parte do chamamos de mito fundador que, no nosso caso, alia uma ideia de o Brasil ser um paraíso na terra, devido a natureza altamente exuberante e diversa e, por conseguinte, vivendo os indígenas em harmonia com essa natureza, eram eles bons selvagens, uma espécie de anjos caídos²⁵⁴.

A natureza é ponto principal da formação da nacionalidade brasileira, evocada de diferentes maneiras ao longo da história, sempre traz a ideia de natureza exuberante, como já dissemos, uma espécie de paraíso terreno. Mas, a natureza está também estampada na bandeira brasileira, são os elementos naturais que a formam, ou melhor dizendo, cada cor representa um elemento, de acordo com as explicações escolares, o verde é as matas, o amarelo o ouro, e assim sucessivamente. Contudo, a bandeira brasileira, segundo já havia manifestado o autor em suas conferências, não estava ganhando o devido respeito que merecia. Do mesmo modo, o Hino Nacional, que de certa forma também, em certo momento, trata da natureza, não era valorizado e as gerações mais novas nem o conheciam, como vimos bem no início do livro. Mas, o autor, visando retratar essa “realidade” de descuido com o hino, trata em várias circunstâncias desse tema. Em

²⁵⁴ Para mais ver: CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

“*Brava Gente Brasileira*”, o menino conta ao pai da vergonha que passaram, ele e seus colegas, quando o mestrinho pediu para que cantassem o “hino brasilês” e nenhum deles sabia. Ao ouvir isso, o pai se põe a falar:

[...]. No meu tempo, apesar de estarmos mais atrasados em civilização, ao meu tempo de moço, nos colégios cantávamos o Hino da Independência, o povo cantava nas praças no dia 7 de setembro, os soldados sabiam-no e cantavam-no nas suas formaturas. As meninas iam-no aprendendo, as moças se orgulhavam em cantá-lo em coros, nas ocasiões de regozijo público. O hino era assim como um glorioso toque de chamada a todos os brasileiros patriotas. Pergunta a tua mãe quantas e quantas vezes cantou-o juntamente com suas amigas e companheiras de Colégio... Depois, veio caindo sobre ele esta ingratidão dos homens: o esquecimento. Não meu filho: nem tu nem teus colegas têm motivo de se envergonharem; é lastimável o fato, é, porém vocês não têm culpa. A culpa, a falta, o descuido é meu, é de teus tios, dos amigos do teu pai, é de todos os pais que não o ensinaram aos seus filhos e não os obrigaram a saber cantar, a conhece-lo e amá-lo e respeitá-lo. E, a melhor é que, sem nos dizer uma palavra, o Mestrinho, por intermédio de vocês, filhos, mandou a todos nós, pais, as suas justas censuras; é bem feito, sim: ele tem razão Maio, havemos de saber isso, muito bem: tu aprendendo, eu, recordando! (LOPES NETO, 2013, p.141)

Dessa forma, o problema que se apresentava com a falta de um cultivo do hino, era de toda a sociedade que permitiu que seu uso fosse caindo no descaso. Por isso, além da escola, toda a sociedade tinha a missão de cultivar os símbolos nacionais. Era uma tarefa que integrava escola e família, nesse processo de educar civicamente as crianças para melhorar esse quadro no futuro. Note-se o clima de cooperação entre as família e escola, esse clima repete-se ao longo do livro, sempre no intuito de gerar uma ideia de união em prol das coisas nacionais, em prol, sobretudo, de uma educação cívica que fosse com o passar do tempo solucionar esses problemas tão graves que ameaçavam o sentimento nacional e o futuro da nação. Outro problema constantemente citado pelo autor, tanto nas conferências quanto em seus livros, era o hábito que os brasileiros tinham de copiar modos, modos de falar e vestir estrangeiros, chegando, por vezes, a utilizar uma vestimenta bastante equivocada para o clima tropical brasileiro.

Poderíamos ficar ainda por inúmeras páginas citando as especificidades dessa construção narrativa de João Simões Lopes Neto, que tanto ainda tem a ser estudada e, certamente, outros pesquisadores se debruçaram sobre ela e a analisarão pelos mais diferentes vieses científicos. Não obstante, para o objetivo que estabelecemos nesta pesquisa, acreditamos ter montado um panorama bastante amplo das questões que nos ocupam, ou seja, o autor criou com o seu *Terra Gaúcha* uma narrativa interessantíssima que, por sua vez, traduzia um ideal de livro didático e de abordagem teórica e

metodológica bastante moderna. O Mestrinho, como vimos, personificava o professor sábio, paciente, amoroso e patriota, que tinha como objetivo ensinar de verdade, sem decorar listas de nomes e datas como se dava antes, ensinar sobre a história e geografia pátrias, sobre caráter e moral e, assim transformar esses pequenos seres, que só precisavam de uma instrução adequada, em homens patriotas, prontos para servir a pátria em qualquer circunstância, para se orgulhar dela. À família também cabia auxiliar nesse dever pátrio, como dá o exemplo da família de Maio no livro de leitura.

Ponto estratégico usado pelo autor, foi começar o livro com o menino indo passar férias na campanha gaúcha, na estância, onde seu Juca Polvadeira, o capataz, lhe ensinou sobre as coisas do campo e, apesar de ser um homem rude, tinha o mesmo carinho e patriotismo que o Mestrinho. Outro ponto de referência na campanha é Siá Mariana, ou seja, esses personagens representam o saber popular, o saber mitológico, de um tempo antes do tempo da história, se tratando, por exemplo, das lendas contadas pela agregada. Eles representavam os costumes e a tradição. Portanto, a narrativa do autor constrói dois tempos, o primeiro das crianças conhecerem os hábitos, costumes e histórias de sua terra e, depois, na escola, com esse conhecimento bem claro, conhecer os outros estados brasileiros, aprender sobre os antepassados navegadores portugueses, ver como a miscigenação estava formando um ser muito particular no mundo e, que esse ser com a instrução adequada poderia fazer de sua nação uma nação de dar inveja à todas! Assim, parte o autor e a criança que supostamente leria o livro no ensino primário público, do conhecimento de sua terra natal, do que há de mais seu neste país de enormes proporções geográficas e culturais e, para depois, contemplar o Brasil todo, aprendendo sobre os outros estados e sabendo como cada um colaborou para a grandeza nacional, gerando a partir do tão sonhado sentimento nacional e a ideia de união da pátria num ideal comum que era formar cidadãos úteis para o novo tempo de prosperidade que se aproximava e que, a partir da instrução correta, chegaria certamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos lançamos numa empreitada como escrever uma tese, na maioria das vezes temos mais questões do que respostas. E isso, apesar de agonizante, é positivo, pois as respostas vão aparecendo ao longo da pesquisa e, nem sempre são as que esperávamos, há de se dizer a verdade. Quando me dediquei à pesquisar João Simões Lopes Neto, durante a graduação, não fazia ideia de onde esse “rapsodo bárbaro”, como chama Chiappini (1998), poderia me levar. Hoje, ao concluir essa tese, confesso que não sanei todas as dúvidas, mas acredito que as questões que propusemos²⁵⁵ foram de algum modo respondidas.

Obviamente, essa pesquisa não estanca o assunto e, muito ainda há de se pesquisar sobre o autor e sua obra. A cada novo manuscrito encontrado, a cada nova pesquisa, se preenche um pouquinho mais das lacunas deixadas no tempo por esse autor genial. Essa pesquisa, inclusive, é um pontinho preenchido, mas, se tratando de História, nunca há verdades absolutas, e esta pesquisa poderá ser revista mais cedo ou mais tarde. Trata-se, então, de pontos de vista, de escolhas teóricas e metodológicas, que nos levam por um caminho a determinadas respostas. Também cabe dizer mais uma vez, que fazer História é fazer escolhas, não podemos cair na tentação de uma história total, sabemos que sempre haverá lacunas, pontos cegos, livros à ler, entre outras coisas.

Assim, constatamos no primeiro capítulo quais experiências vividas pelo autor se mostraram fundamentais para que ele elaborasse seu projeto cívico e pedagógico e conseqüentemente, seus livros escolares. O fato de ele ser sempre um homem urbano, transitando por grandes centros como o Rio de Janeiro, Porto Alegre e Pelotas²⁵⁶, fez com que ele estivesse atendo ao que havia de mais moderno, no sentido de novidades, que havia naquele tempo, seja em ideias, autores, comportamento, economia, educação, enfim, uma infinidade de temas. Ademais, por estar nesses centros e ser membro de uma elite pode ter a melhor instrução que estava disponível em sua época, bem como circular por entre os meios sociais com facilidade.

²⁵⁵ Digo propusemos porque essa pesquisa foi pensada em conjunto com as minhas orientadoras, primeiramente a professora Ruth Gauer e, em fase de conclusão a professora Maria Helena Camara Bastos.

²⁵⁶ Cabe lembrar que Pelotas era um importante centro cultural do Estado na época em que o autor viveu, como constatamos anteriormente.

Ao dedicar-se a carreira de jornalista, mesmo que forma amadora, desenvolveu sua escrita, ganhou certo prestígio do público e chegou a editor. Essa experiência configura umas das mais importantes pois, foi nos jornais de sua cidade que ele publicou pela primeira vez alguns de seus contos e lendas que formariam as suas obras máximas. Além de ser a única atividade que exerceu ao longo de toda a vida. Também podemos acrescentar que foi nas redações dos jornais que trabalhou que o autor criou importantes redes de sociabilidade, bem como na redação de *A Federação*, à qual visitava com frequência quando ia à capital do Estado²⁵⁷.

Ainda se tratando das experiências, cabe dizer que ao lançar-se no mundo dos negócios o autor visava o progresso de sua cidade, de seu estado e, por conseguinte, de sua nação. Assim, influenciado como a maioria da intelectualidade gaúcha, pelo positivismo de Augusto Comte que acabou por delinear os contornos da política do Partido Republicano no Rio Grande do Sul. Vale lembrar que o autor era filiado ao PRR.

Contudo, a Gauchesca, representa uma das experiências mais bem-acabadas do autor. Por meio de sua experiência urbana, o autor não via a vida no campo com saudosismo como a maioria dos autores de literatura gauchesca, compreendia que a marcha do progresso levaria aquele mundo para o passado e assim seria porque o avanço em vários níveis era inevitável e necessário, por isso, era preciso registrar para que não se perdesse da memória, para que não se perdesse enquanto referência histórica para os sul-rio-grandenses, enquanto fonte de identidade. Por isso, a gauchesca configura seu livro de leitura e também o *Cancioneiro Guasca* (1910), *Contos Gauchescos* (1912) e *Lendas do Sul* (1913). Portanto, se alinharmos todas as experiências vividas pelo autor que destacamos, o compreendemos dentro de seu tempo e compreendemos igualmente, seus ‘sucessos’, bem como seus “fracassos”.

Ao defini-lo como um intelectual de seu tempo, no segundo capítulo, analisando as definições teóricas de intelectual, bem como as ideias do autor em “diálogo” com outros intelectuais contemporâneos, chegamos à conclusão que ele estava altamente em sintonia com alguns deles e, tomava de “empréstimo” suas ideias e palavras que mais se inseriam em seu próprio pensamento, para lhe dar credibilidade diante do público, como o fez com José Veríssimo, Afonso Celso e Manoel Bomfim. Interessante de se pensar é

²⁵⁷ Um exame apurado pelo jornal *A Federação* entre os anos de 1906 e 1910, pelo menos, lemos seguidas vezes que o “compatriota”, o “amigo” João Simões Lopes Neto havia visitado a redação do jornal.

que Manoel Bomfim não era visto com “bons olhos” pela maioria da intelectualidade brasileira de sua época, principalmente depois que Veríssimo fez questão de não elogiar o seu livro, pelo contrário, mas, mesmo assim, na segunda conferência em especial, João Simões Lopes Neto estava altamente inclinado por suas ideias de parasitismo ibérico e de união entre a América Latina.

Por isso, acreditamos que o autor foi um homem de seu tempo, um intelectual de seu tempo, formando um pensamento de época, percebendo as demandas, “dialogando” com outros intelectuais, expondo ideias, realizando projetos e, tudo, muito inserido no tempo em que vivia e não um homem à frente de seu tempo, como propõe Diniz (2013, p.199). Sua *Artinha de Leitura*, por exemplo, estava de acordo com a reforma ortográfica da Academia Brasileira de Letras, contudo, essa reforma não era oficial, e houveram muitas discussões acerca dela, bem como houveram outras reformas. O fato da *Artinha* estar em desacordo com as diretrizes do Conselho de Instrução Pública do Estado não quer dizer que tal conselho estivesse atrasado, porque tal reforma veio a se concretizar alguns anos depois, e autor estivesse “avançado” no tempo; foi tão somente a reação de um estado autoritário que não reconhecia tal reforma por não ser algo “oficial”. Do mesmo modo, vimos que a cidade de Pelotas estava em franco declínio econômico no período em que o autor empreendeu em indústrias e, esse foi um dos motivos pelos quais ele faliu vários desses empreendimentos, ou seja, não é que não houvesse compreensão sobre o que o autor propunha e sim não havia capital para investir. Obviamente, não estamos tirando a genialidade do autor, só o estamos inserindo em seu contexto histórico, o analisando enquanto um homem de seu tempo e as implicações que isso gerou.

Um dos assuntos que o autor mais se dedicou, principalmente, a partir de 1904 foi a questão da educação cívica. O autor preocupava-se com a instrução pública e com a falta de um sentimento nacional. Para expor suas ideias, bem como um exame apurado sobre a situação da nacionalidade no Brasil e, propor um livro de leitura, realizou a sua Conferência Cívica de 1904. Em 1906, tornou a realizar uma conferência com o mesmo tema. Nessas conferências o autor apresentava, com o auxílio dos intelectuais que o inspiraram como Afonso Celso e José Veríssimo, um exame apurado dos vícios e virtudes do povo brasileiro. A falta de um sentimento nacional se expressava de diversas maneiras, desde o desdém pelos símbolos nacionais como o hino e a bandeira, a falta de uma importância, bem como uma comemoração adequada para os feriados nacionais, o péssimo hábito de imitar costumes estrangeiros que nada tinham em comum com a cultura

brasileira. Por vezes, até mesmo os trajes estrangeiros eram imitados, e se mostravam inapropriados para o clima tropical do país, até mesmo na região Sul, onde fazia mais frio. A falta de uma educação física, fazia com que os jovens fossem desanimados e pouco desenvolvidos fisicamente, sendo, segundo o autor, franzinos e envelhecidos.

Mas o objetivo do autor não era apenas apontar os vícios, os problemas do país, pelo contrário, ele os apontava para que pudessem, a partir de seu conhecimento, serem corrigidos. E, para que isso pudesse ser feito, era preciso desde cedo uma educação cívica adequada, que empolgasse o jovem, que o fizesse intelectual e fisicamente fortes e, acima de tudo, despertasse o sentimento nacional por meio do conhecimento das “coisas nacionais”. Como fazer isso num país de grandes dimensões como o Brasil? João Simões Lopes Neto apresentava uma opção: um livro didático adequado, brasileiro pelo modo e pelo assunto que, partisse de cada região do país para contemplar o todo nacional. Para isso, no tocando ao seu estado natal, ele apresentou o livro *Terra Gaúcha* que, como vimos, estava dividido em duas partes: a primeira se passava nas férias do menino Maio na estância da família, onde aprendia através de figuras como Juca Polvadeira (capataz) e de Siá Mariana (agregada) traços essenciais da cultura campeira do Rio Grande do Sul. Maio conta ainda um pouco da história do Estado, bem como recebe conselhos morais, para assim também moldar o caráter das crianças. Na segunda parte, o menino contava sobre o seu cotidiano na nova escola ampla e arejada em todos os sentidos, principalmente no que tange os métodos de ensino e os conteúdos executados com carinho e atenção pelo Mestrinho. Além disso, é nesse momento que a unidade nacional é posta de forma lúdica, pois, Maio que era gaúcho, tinha um colega de cada estado brasileiro, executando a tarefa dada pelo Mestrinho, deveriam, cada um deles, contar sobre o seu Estado, sobre sua região, ao final do livro, a criança saberia muito sobre a sua região e mais um pouco sobre cada região de seu país.

Dessa forma, João Simões Lopes Neto criou uma narrativa que representava a região e logo, a nação. Lembremos que Calhoun (2017), propõe que a nação é uma formação discursiva, portanto, podemos analisar a narrativa criada pelo autor como uma formação discursiva da nação. Assim, João Simões Lopes Neto criou uma forma discursiva de expressar o Sul, elencou as origens, as personagens e os contextos históricos que queria destacar, ou seja, para o autor o Sul configurava-se numa região conquistada nas guerras de fronteiras por portugueses e sul-rio-grandenses, que se estabeleceu com os primeiros ranchos, sesmarias e a domesticação do gado vacum, que mais tarde resultaria

na pecuária, que seria a base econômica do Estado por muito tempo, e tudo o que ela envolve. Além disso, a tradição e a cultura campeira também estão expressas nas falas do capataz Juca Polvadeira e também da Siá Mariana que conta às crianças algumas lendas do Sul. Essas lendas são o *Boi-Tatá* e *O Negrinho do Pastoreio* que, juntamente com a *Salamanca do Jarau* formam o livro *Lendas do Sul* (1913). Obviamente o autor as revisitou e elaborou melhor a narrativa dessas lendas de um livro para outro, no entanto, são exatamente as mesmas lendas e, as mesmas lendas também publicadas pela primeira vez em jornais de sua cidade alguns anos antes da publicação de seu livro específico.

Além dessas “coincidências”, igualmente nos chamou a atenção “semelhanças” entre o *Terra Gaúcha* e os *Contos Gauchescos*, o capataz Juca Polvadeira chama o menino Maio de doutorzinho assim como Blau Nunes enuncia o seu interlocutor. Juca Polvadeira sabe das histórias, das tradições e mostra para o menino que mora na cidade tudo o que ele precisa saber sobre a vida no campo, assim como Blau Nunes o faz com o “patrício” que o escuta. Parece-nos que ambos são personagens detentores da tradição, figuras expressas do gaúcho que, por meio do desenvolvimento da vida nas cidades, estava em vias de extinção. Contudo, representavam esses personagens uma identidade sulina que precisava ser preservada, para que não se perdesse esse período histórico que fazia parte da marcha inexorável em direção ao progresso. Assim, podemos supor que Juca Polvadeira foi um protótipo de Blau Nunes. Por falar nisso, notamos que a apresentação de João Simões Lopes Neto na *Conferência de 1906* é exatamente a mesma apresentação de Blau Nunes em *Contos Gauchescos*. Na *conferência* o autor se utiliza desse texto para demonstrar ao público que entre a primeira *conferência* de 1904 e essa ele havia se dedicado a andar pelo Estado e conhecer melhor a sua região e, poder assim, falar com mais propriedade. Arriada e Tambara (2009, p.289), dizem que

[...]. Por um longo período, Simões Lopes peregrinou em várias cidades da região sul do Rio Grande do Sul em seu apostolado cívico. Constitui-se neste período um verdadeiro paladino da causa do civismo no estado. Em verdade, todas essas iniciativas [conferências, livros didáticos, entre outras] tinham um explícito caráter de popularizar a educação no Estado.

O fato é que lemos em ambas:

– Eu tenho cruzado o nosso Estado em caprichoso ziguezague. Já senti a ardentia das areias desoladas do litoral; já me recreei nas encantadoras ilhas da Lagoa Mirim; fatiguei-me na extensão da Coxilha de Santana; molhei as mãos no soberbo Uruguai, tive o estremecimento do medo nas ásperas penedias do Caverá; já colhi malmequeres nas planícies do Saicã, oscilei sobre as águas grandes do Ibicuí; palmilhei os quatro ângulos da derrocada fortaleza de Santa Tecla, pousei em S. Gabriel, a forja rebrilhante de tantas espadas valorosas

temperou e, arrastado no turbilhão das máquinas possantes, corri pelas paragens magníficas do Tupanciretã, o nome doce, que nos lábio ingênuo do caboclo quer dizer os campos onde repousou a mãe de Deus... [...] (LOPES NETO, 1961, p.123)

Cabe ainda dizer que a estância da família de Maio se chamava Tupanci, que quer dizer “mãe de Deus”²⁵⁸, ou seja, quase a mesma referência, contudo, uma mesma referência no que se trata do tema indianista, de usar nomes indígenas porque eram essencialmente brasileiros.

“Coincidências” à parte, podemos notar uma tendência do autor de reaproveitar textos em diferentes ocasiões, por exemplo, o texto *A Recolhida*, que compõe o *Terra Gaúcha*, foi publicado na Revista da Academia de Letras do Rio Grande do Sul no ano de 1911. O autor fez o mesmo com sua apresentação na Conferência de 1906 e a apresentação de Blau Nunes em *Contos Gauchescos*, como vimos. Será que o autor fazia isso sem intenção? Acreditamos que não. Por se tratar de um comportamento bastante comum do autor, principalmente se tratando de temas como a gauchesca, podemos pensar que ele fazia de propósito, com a intenção de vulgarizar a cultura regional, para que ficasse conhecida, pois, era essa também uma face da cultura nacional. Endossa essa hipótese o maior biógrafo de João Simões Lopes Neto, Sica Diniz (2003), quando argumenta que o projeto pedagógico do autor é a certidão de nascimento de sua obra literária.

Assim, chegamos à conclusão que ao autor criou uma espécie de comunidade simbólica, como enuncia Renan (2011), quando cria, de certa maneira, uma forma discursiva que expressa a região Sul do país. A história, a cultura, a tradição, os hábitos, modos de pensar, valores, enfim, tudo isso e mais estão expressos nessa narrativa tão interessante que o autor criou para o seu livro de leitura que, por sinal, já apresentava traços de literatura. Ademais, fica bastante explícito nele, a ideia de que aquele mundo estava ficando para trás, dando lugar a agricultura, aos modos urbanos de vida e, que aqueles tipos sociais tendiam a desaparecer, mas, faziam eles parte da identidade gaúcha, desse povo que lutou na fronteira para manter o território brasileiro e, não poderiam se perder enquanto referência histórica e social. O gaúcho, como todo o brasileiro, de todas as regiões, é mestiço, é uma mistura dos indígenas com os colonizadores e, posteriormente, também com os africanos. Lembrando que o autor não negava nenhuma

²⁵⁸ Essa “coincidência” já havia sido notada na edição de *Terra Gaúcha* (2013), nota número dois da página 17.

das “raças” e, via peculiaridades em todas elas.

Já na segunda parte de *Terra Gaúcha*, como vimos, visava a integração nacional ao expor na figura de cada menino um estado brasileiro, mostrando assim, o orgulho que cada um carregava de fazer parte de sua região e, por conseguinte, do país como um todo. Não obstante, vale destacar também que, João Simões Lopes Neto propõe um novo método de ensino, mais humanizado, mais moral e cívico do que o que vinha sendo realizado. Notamos também a admiração do autor por Menezes Vieira, pois, o Mestrinho explicando que cada turma da escola levava o nome de um professor brasileiro, exalta que a turma de Maio chama-se *Menezes Vieira*, gerando igualmente a ideia de um panteão do estudo e, por conseguinte, uma cultura de estudo. Não raras são as vezes em que aparecem textos morais nesse livro, pois, além de tudo o que expomos aqui, era necessário também, criar um cidadão útil para a nação, apto à um novo tempo.

Assim, o Brasil que a autor se referia era um país ainda jovem, mestiço, o que denotava destreza e, com aperfeiçoamento adequado da educação, poderia chegar onde as nações mais antigas nem poderiam sonhar. A República, trazia a ideia de um novo tempo, de um novo Brasil, enfim, livre de quaisquer mazelas estrangeiras, apto para valorizar tudo o que havia de mais seu. Como país jovem e inaugurando um novo tempo, além de ter um ser único no mundo formado pela miscigenação, o progresso não tardaria a chegar e era preciso estar preparado, era preciso cidadãos úteis intelectualmente e fisicamente e esse era o dever da educação realizar essa tarefa, exaltando e despertando desde de cedo, nos pequenos cidadãos, o sentimento nacional, o apreço pelas coisas de seu país. Neste sentido, a *Artinha de Leitura*, facilitando o aprendizado por meio da reforma da Academia Brasileira de Letras, teria o objetivo de diminuir os índices de analfabetismo, problema grave no país ainda hoje, além de distinguir a língua portuguesa brasileira da portuguesa. Um novo método de ensino da leitura e da escrita, haveria de ter uma nova abordagem do professor, por isso, a orientação detalhada que o autor expressa em sua cartilha é admirável, trazendo sempre a ideia de um professor mais humano, que tratasse das crianças com carinho e amasse sua profissão.

Antes de concluirmos, cabe destacar que

Pertence à natureza da crise que uma decisão que esteja pendente mas ainda não tenha sido tomada. Também reside em sua natureza que a decisão permaneça em aberto. Portanto, a insegurança geral de uma situação crítica atravessada pela certeza de que, sem que se saiba ao certo quando ou como, o fim do estado crítico se aproxima. A solução possível permanece incerta, mas o próprio fim, a transformação das circunstâncias vigentes – ameaçadora,

temida ou desejada –, é certo. A crise invoca a pergunta ao futuro histórico. (KOSELLECK, 1990, p.111)

Isto posto, podemos dizer ainda que João Simões Lopes Neto, a partir do seu *espaço de experiência* percebeu a crise, que para ele era a falta de uma educação para o civismo e, por conseguinte, a falta de um nacionalismo brasileiro. A partir então, realizou a crítica dessa crise, criando assim uma alternativa, o seu projeto cívico e pedagógico. Estava no seu *horizonte de expectativa* uma mudança, mesmo que não soubesse exatamente qual seria. Vejamos, por exemplo, o que ele expressou em uma de suas conferências:

Quem quer que observe o que se passa neste momento na vida das nações há de chegar a conclusão de que não é uma época calma e de horizontes claros a que atravessamos. Na Europa, as velhas nacionalidades sentem-se mal nos seus limites e procuram expandir-se em outras terras onde contam encontrar remédios aos males que as afligem.

Os territórios desocupados já se distribuíram todos, de sorte que as nações fracas estão em perigo.

Na própria América, o desenvolvimento assombroso da União Americana do Norte com a vitória de sua política imperialista é, não há de negar, um pesadelo para as outras nações.

[...]

Há uma apreensão que é preciso que desapareça: a separação do território nacional em vários estados; mas sobre isso, não só há, por agora, sintomas sérios, como pesa também contra ela a tendência da evolução humana, que é para as grandes aglomerações. A Inglaterra, a Espanha, a Itália, a Alemanha são frisantes exemplos. (LOPES NETO, 2009, p.315)

Constatamos que o autor esteve engajado, no que tange a questão da educação, no projeto positivista²⁵⁹ de governo do PRR no Rio Grande do Sul, além disso, apreendeu as tensões nacionais e globais que estavam vigentes em sua época, que poderiam culminar em um conflito, alertou que os brasileiros deveriam ser mais nacionalistas e, que deveriam estar (físico e intelectualmente) prontos para defender sua pátria acima de qualquer coisa e em qualquer situação. Projetou seus livros didáticos, com a finalidade de ajudar nessa tarefa de civilidade nacional. Contudo, não se pode dizer que a I Guerra Mundial (1914-1918) estava no seu horizonte de expectativa, aliás, ninguém nesse momento poderia imaginar uma guerra de tamanha proporção. Apesar disso, João Simões Lopes Neto buscava uma sociedade mais consciente de seu país e, logo, em resultado disso, uma nação mais forte e progressista. Por isso, cabe salientar que o horizonte é a linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, espaço este, que ainda não pode ser contemplado (KOSELLECK, 2006, p.311).

²⁵⁹ Sobre o ideário positivista, trataremos com mais aprofundamento no primeiro capítulo.

Concluimos, portanto, que mesmo com todo empenho e dedicação que João Simões Lopes Neto colocou neste projeto pedagógico, nenhum de seus livros foi publicado e, assim, não utilizado pela instrução pública. Contudo, nossa análise revelou que nem por isso ele abandonou sua campanha cívica em prol da educação pois, continuou proferindo discursos em praça pública e em festas cívicas. Desde 1904 João Simões Lopes Neto era o segundo notário da cidade de Pelotas, ao consultarmos o jornal *A Federação*, notamos que a partir de 1906, o autor pediu inúmeras licenças para tratar de seu livro pedagógico, bem como à assuntos relacionados, e todas essas dispensas foram concedidas pelo governo do Estado, ou seja, o autor licenciou-se de seu trabalho para percorrer o Estado, estudar a questão da educação e elaborar seus livros, pleitear publicações, enfim, dedicou-se por um bom tempo a uma campanha cívica e pedagógica de fato. Mais tarde, em 1913, participou da inauguração dos colégios elementares em Pelotas e, na ocasião, proferiu o discurso oficial em ato festivo (*A Federação*, Porto Alegre, 13 de junho de 1913). Desse modo, constatamos que o que ficou para trás foi o desejo de ver seus “livros didáticos” publicados e utilizados pela instrução pública. Por esse motivo, acreditamos que ele tenha se utilizado de ideias, fragmentos e até mesmo textos completos em suas obras literárias, ou seja, reaproveitou o material pois, o propósito ainda era o mesmo: divulgar, vulgarizar a tradição, a cultura, o folclore do Sul do Brasil, que não deixa de ser uma expressão nacional. Assim, podemos pensar que autor criou uma espécie de “inventário” cultural sul-rio-grandense com o intuito de corroborar com a formação da nação, como uma forma de expressão nacional que se manifesta na região Sul do país. Ou seja, continuou “olhando” o Brasil a partir do Sul.

FONTES:

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), Porto Alegre, RS.

Ligeira Contradita, 1908 - Arquivo pessoal de João Simões Lopes Neto, caixa 09.

Biblioteca Pública Pelotense

Fundo: Família Simões Lopes. Série: João Simões Lopes Neto

Educação Cívica – conferência proferida por João Simões Lopes Neto realizado na Biblioteca Pública de Pelotas e repetida, a convite, em outras cidades. Publicada sob o patrocínio das sociedades União Gaúcha, de Pelotas – Centro Gaúcho, de Bagé e Grêmio Gaúcho de Porto Alegre para distribuição gratuita. Pelotas, 1906.

Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense

Correio Mercantil, Pelotas/RS: 1893, 1901.

A Pátria, Pelotas/RS: 1888, 1889.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Almanak Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul, 1903.

A Federação, Porto Alegre/RS: 1889, 1891, 1894, 1904, 1906, 1907, 1908, 1910, 1911, 1912, 1913.

Diário Popular, Pelotas/RS: 1893.

A opinião Pública, Pelotas/RS: 1910, 1911.

Revista Ilustração Brasileira. Rio de Janeiro, ano XLVI, nº 239, novembro-dezembro, 1955.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Revista Província de São Pedro - vol.2, nº4, p.168 de março de 1946.

Obras publicadas do autor (utilizadas nessa pesquisa)

LOPES NETO, João Simões. **Contos Gauchescos e Lendas do Sul**. Editora Globo. Rio de Janeiro – Porto Alegre – São Paulo. 2º edição. 4º reimpressão. Coleção Província. 1961.

_____. Conferência: Educação Cívica (1904). IN: ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar. Civismo e Educação na Primeira República - João Simões Lopes Neto. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL. Pelotas, v.13, n.27, pp.279-292, Jan/Abr 2009. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu/asphe>>. Acesso: 12 de

abril de 2014.

_____. **Terra Gaúcha**. Organização de Luís Augusto Fischer. - Caxias do Sul, RS: Belas-Letras Projetos Especiais, 2013.

_____. **Artinha de Leitura**. Organização de Luís Augusto Fischer. - Caxias do Sul, RS: Belas-Letras Projetos Especiais, 2013.

_____. Revista do 1º Centenário de Pelotas. IN: RUBIRA, Luís (Org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas, Vol. 1**: fac-símile da “Revista do Primeiro Centenário de Pelotas/ João Simões Lopes Neto”, textos diversos e fotografias da cidade. – Santa Maria/RS: PRÓ-CULTURA RS/ Gráfica e Editora Pallotti, 2012. p. 336.

MOREIRA, Ângelo Pires. **A Outra Face de J. Simões Lopes Neto**. 1º volume. Martins Livreiro – editor. Porto Alegre. 1983.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** – 5º Ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração de 1870. IN: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n.44, p.35-55, outubro de 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4146.pdf>. Acesso 12/10/2017.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** - São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX.** Pelotas: Ed. Universitária, UFPel, 2000. 174p.

ARAÚJO, Gilvan Cerqueira de. Resenha: Porque me ufano de meu país (Afonso Celso). **Revista Eletrônica GeoAraguaia.** Barra do Graças-MT. V.3, n.2, p.359-362. Agosto/dezembro, 2013. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/4869/3279>. Acesso: novembro de 2017.

ARMANI, Carlos Henrique. **História intelectual e redes contextuais.** IN: Anos 90, Porto Alegre, v.20, n.37, p.137-150, jul.2013. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/38299>. Acesso: 02/03/2018.

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar. Civismo e Educação na Primeira República - João Simões Lopes Neto. **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel.** Pelotas, v.13, n.27, pp.279-292, Jan/Abr 2009. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu/asphe>>. Acesso: 12 de abril de 2014..

BAUMER, Franklin L. **O Pensamento Europeu Moderno. Vol. I. Séculos XVII e XVIII.** Lisboa: Edições 70, 1990.

_____. **O Pensamento Europeu Moderno. Vol. II. Séculos XIX e XX.** Lisboa: Edições 70, 1990.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à história contemporânea.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 252 p.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Amada pátria idolatrada: um estudo da obra Porque me ufano de meu país, de Afonso Celso (1900). **Educar em Revista.** [online]. Curitiba - PR, 2002, n.20, pp.245-260. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.275>. Acesso: novembro de 2017.

_____. **Pro patria laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848 - 1897).** Bragança Paulista: EDUSF, 2002. 350p.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: Males de Origem.** – Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. 358p.

BOURDIEU, Pierre. Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. IN: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 1992. p.183-202.

BOEIRA, Nelson. O Positivismo do Rio Grande do Sul: Questões pendentes e temas para pesquisa. IN: RECKZIEGEL, Ana Luísa Setti, FÉLIX, Loiva Otero,(Orgs.). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. – Passo Fundo: UPF, 2002. p.237-245.

_____. O Rio Grande de Augusto Comte. IN: DACANAL, José Hildebrando;

GONZAGA, Sérgio (org.). **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. pp.34-59.

BORGES, Jorge Luís. “A poesia gauchesca” (1932). In: **Obras Completas**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1989, vol.1 (4 volumes).

BORGES, Luís, KOSCHIER, Jaqueline. Literatura. IN: LONER, Beatriz. GILL, Lorena. MAGALHÃES, Mário Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010, pp.160-164.

BOSI, Alfredo. A Arqueologia do Estado-Providência: Sobre um enxerto de ideias de longa duração. IN: **Dialética da Colonização**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. pp.273-307.

BOTTO, Carlota. **A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. 207 p.

CALHOUN, Craig. La modernidad y los diversos nacionalismos IN: **Nacionalismo**. Editorial Libros del Zorzal. 2007, pp.25-54.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.35-54.

_____. Introdução: O Nacionalismo crítico de José Veríssimo. IN: VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. – 4º ed. – Rio de Janeiro: Topbooks: Belo Horizonte, MG: Puc-Minas, 2013. pp.11-28.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religiosidade civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)**. - Fortaleza: Edições NUDOC - Museu do Ceará, 2005.

CARULA, Karoline. **Conferências Populares da Glória (1873-1889): Preleções para a discussão do cotidiano na Corte Imperial**. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 174 (458): 291-318, jan. /mar. 2013. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-458/item/108236-conferencias-populares-da-gloria-1873-1889-prelecoes-para-a-discussao-do-cotidiano-na-corte-imperial.html> Acesso em: 03 de março de 2017.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 81.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHARLE, Christophe. O nascimento dos intelectuais modernos (1896-1898). IN: **História da Educação**, v.7, 2003, p.141-156.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Ideias no Brasil (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional)**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1956. 484p.

CORSETTI, Berenice. Política e organização da educação sob o castilhismo. IN: AXT, Gunter (ORG). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. – Porto Alegre: Nova Prova, 2005. pp. 203-216.

CHAVES, Flávio Loureiro. **Simões Lopes Neto: Regionalismo e Literatura**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

CESAR, Guilhermino. **Notícia do Rio Grande: Literatura**. – Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro. Editora da Universidade, UFRGS, 1994. 226p.

CHIAPPINI, Lígia. **No Entretanto, dos Tempos. Literatura e História em João Simões Lopes Neto**. – São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1988.

_____. Refinamento e engajamento. São Paulo: Santander Cultural, 2016. **Simões Lopes Neto: onde não chega o olhar prossegue o pensamento – Catálogo de exposição**. 132p. Porto Alegre, 19 de outubro a 18 de dezembro de 2016, Santander Cultural. pp.17-19.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação nas Instituições Brasileiras. IN: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. III: Século XX**. – Petrópolis, RJ: Vozes. 2005. pp.19-29.

DE LUCCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DENIS, Benoit. O Caso Dreyfus e o Retorno da Política. IN: DENIS, Benoit. **Literatura e Engajamento: de Pascal a Sartre**. – Bauru, SP: EDUSC, 2002. p.209-234.

DINIZ, Carlos Francisco Sica. **João Simões Lopes Neto, uma biografia**. Porto Alegre, RS: AGE/UCPEL, 2003.

DOMINGUES, Fausto. Um Baú Desfalcado e uma Biblioteca Vendida a Retalho. São Paulo: Santander Cultural, 2016. **Simões Lopes Neto: onde não chega o olhar prossegue o pensamento – Catálogo de exposição**. 132p. Porto Alegre, 19 de outubro a 18 de dezembro de 2016, Santander Cultural.

FAORO, Raymundo. Introdução ao estudo de Simões Lopes Neto. IN: TARGA, Luiz Roberto Pecois (org.). **Breve Inventário de temas do Sul**. – Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: UNIVATES, 1998. 320p. pp. 23-38.

FERNANDES, Rogério. As Cortes Constituintes da Nação Portuguesa e a Educação Pública. IN: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. II: Século XIX**. – Petrópolis, RJ: Vozes. 2005. pp.19-33.

FICHTE, Johann G. **Discursos à Nação Alemã**. Lisboa: Círculo de Leitores. Coleção Temas e Debates. [1808] 2009.

FIGUEIREDO JÚNIOR. Afonso Celso de Assis. **Porque me ufano de meu país**. Laemert & C. Livresiros - Editores, 1908. Versão para eBooksBrasil, 2002. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ufano.html>. Acesso: março de 2013.

FISCHER, Luís Augusto. O Estudo, A escola. IN: LOPES NETO, J. Simões. **Terra Gaúcha**; organização de Luís Augusto Fischer. – Caxias do Sul, RS: Belas-Letras Projetos especiais, 2013. p.219-221.

_____. Uma edição nova e inovadora. IN: LOPES NETO, João Simões. **Contos Gauchescos**. – Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1998. 194p.

_____. **Literatura Gaúcha**. – Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. – 5º Ed. – Rio de Janeiro: Record: 2000.

_____. **Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob regime patriarcal**. – 52º ed. – São Paulo: Global, 2013.

GAUER, Ruth Maria Chittó. **A Construção do Estado-Nação no Brasil. A contribuição dos egressos de Coimbra**. - Curitiba: Juruá, 2001.

_____. **Constituição e cidadania**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014. 107 p.

_____. Lembrança, Ressentimento e Luto: sobre a temporalidade da memória. In: GAUER, Ruth Maria Chittó, GAUER, Gabriel J. Chittó, SAVAREDA, Giovani Agostini. **Memória, Punição e Justiça: uma abordagem interdisciplinar**. - Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, pp.33-47.

_____. Falar em tempo, viver o tempo! IN: GAUER, Ruth Maria Chittó (org.). **Tempo e historicidades**. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, 172p. pp.31-50.

GARCEZ, Pedro de Moraes. Da Artinha de Leitura de Simões Lopes Neto. IN: LOPES NETO, João Simões. **Artinha de Leitura**. Organização de Luís Augusto Fischer. – Caxias do Sul, RS: Belas-Letras Projetos Especiais, 2013.

GILL, Lorena de Almeida. **Um mal de século: tuberculose, tuberculosos e as políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930**. 317f. Tese (Doutorado em História). – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em:< <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/04/Um-Mal-do-S%C3%A9culo.pdf>> Acesso: junho de 2006.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs). **Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política** – 1º ed: – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, Mariana Couto. “**ESCRAVO, ENCARA O CÉU; CRÊ E ESPERA**”: **As crônicas abolicionistas de Bernardo Taveira Junior**. 90f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

GUTIERREZ, Ester. A Arquitetura Pelotense: charqueada e cidade. In: MAESTRI, Mário, ORTIZ, Helen (org). **Grilhão Negro: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil**. – Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. – (Coleção Malungo).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora – Rio de Janeiro, 11ª edição – 2006.

HENTSCHKE, Jens R. A Sobrevivência do Positivismo no Rio Grande do Sul: O caso desviante do Brasil. IN: **Positivismo ao estilo gaúcho: a ditadura de Júlio de Castilhos e seu impacto sobre a construção do Estado e da Nação no Brasil de Getúlio Vargas**. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. pp.51-70.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 254p.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____; RANGER, Terence O. **A Invenção das Tradições**. – [Ed. Especial]. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. (Saraiva de Bolso)

_____. O Caubói americano: um mito nacional? IN: **Tempos Fraturados**. – 1º Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KEDURIE, Elie. **Nacionalismo**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, [1960] 1998.

KOHN, Hans. **El Nacionalismo: su significado y su historia**. Buenos Aires: Paidós, [1955] 1996. pp.10-126.

_____. **A Era do Nacionalismo**. São Paulo: Fundo de Cultura [1962] 1963, pp.15-83.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. – Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

_____. **Futuro Passado: a contribuição à semântica dos tempos históricos**. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. **Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. – Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. – 4º ed. – Porto Alegre: Leitura XXI, 2011. 152p.

KUHLMANN JR., Moysés. A educação infantil no século XIX. IN: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. II: Século XIX**. – Petrópolis, RJ: Vozes. 2005. pp.68-77.

LIMA, Patrícia. Simões Lopes Neto jornalista: uma leitura da coluna Inquéritos em Contraste, de 1913. 142f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/147320> > Acesso: Maio de 2016.

LONER, Beatriz. Contrabando. IN: LONER, Beatriz. GILL, Lorena. MAGALHÃES, Mário Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010, pp.86-87.

_____. Imprensa. IN: LONER, Beatriz. GILL, Lorena. MAGALHÃES, Mário Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010, pp.144-148.

_____.; AQUINI, Daniel. Economia. IN: LONER, Beatriz. GILL, Lorena. MAGALHÃES, Mário Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010, pp.100-102.

_____. Pelotas se diverte: clubes recreativos e culturais do século XIX. IN: **História em Revista**. Publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. vol.8, 2002. – Pelotas: Editora da UFPel, 2002. Disponível em: < https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/02/08.-Beatriz_Ana_Loner.pdf >. Acesso: 02/02/2018.

_____. Pelotas se diverte: clubes recreativos e culturais no século XIX. IN: **História em Revista**. Publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. vol.8, 2002. – Pelotas: Editora da UFPel, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/02/08.-Beatriz_Ana_Loner.pdf>. Acesso: 02/02/2018.

LLOBERA, J. Nacionalismo político e cultural. In: LLOBERA, J. **O Deus da Modernidade**: Oeiras: Celta Editora, 2000. p. 147-171.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate. A criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. IN: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. II: Século XIX**. – Petrópolis, RJ: Vozes. 2005. pp.91-103.

MAUSS, Marcel. **A nação**. São Paulo: Três Estrelas, 2017. 359 p.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860 – 1890)**. Florianópolis, UFSC, 1993.

_____. Associação Comercial. IN: LONER, Beatriz. GILL, Lorena. MAGALHÃES, Mário Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010, pp.21-22.

_____. Charqueadores. IN: LONER, Beatriz. GILL, Lorena. MAGALHÃES, Mário Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010, pp.60-61.

_____. Barões do Charque. IN: LONER, Beatriz. GILL, Lorena. MAGALHÃES, Mário Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010, pp.28--29.

_____. Livros. IN: LONER, Beatriz. GILL, Lorena. MAGALHÃES, Mário Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010, pp.164-165.

_____. João Simões Lopes Neto em seu texto: Simões Lopes Neto e Pelotas: Influência da cidade na obra regionalista de seu maior escritor. IN: **História em Revista**. Publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. vol.8, 2002. – Pelotas: Editora da UFPel, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/02/08.-Mario_Osorio_Magalhaes.pdf>. Acesso: 02/02/2018.

MARLETTI, Carlo. Intelectuais. IN: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**, vol.1. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p.637-640.

MASSOT, Ivete Simões Lopes Barcelos. **Simões Lopes Neto na intimidade**. – Porto Alegre: BELS, 1974.

MEYER, Augusto. **Prosa dos Pagos (1941-1959)**. – Rio de Janeiro, Livraria São José, 1960.

MOREIRA, Ângelo Pires. **A Outra Face de J. Simões Lopes Neto. vol. 1**. - Porto Alegre, RS: Martins Livreiro, 1983.

NETTO, Heloísa Sousa Pinto. **Mais que João, Joões: A Trajetória de João Simões Lopes Neto (1865-1916) Em Seu Contexto**. 185f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/131625>> Acesso: 20 de junho 2016.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (orgs.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v1, p. 13-44.

OLIVEN, Ruben George. **A Parte e o Todo: Diversidade cultural no Brasil-Nação**. – Petrópolis: Vozes, 1992. 134p.

OLIVEIRA, Franklin de. Manoel Bomfim, o nascimento de uma nação. IN: BOMFIM, Manoel. **A América Latina: Males de Origem**. – Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p.21-28.

PERES, E., ARRIADA, E., & PEREIRA, L. A. B. (2018). A “Artinha de Leitura” de João Simões Lopes Neto (1907): um projeto para o ensino da leitura e da escrita. **Revista Brasileira de História da Educação**, 18(48). DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e003>

PEREIRA, Luís Artur Borges. **João Simões Lopes Neto, o pensador social e a educação: breve estudo sobre a conferência Educação Cívica**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/ri/2794>. Acesso janeiro de 2016.

_____. **Aspectos das Diversas Manifestações do Projeto Cívico-Pedagógico de João Simões Lopes Neto**. 257f. Dissertação (Mestrado em História da Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufpel.edu.br/handle/123456789/1715>> Acesso: 11 de outubro de 2013.

PERES, Eliane. Educação. IN: LONER, Beatriz. GILL, Lorena. MAGALHÃES, Mário Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010, pp.102-105.

PEZAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da República: elite e povo na virada do século**. – Porto Alegre; Ed. Da Universidade/UFRGS, 1995. 87p.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

PORTO, Aline Carvalho. **As Conferências Cívicas e o livro de leitura Terra Gaúcha: as aspirações nacionalistas de João Simões Lopes Neto (1865-1916)**. 111 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em:<http://primopmtna01.hosted.exlibrisgroup.com/PUC01:PUC01:puc01000467137>

Acesso: 10 de setembro de 2015.

_____. **Os Caminhos da Recepção da Obra Contos Gauchescos de João Simões Lopes Neto (1912-1949)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). Universidade Federal de Pelotas, 2012.

POZENATO, José Clemente. **O Regional e o Universal na Literatura Gaúcha**. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2009. 88p.

RENAN, Ernest. “O que é uma nação?” (Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882). In: CUNHA, Manuel Ferreira da (org.). **Escrever a nação: literatura e nacionalidade (uma antologia)**. Guimarães: Opnia Omnia, 2011, pp.29-44.
REVERBEL

REVERBEL, Carlos. **Um Capitão da Guarda Nacional, vida e obra de J. Simões Lopes Neto**. – Universidade de Caxias do Sul, Martins Livreiro, 1981.

_____, LAITANO, Cláudia. **Arca de Blau, memórias**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1993.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na primeira república e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (orgs.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v1, p. 89-120.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. IN: BOMFIM, Manoel. **A América Latina: Males de Origem**. – Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p.9-20.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1894.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. IN: RÉMOND, René (org.). **Por Uma História Política**. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003. p.231-269.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Lembrança de Simões Lopes Neto**. – Pelotas, RS, 2010.

_____. **Recomposição de uma ideia sobre ler Simões e ouvir Blau**. São Paulo: Santander Cultural, 2016. **Simões Lopes Neto: onde não chega o olhar prossegue o pensamento – Catálogo de exposição**. 132p. Porto Alegre, 19 de outubro a 18 de dezembro de 2016, Santander Cultural. pp.21-25.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 376p.

SCHWARZ, Roberto. As Ideias Fora do Lugar. IN: **Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. – São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. p. 9-31.

SMITH, Anthony. O Nacionalismo e os historiadores. IN: BALAKRISHNAN, G. (org.). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 185-208.

SMITH, Herbert. **Do Rio de Janeiro à Cuiabá – Notas de um naturalista**. Companhia Melhoramentos de S. Paulo. Cayeiras, S. Paulo e Rio. 1992.

SOARES, Mozart Pereira. **O Positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte**. – Porto Alegre, AGE: Editora da Universidade, 1998. 206p.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade Urbana e Dominação da Natureza: O Saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do Século XX. IN: **História em Revista**. Publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. vol.7, 2001. – Pelotas: Editora da UFPel, 2002. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/02/07.-Paulo_Roberto_Rodrigues_Soares.pdf

SOBRAL, José Manuel. Cidadania, Nacionalidade e Imigração: Uma Breve História Das Suas Inter-Relações Contemporâneas com Referência ao Caso Português. IN: CARVALHAIS, Isabel Estrada. **Cidadania no Pensamento Político Contemporâneo**. 1º Ed. Estoril: Príncipe Editora, Ltda., 2007, pp.137-163.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Método, raça e identidade em Sílvia Romero. **Revista de História Regional**. 9(1): 9-30, verão 2004. Publicado em 2006. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2193/1671>. Acesso: novembro de 2017.

SOWELL, Thomas. **Os Intelectuais e a Sociedade**. – São Paulo; É Realizações, 2011.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 332p.

TAMBARA, Elomar. Educação e Positivismo no Brasil. IN: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. II: Século XIX**. – Petrópolis, RJ: Vozes. 2005. pp.166-178.

_____, ARRIADA, Eduardo. Civismo e Educação na Primeira República – João Simões Lopes Neto. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v.13, n.27, p.279-292, jan/abr 2009. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu/asphe>. Consultado em 12 de abril de 2014.

THOMPSON, E.P.. **Costumes em Comum**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: Instruindo as elites. IN: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. II: Século XIX**. – Petrópolis, RJ: Vozes. 2005. pp.79-90.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. 3 ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985. 147p.

VON MARTIUS, Karl Frederich. Como se deve escrever a História do Brasil. IN: **Revista de História de América**, nº 42 (dec., 1956), pp.433 – 458. Disponível em: <https://teoriografia.files.wordpress.com/2015/10/157202981-von-martius-como-se-deve-escrever-a-historia-do-brasil-2.pdf> Acesso: Novembro de 2017.

WILLIAMS, Raymond. **Campo e cidade na História e na Literatura**. – São Paulo. Editora Schwarcz Ltda, 1990.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br